

# POSTAIS

Revista do Museu Correios

Ano 4 - n. 7  
jul./dez. - 2016

ISSN 2317 - 5699

**Andréa Fernandes Considera**

**Erika Pereira Machado**

**Deborah Silva Santos**

**Fausto Weiler**

**Julio Cezar Fidalgo Zary**

**Marijara Souza Queiroz**

**Neide Aparecida Gomes**

**Odarci Roque de Maia Junior**

**Paplo Lisboa**

**Raniel da Conceição Fernandes**

**Silmara Küster de Paula Carvalho**

Imagem capa: Agência Central  
dos Correios de Petrópolis/RJ.  
Foto André Henrique Quintanilha Ronzani.  
Ano 2008.

# POSTAIS

Revista do Museu Correios

Presidente da Republica  
Michel Temer

Ministro da da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Gilbero Kassab

Presidente dos Correios  
Guilherme Campos Júnior

Editor  
Andre Henrique Quintanilha Ronzani

Conselho editorial  
Alexandre Case  
Fausto Weiler  
Romulo Valle Salvino

Projeto gráfico  
Juliane Marie Tadaieski Arruda  
Virgínia de Campos Moreira

Diagramação e arte  
Juliane Marie Tadaieski Arruda  
Virgínia de Campos Moreira

Capa  
Virginia de Campos Moreira

Núcleo de pesquisa e documentação  
Bernardo de Barros Arribada  
Anna Priscilla Martins da Silva Campos  
Camila Alves Sena  
Jomanuela Nascimento Santos  
Maria do Socorro Nobre da Silva  
Miguel Angelo de Oliveira Santiago  
Renata Assiz dos Santos  
Roberto Rocha Neto

Núcleo administrativo  
Luciléia Gomes Silva Belchior  
Marcelle dos Reis Freitas

Agradecimentos  
Fundação Portuguesa das Comunicações / Museu da Força  
Expedicionária Brasileira de Belo Horizonte-MG / Sllmara Küster de  
Paula Carvalho / Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro -  
Escritório Técnico da Região Serrana/ Universidade de Brasília - UnB/

A Revista Postais é uma publicação semestral do Museu Correios.  
As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Museu Correios  
Setor Comercial Sul, Quadra 04, número 256  
70304-915 Brasília - DF  
Telefone: (61) 2141 9276  
e-mail: [museu@correios.com.br](mailto:museu@correios.com.br)

P857 Postais : Revista do Museu Nacional dos Correios. – N.1  
([jul./dez. 2013 ])- . – Brasília : Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos,  
Departamento de Relações Institucionais e Comunicação. 2013--  
v. : il. ; 18cm.  
Semestral  
A partir do N.3, o subtítulo da publicação passou a ser Revista do Museu Correios.  
A partir do n.6, a revista passou a ser editada pelo Departamento de Relações  
Institucionais e Comunicação, anterior ao n.6 a esta era produzida pelo Departamento  
de Gestão Cultural

ISSN 2317 - 5699

1. História Postal Brasileira. 2. Telegrafia. 3. Museologia. Patrimônio Histórico e  
Cultural. 4. Ação Cultural. 5. Artes. I. Empresa Brasileira de Correios eTelégrafos,  
Departamento de Gestão Cultural.

CDD 656.81  
CDU 656.8(09)(081)

# POSTAIS

Revista do Museu Correios



Ano 4 Número 07  
Brasília 2016

- 06 Carta Editorial
- 09 Experiência do Projeto de Restauração da Agência Central dos Correios de Petrópolis  
Erika Pereira Machado
- 33 História do uso de códigos de barras para triagem de correspondências nos Correios do Brasil  
Odarci Roque de Maia Junior
- 53 História Postal Oral: um bem intangível precioso dos Correios  
Fausto Weiler
- 83 Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira  
Pablo Lisboa e Silmara Küster de Paula Carvalho
- 99 Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira: concepção e pesquisa  
Silmara Küster de Paula Carvalho

- 113 Proposta de criação do Repositório Temático da Força Expedicionária Brasileira  
Neide Aparecida Gomes
- 127 A FEB pelos seus objetos: para uma leitura da cultura material  
Andréa Fernandes Considera
- 147 Zé Carioca Contra os Tedescos  
Julio Cesar Fidalgo Zary
- 219 As mil palavras que traduzem uma imagem: apontamentos para leitura dos símbolos históricos da Força Expedicionária Brasileira  
Raniel da Conceição Fernandes
- 229 A presença negra na FEB: notas de pesquisa  
Deborah Silva Santos
- 245 A Guerra como Invenção da Liberdade - Participação das mulheres na Força Expedicionária Brasileira  
Marijara Souza Queiroz

## Carta editorial

A presente edição da *Postais* mescla, mais uma vez, diferentes assuntos, confirmando o caráter interdisciplinar da revista.

O artigo de Erika Pereira Machado sobre a experiência do projeto de restauração da Agência Central dos Correios de Petrópolis apresenta um estudo metuculoso sobre as técnicas que devem ser observadas para um trabalho sério e responsável dessa natureza.

Odarci Roque de Maia Junior nos conta a história do uso de código de barras na triagem de correspondência nos Correios do Brasil. Por meio deste estudo, poderemos entender melhor como é possível se fazer a triagem de milhares de objetos em segundos, com segurança e eficiência, de modo a garantir a qualidade do serviço postal brasileiro.

Em “História Postal Oral: um bem intangível precioso dos Correios”, Fausto Weiler nos desvenda como surgiu essa nova e importante ferramenta que está sendo muito útil nas pesquisas históricas sobre pessoas e comunidades. Por meio de entrevistas gravadas, as pessoas comuns, com os seus depoimentos, tornam-se, também, personagens da história de um país, emprestando maior autenticidade e credibilidade aos fatos,

Com o artigo “Conservação e seus desmembramentos”, os seus autores abrem a série de várias matérias desta edição que tratam dos museus da Força Expedicionária Brasileira. O artigo aborda como se deve fazer o diagnóstico para se assegurar a boa conservação do acervo de um museu.



Com isso, a revista dá seguimento à parceria estabelecida entre o Museu Correios, o Museu Virtual da FEB, a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB e o Curso de Museologia da Universidade de Brasília - UnB.

E, a exemplo da edição anterior, a revista apresenta mais um dossiê sobre a participação dos soldados e enfermeiras brasileiros que estiveram no front da Segunda Guerra Mundial combatendo o nazismo e o fascismo. Além de nos brindar com um artigo sobre todos os movimentos realizados na histórica conquista do Monte Castelo, na Itália, dois artigos nos trazem uma análise da presença do negro e da mulher nas Forças Armadas do Brasil., naquele conflito mundial.



*Fachada Agência  
Central de Petrópolis/RJ*

# A Experiência do Projeto da Restauração da Agência Central dos Correios de Petrópolis

Resumo/Abstract

The Experience of the Restoration Project of the Petropolis Central Post Office

Esse prédio foi construído em função da demanda criada com a instalação do primeiro trecho de estrada de ferro brasileira, entre o Rio de Janeiro e Petrópolis. O edifício, em estilo eclético, começou suas obras em 1922, mas a conclusão só aconteceu em 1925. O caráter minimalista do projeto enfatiza a monumentalidade do edifício, reavivando sua relevância histórica, sem distanciá-lo do propósito de sua criação. A adoção da mínima intervenção, como partido de projeto, demonstra a eficácia de soluções simples na reabilitação dos espaços. A análise crítica das postulações teóricas reuniu soluções técnicas diversificadas. Suas aplicações demonstram que cada bem precisa ser entendido como testemunho único das transformações sociais ocorridas ao longo do tempo. As Cartas Patrimoniais foram as diretrizes teóricas do projeto onde, em suas resoluções, não cabiam somente uma linha de atuação. Uma teoria, desenvolvida num momento da história, não é capaz de cobrir todas as questões surgidas durante a existência de um bem.

Erika Pereira Machado

**Palavras-chave:** Reabilitação; Mínima Intervenção; Preservação.

This post office was built according to the demand created by the installation of the first railroad in Brazil, between Rio de Janeiro and Petropolis. The building, in eclectic style, had its works started on 1922, but the conclusion came only in 1925. The minimalist character of the project emphasizes the building's magnificence, reviving its historical significance, without leaving the purpose of its creation. The adoption of minimum intervention as a project's stand demonstrates the effectiveness of simple solutions in the rehabilitation of old buildings. A critical analysis of theoretical postulations met diverse technical solutions. Their applications show that each object needs to be understood as a unique testimony of the social changes over time. International normative instruments for the World Heritage were the theoretical guidelines of the project which, in its resolutions, didn't fit only one line of action. One theory, developed in a moment of history, can't cover all issues arised during the existence of a building.

**Keywords:** Rehabilitation; Minimum Intervention; Preservation.

## Introdução

A proposta trata-se de objeto de meu Trabalho de Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal Fluminense – UFF, em 2007, fruto da história de amor eterno pelo prédio da Agência Central dos Correios de Petrópolis.

Talvez não seja adequada uma introdução tão afetuosa para um trabalho de caráter científico, mas, este não seria possível sem, justamente, a paixão nascida na primeira visita, quando descobri a grandiosidade deste monumento, que reflete, fisicamente, a história de sua instituição, do qual é símbolo desde seu projeto - datado de 1921 -, até hoje.

Ícone da arquitetura eclética petropolitana, esta edificação foi reconhecida como patrimônio cultural na esfera estadual, sendo tombado em 1973, o que consagrou a importância de sua arquitetura para uma das cidades mais importantes para a história do Brasil. O que fica como legado às gerações futuras é a memória social, erguida em pedra, tijolo, argamassa, ferro e vidro, representando o povo, que se reconhece na beleza da paisagem protagonizada por este prédio.

O patrimônio cultural edificado sempre foi tema pulsante de minha inclinação profissional durante a graduação, sendo consolidada esta decisão quando me tornei estagiária de Arquitetura e Urbanismo na Sessão de Projetos da Gerencia de Engenharia da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro. Lá, entre 2006 e 2008, além da Agência Central dos Correios de Petrópolis, também participei de projetos e acompanhei obras de restauração dos imóveis tombados das Agências Centrais dos Correios de Niterói, Paraty, Agência Central 1º de Março (Centro do Rio de Janeiro) e Centro Cultural Correios do Rio de Janeiro, sob a orientação do Arquiteto dos Correios, André Ronzani, profissional imprescindível para meu aperfeiçoamento profissional na área.

Três anos depois de formada, a vida profissional me trouxe definitivamente para Petrópolis e aqui permaneço, galgando a sementeira da essência que motiva a existência deste e de tantos outros bens culturais, através das aulas externas no Centro Histórico, que ministro enquanto docente da Universidade Católica de Petrópolis – UCP, desde 2012.

E toda vez que o avisto, imponente, demoro o olhar por sobre o que detalhei, em desenhos, e que tanto ornamentam meu coração, e que fundamentaram minha carreira na batalha diária pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, até o fim de meus dias.

## Histórico

O serviço de correio reforça o elo da comunicação do século XX, sendo sua relevância demonstrada através da construção de um prédio exclusivo para a agência central de Correios, pela necessidade de haver uma edificação coerente com o volume de serviços prestados. O novo edifício necessitava ser erguido num ponto estratégico



Figura 1: Detalhe da ornamentação de paredes e teto do vestíbulo – acesso principal. Foto: MACHADO, 2006.

1- Dentre eles: FABRIS (1987), MACIEL (1997), PEREIRA (1999), REIS (1997), TAULOIS (2004).

do centro de Petrópolis. Para a realização do projeto, o Presidente Epitácio Pessoa pediu à Princesa Isabel que cedesse o trecho dos jardins do Palácio Grão-Pará para a construção da nova agência.

Com o projeto feito por Cristiano Stockler das Neves e Otávio Rocha, as obras começaram, em 11/01/1922, aos cuidados da Ambrogi Construtora. A inauguração foi feita na data prometida, em 12/11/1922, mas as obras só foram concluídas em 1925. O prédio é de estilo eclético, sendo esse tipo de arquitetura a história de Petrópolis e das principais agências de Correios e Telégrafos, estudadas por diversos autores<sup>1</sup>.

O sistema construtivo adotado no prédio foi alvenaria estrutural, autoportante, com fundações em pedras de granito lavradas. Todas as paredes e pilares das áreas secas são chapiscadas, emboçadas e rebocadas, sem texturas, recebendo acabamento em pintura; os tetos são em forro de estuque armado com sancas, estruturados em peças de madeira, que se apoiam nas linhas baixas da estrutura do telhado.

A cobertura principal é feita de telhado tipo Mansarda, estruturado em madeira, com fechamento em telhas de folhas em ferro galvanizado e ornamentado por óculos. Os telhados secundários, localizados sobre as ampliações do edifício, são de duas e quatro águas, estruturados em madeira, com fechamento em telhas cerâmicas tipo Marselha.

A esquina formada entre as Ruas do Imperador e Epitácio Pessoa é ocupada pelas fachadas principal e lateral esquerda, que possuem uma composição simétrica, apesar desta característica não se apresentar no interior da edificação. O fato é evidenciado na diferença de largura

entre as alas esquerda e direita, notada, principalmente, no trecho dos fundos e no segundo pavimento.

O destaque de ambas as fachadas é conferido pela presença de grandes colunas gregas, de ordem coríntia. Todos os ornamentos são executados em argamassa armada. Entre as colunas das fachadas, há janelas rasgadas, proporcionais à monumentalidade da edificação, que se abrem para sacadas com fechamento em balaustrada de argamassa armada, no térreo, e guarda-corpos em ferro fundido, com diferentes padrões, no pavimento superior.

Assimétrica e diferente das outras, a fachada lateral direita tem composição artística simplificada. Atualmente, sua visão fica bastante debilitada pela presença de um edifício comercial com gabarito elevado na Rua do Imperador. Esta edificação vizinha provoca o sombreamento permanente desta fachada, onde há maior ataque biológico, em função do alto índice de umidade concentrada.

A fachada dos fundos sofreu consideráveis alterações, ao ter sua volumetria perdida com a ampliação do edifício, em 1974. Anexado diretamente ao edifício original, o acréscimo foi executado em concreto armado, ligando diretamente as alas esquerda e direita, nos dois pavimentos. Originalmente, essas alas eram intermediadas por uma área externa à edificação, denominada Plataforma (área de carga e descarga de encomendas e correspondência).

Em 1975, o fundo do terreno foi ocupado pelo estacionamento e por uma construção anexa. O estacionamento tem cinco vagas para veículos de pequeno e médio porte e acesso pela Rua Eptácio Pessoa. Uma área de circulação livre é mantida entre ele e o prédio.



Figura 2: Detalhe óculo da coberta em Mansanda da Agência Central dos Correios de Petrópolis. Foto: MACHADO, 2006.



Figura 3: Agência Central dos Correios de Petrópolis, fachada principal. Foto: André Henrique Q. Ronzani, 2008.

2- As plantas originais encontram-se no Acervo da Biblioteca Central da FAU – USP.

3- As plantas dos projetos de ampliação pertencem ao Acervo da Seção de Bens Imóveis da Diretoria Regional dos Correios do Rio de Janeiro.

## Análise Comparativa da Iconografia

A partir da análise das plantas originais<sup>2</sup>, há o nítido entendimento de sua diagramação original, contudo, pelo estado avançado de deterioração das mesmas, alguns detalhes se perderam.

O projeto original confirma a inexistência do bloco central dos fundos e do trecho de final da ala direita no segundo pavimento. A planta do segundo pavimento original explicita a existência de um telhado de cobertura, localizada sobre a área molhada do térreo. A confirmação do fato foi explicitada durante a obra de recuperação das fachadas que, a partir de um recorte executado na argamassa para a reposição de um trecho danificado, descobriu-se as fiadas de tijolos mais recentes e diferentes de todos os modelos encontrados no restante das fachadas da edificação.

O corte longitudinal original também mostra que a área da antiga Plataforma (hoje fechada com a ampliação central do prédio) era coberta por um telhado aparentemente de duas águas, que não pode ter sua configuração confirmada pela ausência de uma planta de cobertura original.

Os projetos das ampliações - construídas junto e nas imediações do edifício original - datam de 1974 e 1975<sup>3</sup>. O último, o projeto do anexo, foi construído nos fundos do terreno da edificação principal. Toda a ala direita do segundo pavimento era destinada à residência



funcional: moradia de um funcionário dos Correios, que também exercia a função de zelador da Agência.

O tombamento da Agência Central dos Correios de Petrópolis, pelo INEPAC, em 1983, reconheceu-a, oficialmente, como parte do patrimônio cultural. Esse bem tombado encontra-se inserido no Centro Histórico da cidade de Petrópolis, tombado, pelo IPHAN, em 08/06/1964<sup>4</sup>.

### Diagnóstico

Para a realização do diagnóstico e do projeto, foi consultada a maioria dos manuais técnicos disponíveis no Brasil<sup>6</sup>. A edificação, datada de 1922, encontra-se parcialmente descaracterizada. Sua implantação é feita nos limites frontal e lateral esquerdo do terreno de esquina, apontando apenas afastamentos de fundos e lateral direito.

A cobertura do estacionamento apresenta a ação de agentes biológicos (manchas de fungos e sua face inferior). Nos muros limítrofes do terreno, há indícios claros da ação de infiltração ascendente, com ataques biológicos e deslocamento de argamassa e pintura.

A maior patologia do anexo, localizado no fundo do terreno, é a umidade ascendente, notada, principalmente, nas duas fachadas. As áreas infiltradas apresentam desprendimento do revestimento de argamassa, estufamento e deslocamento da pintura. No momento, o

4- Inscrição nº 034, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Processo nº 0662-T-62. O tombamento foi estendido em 1980 e 1982.

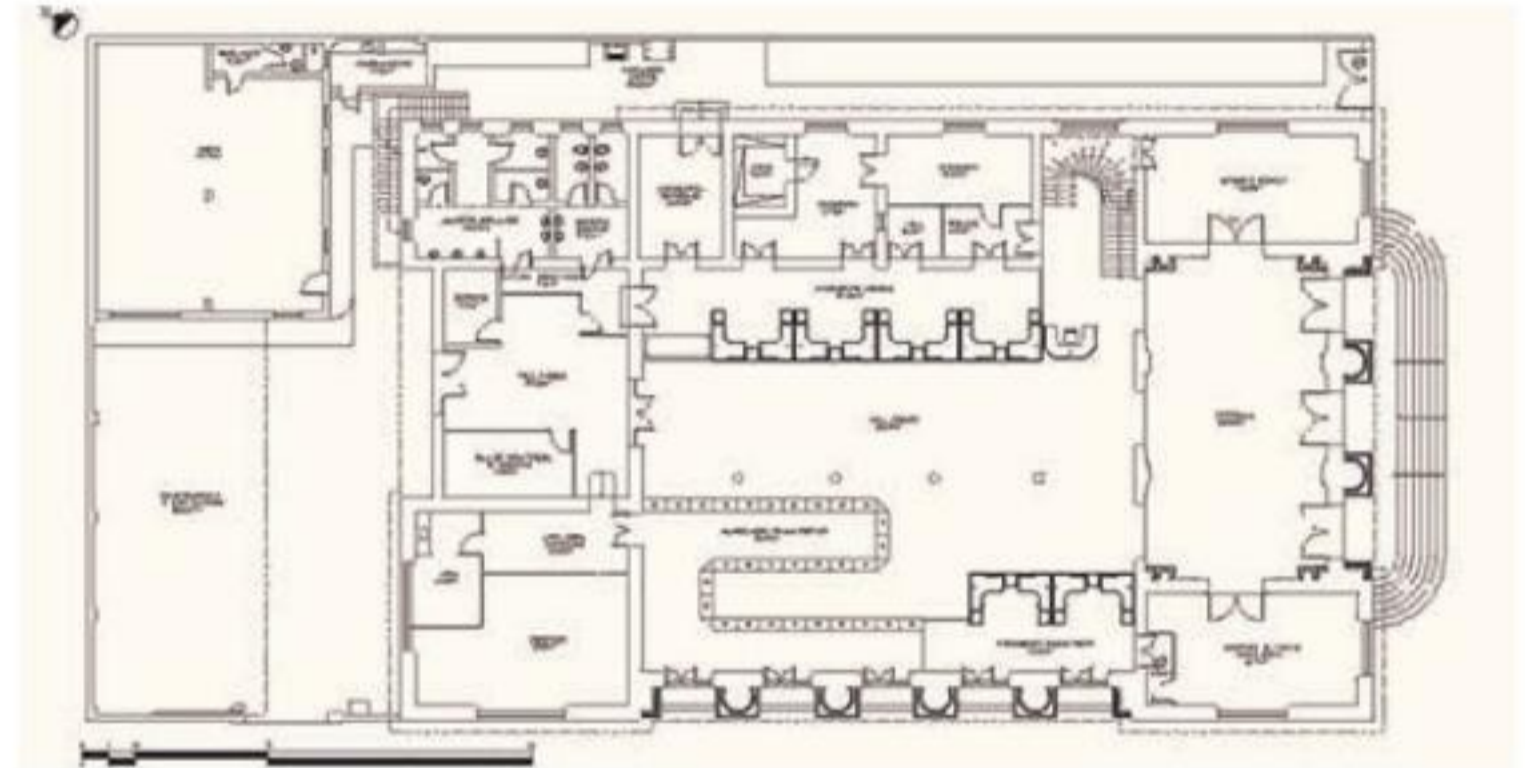


Figura 4: Planta pavimento térreo. Data 1974<sup>5</sup>.

5- Ibid.

6- Dentre eles: ALMEIDA(2005), BRAGA (2003), IPT (2004), IPP – RIOARTE (2002), IPHAN (2002, 2005), LA PASTINA (2005), MOTTA (1998), VASCONCELLOS (1979).

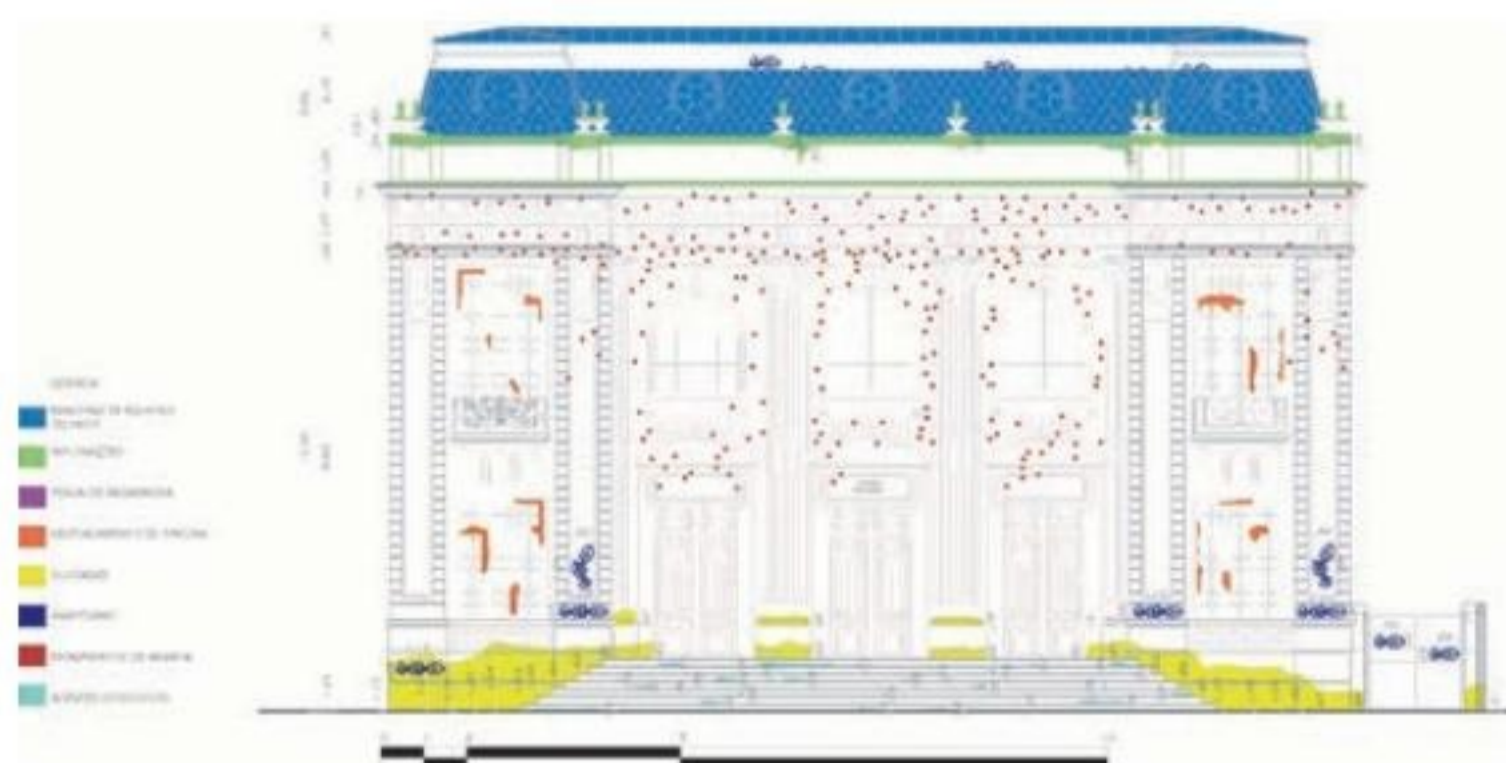


Figura 5: Mapeamento de danos – fachada principal. Ver MACHADO (2007).

anexo é utilizado como depósito de encomendas postadas, a serem despachadas e de mobiliário inutilizado.

Por não haver qualquer separação do espaço público, as fachadas do prédio principal sofrem consideravelmente pela degradação de três naturezas distintas - ação humana, agentes físico-químicos e agentes biológicos -, e, por agirem combinadas e sobrepostas umas às outras, multiplicam os fatores nocivos à conservação do bem tombado.

As principais patologias identificadas nas fachadas são: crosta negra; sujidades; pichações; e excrementos de animais, principalmente os provenientes da infestação de aranhas; descolamento de pintura, reboco e emboço dos planos de fundo e ornamentos (causado pela infiltração ascendente e descendente); deslocamento de pintura das esquadrias (causado pela ação combinada das intempéries); infiltração ascendente nos muros de fechamento do terreno e, ao final da fachada lateral esquerda e fundos, propiciando o desenvolvimento da ação biológica nestas superfícies.

Os planos de alvenaria das fachadas estão estáveis, não apresentando quaisquer movimentações e, portanto, não há trincas profundas ou fissuras graves. Apesar disto, alguns pontos da fachada do edifício original apresentam os tijolos aparentes, devido à deterioração do reboco. Destaca-se o mau estado de conservação do volume formado pela escada, localizada na fachada dos fundos, de data posterior. De um modo geral, os ornamentos e balaustradas - em argamassa armada -, encontram-se em bom estado de conservação, apresentando apenas uma leve deterioração da pintura.

Um problema marcante é a infestação de aranhas - da espécie *Nephilengys* -, concentrada nas fachadas da edificação<sup>7</sup>. Os resíduos da resina produzida pelas aranhas provocam a aderência de fuligem e poluição, resultando em inúmeros pontos negros, evidentes nos planos e ornamentos das fachadas.

Todas as esquadrias originais externas encontram-se parcialmente deterioradas, apresentando: deslocamento de pintura; empenamento; ressecamento e perda de trechos da base (muitas vezes reparados com inserções improvisadas); instalação de aparelhos de ar-condicionado, causando infiltrações nas paredes ao seu redor; fixação de divisórias das folhas das esquadrias; vidros danificados ou faltantes e ferragens deterioradas.

Os guarda-corpos dos balcões entalados - em ferro fundido trabalhado artisticamente - estão em avançado estado de deterioração, visível pelo seu completo estado de oxidação. Por este motivo, quase todos apresentam desprendimento parcial de sua base de sustentação e, em quatro deles, houve perda trechos da composição figurativa, culminando em queda na via pública.

A escada do acesso principal à edificação, em pedra lavrada, sofre com a vibração do tráfego na Rua do Imperador. Nota-se o distanciamento entre as peças de piso e espelho dos degraus. Os espaçamentos, por sua vez, acumulam substratos e umidade, proporcionando o aparecimento de vegetação de pequeno porte. Seu patamar - revestido em mosaico de tesselas hexagonais - apresenta fissuras em seu rejuntamento, com espessura variante entre 5 a 8 mm, devido à acomodação do bloco da escada no terreno.



Figura 6: Rosácea central do piso emmosaico do vestibulo da Agência.  
Foto: MACHADO, 2006.

7- O fato curioso é que a infestação de aranhas pode ser notada nas fachadas de todas as edificações no centro de Petrópolis, que possuem tonalidades semelhantes de amarelo-claro.



Figura 7: Vitrail sob a claraboia de teto do Salão Principal da Agência. Foto: MACHADO, 2006.

O salão principal - que abriga, efetivamente, a agência dos Correios - encontra-se em ótimo estado de conservação. Numa intervenção anterior, sem datação, todo o assoalho de piso, em pinho-de-riça, foi retirado da área ocupada pelo atendimento ao público da Agência. Este revestimento foi substituído por piso tipo marmorite, que descaracteriza totalmente a ambiência da edificação.

Os vitrais - sob a clarabóia e ao longo da escada principal - estão com sua estrutura em chumbo dilatada e distorcida, provocando o estufamento dos vidros e soltura de algumas placas. O fechamento da clarabóia é misto, sendo a parte inferior fechado em telhas cerâmicas tipo Marselha e o lanternim, originalmente, em vidro liso transparente. O vidro original foi substituído (por vidro aramado), em 1993, em função dos inúmeros danos causados por objetos atirados pelo prisma de ventilação e iluminação do prédio vizinho. Os danos na clarabóia também afetaram drasticamente o vitral sob ela, que foi restaurado na mesma data.

As falhas na vedação entre as placas de vidro aramado provocam goteiras sobre os balcões de atendimento da agência. O dimensionamento inadequado das calhas do telhado promove o acúmulo e ação direta das águas pluviais junto ao revestimento externo do prisma da clarabóia. O resultado é a infestação de agentes biológicos no revestimento externo, juntos às calhas, e o estufamento do revestimento interno, localizado sob as janelas das circulações.

Nos fundos da edificação, há, no mesmo ambiente, a sala de expedição de correspondências e uma copa para funcionários. Sobre a bancada da pia da copa, há aplicação de cimento nos rasgos executados na alvenaria, para reparos na tubulação de água. Um vazamento ocorrido neste trecho atingiu o revestimento da fachada dos fundos. A inserção de cimento altera consideravelmente o estado de conservação da argamassa de revestimento das paredes, pois, em seus componentes há sais que agredem a consolidação do revestimento original.

O hall de serviço – área ampliada – é subutilizado, abrigando apenas o maquinário de ar-condicionado e quadros de luz, um pequeno depósito e a circulação dos banheiros e área de atendimento da agência. As divisórias que delimitam os ambientes demonstram empenamento e desgastes em sua base e ferragens. O trecho mais afetado da edificação é o segundo pavimento, por sofrer diretamente as conseqüências dos danos da cobertura. O telhado principal (e original) da edificação está em mau estado de conservação, apresentando alto grau de oxidação das telhas de ferro galvanizado, o que provoca vários pontos de infiltração. As infiltrações atingem e danificam as peças do madeiramento e o forro de estuque armado, fixado na linha baixa da estrutura da cobertura.

O forro, em vários ambientes, já mostra o estufamento do estuque e deslocamento de pintura. Dependendo do grau de afetação, há o desenvolvimento de ataque biológico. A situação foi agravada pelo vazamento de uma caixa d'água de fibrocimento (já inutilizada), em estado último de deterioração.

O revestimento de piso de boa parte dos ambientes da edificação é o assoalho, em régua de madeira de padronagem diferenciada. Este encontra-se em bom estado de conservação, exceto por pequenos trechos que apresentam os seguintes danos: tábuas frouxas em relação à sua base de fixação, principalmente nos trechos sob as janelas; deslocamento de trecho da tábua corrida e afundamento das mesmas, provocado por antigas infiltrações do telhado; inserção de novas régua no assoalho, com coloração e padrão distintos dos originais; recobrimento de piso vinílico, fixado com cola, sobre o assoalho original.



Figura 8: Escada principal da Agência - piso em mármore carrara e guarda-corpo estilo Art Nouveau, em ferro fundido. Foto: MACHADO, 2006.

8- Este projeto foi apresentado como Trabalho Final de Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense 2/2007. Menção Honrosa no 20º Concurso Nacional Opera Prima 2008.

9- Ver BENJAMIN (1994), BRANDI (2004), FEILDEN (2004), KUHL (2000, 2003).

10- Ver CURY (2001).

## Diretrizes de Projeto<sup>8</sup>

Um edifício, como o edifício da Agência Central dos Correios de Petrópolis, não é uma mera “ilustração congelada” (Benjamim, 1985) de um momento específico da história de Petrópolis e da nação, mas sim um bem cultural acrescido de bagagem imaterial e concreta, mantido vivo por sua função essencial. Como não é possível que uma linha de pensamento desenvolvida em um trecho da história seja capaz de cobrir todas as questões surgidas durante os 88 anos de sua existência, não cabe na resolução de projeto somente uma linha de atuação, apresentada por um determinado teórico e/ou restaurador<sup>9</sup>. A análise crítica das postulações teóricas promove a reunião de diversas soluções, e suas aplicações consolidam o fato de que cada caso precisa ser tido como testemunho único das transformações sociais ocorridas ao longo do tempo.

As Cartas Patrimoniais<sup>10</sup>- documentos produzidos ao longo das décadas -, voltadas para a salvaguarda da cultura dos povos e suas manifestações, são, antes de tudo, o ponto de partida para o desenvolvimento do presente estudo.

O estudo analítico da documentação e iconografia do edifício precede o projeto de restauro da mesma (recomendação da Carta de Veneza, 1964), para que este seja executado sobre sólidos embasamentos histórico e estilístico. Portanto, todo o levantamento e análise dos dados do projeto original e a exposição em caráter evolutivo das modificações, têm por objetivo promover um projeto de intervenção que não altere sua caracterização original existente. De tal maneira que se recuperem as características, melhorando o estado de conservação e funcionamento do prédio e marque, cuidadosamente, as intervenções posteriores, para que estas fiquem claramente destacadas.

O uso original da edificação será preservado - Agência Central dos Correios de Petrópolis - e o programa de usos atual será mantido. Haverá, apenas, a reabilitação dos

ambientes através do remanejamento de usos e adaptação dos layouts, para melhor aproveitamento dos espaços e mínima intervenção nos elementos originais do bem tombado. Manter o uso do prédio é reavivar um dos emblemas da cidade e de seus habitantes, que reconhecem e alimentam uma intensa relação afetiva com este bem cultural. A sensibilização e zelo da sociedade para que os valores histórico e estético permaneçam e continuem sendo transmitidos é imprescindível à perenidade do edifício.

### Memorial Justificativo

As ampliações feitas na edificação foram executadas com o intento de mantê-la apta a continuar abrigando as atividades dos Correios, que foram ganhando as adaptações e remodelagens conseqüentes dos avanços tecnológicos dos meios de comunicação. A adequação do prédio acontece na década de 1970; numa época em que, há muito, já havia, no Brasil, a preocupação com o valor histórico das edificações. Entretanto, o despertar da consciência coletiva para a importância do prédio e de seu tombamento aconteceram somente na década seguinte, em 1983.

Desta forma, a execução de uma obra de ampliação - sem qualquer consciência da relevância da edificação - não pode ser evitada, o que culminou na descaracterização da volumetria do edifício e na interrupção da ventilação cruzada no segundo pavimento do mesmo. Estas novas intervenções são percebidas, à primeira vista, com certa dificuldade, porque foram efetuadas com o intuito de se mimetizar ao edifício original. Nota-se pelo acabamento dado ao trecho central ampliado nos fundos com frisos marcados, como no trecho original da fachada e pela esquadria - que apresenta a mesma tipologia, contudo, não as mesmas proporções das originais, presentes nesta mesma fachada.

Na “afirmação da particularidade de cada monumento, tendo, para cada um,

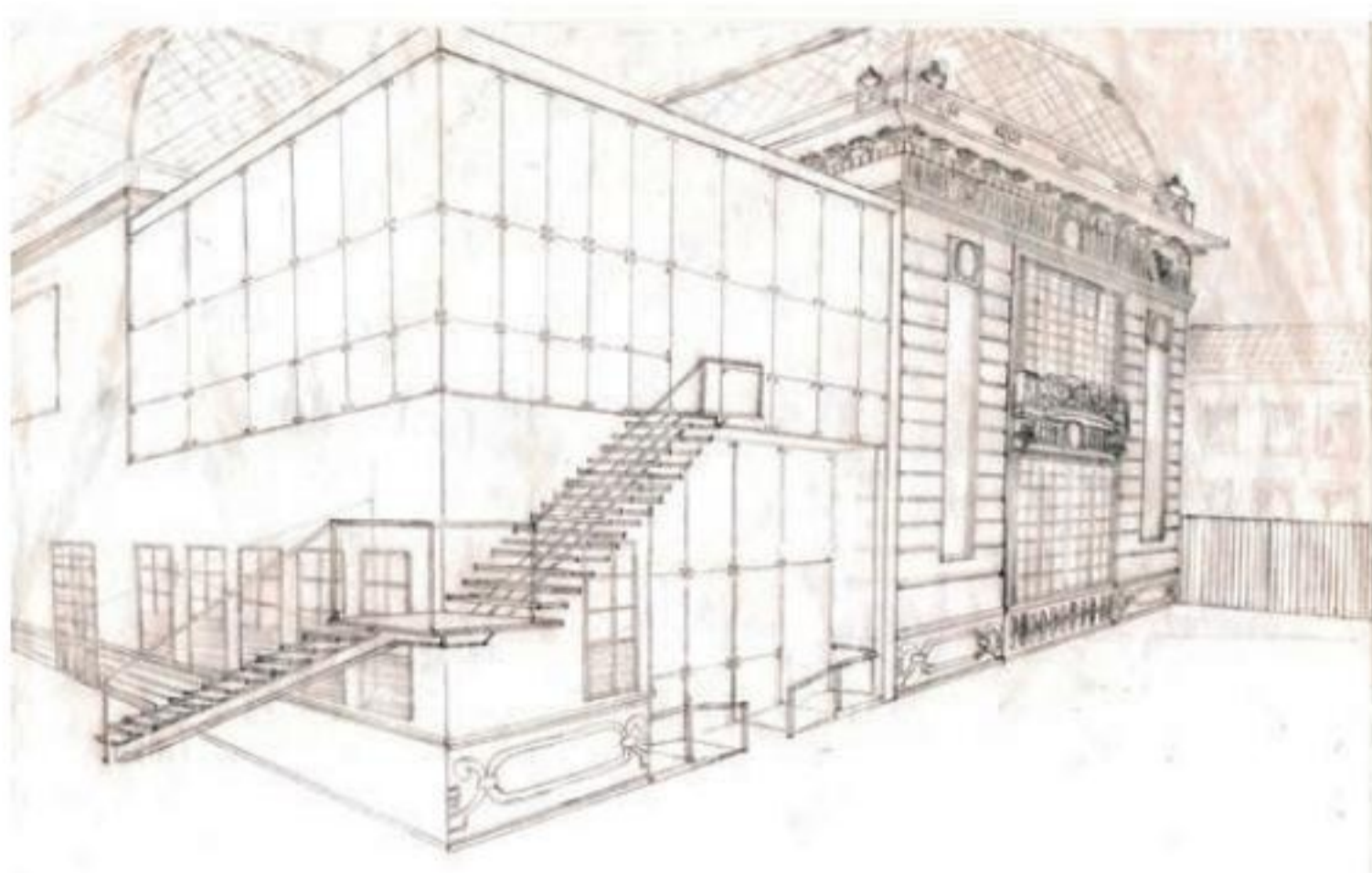


Figura 9: Proposta de intervenção - Fachada Fundos. Ver MACHADO (2007).

11- Ver CURY (2001).

12- Ibid.

13- A opção pela sobreposição da pele de vidro nos planos de alvenaria foi motivada pela diminuição considerável dos índices de fluxo de calor através da fachada e a demanda por refrigeração, além da redução da poluição sonora, caso esta fosse totalmente trocada pelo plano de vidro.

análise ou ação específica e utilização dos edifícios tombados, de modo a garantir a continuidade de sua vida sem danos”; (Carta de Atenas, 1931)<sup>11</sup>; e para “conservar e revelar os valores estéticos e, assim, respeitar as contribuições de todas as épocas, não objetivando uma unidade estilística” (Carta de Veneza, 1964)<sup>12</sup>; serão mantidas as ampliações feitas na edificação. Estas intervenções de ampliação da edificação não podem ser desprezadas, posto que, além de configurarem o registro da história do prédio, evidenciam uma necessidade de novos espaços, que é perpetuada até hoje.

O conceito determinante foi fazer prevalecer a substância e enfatizar a forma, decidindo pela manutenção das construções executadas posteriormente à data do edifício original. Mas, diferentemente das intervenções da década de 1970 (que tentavam desastrosamente camuflar-se no trecho original), objetivou-se diferenciar a ampliação da parcela original. O realce em relação ao edifício original esclarece sua presença, enquanto nova etapa da vida do bem imóvel, sem caracterizar qualquer tentativa de falso histórico.

Para que a intervenção fosse mínima e eficiente, aplicou-se, sobre o revestimento de fachada da ampliação, placas de vidro laminado, na cor bronze, e as esquadrias voltadas para este trecho são feitas do mesmo material, sem caixilho, para criar um plano limpo na unidade visual do conjunto edificado. O sistema da pele de vidro escolhido foi o Glazing - perfis metálicos estruturais, fixados internamente, sendo as folhas de vidro fixadas frontalmente, com presilhas e vedadas com silicone estrutural<sup>13</sup>.



Também as divisões de ambientes definidas neste projeto e os novos planos verticais internos serão revestidos em vidro laminado. A unidade de leitura das novas intervenções deixa os transeuntes e usuários sem qualquer dúvida sobre a autenticidade do projeto original e a intervenção atual.

O vidro foi escolhido por não conflitar com a edificação original e, ao mesmo tempo, por destacar-se visualmente dos materiais e ornamentos originais. A opção pelo tipo laminado deve-se à superioridade de sua resistência e a cor bronze à criação de uma unidade cromática com a edificação, que recupera sua cor original, o amarelo óxido. Para demarcar as duas situações - original e atual -, uma linha contínua corre na aresta de maior contato com o prédio original e pela aresta superior da ampliação, sendo composta por perfis metálicos, revestidos com pintura eletrostática vermelha.

Algumas atividades desenvolvidas no prédio, atualmente, estão divididas em duas salas por falta de planejamento, prejudicando a comunicação entre os membros das Coordenadorias e o desempenho de suas atividades. Dentro desta conjuntura, as atividades foram reorganizadas em diferentes salas, de acordo com a interdependência das mesmas, e para que cada Seção obtivesse espaço suficiente para acomodar o contingente de funcionários e, assim, transformar positivamente o ambiente de trabalho.

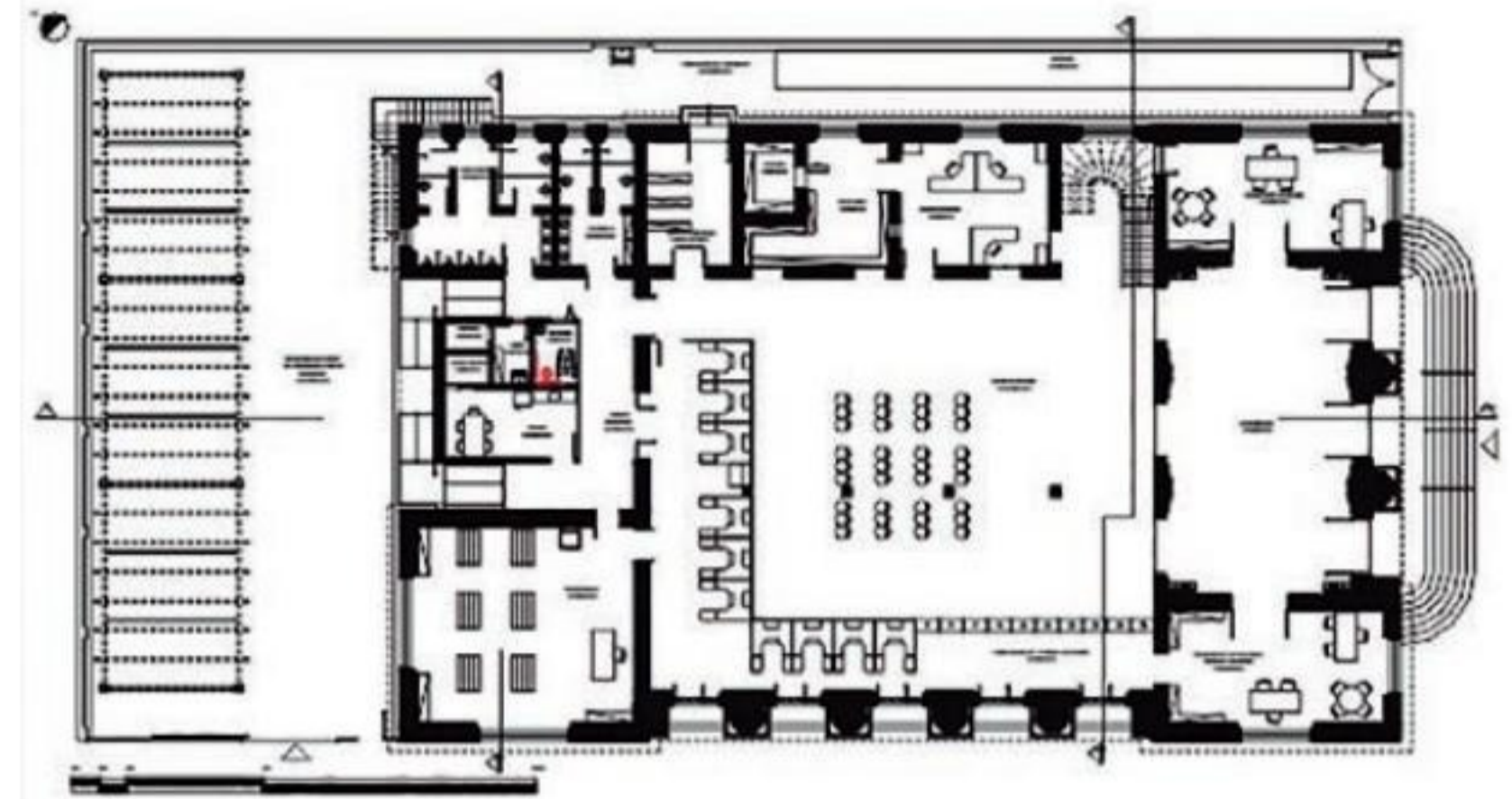


Figura 10: Proposta de intervenção – planta pavimento térreo. Ver MACHADO (2007).

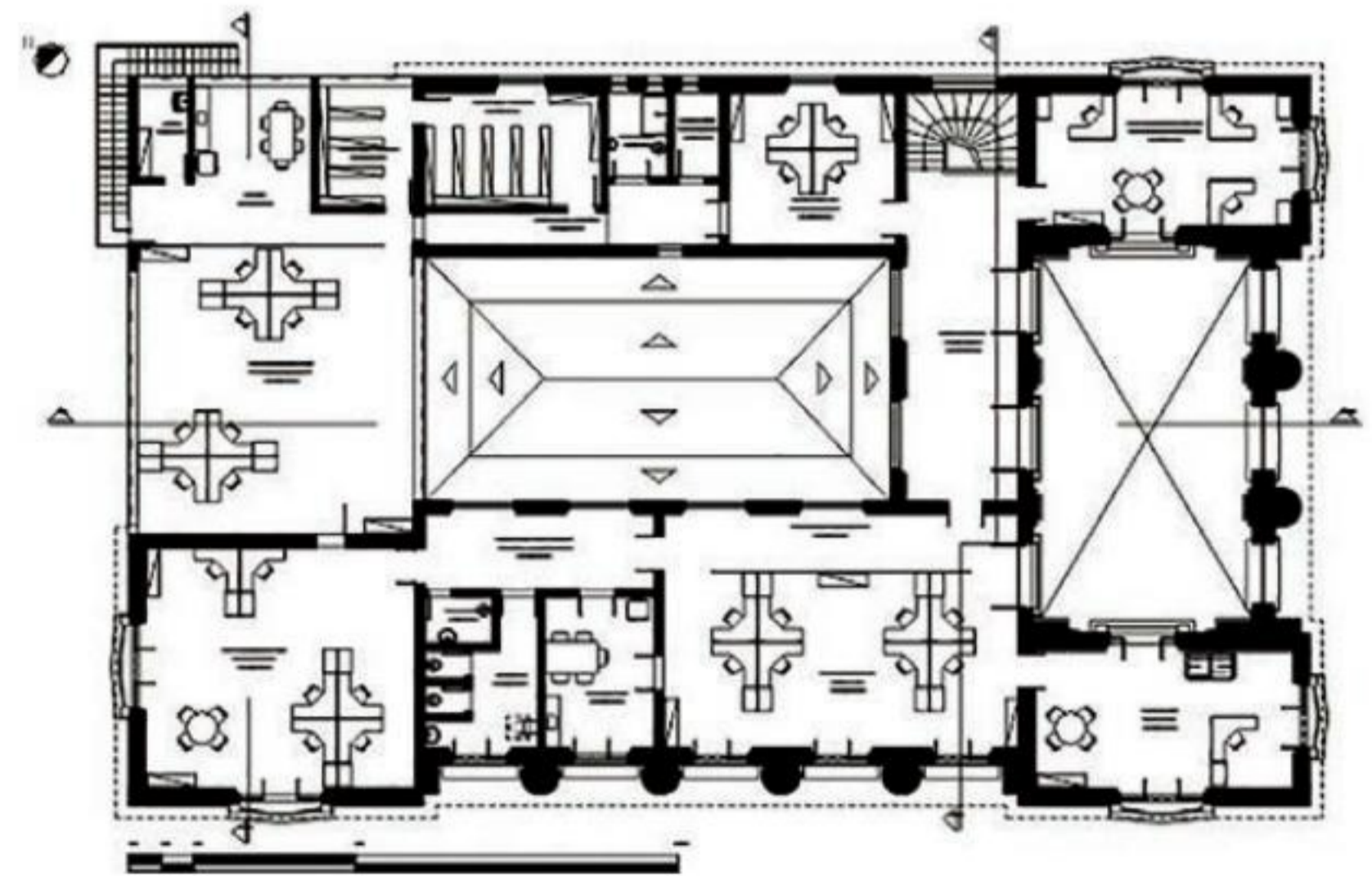


Figura 11: Proposta de intervenção – planta 2º pavimento. Ver MACHADO (2007).

14- Ver LONRENZI (1999).

15- Ver ABNT - NBR 9050 Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos (2004).

A solução de projeto, para a otimização das atividades e reabilitação das ambiências originais, foi reunir as atividades nos mesmos ambientes, eliminar as áreas sub e/ou inutilizadas e retomar a legibilidade e qualidade construtiva do bem tombado.

O anexo é demolido, para permitir a ampliação da área de estacionamento, atualmente insuficiente para sua demanda (cinco vagas). Agora, há visão plena da fachada dos fundos (antes estrangulada) e o estacionamento possuirá nove vagas. Este receberá uma pérgula em peças de ipê aparelhadas, com recobrimento vegetal de Tumbérgia-azul (formação densa, perene, fácil manutenção e floração no ano todo)<sup>14</sup>.

Todos os pisos de paralelepípedos e cimentado da área externa serão substituídos por blocos intertravados de concreto, mantendo a permeabilidade do terreno e criando uma superfície homogênea e adequada tanto à sobrecarga dos veículos, quanto ao uso dos pedestres.

Como o desnível no acesso principal entre a pavimentação de calçada e o topo da escada é de 1,23 m, não há espaço físico para a adaptação de uma rampa dentro dos parâmetros determinados pela NBR 9050<sup>15</sup>. Assim, foi criado um acesso à edificação na fachada fundos (que já acontece informalmente, por idosos e portadores de necessidades especiais), onde o desnível a ser coberto em relação à pavimentação do calçamento é de 10 cm. Os acessos de pedestres e veículos, na Rua Epiácio Pessoa, foram individualizados, assim como os acessos à edificação em si, separando os fluxos de carga e descarga e a circulação de transeuntes e usuários, garantindo a segurança e continuidade de ambas as atividades.

O piso do antigo hall dos fundos da edificação era inferior ao da parcela original da edificação e, por isso, foi elevado, para livrar o acesso de quaisquer obstáculos. Neste espaço, antes subutilizado, foram projetados a nova copa dos funcionários, sala técnica, área de serviço, depósito de lixo e o banheiro para portadores de necessidades especiais.

Os banheiros do pavimento térreo ainda conservam sua configuração original e, para a manutenção da mesma, construiu-se um novo banheiro, que cumprisse as normas definidas na NBR 9050<sup>16</sup>.

Todos os ambientes construídos nesta área estão afastados do perímetro de paredes originais da edificação, para mantê-las sem novas interferências e/ou risco de contato com materiais – paredes divisórias em alvenaria de tijolos, revestida de argamassa e acabamento em pintura - que, em função de composições físico-químicas diferentes, possam vir a ser incompatíveis com os originais.

O novo bloco construído dentro da área dos fundos da edificação, no pavimento térreo, foi o máximo possível afastado das esquadrias de fundo da agência, para que não houvesse a criação de um anteparo visual. Estes novos planos verticais - percebidos através das generosas portas com panos de vidro originais foram revestidos com vidro laminado bronze, para suavizar a inserção da nova área construída e integrá-la visualmente, à percepção do novo projeto desenvolvido para a edificação. Os novos revestimentos de piso das áreas molhadas e circulações são os mesmos, nos dois pavimentos, para contribuir na leitura indubitável da nova intervenção.

O antigo *layout* dos guichês de atendimento, separados em duas sessões opostas, causava um enorme conflito de fluxos. A dificuldade de comunicação entre os funcionários causava lentidão no serviço e insatisfação dos usuários, principalmente os idosos, os maiores frequentadores da Agência.

Desta maneira, em projeto, foram concentrados todos os guichês de atendimento no fundo da agência, ampliando a leitura de todo o ambiente, iluminado abundantemente pela clarabóia. Esta solução também foi possibilitada pela retirada de armários de caixas postais inutilizados, pois seu uso diminuiu consideravelmente nos últimos anos.

O piso de alta resistência tipo marmorite existente é substituído por placas de Granito Preto São Gabriel com acabamento serrado, mesclados com tosetos em Mármore Branco, com acabamento polido. O acabamento serrado garante o acesso seguro de portadores de necessidades especiais e idosos, principalmente nos dias chuvosos (de grande ocorrência na cidade).

Para valorizar o majestoso vitral da clarabóia, o piso sob a mesma terá as proporções e paginação do restante da Agência, porém, com uma inversão cromática - placas de Mármore Branco com acabamento serrado, mesclados com tosetos em Granito Preto São Gabriel, com acabamento polido, enfatizando o reflexo do multicolorido do vitral, proporcionado pela iluminação zenital.

No segundo pavimento, todas as salas foram livradas das antigas subdivisões e tiveram seus pés-direitos originais recobrados. As atuais divisões de circulação são, também, em vidro laminado bronze, com assentamento em perfis emborrachados, para não danificar o assoalho de piso original. Os arquivos de todas as Coordenadorias foram concentrados em dois espaços já existentes (já que a consulta aos documentos é esporádica), para que houvesse menos armários nas circulações e mantivesse uma perspectiva limpa dos ambientes recuperados.

No trecho ampliado do segundo pavimento foi demolida a parede divisória dos ambientes e amplos vãos foram abertos, tanto voltados para a fachada dos fundos, quanto para o prisma da clarabóia. A abertura desses vãos retoma a condição original da ventilação cruzada neste pavimento. A parede de fachada interna, voltada para a cobertura da clarabóia e vista por toda a circulação do segundo pavimento, também receberá revestimento de pele de vidro, para que a ampliação fique marcada em sua totalidade volumétrica, e não apenas na fachada dos fundos.

A escada externa que ligava a área de serviços do segundo pavimento à circulação externa do térreo foi demolida, em função de seu péssimo estado de conservação. Uma nova escada - em estrutura metálica e descolada dos planos verticais das fachadas de fundos e lateral direita - foi construída com a mesma configuração, para que se mantenha uma circulação de serviços e se evite a confluência de toda a circulação vertical para a escada principal da edificação, revestida em Mármore Carrara original.

O mobiliário de todo o setor administrativo será de estações de trabalho (ilhas), pois estes concentram as alimentações elétricas e de lógica a um único ponto, diminuindo a intervenção das tubulações nos elementos originais de piso e paredes. Além disso, o *layout* proposto para as ilhas induz a uma circulação dos usuários mais afastada das paredes originais, no intuito e preservá-las ao máximo.

## Conclusão

O Projeto de Restauração da Agência Central dos Correios de Petrópolis mostra que uma edificação tombada deve ser adaptada às novas demandas, surgidas ao longo de sua existência. A manutenção de seu uso é, de fato, a melhor maneira de conservá-lo tanto materialmente, quanto no cumprimento de sua função social.

A criação uma identidade minimalista de intervenção tem a finalidade de se destacar dos componentes da edificação principal, sem interferir em sua leitura. A intenção maior é recuperar as ambiências perdidas com as subdivisões insensíveis, feitas ao longo do tempo. Pontuar a restauração e favorecer a conservação da autenticidade de monumento histórico e a implantação de um sistema regular e permanente de manutenção, deve ser a prioridade para assegurar sua preservação.

O profundo conhecimento do bem precede fundamentalmente o desenvolvimento de um projeto de intervenção de qualidade, que compreenda e respeite, em sua proposta, a autenticidade e o valor cultural do imóvel tombado. Assim, a pesquisa minuciosa explicita a importância na busca pelas fontes bibliográficas e iconográficas e a análise crítica do material encontrado, antes da etapa de estudo preliminar e conceituação de projeto.

A conservação de um bem patrimonial não se limita à intervenção na matéria. Sua manutenção só se efetiva a partir do caráter coletivo, que acontece através da percepção e reconhecimento da sua importância como parte formadora da identidade de um grupo social. Desta forma, podemos concluir que o olhar cuidadoso sobre o patrimônio possibilita a restauração do suporte material e, simultaneamente, reaviva o valor cultural do bem tombado.

## Referências

- ABNT. **NBR 9050**- acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. 2ª. Ed. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004.
- ALMEIDA, Frederico Faria Nunes. **Conservação de cantarias**: manual. Brasília: IPHAN, 2005.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura; Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRAGA, Márcia Dantas (Org). **Conservação e restauro**: madeira, pintura sobre madeira, douramento, estuque, cerâmica, azulejo, mosaico. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- CURY, Isabele (Org). **Cartas Patrimoniais**. Edições do Patrimônio. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001.
- FABRIS, Annateresa (Org). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel Editora ad Universidade de São Paulo, 1987.
- FEILDEN, Bernard M. **Conservation of Historic Buildings**. 3a. Ed. Oxford: Architectural Press, 2004.
- INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. **Corredor cultural**: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. Rio de Janeiro: RIOARTE, IPP. 4 D - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Programa Monumenta. **Caderno de encargos**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. (Série caderno técnico; 2).

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **IBA - Inventário Nacional dos Bens Arquitetônicos (Departamento de Identificação e Documentação)**. Brasília: Ministério da Cultura, 2002.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Manual de Conservação Preventiva para Edificações**. Brasília: Ministério da Cultura, 2000.

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas. LELIS et al. (coord.). **Biodeterioração de madeiras em edificações**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2001.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Os Restauradores – Camilo Boito**. São Paulo: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2003

KUHL, Beatriz Mugayar. **Os Restauradores – Viollet-le-Duc**. São Paulo: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2000.

LA PASTINA FILHO, José. **Conservação de telhados – manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

LORENZI, Harri e Souza. Hermes Moreira de. **Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. 2ª ed. São Paulo: Instituto Plantarum, 1999.

MACHADO, Erika Pereira. **Restauração da Agência Central dos Correios de Petrópolis**. Trabalho Final de Graduação. Niterói: UFF - Escola de Arquitetura e Urbanismo, 2007.

MACIEL, Eliane (Org). **Os Correios de Petrópolis: um passeio pela história**. Rio de Janeiro: Grafitto Gráfica e Editora Ltda., 1997.

MOTTA, Lia. SILVA; Maria Beatriz de Resende (Org). **Inventários de identificação: um programa de experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.



PEREIRA, Margareth da Silva. **Os correios e telégrafos no Brasil:** um patrimônio histórico e arquitetônico. São Paulo: MSP?Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

TAULOIS, Antônio Eugênio. **História de Petrópolis.** Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis - Universidade Católica de Petrópolis, 2004.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil:** Sistemas Construtivos. Belo Horizonte: Universidade Federal das Minas Gerais- Rona Ed., 1979.

Erika Pereira Machado

Arquiteta e Urbanista, Mestre em Preservação de Patrimônio Cultural – PEP/MP - IPHAN Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Petrópolis - UCP. E-mail: erika,pereira@ucp.br



# História do uso de códigos de barras para triagem de correspondências nos Correios do Brasil

History of the Bar Codes Use for Sorting Correspondences in the Brazilian Post

Odarci Roque de Maia Junior

## Resumo/Abstract

Os equipamentos automatizados para a triagem de cartas dos formatos normal e semiembaraçoso fazem uso de códigos de barras especiais, impressos nos envelopes, para executar a tarefa de separação das correspondências de acordo com o código postal do destinatário. Este artigo tem como objetivo apresentar uma breve descrição dos códigos de barras gerados pelos equipamentos de triagem dos Correios entre os anos de 1978 e 2016.

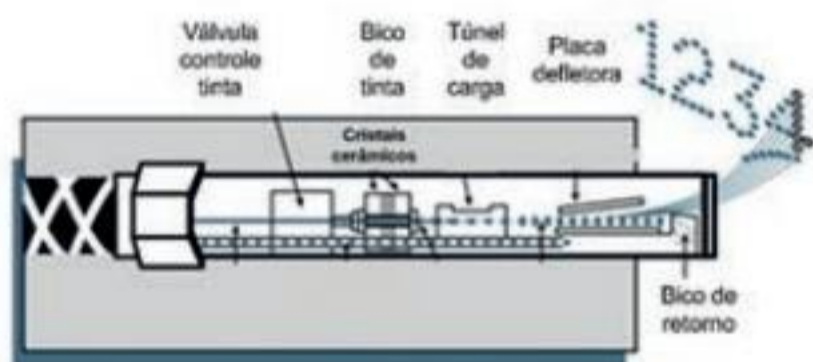
**Palavras-chave:** Triagem automatizada. Código de barras. Código postal. Tecnologia postal.

Automated equipment for sorting letters and flats make use of special barcodes, printed on the envelopes, to perform the task of separation of correspondence according to the recipient's postal code. This article aims to present a brief description of barcodes generated by the equipment of Brazilian postal service between the years 1978 and 2016.

**Keywords:** Automated sorting. Barcode. Postal code. Postal technology.

#### A tecnologia de jato de tinta contínuo

Na tecnologia de impressão com jato de tinta contínuo, um fluxo de pequenas gotas de tinta é direcionado para o local de impressão. O jato de tinta é inicialmente emitido por meio de um bico injetor e posteriormente quebrado em gotas por meio de um cristal piezolétrico, localizado logo após a saída do bico. Um sinal ultrassônico é aplicado ao cristal de forma a dividir o fluxo contínuo em pequenas gotas. Estas gotas de tinta, então, separadas no fluxo, recebem uma carga elétrica negativa. Ao longo do seu percurso as gotas passam entre placas defletoras, cuja carga positiva, determinada conforme a necessidade de impressão, determina a altura ou ângulo de voo vertical de cada gota no trajeto entre o cristal e o local de impressão (envelope). A altura de voo de cada gota é determinada em função do valor da carga elétrica aplicada nas placas defletoras. Quando não há a necessidade de impressão, as gotas de tinta não são atraídas pelas placas defletoras e permanecem no fluxo horizontal, sem deflexão vertical, e são coletadas por um tubo de vácuo e retornam ao reservatório de forma a serem reutilizadas. Como existe certa evaporação do solvente da tinta neste processo, a própria impressora realiza a adição de solvente, de forma automática.



#### Anos 1978-2000

No final dos anos 1970, os Correios adquiriram junto à empresa japonesa NEC Corporation diversos sistemas automatizados para triagem de cartas. O primeiro foi instalado em Brasília (DF), em 1978, seguido por outros em São Paulo, em 1979, e na cidade do Rio de Janeiro, em 1980. Tais equipamentos operaram até o final dos anos 1990, processando a maioria das correspondências que foram destinadas àquelas capitais ou ali postadas para outros destinos no Brasil e exterior.

Nesta época a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos utilizava em seus processos uma codificação de cinco dígitos numéricos para o Código de Endereçamento Postal (CEP), a qual havia sido instituída pela empresa em maio de 1971. Cada uma das localidades brasileiras possuía o seu CEP próprio, além de cerca de noventa cidades, a maioria das capitais e outras de maior porte, que possuíam seus logradouros individualmente codificados, ou seja, cada uma das suas ruas e avenidas possuía CEP próprio de cinco dígitos.

De forma a permitir a operacionalização dos equipamentos automatizados de triagem, houve a necessidade da adoção de um sistema de código de barras para que eles pudessem realizar a leitura automática do valor do CEP associado ao endereço do destinatário de cada correspondência. Todas as cartas de formato normal que foram processadas entre o final da década de 1970 até o ano 2000, nestes centros de triagem automatizados – Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro – receberam a impressão de um código de barras laranja no seu anverso, especificamente na parte direita do seu rodapé (figura A).

Os sistemas de triagem cuja tarefa era realizar a classificação e separação automatizada das correspondências, de acordo com o local de entrega, possuíam diversos módulos (MAIA JÚNIOR, 2013, p. 174). A primeira fase do processamento era realizada pelo módulo denominado PSM (*pre-sorting machine*), o qual era equipado com um avançado sistema de leitura eletrônica e reconhecimento automático de CEP manuscritos ou impressos nos envelopes. Este equipamento efetuava a leitura do CEP colocado pelo cliente nos envelopes e a seguir realizava a impressão de um código de barras, com as informações relativas ao valor do CEP que fora identificado no momento da leitura dos dados escritos ou impressos no anverso do envelope. Tal impressão se realizava por meio de uma impressora de jato de tinta de alta velocidade da marca *VideoJet*, uma subsidiária da companhia AB Dick, do grupo General Electric (GE). Todo o processamento posterior, a cargo dos demais módulos do equipamento, era realizado mediante a leitura eletrônica deste código de barras, sendo as informações de CEP utilizadas para a

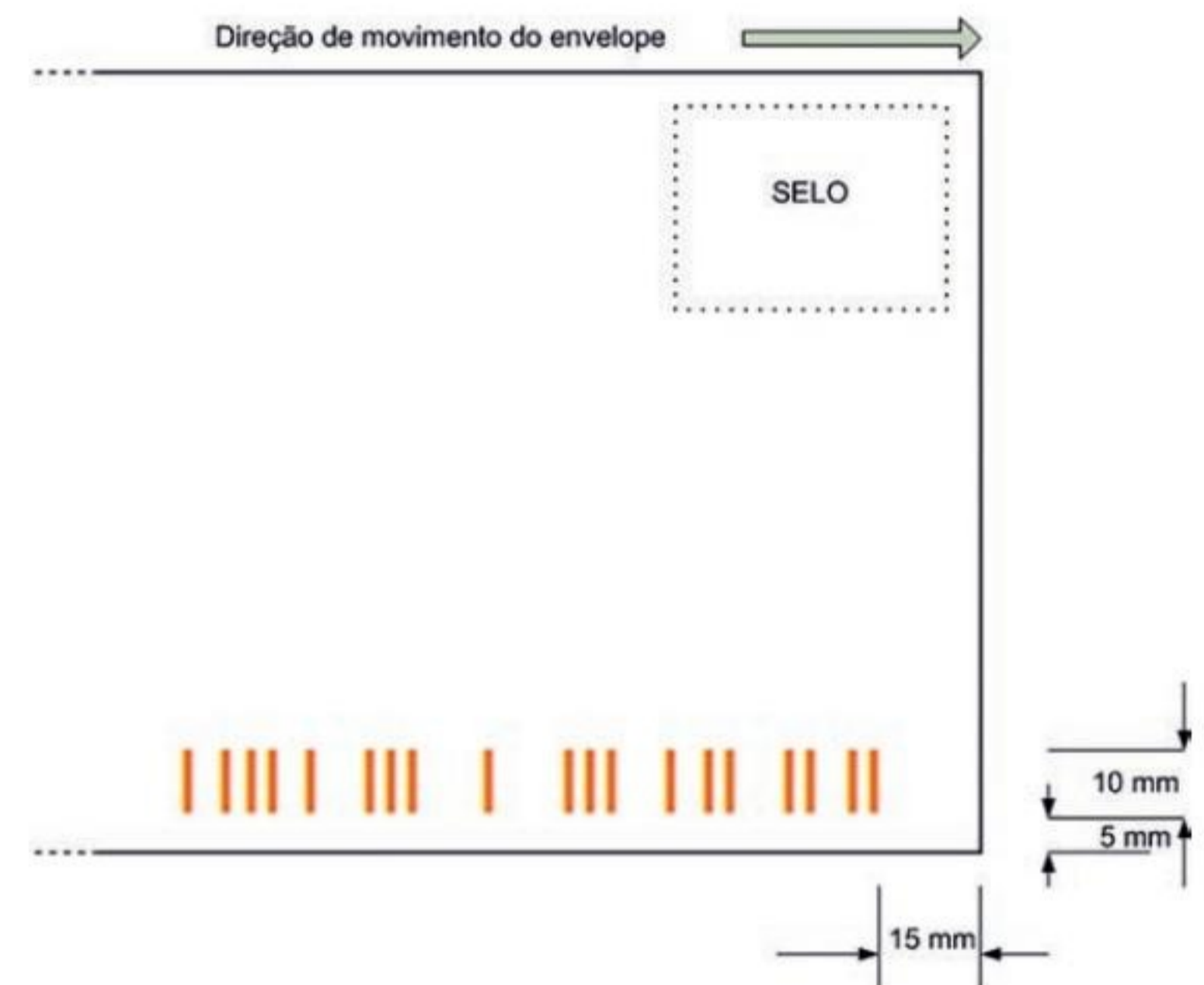


Figura A – Posicionamento da impressão do código de barras.

classificação e separação mecânica das cartas, as quais eram agrupadas em escaninhos conforme o destino - geralmente, todas as cartas destinadas a uma determinada localidade ou logradouro - para posterior transporte e entrega aos destinatários. Nas situações onde o módulo PSM não conseguia ler automaticamente o CEP (exemplos: caso a impressão estivesse borrada ou com escrita de baixa qualidade), a informação era digitada por operadores, em um outro módulo do equipamento, denominado CDS (*Coding Desk Suite*), de forma a possibilitar a posterior impressão do código de barras com os dados do CEP.

A simbologia de código de barras empregada no equipamento era do tipo postal fluorescente “*bar/no bar*”, de forma a permitir a sua leitura por meio de leitores (*scanners*) de alta velocidade, cerca de dez cartas por segundo. O código de barras, doravante denominado NEC1978, era impresso com uma tinta especial, eletroestática e na cor laranja fluorescente, de forma que a sua leitura pudesse ser realizada com o uso de iluminação ultravioleta, visto que havia a necessidade de distinguir o código de barras das demais informações já existentes no anverso do envelope, tais como, logomarcas, timbres, fundo colorido, informações publicitárias, carimbos, selos, etc. A impressora imprimia cada barra do código de barras por meio da aplicação de uma coluna de oito pequenas gotas de tinta.

Os envelopes circulavam no equipamento faceados com deslocamento no sentido da esquerda para direita, ou seja, a lateral direita do anverso do envelope era a primeira parte dele a circular no equipamento. Desta forma, a impressão do código de barras se realizava da direita para a esquerda, com o posicionamento das duas primeiras barras – delimitadoras de início (*start*) do código de barras – à cerca de 15mm da borda lateral direita do envelope e com a parte inferior das barras localizada à cerca de 5mm da base do mesmo. Cada barra, formada por oito gotas de tinta, possuía uma altura de aproximadamente 10mm e largura de 1mm. O espaçamento entre a posição de cada barra era de 1,5mm. Normalmente as barras eram impressas de forma a formar linhas

perfeitamente verticais. Entretanto, em função de eventual variação na regulagem das impressoras durante o uso, as barras poderiam tomar um formato de canoa - ou seja, um traço curvado da seguinte forma: - o que em alguns casos comprometia o processo de leitura das mesmas.

As impressões de código de barras realizadas nos envelopes podiam ser realizadas em dois formatos distintos, conforme a origem da informação do CEP. Quando o CEP do destinatário da correspondência era obtido por meio de leitura totalmente automatizada, ou seja, por meio da OCR, o código de barras continha apenas a informação relativa aos cinco dígitos do CEP. Entretanto, caso a informação do CEP fosse originada da digitação realizada pelos operadores no módulo denominado CDS (*Coding Desk Suite*), o código de barras continha, adicionalmente, a informação relativa ao número do posto de digitação que havia obtido os dados do CEP daquela correspondência.

Para o primeiro caso – informação apenas do CEP – cada caractere era representado por um conjunto fixo de cinco posições combinadas de barras e espaços vazios (*bar/no-bar*). Entre cada grupo de cinco posições (dígito) era impressa uma barra separadora. O código de barras completo era formado, então, por um total de trinta e uma (31) posições (espaços ou barras), sendo 25 relativas aos dígitos do CEP, 4 barras separadoras e duas barras delimitadoras de início (*start*). Diferentemente de outras simbologias, não havia previsão de uso de sinais delimitadores de final do código de barras (*end*).

A codificação de cada dígito do CEP, nos blocos de cinco posições, era feita conforme a tabela 1.

Na figura B está exemplificado como era feita a codificação das barras para a representação de um CEP oriundo de uma leitura automática (por exemplo, CEP=01234), ou seja, realizada pela OCR.

	Posição				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
	Peso				
Símbolo (dígito do CEP)	7	4	2	1	0
0	B	B			
1				B	B
2			B		B
3			B	B	
4		B			B
5		B		B	
6		B	B		
7	B				B
8	B			B	
9	B		B		

Onde: B= presença de barra impressa  
vazio= espaço (sem impressão)

Tabela 1 – Codificação dos dígitos do CEP em forma de barras e espaços

OCR CEP=01234

0	SEP	1	SEP	2	SEP	3	SEP	4	START
B B	B	B B B	B	B B B	B	B B B	B	B B	B B B



Figura B - Exemplo de esquema de codificação de CEP em forma de código de barras com dado originado da OCR

	Posição		
	1ª	2ª	3ª
	Peso		
Número da mesa	4	2	1
0 (*)			
1			B
2		B	
3		B	B
4	B		
5	B		B
6 (*)	B	B	
7 (*)	B	B	B

**Onde:** B= presença de barra  
vazio= espaço (sem impressão)  
(\*)= valor não utilizado (a CDS possuía apenas 5 postos de digitação)

Tabela 2 – Codificação do número da mesa de digitação

1- Informações relativas à formatação da codificação das barras do código NEC1978 foram gentilmente fornecidas pelos funcionários Eloy Rodrigues Cesar Osório Junior e Jose Wilson Mariano, os quais atuaram no então Departamento de Engenharia (DEPEN) no período de operação dos equipamentos.

Para o segundo caso, quando a informação do CEP era obtida por meio de digitação, o código de barras possuía na sua extremidade esquerda um conjunto adicional de três barras com a codificação binária do número da mesa que havia originado o valor do CEP aplicado ao código de barras. Este conjunto de barras ficava separado do primeiro dígito do CEP por meio de uma barra separadora. Para os dígitos do CEP a codificação empregada era a mesma usada para a versão de código de barras vista acima.

Desta forma, o código de barras completo era formado por um total de trinta e cinco (35) posições para barras, sendo vinte e cinco (25) relativas aos dígitos do CEP, cinco (5) barras separadoras, três (3) barras para a codificação do número da mesa de digitação e (2) duas barras delimitadoras de início (start). A codificação do dígito indicador da mesa de digitação era feita conforme a tabela 2. Embora a simbologia permitisse a identificação de até 8 postos de digitação – números de 0 a 7 –, cabe destacar que os módulos CDS utilizados pelos Correios possuía apenas cinco postos de digitação para cada equipamento PSM, de forma que apenas os valores de 1 a 5 eram utilizados nos códigos de barras.

Na figura C, está exemplificada como era feita a codificação das barras para a representação de dois exemplos de valores de CEP – 90123 e 80123 – oriundos de digitações realizadas pelos operadores das mesas 5 e 2, respectivamente.

Figura C - Exemplos de esquema de codificação de CEP em forma de código de barras com dado originado das mesas de codificação 5 (CEP=90123) e 2 (CEP=80123).

Na tabela 3 estão resumidas as principais características do código de barras.<sup>1</sup>



## Anos 1999-2016

Na década de 1990 os Correios iniciaram um programa de modernização e expansão do seu parque de equipamentos automatizados de triagem de cartas e encomendas. Havia ocorrido um expressivo crescimento do volume de objetos postais circulando no país, notadamente no segmento de encomendas e pequenos pacotes, o que demandou o ajuste da capacidade produtiva da empresa, bem como a sua modernização. Foram previstos três tipos de equipamentos automatizados para a triagem, envolvendo o processamento de cartas de formato normal, de objetos semiembaraçosos (por exemplo, grandes envelopes e revistas) e de objetos embaraçosos (encomendas, pequenos pacotes e malotes). Dentro do mesmo programa, foram desenvolvidos sistemas para a movimentação interna de cargas unitizadas (ou seja, agregadas em caixetas ou contêineres), bem como o Diretório Nacional de Endereços (DNE), o qual viria a ser o repositório central de informações relativas a dados de endereçamento e de CEP para uso nos equipamentos de triagem, sistemas corporativos e demais clientes internos e externos.

Na mesma época, especificamente em maio de 1992, os Correios implantaram o novo Código de Endereçamento Postal (CEP), com o uso de oito dígitos numéricos para a identificação de localidades e logradouros, em substituição ao então utilizado, que fazia uso de apenas cinco dígitos numéricos.

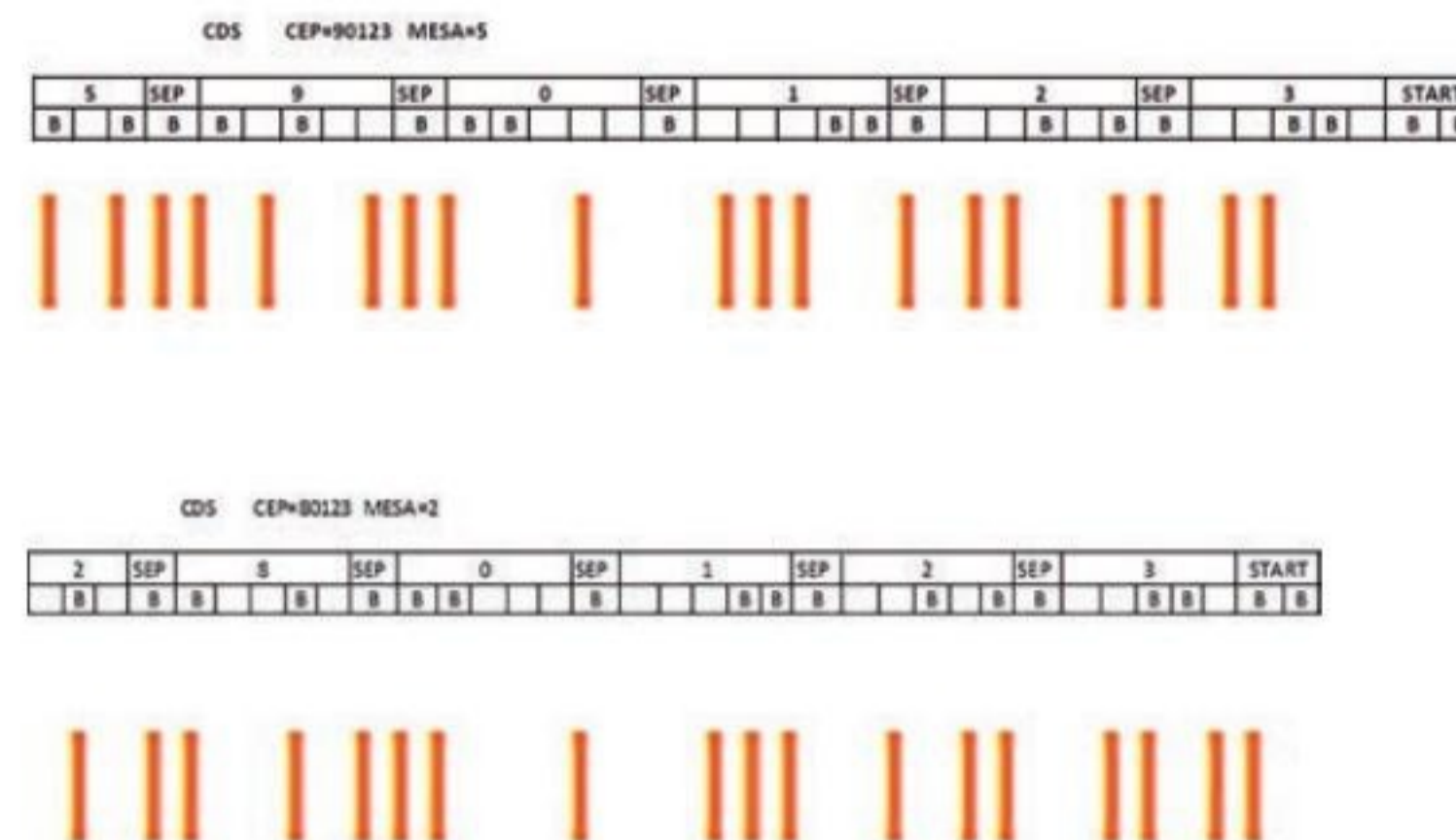


Figura C - Exemplos de esquema de codificação de CEP em forma de código de barras com dado originado das mesas de codificação 5 (CEP=90123) e 2 (CEP=80123).

Característica	Valor
Tipo	Bar / No Bar
Informação codificada	CEP (5 dígitos) ou nº da mesa de digitação + CEP (5 dígitos)
Altura	10mm
Largura da barra ou espaço	1mm
Separação entre barras e/ou espaços	1,5mm
Posição no envelope	5mm da base e 15mm da lateral direita do envelope
Tipo de impressão	Jato de tinta contínuo
Número de gotas	8
Cor	Laranja fluorescente

Tabela 3 – Principais características do código de barras NEC1978.

2- SB4E-ECT: Sistema de Barras de 4 Estados da ECT

3- USPS: Empresa governamental dos Estados Unidos responsável pelo serviço de correios naquele país.

De forma a propiciar o melhor desempenho para os equipamentos de triagem houve a adoção de um novo código de barras – denominado SB4E-ECT<sup>2</sup> - para uso pelos novos equipamentos de triagem, visto que a simbologia até então utilizada necessitava ser modificada de forma a permitir o uso do novo CEP de oito dígitos.

Também foi previsto o desenvolvimento de outro código de barras que pudesse ser aplicado diretamente pelos próprios clientes, no momento da emissão das etiquetas de endereçamento de suas postagens, o que propiciaria ganhos operacionais para os Correios, visto que o CEP poderia ser obtido diretamente do código de barra, de forma automática, mais simples, se comparada com a leitura por meio de OCR dos caracteres numéricos impressos ou escritos nos envelopes. Tal código é conhecido, no Brasil, pelo nome comercial de CEPNET e foi desenvolvido com base na simbologia Postnet, sob licença do United States Postal Service (USPS)<sup>3</sup>.

Para uso nos equipamentos de triagem de cartas de formato normal e no de semiembarçosos (geralmente, grandes envelopes e revistas) foi realizada uma ampla pesquisa sobre as simbologias empregadas em aplicações postais, cuja peculiaridade é a necessidade da leitura precisa das informações em objetos se movimentando em alta velocidade, visto que as correspondências são processadas, dentro dos equipamentos de triagem em taxas elevadas – entre 36.000 e 42.000 cartas por hora, o que corresponde à mais de dez cartas por segundo. Neste tipo de aplicação existe a necessidade de o código de barras ser impresso diretamente no envelope, estando o mesmo sujeito à inúmeras interferências, tais como, fundos coloridos, dobraduras, sujidades, bem como eventuais inclinações no posicionamento do envelope que podem vir a ocorrer durante o processo de triagem.

Na época foi identificado um inovador código de barras de quatro estados (4-state) que já estava em uso pelo serviço postal britânico, o Royal Mail, o qual utilizada uma nova simbologia com quatro possíveis tipos de barras, bem como incorporava um algoritmo matemático tipo *Reed-Solomon (RS)* para a detecção e correção de erros.

A codificação matemática de correção e detecção de erros era originária de sistemas avançados de comunicação, empregados em aplicações militares e em transmissões via satélite, desenvolvidas pelo pesquisador norte-americano Dr. Richard E. Blahut. Pelo apurado na época, tratava-se do estado da arte em matéria de código de barras para aplicações postais, visto que permitia a leitura precisa da informação em grandes velocidades de processamento, bem como continha características de detecção e correção de erros de leitura, causados por eventuais envelopes dobrados, encobertos, imperfeições de impressão ou mesmo obstruções sobre a impressão do código de barras (como etiquetas aplicadas parcialmente sobre as barras). Por estas razões a simbologia de código de barras de quatro estados foi adotada pelos Correios.

Na simbologia empregada todos os espaços do código de barras são preenchidos por quatro tipos possíveis e específicos de barras: (1) a barra de sincronismo, mais curta e que ocupa o eixo central do código; (2) a barra descendente, a qual corresponde a barra de sincronismo acrescida de um segmento inferior; (3) a barra ascendente, a qual corresponde à barra de sincronismo acrescida de um segmento superior e (4) a barra completa, a qual ocupa todo o espaço reservado para as barras, conforme pode ser visto na figura D.



Figura D – Sistema de barras do SB4E-ECT.

Em muitos países, incluindo o Brasil, um código postal é utilizado para facilitar o processo de triagem de correspondências, notadamente no caso de emprego de sistemas mecanizados. Alguns países adotam códigos alfanuméricos, tais como o Canadá e o Reino Unido, enquanto outros empregam códigos postais exclusivamente numéricos, como o Brasil, com o chamado CEP (Código de Endereçamento Postal). No processo de triagem das correspondências, ou seja, a separação e agrupamento de acordo com o local de destino ou entrega, se o cliente informar o código postal no envelope ou na etiqueta de endereçamento, os equipamentos de triagem realizam a leitura e o reconhecimento dos caracteres, por meio de sistema computacional específico (OCR), e a informação é impressa em forma de código de barras pelo próprio equipamento, de forma que o dado possa ser utilizado ao longo das diversas etapas do processo de triagem. Caso o cliente não tenha escrito o valor do código postal no objeto, a informação é obtida pelo sistema de triagem mediante o reconhecimento eletrônico das informações de endereçamento disponíveis no envelope, com o eventual apoio de digitadores, e o código postal obtido é impresso em forma de código de barras no envelope, tal como na situação anterior. Uma outra opção é o próprio cliente imprimir, em suas correspondências, um código de barras, indicado pelo serviço postal, de modo que os equipamentos de triagem possam realizar a leitura direta do valor do código postal.

No protocolo de processamento da triagem de correspondências desenvolvido pela equipe técnica dos Correios para uso nos equipamentos automatizados adquiridos pelo programa, foi prevista a possibilidade de triagem das cartas mesmo em caso de disponibilidade de apenas informação parcial do CEP do destinatário, casos em que o envelope não continha informações suficientes para a determinação do valor exato do CEP do destinatário ou em que a leitura automática da OCR do CEP impresso ou manuscrito não havia sido possível no processamento inicial, por exemplo no caso de impressão ou grafia com baixa qualidade ou borrada.

O processo de triagem automatizada de carta prevê que todas as correspondências alimentadas pela primeira vez em um equipamento de triagem são submetidas inicialmente à leitura automática, por meio da OCR, do seu campo ou etiqueta de endereçamento. Os dados obtidos do processamento da imagem pela OCR são submetidos a sistemas computacionais avançados, os quais realizam a validação dos dados de endereçamento colocados pelo cliente (nome da rua, número da casa, bairro, cidade, etc.) em relação ao disponível na base de dados do DNE, visando à obtenção do CEP do destinatário ou mesmo à sua correção, caso o cliente tenha colocado informação incorreta. Como os objetos circulam em elevada velocidade dentro do equipamento, o tempo disponível para a realização de tal processamento é de apenas alguns segundos, o período denominado processamento *“online”*, ou seja, com a carta circulando fisicamente dentro do equipamento. Caso o sistema consiga confirmar o valor exato do CEP do destinatário da correspondência, seja pela ratificação do valor escrito pelo cliente ou pela análise dos dados de endereçamento (rua, número, bairro, cidade, estado, etc.), o que ocorre na maioria dos casos. É realizada, então, a impressão do chamado Código de Barras de Destino (CD), o qual contém,

essencialmente, o valor do CEP com os seus oito dígitos, de forma que os demais módulos do equipamento, bem como os equipamentos de triagem dos demais centros por onde a correspondência passará até chegar ao seu destino final, não necessitem realizar uma nova leitura e análise dos dados de endereçamento, necessitando tão somente fazer a leitura direta do código de barras.

Para as situações onde não foi possível identificar o valor correto do CEP do destinatário da correspondência, o sistema de triagem possui a funcionalidade de capturar e gravar uma cópia da imagem do anverso do envelope, de forma a permitir o seu processamento “*off-line*”, quando apenas a imagem da correspondência é submetida a sistemas computacionais mais potentes e com algoritmos mais complexos para que seja possível a identificação do valor do CEP correto e completo.

Entretanto, tais sistemas computacionais requerem um tempo de processamento superior àquele durante o qual a carta permanece em circulação no equipamento. Desta forma, o sistema identifica as cartas em tal situação com um código de identificação individualizado, o denominado ID-TAG, e realiza uma triagem inicial conforme o grau de informação disponível. De modo a permitir a posterior associação da imagem armazenada e das informações de CEP processadas ao objeto físico, o equipamento realiza a impressão do chamado Código de Barras de ID-TAG (ID-TAG), o qual possui dados que permitem identificar inequivocamente o envelope processado dos demais.

Considerando que o algoritmo matemático empregado no código de barras utilizado pelo Royal Mail era específico para o tipo de código postal empregado no Reino Unido, o qual é formado por sete caracteres alfanuméricos, os Correios brasileiros realizaram o desenvolvimento de sua própria estrutura de dados para uso do código de barras *4-state* e uma adaptação do algoritmo matemático, visando também a dotá-lo de características de detecção e correção de erros. O desenvolvimento do algoritmo matemático foi realizado por meio de uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB), com a atuação do

4- A combinação em pares dos quatro tipos de barras, incluindo repetição (por exemplo, duas barras de sincronismo), permite a codificação de cada um dos 16 possíveis símbolos gerados pelo código de Reed-Solomon.

pesquisador Dr. Joel Guilherme da Silva Filho, especialista na área de criptografia e segurança de dados e então professor do Departamento de Engenharia Elétrica.

Os algoritmos matemáticos empregados pelo código *Reed-Solomon* são de elevada complexidade e empregam o ramo da álgebra abstrata denominado teoria de corpos finitos, também chamados de corpos de Galois, em expressões polinomiais. Desta forma não existe a possibilidade de decodificação visual das informações, tal como era possível como o uso do código de barras utilizado até então. A decodificação das informações e a própria geração da simbologia de código de barras torna-se, assim, dependente de aplicativos computacionais específicos.

O código corretor de erros básico empregado junto com o sistema de barras de 4-estados da ECT é um Código de Reed-Solomon sobre  $GF(16)$ , corretor de 4 erros, do tipo  $(15,5,5)$ , ou seja, utiliza um comprimento de palavra-código 15, com  $k=5$  símbolos de informação e  $t=5$  símbolos como a capacidade máxima de correção do código em erro. De



Figura E – Formato geral do código de barras 4-state com as barras de início (start) e fim (stop), totalizando 60 barras.

maneira simplificada cada símbolo básico do código corresponde a uma combinação de duas (2) barras de 4 estados, cobrindo os 16 possíveis elementos de  $GF(16)^4$ . As informações a serem codificadas no código de barras são processadas matematicamente de forma a agregar informações de redundância que permitam a detecção e correção de erros dentro de funcionalidades pré-estabelecidas.

Para a aplicações dos Correios, com o uso de CEP composto por oito dígitos numéricos, bem como para o uso da triagem por meio de ID-TAG, nas situações onde apenas informação parcial do CEP está disponível, foi estabelecido um bloco binário de informações com capacidade de 40 bits de informações. Estes 40 bits de informações são processados

com o uso da codificação *Reed-Salomon*, de forma a incluir as redundâncias e as informações necessárias para prover o código de barras com as capacidade de detecção e correção automática de erros. O código total resultante contém 30 (trinta) símbolos de GF(16), dos quais 10 (dez) são de informação e 20 (vinte) de redundância, correspondendo a 60 barras de 4-estados, acrescidas das 2 barras de *start* e 2 de *stop*, totalizando 64 (sessenta e quatro) barras 4-estados, conforme pode ser visto na figura E. As duas barras à esquerda e as duas à direita servem apenas como barras de sinalização de quadro, também chamadas de *start e stop*, respectivamente, tendo função auxiliar em situações em que houver apagamento de barras no início ou no final do código Reed-Solomon.

Para o Código de Destino (CD), isto é, aquele que portava diretamente a informação correspondente a cada CEP, foi prevista a seguinte distribuição dos 40 bits de dados:

- 1 bit Identificador de Código de Destino (valor fixo em 0)
- 12 bits Número da máquina (0 a 4095). O número da máquina refere-se a um código numérico que permite identificar e localizar qual foi o equipamento de triagem automatizada que realizou a impressão do código de barras. Os valores atribuídos para cada equipamento estão indicados na Tabela 4.
- 27 bits Código de Endereçamento Postal (CEP) - Figura F.



Figura F – Exemplo de um código de barras de Destino (CD) completo.

DR	UNIDADE OPERACIONAL	Fornecedor	Tipo de Sistema	Nº da máquina	Nº da máquina no código de barras ID-TAG e Código de Destino			
SPM	CTC JAGUARÉ	SIEMENS	FN	1	1024			
				2	1025			
				3	1026			
				4	1027			
				5	1028			
		SOLYSTIC	FS	1	0011			
				2	0012			
		NEC	FN	1	0738			
				2	0739			
	CTC MOOCA	SIEMENS	FN	1	1056			
				2	1057			
				3	1058			
		SOLYSTIC	FS	1	0031			
				2	0032			
		NEC	FN	1	0597			
	2			0598				
	CTC VILA MARIA	SIEMENS	FN	1	1088			
				2	1089			
3				1090				
SOLYSTIC		FS	1	0021				
	2		0022					
CTC SANTO AMARO	NEC	FN	1	0758				
			2	0759				
			3	0760				
CTC SANTO ANDRÉ	NEC	FN	1	0556				
			2	0557				
CTCE CAMPINAS	NEC	FN	1	0537				
			2	0538				
SPI	CTCE RIBEIRÃO PRETO	NEC	FN	1	0636			
				CTCE BAURU	NEC	FN	1	0656
							CTC CIDADE NOVA	NEC
2	0518							
3	0519							
4	0524							
RJ		SOLYSTIC	FS	1	0051			
				2	0052			
	CTC BENFICA	SIEMENS	FN	1	1120			
				2	1121			
				3	1122			
				4	1123			
				5	1124			
		SOLYSTIC	FS	1	0061			
				2	0062			
				CTC NOVA IGUAÇU	NEC	FN	1	0577
2	0578							

CTC BENFICA	SIEMENS	FN	1	1120
			2	1121
			3	1122
			4	1123
			5	1124
	SOLYSTIC	FS	1	0061
			2	0062
CTC NOVA IGUAÇU	NEC	FN	1	0577
			2	0578
CTC BELO HORIZONTE	SIEMENS	FN	1	1152
			2	1153
			3	1154
			4	1155
	SIEMENS	FS	1	1168
			2	1169
CTC RECIFE	NEC	FN	1	0616
CTC PORTO ALEGRE	SIEMENS	FN	1	1216
			2	1217
			3	1218
	SIEMENS	FS	1	1232
			2	1233
CTC CURITIBA	SIEMENS	FN	1	1248
			2	1249
	SIEMENS	FS	1	1264
CTCE GOIÂNIA	NEC	FN	1	0696
CTC FLORIANÓPOLIS	NEC	FN	1	0716
CTCE FORTALEZA	NEC	FN	1	0676

Tabela 4 – Identificações dos equipamentos de triagem de cartas de formato normal (FN) e semiembarçados (FS).



Para o Código de ID-TAG, isto é, aquele que identificava cada carta para que o sistema completasse posteriormente as informações correspondentes ao CEP, foi prevista a seguinte distribuição dos 40 bits de dados:

- 1 bit Identificador de Código de ID-TAG (valor fixo em 1)
- 12 bits Número da máquina (0 a 4095)
- 15 bits Número sequencial da correspondência (0 a 32767)
- 6 bits Hora de Impressão, como fração do dia em meias horas (0 a 47)
- 5 bits Data, como dia do mês (1 a 31) (0 é valor inválido)
- 1 bit Reservado (valor fixo em 0)

Por sua própria construção matemática, o código RS utilizado na formatação do código de barras SB4E-ECT é capaz de corrigir qualquer situação de erros aleatórios que afete no máximo 5 símbolos de uma palavra-código. Considerando esta característica e o fato de cada símbolo de GF(16) estar codificado em 2 barras de 4-estados, além de outras especificidades de implementação, foram obtidas as seguintes capacidades de correção automática de erros na implementação realizada nos sistemas de triagem automatizada de cartas e semiembarçosos dos Correios:

a) correção de qualquer combinação de até 5 (cinco) barras em erro, por exemplo borradas, parcialmente encobertas;

b) correção de qualquer combinação de até 10 (dez) barras em erro, desde que não afetem mais que 5 (cinco) símbolos de cada uma das palavras-código constituintes do código total;

- c) correção de qualquer erro em salva de comprimento igual ou inferior a 19 (dezenove) barras em sequência;
- d) detecção e correção de qualquer combinação de até 7 (sete) barras apagadas (“*erasure*”), desde que não tenham ocorrido outras condições de erro simultaneamente;
- e) detecção e correção de qualquer salva de comprimento igual ou inferior a 23 barras apagadas (“*burst erasure*”);
- f) detecção e correção de qualquer situação intermediária para as condições anteriores, desde que se limitem a no máximo 5 símbolos em erro/apagamento para cada palavra-código, acrescido de, possivelmente, mais duas barras apagadas para cada palavra-código.

Todas estas situações de detecção/correção são atendidas independentemente de situações de erro e/ou apagamento das barras de “*start*” ou “*stop*”, desde que estas ocorram de forma exclusiva, não contando estes erros e apagamentos para os limites estabelecidos acima, que dizem respeito exclusivamente à parte correspondente ao código RS, propriamente dito, do código de barras.

Embora visualmente os códigos de barras de ID-TAG e de Destino (CD) sejam tecnicamente idênticos, no processo de impressão dos mesmos foram incluídas algumas características adicionais que permitem a sua distinção visual. Os códigos de barras são impressos pelos equipamentos de triagem de cartas de formato normal (FN) diretamente nos envelopes com tinta laranja fluorescente, enquanto que os equipamentos de triagem de semiembaraçosos fazem uso de tinta na cor preta, neste caso em etiquetas autoadesivas em papel, aplicadas de forma automática aos envelopes.

Nas correspondências de formato normal, o Código de Destino (CD) é antecedido por seis dígitos numéricos, conforme pode ser visto na Figura G. Os quatro primeiros

dígitos correspondem ao número do equipamento, conforme a Tabela 4, e os dois últimos indicam a origem das informações correspondentes ao CEP codificado nas barras: se o valor foi obtido automaticamente pela OCR do equipamento a identificação será “00”, caso contrário, é impresso o número da mesa de digitação que originou o valor do CEP.

Por outro lado, nos casos de impressão do Código de ID-TAG, em envelopes de cartas de formato normal (FN), é acrescentado apenas o número do equipamento em quatro dígitos numéricos, que antecedem ao código de barras, conforme pode ser visto na Figura H.

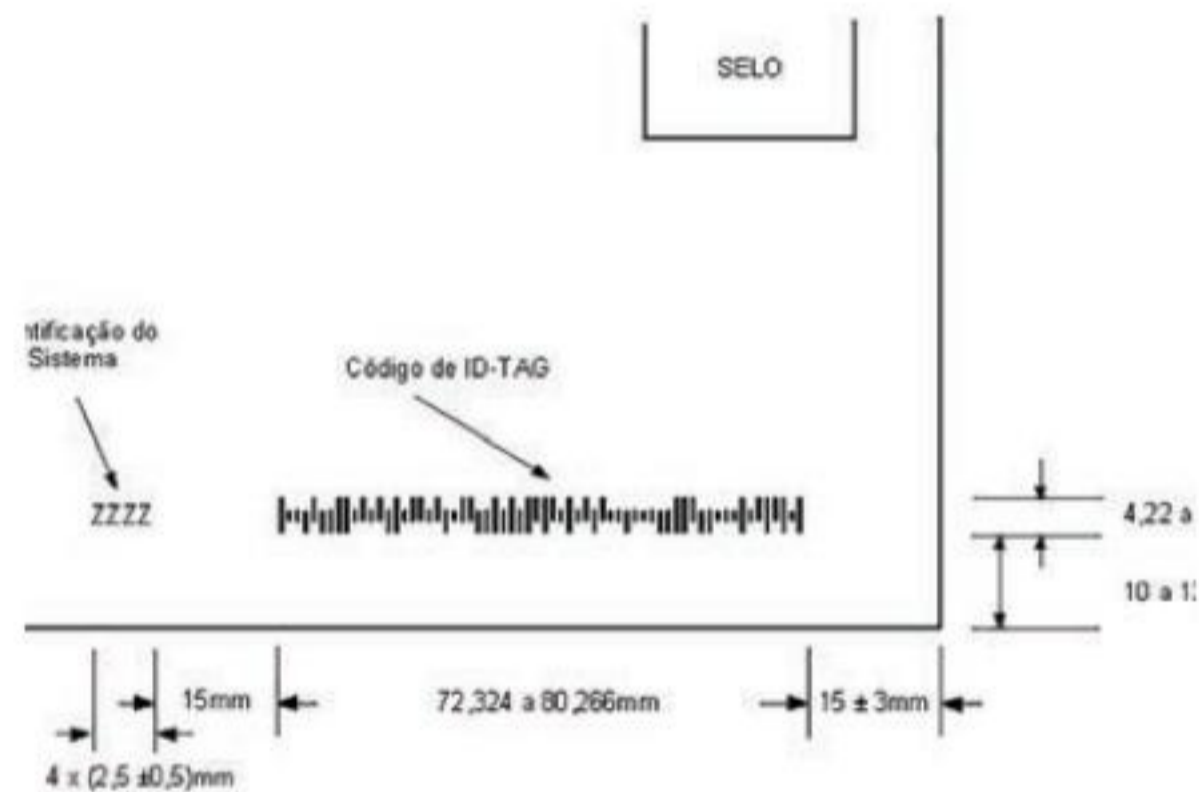


Figura G – Posicionamento do Código de Destino (CD) em envelopes de formato normal (FN).

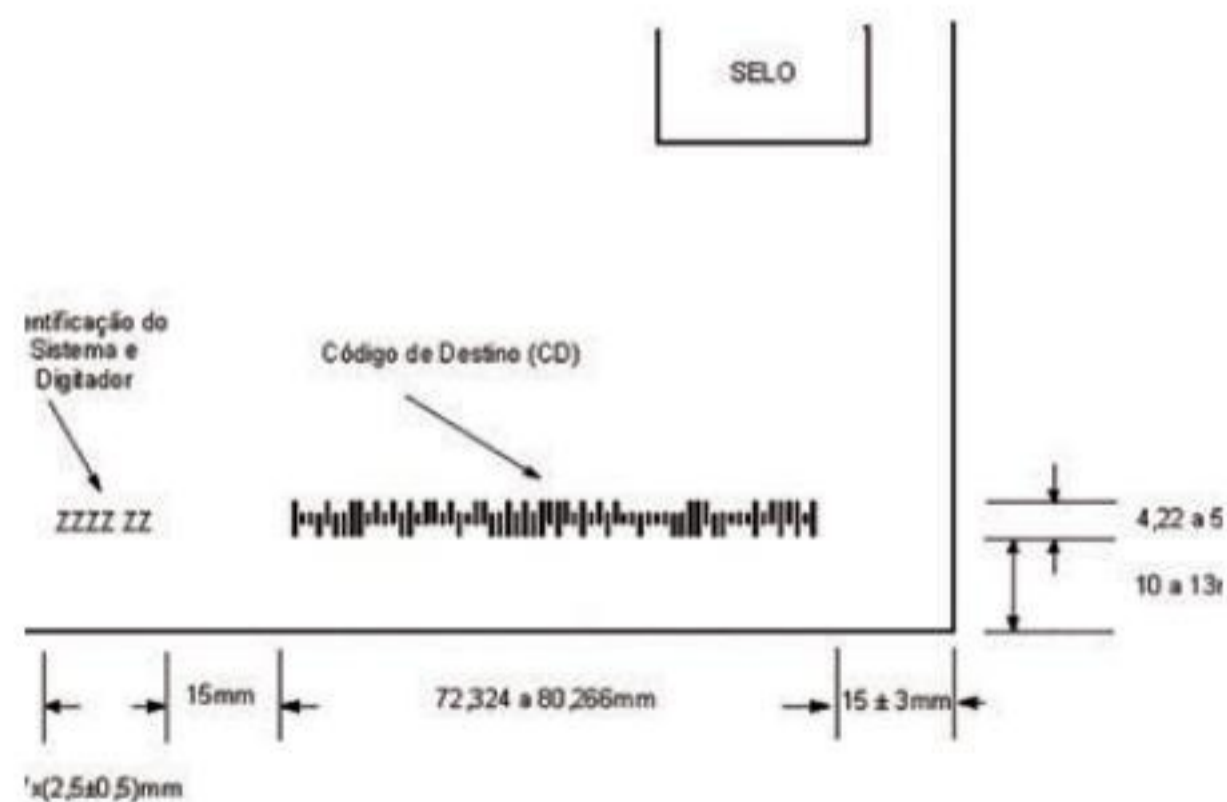


Figura H – Posicionamento do Código de ID-TAG em envelopes de formato normal (FN).

Os equipamentos de triagem automatizada de cartas ou objetos de formato semiembaraçosos, devido à concepção de seu funcionamento, faziam uso apenas do Código de Barras de ID-TAG, o qual, conforme já explicado, era impresso em cor preta em etiquetas autoadesivas as quais eram aplicadas aos objetos processados. Na Figura I pode ser vista a configuração e o posicionamento da etiqueta e do código de barras de ID-TAG.

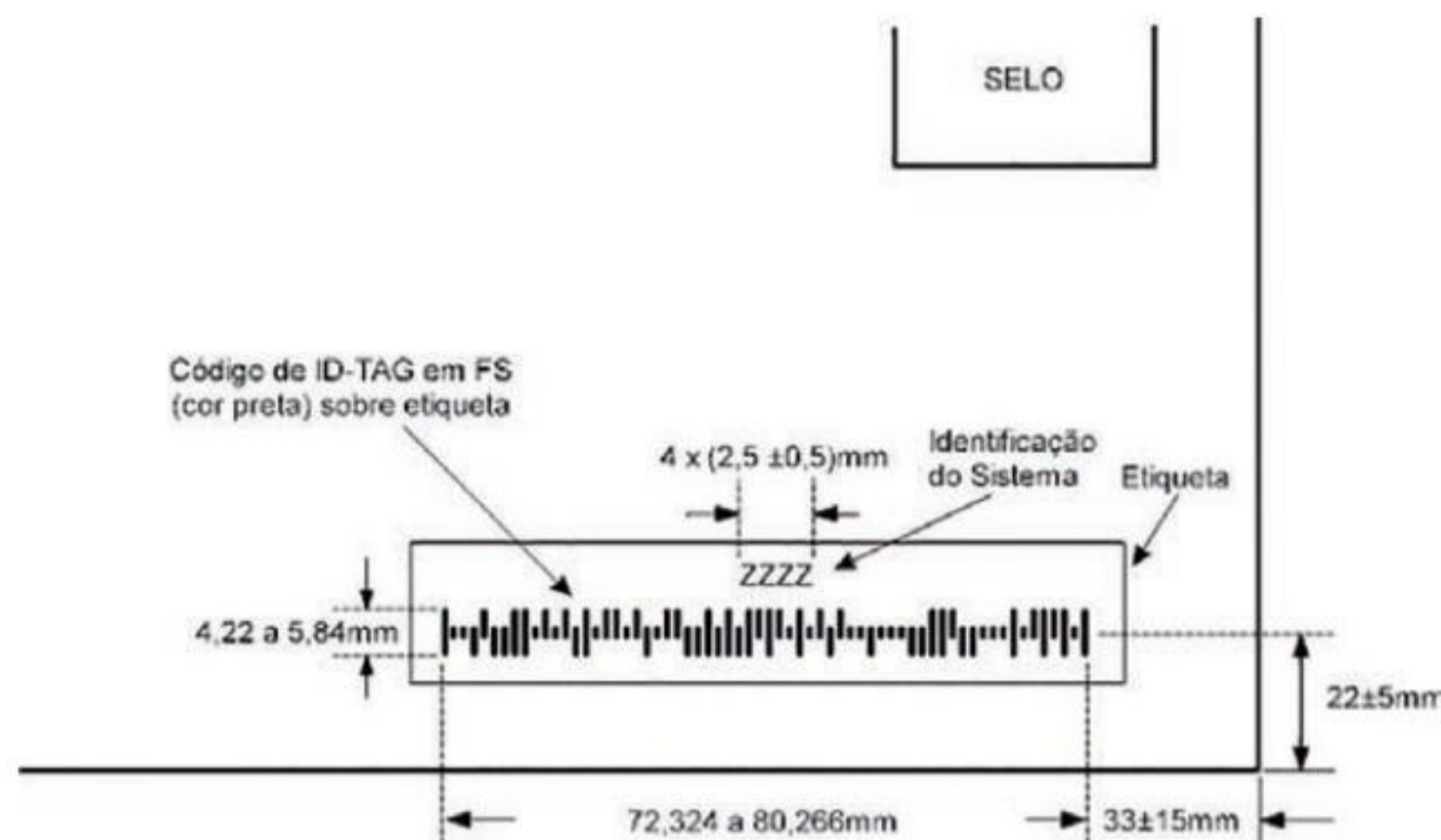


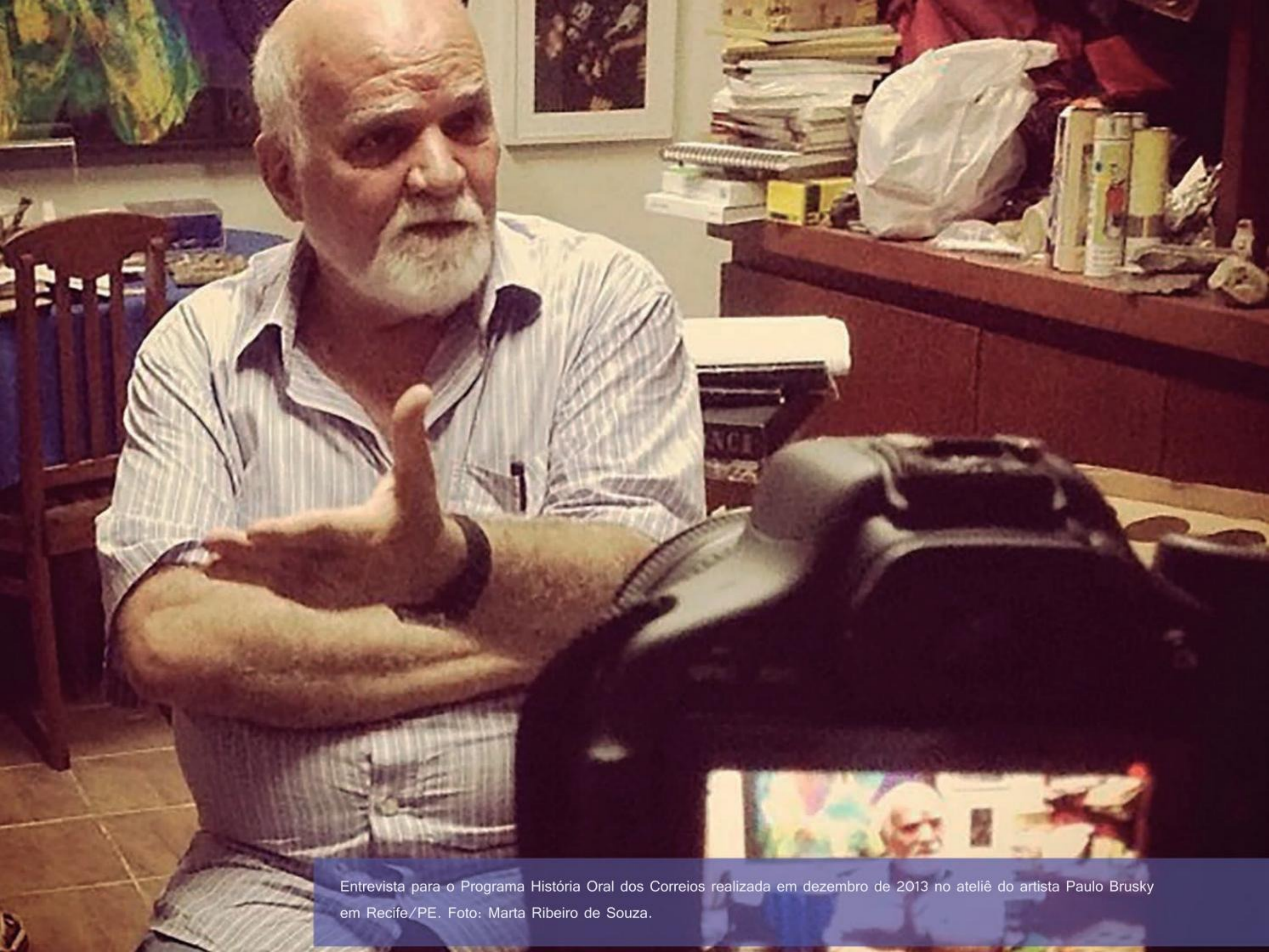
Figura I – Posicionamento do Código de ID-TAG em etiquetas aplicadas em envelopes ou objetos de formato semiembaraçosos (FS).

## Referências

MAIA Júnior, Odarci Roque de. A automação de triagem postal nos Correios. **Postais** - Revista do Museu Nacional dos Correios e Telégrafos, nº1, 2013.

### Odarci Roque de Maia Junior

Engenheiro eletrônico, mestre em engenharia eletrônica pela Universidade de Brasília (UnB). Foi membro do Programa Corporativo de Automação Industrial dos Correios, tendo gerenciado os projetos relacionados aos equipamentos de triagem de cartas de formato normal, a implantação do Diretório Nacional e Endereços (DNE) e a integração de sistemas. Atualmente atua Vice-Presidência de Logística dos Correios.



Entrevista para o Programa História Oral dos Correios realizada em dezembro de 2013 no ateliê do artista Paulo Brusky em Recife/PE. Foto: Marta Ribeiro de Souza.

# História Postal Oral: um bem intangível precioso dos Correios

## Resumo/Abstract

Oral Postal History: a valuable intangible good of the Brazilian Post

Fausto Weiler

O artigo apresenta uma análise bastante objetiva do que seja História Oral, sua origem no Brasil e no mundo e as dificuldades iniciais que essa nova metodologia enfrentou para ser reconhecida nos meios acadêmicos, como mais uma fonte confiável de pesquisa. Especificamente, em relação ao Brasil, são identificadas as principais instituições que se destacam em fazer registros orais como forma de ajudar a contar as suas histórias. Além das técnicas e etapas que devem ser cumpridas na execução de um programa de História Oral, o artigo mostra como esse programa vem sendo desenvolvido na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

**Palavras-chave:** Programa História Oral; Museu Correios; Entrevistas.

The article presents a very objective analysis of what Oral History is, its origin in Brazil and in the world and the initial difficulties that this new methodology faced in order to be recognized in academic circles as another reliable source of research. Specifically, in relation to Brazil, are identified the main institutions that stand out in making oral records as a way of helping to tell their histories. Besides the techniques and steps that must be fulfilled in the execution of an Oral History program, the article shows how this program has been developed in the Brazilian Post and Telegraph Company.

**Keywords:** Oral History Program; Correios Museum; Interviews.

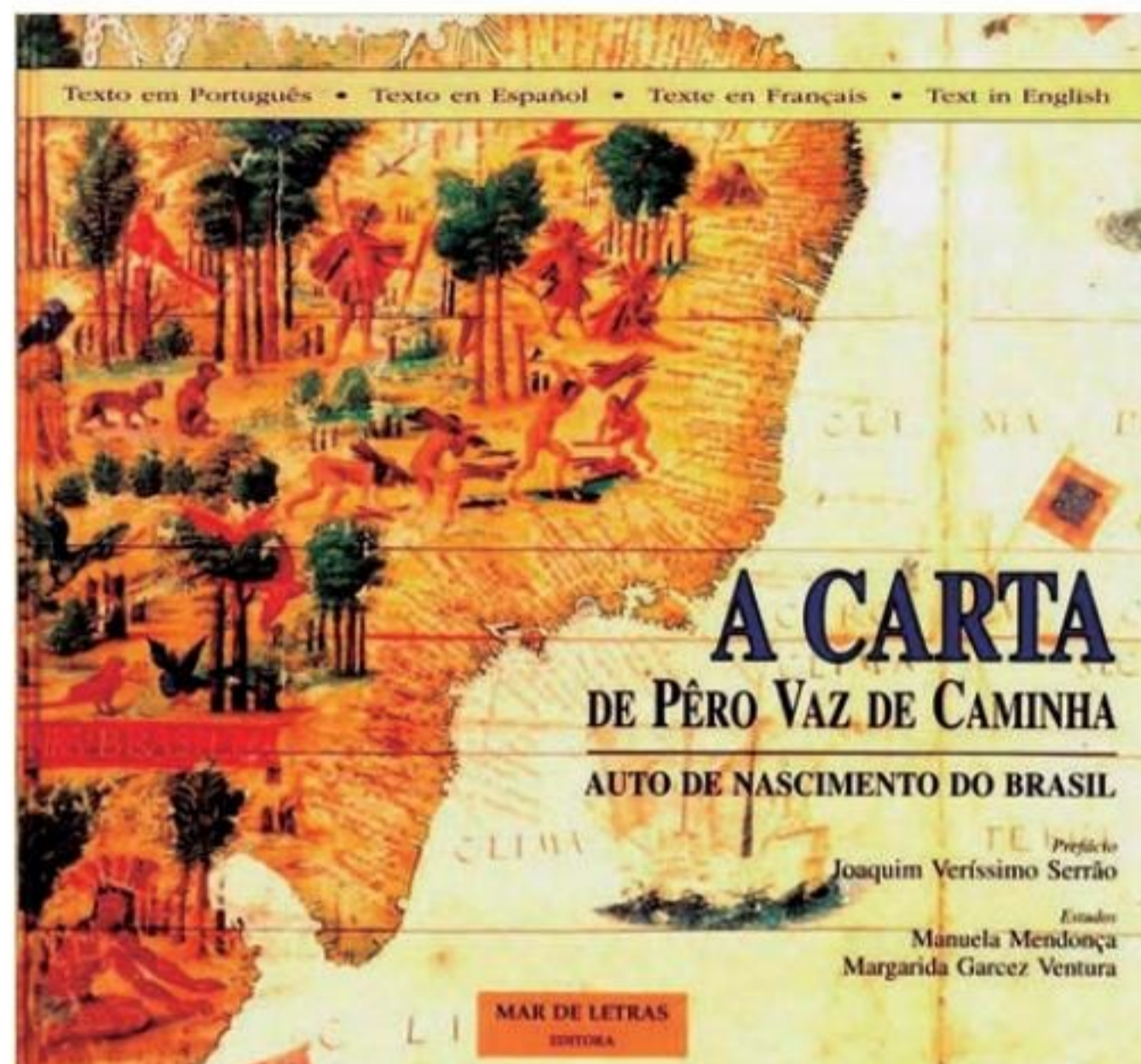


Figura 1 – Carta de Caminha, primeiro registro escrito da História do Brasil – Fonte: Google sobre a Carta de Pero Vaz de Caminha.

Já se tornou um lugar comum afirmar que a historiografia dos serviços postais brasileiros corresponde aos estudos relativos à evolução histórica do próprio País, uma vez que os mais significativos fatos e momentos dos Correios do Brasil estão ligados aos principais acontecimentos da administração pública brasileira.

Também, já se banalizou a liberdade poética de que a carta de Pero Vaz de Caminha (Figura 1), ao informar ao rei de Portugal sobre a descoberta da nova terra, seria a "certidão de batismo" do Brasil.

Essa historiografia se baseia em livros, alvarás, cartas, assentamentos, fragmentos arqueológicos, coletâneas, atas, fotografias, telegramas, selos, boletins e tantos outros registros físicos que contam os fatos e atos históricos, oficiais e não-oficiais, da vida do País, das pessoas comuns e da instituição Correios.

Mais recentemente, entretanto, em complemento a esses registros físicos e, na maioria, impressos, surgiu uma nova modalidade para se estudar a história de uma instituição, a História Oral.



A História Oral passou a ser utilizada a partir dos anos 50, com a invenção e difusão do gravador de fita na Europa, América do Norte e América Central, por historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros profissionais que, por meio de relatos orais, buscam compreender o passado, ao lado de outros documentos, como fotografias e documentos escritos. (Figuras 2 e 3)

O termo “história oral” é novo, assim como o gravador de fitas, e traz implicações radicais para o futuro. Mas isto não significa que ela não tenha um passado. De fato, a história oral é tão antiga quanto a própria história. Ela foi a primeira forma de história.

As palavras acima, de Paul Thompson, nos sugerem que a História Oral é tão velha quanto a própria História. Heródoto (Figura 4) ouviu testemunhos de seu tempo, Michelet colheu depoimentos dos que vivenciaram a Revolução Francesa, Oscar Lewis sobre a Revolução Mexicana, Ronald Fraser sobre a Guerra Civil Espanhola. Denominamos de moderna História Oral aquela cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais, por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador, além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método (THOMPSON, apud FREITAS, s.d. p. 12).



Figuras 2 e 3 – Com o gravador e a filmadora, a História Oral passa a ser mais uma fonte de pesquisa.





Figura 4 - Heródoto, o precursor da História Oral – fonte: <http://pt.slideshare.net/profjanaina/historia-11204765>

## O que é História Oral

### História Oral é

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (ALBERTI, 2004, p. 18).

Verena Alberti, uma das expoentes do Centro de Pesquisa e Documentação – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, destaca, ainda, que, como consequência,

[...] o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc, à luz de depoimentos de pessoa que dele participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 2004, p.18).

Em outro documento, Verena Alberti reforça ainda mais essa característica de a História Oral ser fonte de pesquisa, ao dizer

[...] O programa de história oral tem como finalidade complementar e enriquecer os dados históricos contidos nos arquivos, contribuindo para uma visão mais completa e integrada da história política contemporânea. (...) o material dos arquivos tem uma peculiaridade: a informação nele contida chega ao pesquisador de maneira desigual e descontínua (...). Os dados de entrevista, ao contrário, constituem um todo coerente e apresentam uma lógica própria, definida em função das histórias de vida, dos objetivos da investigação e da instituição que a promove. (...). (ALBERTI, 1998, p. 2)

Como se vê, a História Oral é um recurso que pode ajudar a elucidar outros estudos.

Além disso, a História Oral tem uma outra característica: no Manual de Procedimentos do Programa de História Oral da Justiça Federal lemos que

[...] ela desenvolveu-se, inicialmente, como uma estratégia para dar voz àqueles personagens sociais que não tinham voz para a memória coletiva. Foi assim que, no pós-guerra, os historiadores começaram cada vez mais a entrevistar pessoas simples, pessoas do povo, pessoas que não eram lembradas pelos livros e pelos espaços públicos de memória, mas que tinham algo a dizer sobre sua visão de mundo, suas experiências de vida, sua percepção da realidade (DE SORDI, 2007, p.9).

Por outro lado, para Sônia Maria de Freitas, a História Oral

[...] privilegia, enfim, a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou "vencidos" da história. À história que, tradicionalmente, esteve voltada para os heróis, os episódios, as estruturas, Walter Benjamin responde que qualquer um de nós é uma personagem histórica (FREITAS, s.d. p. 30).

Por seu turno, José Carlos Sebe B. Meihy define História Oral como

[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas e o uso futuro dessas entrevistas (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 17).

Logo que a História Oral surgiu, ela era alvo de críticas duras do mundo acadêmico, que não a aceitava como algo digno de crédito nas pesquisas históricas. Hoje, até por insistência dos que a praticavam, acabou se impondo e é aceita de forma definitiva.

Como destacam Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira,

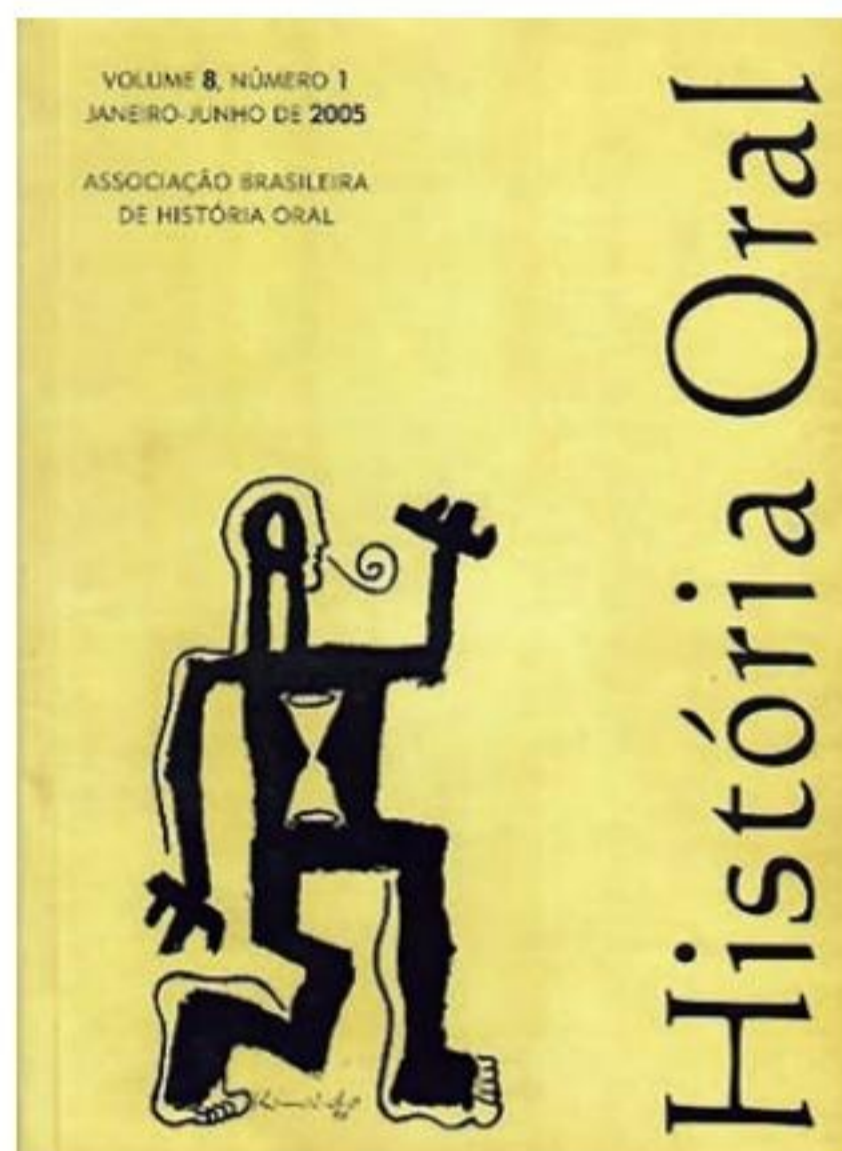


Figura 5 - A revista História Oral da Associação Brasileira de História Oral mantém vivo o elo entre os seus associados.

[...] embora sua introdução no Brasil date dos anos 70, somente no início do anos 90 a História Oral experimentou aqui uma expansão mais significativa. A multiplicação de seminários e a incorporação pelos programas de pós-graduação em História de cursos voltados à discussão da História Oral são indicativos importantes da vitalidade e dinamismo da área. Por outro lado, o estabelecimento e o aprofundamento de contatos com pesquisadores estrangeiros e com programas de reconhecido mérito internacional, propiciados pelos encontros e seminários, criaram canais importantes para o debate e a troca de experiências (AMADO; FERREIRA, 2006, p. IX).

A criação da Associação Brasileira de História Oral - ABHO, em 1994, e a publicação do seu *Boletim* tem estimulado a discussão entre pesquisadores e praticantes da história oral em todo o país. A divulgação dos programas e grupos de trabalho existentes, a apresentação de acervos de depoimentos orais já acumulados e das linhas de pesquisa em curso, bem como a listagem de publicações lançadas nos últimos dois anos representam uma contribuição da Associação que permite traçar um quadro bastante preciso da situação atual da história oral no cenário brasileiro (AMADO; FERREIRA, 2006, IX)

Além do Boletim, a ABHO desde junho de 1998, vem publicando a Revista História Oral destinada aos associados e interessados na metodologia e teoria das pesquisas com fontes orais e é dedicada à divulgação de trabalhos nacionais e internacionais sobre a oralidade, desempenhando importante papel na formação de pesquisadores (Figura 5).

Em 1996, foi criada a Associação Internacional de História Oral que realiza congressos bianuais e também edita uma revista e um boletim, tendo sido a já mencionada autora Marieta de Moraes Ferreira, de 2000 a 2002, uma dos seus presidentes. No mundo inteiro é intensa a publicação de livros, revistas especializadas e artigos sobre história oral. Há inúmeros programas e pesquisas que utilizam os relatos pessoais sobre o passado para o estudo dos mais variados temas.

## Surgimento e evolução da História Oral, no Brasil e no mundo

No Brasil, temos inúmeras manifestações de adesão à História Oral, com destaque para o Museu de Imagem e do Som do Rio de Janeiro, em 1965; o Museu de Imagem e do Som de São Paulo, em 1971 e o já mencionado Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, criado em 1975, além de outras experiências em diversas universidades e instituições, públicas e privadas.

Antes de termos uma visão mais aprofundada sobre esse novo recurso de pesquisa histórica no Brasil, convém fazer um análise do seu surgimento pelo mundo.

Philippe Joutard nos apresenta em seu artigo “História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”, uma síntese da evolução da História Oral, tomando por base o trabalho apresentado, em 1995, no XVIII Congresso Internacional de Ciências Históricas, em Montreal.

O articulista retoma a questão já mencionada sobre o descrédito inicial da História Oral no mundo acadêmico, ao afirmar:

Parti de uma constatação bem conhecida: afora a história africana, que desde os primórdios se serviu de fontes orais, a história se constituiu cientificamente, desde o século XVII, a partir da crítica da tradição oral, e mais genericamente, do testemunho. Assim, a reintrodução da fonte oral na segunda metade do século XX em países de antiga tradição escrita não foi bem recebida pelos historiadores, salvo talvez nos Estados Unidos, precursor nessa matéria. Os adeptos da história oral não raro ficam à margem da história acadêmica, constituindo grupos particulares com suas próprias instituições, sociedades, revistas e seminários (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 43-44).

Joutard apresenta uma cronologia da presença da História Oral com contrastes geográficos, ou seja, enquanto nos Estados Unidos essa metodologia de pesquisa histórica conta já com quatro gerações, no Japão existe apenas uma geração em atividade.

A primeira geração surgiu nos Estados Unidos nos anos 50 com um objetivo simples: colher material para os historiadores futuros. No México, os arquivos sonoros do Instituto Nacional de Antropologia registram recordações dos chefes da revolução mexicana; na Itália, sociólogos e antropólogos, próximos dos partidos de esquerda, utilizam a pesquisa oral para reconstituir a cultura popular.

A primeira experiência da História Oral como uma atividade organizada é de 1948, quando o Professor Allan Nevis lançou o The Oral History Project, na Columbia University, em Nova Iorque. Hoje, o Oral History Research Office da Columbia University, possui uma coleção de mais de 6.000 fitas gravadas e mais de 600.000 páginas de transcrição. Esse material é consultado anualmente por mais de 2.500 pesquisadores segundo informações do próprio órgão. O OHRO tornou-se uma referência fundamental na área, quer pelo seu expressivo acervo, quer pelo dinamismo de seus projetos voltados à temática e linguagem bem atuais, tais como a questão das minorias, multiculturalismo, movimento estudantil, etc. O *boom* da História Oral nos Estados Unidos deu-se no final dos anos 60 e início dos 70. Em 1967 foi fundada a *Oral History Association* (OHA), que publica, anualmente, a *Oral History Review*. (FREITAS, s.d. p. 12)

#### A segunda geração desenvolveu

[...] uma nova concepção mais ambiciosa: não mais se trata apenas de uma simples fonte complementar do material escrito, e sim “de uma outra história”, afim da antropologia, que dá voz aos “povos sem história”, iletrados, que valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias, operários, negros, mulheres. Essa história se pretende militante e se acha à margem do mundo universitário (ou é por este rejeitada). É praticada por não-profissionais, feministas, educadores, sindicalistas (FERRERA; AMADO, 2006, p. 45).

Essa forma de história é muito identificada na Itália onde se busca chegar à “verdade do povo” graças ao testemunho oral. O mesmo acontece na Inglaterra, mas também na América Latina, na Argentina, realizando entrevistas com sindicalistas e dirigentes peronistas.

A terceira geração foi marcada por dois encontros internacionais: em 1975, no XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco, realizou-se uma mesa-redonda intitulada “A História Oral como uma Nova Metodologia para a Pesquisa Histórica” e, no ano seguinte, em Bolonha, aconteceu o primeiro colóquio internacional de História Oral, sob o título “Antropologia e História: Fontes Oraís”.

Esta geração tem como característica a criação de grupos de historiadores, em contraste com as experiências individuais anteriores. Em Turim, foram feitas pesquisas históricas sobre o mundo operário entre as duas guerras, quando se reconheceu que a História Oral se prestava muito bem como meio de estudar as classes populares; na França, em 1975, surgiram projetos coletivos; em 1979, criou-se a Associação Francesa de Arquivos Sonoros e, em 1980, realizou-se o primeiro encontro francês de pesquisadores orais sob a égide do Instituto de História do Tempo Presente.

Na América Latina, também, percebe-se a parceria entre a história política e a antropologia. Em 1975, foi criado na Fundação Getúlio Vargas o Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil - CPDOC, com entrevistas com líderes políticos desde 1920. Também, tivemos manifestações desse tipo na Costa Rica, no Equador, na Bolívia e na Nicarágua; na Argentina, com redemocratização em 1983, foram realizados muitos projetos orais.

Na Espanha, em 1985, a História Oral se manifestou por meio do Grupo de Barcelona e depois, por outras universidades (Mallorca e Complutense) e, quatro ou cinco anos depois, foi realizada uma série de projetos em Valença, Santiago de Compostela, Oviedo, Canárias, Málaga, Navarra e Andaluzia.

No Japão, em 1986, a Sociedade de Ciências Históricas organizou o primeiro simpósio de História Oral. Foram muitos depoimentos sobre a II Grande Guerra, como por exemplo os colhidos por sociedades locais, focalizando as batalhas de *Okinawa* ou *Midway*.

A história oral judaica se fundamenta muito na ligação entre memória oral e tradição, sendo o Holocausto um tema muito presente.

Os anos 80 se caracterizaram também

[...] pela multiplicação dos colóquios internacionais que permitiram a criação de uma verdadeira comunidade de história oral. Depois de Bolonha, tivemos Colchester em 1978, Amsterdam em 1980, Aix-en-Provence em 1982, Barcelona em 1985, Oxford em 1987, eventos em que foram apresentadas várias dezenas de trabalhos, com a participação de um número cada vez maior de países. Assim, a participação latino-americana foi particularmente notável (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 48).

Especial destaque merece o lançamento, em 1989, da revista *História y Fuente Oral*, que se tornou referência não só para os estudos de História Oral espanhola, mas também para a comunidade internacional da História Oral. Outras revistas surgiram nos Estados Unidos, no Canadá, na Grã-Bretanha e na Itália, como por exemplo a *Oral History*, da Sociedade de História Oral Inglesa, fundada por Paul Thompson e a *International Journal of Oral History* de Ronald Grele.

Na década de 90, surge a quarta geração, com ênfase na valorização da subjetividade e com fenômenos marcantes como a queda do Muro de Berlim e o restabelecimento da democracia no Leste europeu. Outra característica dessa geração é o surgimento e o predomínio de histórias orais gravadas em filmes de vídeo, que, aos poucos, vão substituindo os fonogramas. É nesse contexto que inúmeros programas de televisão surgem e confirmam uma nova tendência, com entrevistas, *talk shows*, depoimentos em



programas de entretenimento, etc., presentes na programação das emissoras de televisão do mundo, cuja tendência subsiste até hoje.

Apenas, a título de ilustração, vale mencionar os talk shows internacionais da televisão *The Late Show*, de David Letterman, transmitido por muitos anos pela CBS, até maio de 2015, e o *The Ellen Degeneres Show*, na NBC, ambos nos Estados Unidos e, no Brasil (Figura 6) o Programa do Jô, de Jô Soares, na Rede Globo; o *De Frente com Gabi*, de Marília Gabriela no GNT e o Conexão Roberto D'Ávila, de Roberto D'Ávila, na Globo News. São programas essencialmente de cunho jornalístico, desviando-se, portanto, do estrito entendimento do que sejam entrevistas de História Oral, mas que, ao final, resultam em material que pode, também, ser fonte de pesquisa para historiadores.

### Experiências de História Oral no Brasil

Para ilustrar as experiências de História Oral no Brasil, não faremos uma análise conceitual como acabamos de apresentar em relação às manifestações pelo mundo, mas sim, iremos, simplesmente, conhecer exemplos de instituições que vêm trabalhando com esse método de pesquisa histórica em nosso País.

#### 1 – Museu de Imagem e do Som do Rio de Janeiro

O MIS/RJ foi inaugurado no Rio de Janeiro em 1965, durante o governo de Carlos Lacerda, na época das comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro.

O prédio-sede, localizado na Praça XV, foi tombado em 1989, por ser um prédio histórico que abrigou um dos pavilhões para abrigar a Exposição do Centenário da Independência do Brasil, realizada em 1922.



Figura 7 - Av. Atlântica, no Rio de Janeiro, será a nova sede do Museu de Imagem e do Som do Rio de Janeiro – Fonte: Site da Wikipedia sobre o MIS/RJ.



Fig. 8 – Fachada do prédio do Museu de Imagem e do Som de São Paulo. Fonte: Site do MIS São Paulo.

Em 1990, o prédio passou por uma grande restauração; além desse prédio, o MIS/RJ começou a ocupar um outro edifício no bairro da Lapa, atualmente, ocupado por setores administrativos e por parte do acervo disponível para pesquisa.

Em 2009, após uma concorrência internacional, foi eleito o projeto vencedor, num desenho arrojado e futurista, para a nova sede do museu que será localizada na Av. Atlântica, em Copacabana, onde se pretende digitalizar o seu acervo visual e sonoro. (Figura 7).

Além da guarda e preservação das coleções, o MIS produz seu próprio acervo por meio da coleta dos depoimentos para posteridade. Atualmente, o Museu conta com um acervo de mais de 900 depoimentos com, aproximadamente, quatro mil horas de gravação abrangendo os mais diversos segmentos da cultura.

Este Museu visa documentar em som e imagem o esforço do homem brasileiro, do homem carioca, dos homens de todas as nações que para aqui vieram convergentes formar, ampliar, reformar, desenvolver, tornar viva, humana, colorida, variada, multiforme, infinitamente alegre, mas infinitamente sofrida, a gloriosa e valorosa cidade de São Sebastião de Rio de Janeiro. (LACERDA, 1965).

## 2 – Museu da Imagem e do Som de São Paulo

Inaugurado, em 29 de maio de 1979, o MIS/SP fica localizado na Avenida Europa, 158 – Jardim Europa, no bairro de Pinheiros. (Figura 8)

Tem como filosofia de ação registrar e preservar a imagem e o som do passado e do presente, para um levantamento de um painel da vida brasileira nos seus aspectos humanos, sociais e culturais. Nas décadas de 70 e 80, destacou-se como importante núcleo de difusão artística e educativa, convertendo-se em um centro de referência para a pesquisa audiovisual brasileira.

O seu acervo conta com mais de 200 mil itens e, atualmente, possui uma programação cultural diversificada, voltada a diversos públicos.

A ideia de criar o museu foi do então governador, Roberto Costa de Abreu Sodré, atraído pela publicidade que a produção de entrevistas com célebres nomes da cultura brasileira daria ao governo. Já a comissão organizadora deu um sentido de fazer o museu registrar o intenso processo de mudança e modernização pelo qual a cidade de São Paulo passava.

No início, o museu foi alojado num prédio precário na Rua Antonio Godoy; depois, passou para o Palácio dos Campos Elísios, antiga sede do governo do Estado; passou, ainda, por outros endereços, até ser instalado, finalmente, em 1975, no atual endereço na Avenida Europa.

### O MIS/SP empenhou-se

[...] em produzir um expressivo acervo de registros sonoros, tornando-se a primeira instituição museológica do país a ter como atividade permanente a documentação da história oral. Foram colhidos depoimentos desde personalidades como Tarsila do Amaral, Pietro Maria Bardi, Sérgio Buarque de Hollanda, Tom Jobim, Pelé, Gregori Warchavchik, Arrigo Barnabé, Camargo Guarnieri, Cacá Rosset, José Celso Martinez Corrêa e Alfredo Volpi, a veteranos da Revolução de 1932. (WIKIPÉDIA)



Figura 9 - O CPDOC/FGV contém o registro dos principais personagens e fatos da História Política Contemporânea do Brasil. – Fonte: Site do CPDOC/FGV.

O acervo é constituído de mais de 200 mil itens relacionados à história da produção audiovisual brasileira.

### 3 – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas – FGV

Em 1975, teve início o trabalho de registrar a história contemporânea brasileira, com a criação do Programa de História Oral, do Centro de Pesquisa e Documentação da História Política Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, com o objetivo de colher depoimentos de personalidades da história política brasileira. (Figura 9)

São mais de 5.000 horas de gravação, correspondendo a quase 1.000 entrevistas.

Em 1988 o Centro lançou o primeiro número da revista *Estudos Históricos*, publicação semestral de caráter interdisciplinar. Desde 1994 o CPDOC edita os *Informativos Eletrônicos de Ciências Sociais, História e Arquivologia* com o objetivo de divulgar as atividades dessas áreas.

Em 2003, o CPDOC inaugurou suas atividades de ensino, com a criação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, que segue uma linha interdisciplinar, características do CPDOC. Os cursos oferecidos são Mestrado Acadêmico, Doutorado e Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Em 2005 o CPDOC ampliou sua atuação no ensino, criando a Escola Superior de Ciências Sociais, que iniciou em 2006 seu Curso Graduação em Ciências Sociais (bacharelado).

O Centro está localizado, no Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 190, 14º andar e em São Paulo, na Avenida Paulista, 1471, 1º andar, Bela Vista.

#### 4 – Museu da Pessoa

O Museu da Pessoa foi criado em 1991 com o objetivo de registrar, preservar e transformar em informação histórias de vida de toda e qualquer pessoa da sociedade. (Figura 10)

O acervo conta com mais de 16 mil depoimentos em áudio, vídeo e texto e cerca de 72 mil fotos e documentos digitalizados.

O Museu da Pessoa acredita que

[...] valorizar a diversidade cultural e a história de cada pessoa como patrimônio da humanidade é contribuir para a construção de uma cultura de paz. Nossa principal missão é a de ser um Museu aberto e colaborativo que transforme as histórias de vida de toda e qualquer pessoa em fonte de conhecimento, compreensão e conexão entre pessoas e povos. (MUSEU DA PESSOA).

A propósito, por ocasião das comemorações dos 350 anos de criação dos Correios, foi editado um livro em parceria entre os Correios e o Museu da Pessoa, com a gravação de depoimentos feitos por empregados da empresa.

#### 5 - Museu da Imigração

O Museu da Imigração fica na Rua Visconde de Parnaíba, 1316, no bairro da Mooca, em São Paulo.



Figura 10 - O Museu da Pessoa abre espaço para quem queira contar a sua história de vida – Fonte: Site Museu da pessoa.



Figura 11 - Ilustração do dormitório da antiga Hospedaria do Brás, em São Paulo – Fonte - Site da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo

Está sediado no edifício da antiga Hospedaria do Brás e tem por objetivo compreender e refletir o processo migratório brasileiro a partir da história das 2,5 milhões de pessoas, de mais de 70 nacionalidades, que passaram pelo prédio entre os anos de 1887 e 1978. (Figura 11)

São fotografias, filmes (curtas, longas, vídeos e documentários), vídeos, cartazes, peças gráficas, equipamentos de imagem e som e registros sonoros e audiovisuais, além dos livros, catálogos, periódicos, CDs, DVDs, VHS, coleções, cuja coleta e criação esteve sempre ligada aos acontecimentos contemporâneos.

O Museu da Imigração tem muita semelhança com o Museu de Imigração de Ellis Island, em Nova York, nos quais ambos apresentam elementos do processo imigratório ocorridos no Brasil e nos Estados Unidos, nas duas primeiras décadas do século XX.

## 6 – Supremo Tribunal Federal

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal – STF também passou a ter o seu Programa de História Oral ao lançar a primeira fase do projeto, que consiste em contar a história do STF através da trajetória dos seus ministros nos primeiros 25 anos da Nova República, mais precisamente de 1988 a 2013.

Naquela data, foi lançada a primeira coleção de livros, com os títulos sobre os ministros Sydney Sanches, Antonio Cezar Peluso e

Sepúlveda Pertence. O ministro Nelson Jobim é o coordenador geral do trabalho. Completam a coleção os livros dos ex-ministros Aldir Passarinho e Luiz Rafael Mayer.

O material vem sendo apurado desde 2012 e resultou, até o momento, em 200 horas de depoimentos inéditos gravados em vídeo de alta qualidade. O projeto é realizado em parceria com Fundação Getúlio Vargas FGV Direito Rio de Janeiro, FGV Direito São Paulo e FGV/CPDOC.

#### 7 – O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT

O Tribunal reúne em seu acervo entrevistas com magistrados, parentes de magistrados, servidores, advogados e outros participantes da história do TFDFT.

As entrevistas foram feitas por magistrados, membros do Conselho Gestor do Programa Memória do Tribunal.

O TJDFT fica localizado na Praça Municipal, Lote 01 - CEP 70094-900 Brasília/DF.

#### 8 – Núcleo de Estudos de História Oral da USP – NEHO

O Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – NEHO/USP foi criado em 1991, no Departamento de História.



Figura 12 – O Núcleo de Estudos de História Oral da USP – NEHO capta o retrato fiel da realidade brasileira, como ilustra o quadro “Operários” de Tarsila do Amaral, 1933 – Fonte: Site do NEHO

O foco do Núcleo é pesquisar em nichos fora dos espaços acadêmicos, privilegiando museus locais, centros de registros de histórias de grupos, famílias e entidades sindicais.

Em 2011, foi realizado o Seminário Internacional “NEHO 20 Anos: História Oral, Identidade e Compromisso”, nos dias 9, 10 e 11 de novembro daquele ano, que reuniu cerca de 250 pesquisadores na Universidade de São Paulo, quando foi ratificada a identidade do NEHO em sua multiplicidade de ação como fonte de pesquisa em diferentes abordagens. (Figura 12)

José Carlos Sebe B. Meihy, coordenador do NEHO, é um dos pioneiros nos estudos de História Oral no Brasil, tendo sido um dos idealizadores da Associação Brasileira e História Oral (ABHO), e diretor regional Sudeste nos biênios de 1994-1996 e 1996-1998.

O Núcleo está localizado na av. Professor Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária, Butantã - São Paulo/SP.

### 9 – Memória Globo

Desde 1999, com o Memória Globo, a área da Central Globo de Comunicação faz um levantamento detalhado nos arquivos do grupo e em outros acervos públicos e privados, para preservar a sua trajetória e colocar essas informações à disposição dos estudiosos e do público em geral.

Até o momento, o projeto já realizou cerca de 600 entrevistas, das quais 63 em 2011, com funcionários e ex-funcionários, de diferentes áreas e funções. (Figura 13)

O Memória Globo também organiza o Acervo Roberto Marinho, que reúne documentação histórica da família Marinho e de suas empresas.

Está localizado na Rua Lopes de Quintas, 303 - Jardim Botânico, Rio de Janeiro.



## 10 – Memória Petrobrás

O Programa Memória Petrobras foi criado em 2004, a partir do Projeto Memória dos Trabalhadores Petrobras (2003) realizado em parceria com o Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo. Para o trabalho, a equipe coordenadora contou com o apoio do Museu da Pessoa, instituição especializada em história oral e memória.

O acervo é de quase mil registros orais, além de documentos textuais, iconográficos e audiovisuais

A primeira linha de pesquisa desenvolvida foi Memória dos Trabalhadores, com o objetivo de contar a história da companhia por meio dos relatos de seus empregados. Daí, surgiram mais três linhas: Memória do Conhecimento, Memória do Patrocínio e Memória das Comunidades.

Para realizar o trabalho, o Programa conta com o apoio de uma rede formada por mais de 60 representantes de diversas áreas e unidades da Petrobras, o que garante a presença do trabalho em todo o Brasil e a disseminação da importância da preservação da memória da empresa.

O endereço do Memória Petrobras é Avenida Chile, 65, Centro, Rio de Janeiro.

## 11 – Outras experiências

Poderíamos mencionar, ainda, outras tantas instituições que utilizam a História Oral como forma de preservar sua memória, como, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; a Fundação Bunge e a Universidade Federal de Santa Catarina.



Figura 14 - Reprodução de um envelope com ilustração do artista Paulo Bruscky que identifica uma manifestação da Arte Postal.

## O Programa de História Oral dos Correios

Vistas as experiências em que diversas empresas e instituições brasileiras utilizam a História Oral para a preservação da sua memória, nos ocuparemos, agora, do Programa de História Oral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Houve uma experiência pioneira no início no começo dos anos 2.000, com o projeto realizado por uma equipe de pesquisadores da Universidade de Brasília – UnB. Foram ao todo 34 entrevistas, que integram o acervo do Museu Correios, guardadas em fitas VHS e Betacam, todas transcritas. Da lista de entrevistados, fazem parte nomes ilustres como o ex-presidente dos Correios, Adwaldo Cardoso Botto de Barros, a artista plástica e desenhista de um grande número de selos produzidos pelos Correios, Martha Cavalcanti Poppe; ex-diretores Regionais como Ruy Fortunato de Assis, João José Pinto Reis e Jarbas da Silva Maranhão; e técnicos destacados da Administração Central como Julani Assunção Rodrigues Soares, Jurandir Rodrigues Bastos, Raimundo de Oliveira Rosa, Ginaldo Vasconcellos e Valdete Vieira Torres. A iniciativa, contudo, encerrou-se na gravação do lote de entrevistas inicial.

Anos depois, a partir de 2013, um novo projeto foi lançado, sob a coordenação do Museu Correios. Nesse contexto, em São Paulo, foram feitas inicialmente entrevistas com três empregados que atuaram na área de telegrafia naquela Regional. No Estado de Mato Grosso, foram ouvidos filhos de indígenas telegrafistas que trabalharam naquele estado com o Patrono das Comunicações, Cândido Mariano da Silva Rondon.

Também nessa fase inicial, foram realizadas, em Brasília e Recife, outras oito entrevistas, com destaque para um ex-empregado, Josias Marcelino da Silva, que trabalhou, por muitos anos nas Diretorias Regionais dos Correios do Rio Grande do Norte e de Brasília como guarda-fios, na área de telegrafia, e que concedeu o depoimento já com mais de 100 anos de idade.

Dentre essas oito entrevistas, merecem, também, menção especial aquelas feitas com Paulo Brusky e Daniel Santiago, (Figura 14) dois ilustres representantes da Arte Postal, que, na época da ditadura militar no Brasil, teve, entre os seus objetivos, o de “driblar” a censura por meio da utilização da rede dos Correios. Nesse contexto, em 1976, os dois artistas citados foram presos quando se preparavam para inaugurar a 1ª Exposição Internacional de Arte Postal, em Recife, fechada pelo regime ditatorial da época. Nas entrevistas, eles falam desse episódio.

Ainda em 2015, o Programa de História Oral dos Correios teve consolidada a sua nova orientação, pela qual ele passou a ter caráter corporativo, por força da Portaria do Presidente dos Correios – PRT/PR – 101/2015, de 20 de outubro de 2015, para ser viabilizado em toda a empresa, de forma descentralizada, por meio do apoio das Assessorias de Comunicação Social, dos Espaços e Centros Culturais e de instrutores da área de Recursos Humanos, todos localizados nas Diretorias Regionais. O conceito por trás da nova iniciativa é que as comunidade postais baseadas nas diversas regionais fossem treinadas e pudessem elaborar os seus próprios projetos de História Oral, voltados para aquilo que julgassem mais significativo, de modo a valorizar diferentes visões, de forma totalmente descentralizada e voluntária.

Uma das características do projeto é a de que sejam identificados colaboradores, de preferência empregados com formação em História ou Jornalismo, para fazerem as entrevistas que, uma vez realizadas, são enviadas para o Museu Correios, onde ficarão

guardadas como material de acervo para a eventual consulta por parte de pesquisadores sobre a História dos Correios.

Além do trabalho com as Regionais, o Museu continua fazendo entrevistas com pessoas ligadas à Administração Central, em Brasília.

### Fases de um Programa de História Oral

A seguir, apresentaremos, de forma muito sintética, alguns conceitos sobre a operacionalização da História Oral como ferramenta para o registro de depoimentos, colhidos do Manual de História Oral, de Verena Alberti.

Há três momentos na realização de um programa de História Oral: 1- elaboração do projeto – nessa fase, são apresentados os caminhos constitutivos e operacionais da pesquisa; 2 - captação (entrevista), tratamento do produto e guarda do material (acervo) – nessa fase, acontecem a entrevista propriamente dita (pesquisa, preparação, realização e encerramento da entrevista); a degravação ou transcrição e a edição de texto da entrevista e a guarda do acervo e 3 - destinação do produto – nessa fase, define-se qual a finalidade da entrevista.

#### 1 - Elaboração do projeto

A autora do *Manual de História Oral*, Verena Alberti, foi muito feliz ao destacar que

[...] fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho dispostos a falar um pouco sobre suas vidas. Essa noção simplificada pode resultar em um punhado de fitas gravadas, de pouca ou nenhuma utilidade, que permanecem guardadas sem que se saiba muito bem o que fazer com elas. (ALBERTI, 2005, p. 29).

E ensina, ainda mais, que

[...] a história oral não é um fim em si mesmo, e, sim, um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido (ALBERTI, 2005, p. 29).

José Carlos Sebe Meihy define projeto como o plano capaz de articular argumentos operacionais de ações desdobradas de planejamentos de pesquisas prévias sobre algum grupo social que tem algo a dizer. E conclui que “[...] sem projeto não há história oral [...]” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 13).

Segundo o autor, o projeto funciona como mapa da pesquisa e prevê: 1 – planejamento da condução das gravações segundo indicações previamente feitas; 2 – respeito aos procedimentos do gênero escolhido e adequado de história oral; 3 – tratamento da passagem do código oral para o escrito, no caso da elaboração de um texto final para a pesquisa ou escritura de um livro; 4 – conferência da gravação e validação; 5 – autorização para o uso; 6- arquivamento e/ou eventual análise e 7 – sempre que possível, publicação dos resultados em catálogos, relatórios, textos de divulgação, sites, documentários em vídeo ou exames analíticos com dissertações ou teses (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 13)

O Programa de História Oral do Museu Correios definiu como projeto a captação de entrevistas com a temática de história de vida e experiência profissional de pessoas que trabalharam ou que ainda trabalham nos Correios e cujo material ficará guardado como acervo para eventuais consultas por parte de pesquisadores.

## 2 – Entrevista (pesquisa, preparação, realização e encerramento), tratamento do produto e guarda do material

A estrutura de uma entrevista contém quatro partes: início da pesquisa; preparação da entrevista; realização da entrevista e encerramento da entrevista.

**Pesquisa** - O projeto da História Oral inicia-se com o trabalho dos pesquisadores de investigar, exaustivamente, em bibliotecas, arquivos e outros meios, o objeto de estudo com o objetivo de obter uma base firme do conhecimento do tema, o que irá garantir a qualidade dos trabalhos. Da pesquisa, irá resultar a elaboração de um roteiro geral para orientar as entrevistas de todos os entrevistados, facilitando a elaboração dos roteiros individuais (e, se necessário, roteiros parciais) para cada entrevistado.

**Preparação da entrevista** - Nessa fase, faz-se o roteiro individual da entrevista e o contato inicial com o entrevistado para informá-lo sobre o programa de entrevistas, sua metodologia, sua seriedade e a importância do depoimento do entrevistado para o projeto. É nesse contato, também, que se informa ao entrevistado que ele irá assinar um Termo de Cessão de Uso da Imagem e de Som ao projeto.

**Realização da entrevista** – Alguns aspectos devem ser considerados nesse momento: o local deve ser uma sala reservada, de preferência, indicado pelo entrevistado; a duração, em média, da entrevista não deve ultrapassar duas horas; recomenda-se que o menor número possível de pessoas esteja presente e, sobre a entrevista, deve ser preenchido o Diário de Campo, onde são feitas anotações sobre fatos e/ou impressões, se houver, sobre o andamento da reunião.

**Encerramento da entrevista** - É o entrevistador quem decide sobre momento de encerrar, quando ele percebe que os principais pontos do roteiro foram atendidos. Se a entrevista é constituída de várias sessões, o entrevistador deve começar a não mais

desdobrar as questões, como antes, quando a conversa fluía solta e livre. É no final da entrevista que o entrevistador deve pedir ao entrevistado para preencher e assinar o Termo de Cessão de Uso de Imagem e Som.

**Tratamento do produto** – É todo o trabalho posterior à gravação da entrevista (duplicação da gravação para a formação de um acervo de segurança, o registro da entrevista na base de dados do programa, a elaboração dos instrumentos de auxílio à consulta (sumário e índice temático), a passagem da entrevista para a forma escrita, a conferência de fidelidade e o copidesque), e a sua liberação para consulta.

**Guarda do material** - Consiste na elaboração de uma folha de rosto, com as normas da consulta, e a ficha técnica, com as informações sobre sua produção e seu tratamento, além de um sumário da entrevista e a transcrição conferida e copidescada.

### 3 – Destinação do produto

Ao final, as entrevistas passam a compor um banco de dados para pesquisadores, podendo prestar-se, de acordo com as características de cada projeto individual, também ao embasamento de textos de pesquisa de diversas naturezas, exposições ou vídeos institucionais, sem prejuízo de sua integração ao mencionado banco de dados, para outras utilizações futuras.

No Programa de História Oral dos Correios, os representantes das Diretorias Regionais podem ou não participar das etapas do tratamento do produto, sempre sob a coordenação do Museu Correios, responsável também pela guarda do material e destinação final dos produtos.

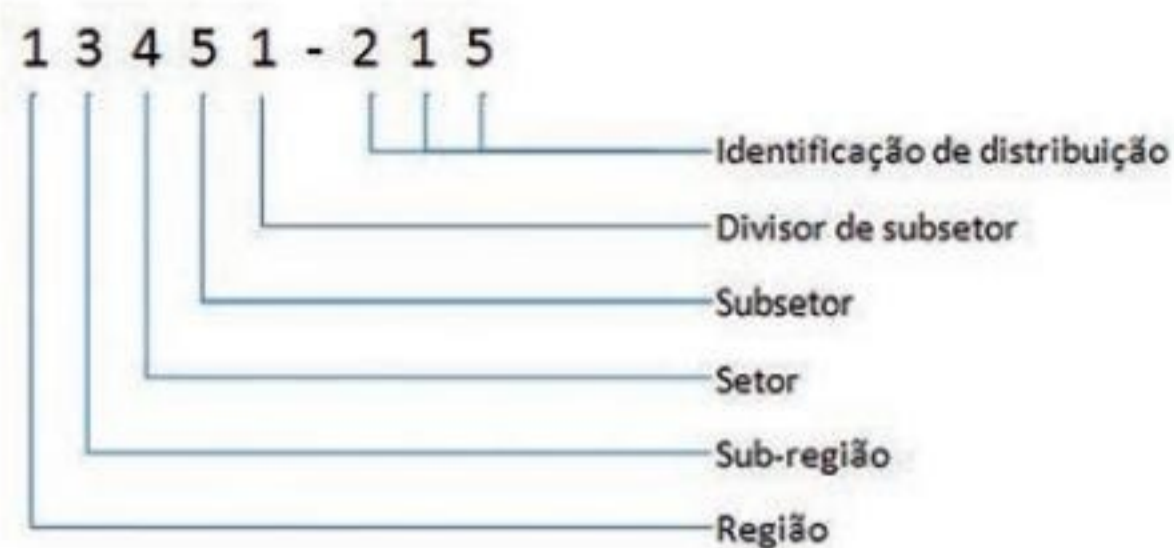


Figura 15 - Com o CEP, é possível identificar a localização bem próxima do destinatário. Estrutura do CEP.



Figura 16 - O Serviço de Entrega Expressa – SEDEX, sinônimo de eficiência e credibilidade.

## Desafio

O Programa de História Oral dos Correios visa a diminuir, um pouco, a grande lacuna de registros que existe na história recente da Empresa. Por diversos fatores, muitos documentos e testemunhos sobre os últimos anos do Departamento de Correios e Telégrafos – DCT e a história da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT se perderam.

Com o Programa, ainda é possível colher, por exemplo, depoimentos de colegas que viveram a passagem do DCT para ECT, bem como o processo de estruturação e de modernização dos serviços postais nos anos setenta/ oitenta, como por exemplo, a implantação do Código de Endereçamento Postal – CEP (Figura 15), a criação de novos serviços como o Serviço de Encomenda Expressa - SEDEX, (Figura 16), a criação da Rede Postal Aérea Noturna – RPN, a mecanização da triagem, o Projeto Eco, e o Serviço de Entrega Especial de Documentos - SEED, a criação da Escola Superior de Administração Postal – ESAP, a criação do Instituto de Seguridade dos Correios - Postalis e, mais recentemente, os desafios trazidos pela progressiva informatização da Empresa e pelo novo ambiente de negócios influenciado pela internet.



## Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **O acervo de história oral do CPDOC**: trajetória de sua constituição. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/863.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/863.pdf)>>. Acesso em: 16 out 2015.

ALENCAR, Valéria Peixoto de. **Arte postal**: correspondência com valor artístico. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação, UOL Educação, 2009. Disponível em: <<<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/artes/arte-postal-correspondencia-com-valor-artistico.htm>>>. Acesso em: 15 out 2015

COTS, Caroline. Museu da Imagem e do Som – MIS. Disponível em: <<<http://www.cidadedesao paulo.com/sp/br/o-que-visitar/atrativos/pontos-turisticos/1269-museu-da-imagem-e-do-som-mis>>>. Acesso em: 15 de out. 2015.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea Brasileira. Sobre o CPDOC. Disponível em: <<<http://cpdoc.fgv.br/sobre>>>. Acesso em: 8 out. 2015.

DE SORDI, Neide Alves Dias e outros. **Manual de procedimentos do Programa de História Oral da Justiça Federal**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; AMADO, Janaína (coord.). **Usos & Abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FREITAS, Sonia Maria de. **História Oral - Procedimentos e Possibilidades**. Disponível em: <<[http://www.academia.edu/6683584/HIST%C3%93RIA\\_ORAL](http://www.academia.edu/6683584/HIST%C3%93RIA_ORAL)>>. Acesso em: 04 set. 2015.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **FGV lança primeiros volumes da coleção História Oral do STF**, 2015. Disponível em <<<http://diretorio.fgv.br/noticia/fgv-lanca-primeiros-volumes-da-colecao-historia-oral-do-stf>>>. Acesso em: 16 out. 2015.

LACERDA, Carlos. Discurso de Inauguração do Museu da Imagem e do Som, proferido pelo então governador do Estado da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda. [Rio de Janeiro]: Museu da Imagem e do Som, 1965. Disponível em: <<<http://www.samba-choro.com.br/debates/1004435668/discursoinauguracaomis>>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe B; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MUSEU DA PESSOA. Uma história pode mudar seu jeito de ver o mundo—ENTENDA. Disponível em: <<<http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/o-museu-da-pessoa>>>. Acesso em: 15 de out. 2015

PETROBRAS. Memória Petrobrás. Quem Somos. Disponível em: <<<http://memoria.petrobras.com.br/quem-somos>>>. Acesso em: 05 out. 2015

REDE GLOBO. Memória Globo preserva e divulga a trajetória das Organizações Globo – Documentação está à disposição de estudiosos e do público em geral, 2012. Disponível em: <<<http://redeglobo.globo.com/globocidadania/balanco-social-2011/noticia/2012/05/memoria-globo-preserva-historia-das-organizacoes-globo.html>>>. Acesso em: 16 out. 2015.

SECRETARIA DA CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu da Imigração. Disponível em: <<<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem>>>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. história Oral. Disponível em: <<<http://www.tjdft.jus.br/institucional/centro-de-memoria-digital/historia-oral>>>. Acesso em: 16 out. 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. TJDFT disponibiliza novas transcrições e vídeos do programa História Oral, 2015. Disponível em: <<<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2015/maio/tjdft-disponibiliza-transcricoes-e-videos-do-programa-historia-oral>>>. Acesso em: 16 out. 2015.

WIKIPEDIA. Museu da Imagem e do Som (Rio de Janeiro). Disponível em: <<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu\\_da\\_Imagem\\_e\\_do\\_Som\\_\(Rio\\_de\\_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_da_Imagem_e_do_Som_(Rio_de_Janeiro))>>. Acesso em 08 out. 2015.

**Fausto Weiler**

Trabalha nos Correios desde 1986. É Analista de Correios. Bacharel em Economia pela Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e foi professor de História na Faculdade Notre Dame, no Rio de Janeiro, de 1976 a 1979.



Oficiais e soldados brasileiros, em um jipe equipado com metralhadora pesada, estudam o plano de campanha da FEB, de avanço para o norte da Itália. Pisa, 1944. Correio da Manhã. Imagem: site Arquivo Nacional - Exposição Virtual: Viagens italianas - O Brasil na Guerra

# Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira

Pablo Lisboa

Silmara Küster de Paula Carvalho

## The Brazilian Expeditionary Force Virtual Museum

### Resumo/Abstract

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são ferramentas que ampliam a atuação dos museus no que concerne a comunicação, pesquisa e preservação. Os museus virtuais são alternativas atuais a estabelecer as mais diversas conexões entre os objetos culturais digitais ou decorrentes destes e o público. A sua acessibilidade permite percorrer pelas mais longínquas culturas. O Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira foi criado neste contexto e pretende ser um espaço de revitalização contínua da história da FEB. Sua concepção adentra o universo digital, mas está correlacionado com o mundo físico, por meio de objetos oriundos de vários Museus da FEB no Brasil. O Museu Virtual da FEB está ainda em construção e todo aporte de conhecimento e reflexão acerca do universo digital deverá ser considerado pelos pesquisadores, notadamente a Internet das Coisas visando, por meio do museu virtual, estabelecer as conexões pertinentes entre os acervos físicos e as informações digitais.

**Palavras-chave:** Museu. Museu Virtual. Força Expedicionária Brasileira.

New Information and Communication Technologies (TIC) are tools that extend the reach of museums regarding communication, research and preservation. Virtual museums are modern alternatives of establishing the most diverse connections between digital cultural objects - or artefacts derived thereof - and the public. Accessibility to such enables one to travel into the most distant cultures. The Brazilian Expeditionary Force Virtual Museum was created in this context and intends to be a space for continuously revitalizing FEB history. Its concept reaches into the digital universe, although parallel with the physical world through objects originating from several FEB Museums in Brazil. The FEB Virtual Museum is still under construction and researchers should consider every contribution of knowledge or reflection on the digital universe - notably the Internet of Things - seeking to establish pertinent connections between physical collections and digital information through the virtual museum.

**Keywords:** Museum. Virtual museum. Brazilian Expeditionary Force.

Dentre as várias formas para os museus atingirem suas funções, notadamente configuradas no tripé Comunicação – Pesquisa – Preservação, o uso de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é uma ferramenta que amplia o acesso às informações de um museu a partir de qualquer parte do mundo, além de assegurar a preservação da informação no universo digital.

Para Muchacho (2005, p. 580), no processo de comunicação entre os museus e seus públicos as TIC são importantes, uma vez que podem ser utilizadas a fim de complementar uma exposição, além de estimular o visitante a “uma nova visão do objeto museológico”. Um exemplo é a tecnologia da Realidade Aumentada (RA) comumente utilizada. A RA implica em uma combinação de tecnologia virtual/digital que é usada em tempo real e em local previamente selecionado. Conforme Moutinho (2015), a informação digital utilizada pode ser uma imagem estática ou em movimento, representações em 3D sobrepondo as informações obtidas ao ambiente tridimensionalmente, de maneira a permitir ao visitante a interação em tempo real através de dispositivos como *smartphone*, *tablet* e outros. A RA é uma ferramenta a mais da qual os museus poderão tirar partido.

Outra possibilidade com o uso das TIC são os museus virtuais, que permitem ao visitante acessar suas exposições, porém distante do contexto real em que o objeto museológico se encontra, o que, conforme Muchacho (2005), dissociará “o objecto museológico da sua aura, materializando-o sob a forma de imagem virtual, ou seja, de

artifício (...). A exposição virtual vem facilitar a recepção informativa, pedagógica e estética do objecto museal”. A autora ainda se refere ao museu virtual como um novo meio de contemplação e interatividade, possibilitando aos visitantes “outras formas de apropriação do espaço virtual a ser percorrido” (MUCHACHO, 2005, p. 581).

### Museu Virtual

Lima (2009, p. 13) analisa a temática dos Museus Virtuais tendo em vista a importância para o campo de estudos da museologia da normalização terminológica e dos desafios do uso das TIC, notadamente a partir da década de 1990. A pesquisa da autora partiu da análise de sites de museus na web, e também analisou as fontes já produzidas no campo museológico, tais como o tesaurus e os dicionários etimológicos. Seu estudo abrangeu 79 sites de Museus Virtuais oriundos do Brasil e de outros países. A autora identificou três categorias de Museu Virtual classificando-as em A, B e C, assim nomeadas: (A) “Museu Virtual Original Digital”, sem correlação com o museu e a coleção existente no mundo físico, “desterritorializado”; (B) “Museu Virtual Conversão Digital”, ou seja, quando o museu e a coleção estão em correlação com os museus físicos e os representam; e (C) “Museu Virtual Composição Mista”, que corresponde ao museu criado apenas no universo digital, sem a correspondência com o mundo físico, porém a coleção digital apresentada nesta categoria é oriunda de uma ou várias instituições.

Os museus sem território formal estão assentados em novas tecnologias de comunicação, tais como os *Issue Based Museums*, as redes globais na web como, por exemplo, o *International Coalition of Sites of Conscience*, em que participam membros de mais de 185 instituições do mundo, desde locais históricos já estabelecidos às iniciativas de memória emergente, com o objetivo de um esforço comum para “ligar o passado ao presente e a memória à ação”<sup>1</sup>.

1. Disponível em <http://www.sitesofconscience.org/pt-br/membros/>.

No que concerne ao objeto museológico, Moutinho (2015)<sup>2</sup> inicia a sua reflexão e provocação filosófica acerca desta temática correlacionando o fazer museológico do passado e as novas tendências no presente:

Como eram tranquilos os tempos em que sabíamos o que era e o que não era MUSEU. Houve um tempo em que os museus eram assim... O objeto era o Rei... e a vítima era a rainha... Depois os museus saíram às ruas... Onde a estética do espaço era insuficiente. (MOUTINHO, CEAM, 2015 – informação verbal).

Realmente, pensar os museus na contemporaneidade, além de ser desafiador implica em redirecionar as ações museológicas para a emergência que se coloca no tempo presente. Quando Moutinho (2015) fala que os museus saíram às ruas e a estética do espaço é insuficiente, observa-se a amplitude que se abre para repensar para além dos museus e da museologia. E este redirecionamento não significa abstrair o existente, o convencional já traçado e configurado, uma vez que faz parte do processo, mas avançar para outras formas e possibilidades deste fazer museológico que poderão ser reveladas, pois na medida em que se permitem novas abordagens o potencial criador também é estimulado.

Há inúmeras formas de comunicar os semióforos do tempo, independentemente do objeto e da concepção de museu. Moutinho (2009, p.8) vai além quando diz que a museografia pode partir não somente do “objeto herdado”, mas também de objetos criados, em que a poética dependerá da temática da exposição, do tipo de museu e do ato criador.

De acordo com Ostrower (2008), independentemente do campo de atuação, criar é dar forma a algo novo, sendo a criatividade um potencial essencial ao homem. Neste contexto, os museus virtuais poderão independer do objeto herdado, indo além do que Moutinho (2009, p. 12) diz ser seu “destino museológico”, e esta é uma nova concepção e alternativa, principalmente no que concerne às exposições temáticas comumente exploradas nas novas tipologias de museus.



Então a concepção de um museu virtual poderá ocorrer independentemente do objeto musealizado, mas poderá também ser inspirado nele. No caso do Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira, a sua gênese decorre de uma simbiose entre os Museus da FEB e o patrimônio cultural da FEB digital, tal como já citado e apresentado por Lima (2009), referindo-se à categoria C “Museu Virtual Composição Mista”.

O Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira, por meio do seu espaço virtual, propiciará acesso e novas leituras ao público. Partindo da temática proposta e da experiência estética que se deseja comunicar e de acordo com os diferentes contextos e temporalidades, o desafio proposto por Moutinho (2009) é a “potencialidade comunicativa da forma”, que pode ser exposta no espaço virtual ou não, de acordo com o contexto e a situação em que é apresentada, considerando que há inúmeras possibilidades de apropriação. Desta forma, em determinadas situações é importante a libertação do peso que as coleções impõem e isso implicará em repensar as ideias, uma vez que há várias maneiras de olhar as coleções (MOUTINHO, 2009, p. 12). Ressalta-se aqui que os museus podem dar forma às ideias visando à inovação no que concerne à comunicação, sem descuidar da função de museu antropogênico, defendida por Cruz (1993), o qual propõe um museu voltado à promoção integral da pessoa humana, ressignificando a dimensão do seu fazer e estar no mundo a partir do conhecimento.

E qual a relevância em se criar um museu virtual da Força Expedicionária Brasileira? Aprendemos e nos modificamos com as experiências do passado e os museus são a ponte entre o vivido, a memória esquecida e a reflexão sobre o tempo presente. O protagonismo do Brasil na II Guerra Mundial foi fundamental e teve sua parcela de contribuição para promover a paz, mesmo perdendo brasileiros no *front* e nos mares. Os feitos heróicos devem ser expostos ao público de forma contextualizada, e os objetos museológicos da FEB deverão ser classificados e descritos dentro de um padrão museológico, com orientações para exposição e conservação. Os acervos estão alocados em museus, associações e locais particulares. Uma exibição *online* sobre a história da FEB, seus protagonistas e seu

acervo no âmbito da museologia certamente será um espaço de interatividade, fruição e produção de conhecimento, que possibilite novas abordagens em pesquisas e evidencie o arcabouço histórico existente.

Para além dos usos que os museus têm feito das ferramentas de comunicação digital, estamos cada vez mais conectados com a ideia de “internet das coisas”, em inglês: IoT – *Internet of Things*. Lemos (2012) apresentou publicação sobre o assunto:

A Internet das Coisas é, de acordo com CERP 2009 (Cluster of European Research Projects on the Internet of Things), uma infraestrutura de rede global dinâmica, baseada em protocolos de comunicação em que “coisas” físicas e virtuais têm identidades, atributos físicos e personalidades virtuais, utilizando interfaces inteligentes e integradas às redes telemáticas. As coisas/objetos tornam-se capazes de interagir e de comunicar entre si e com o meio ambiente por meio do intercâmbio de dados. As coisas reagem de forma autônoma aos eventos do “mundo real / físico” e podem influenciá-los por processos sem intervenção humana direta. O novo campo da IoT reúne questões técnicas e sociais. Durante o ano de 2008, o número de coisas ligadas à internet excedeu o número de pessoas no planeta. Estima-se que haja mais de seis objetos por pessoa conectados no mundo hoje

É na esteira dessa nova configuração que os museus e projetos em patrimônio cultural precisam atuar. O Portal do Museu da FEB, a partir de seus agentes articuladores e pesquisadores, compreende como fundamental a análise do conceito da Internet das Coisas para uma posterior ação onde acervos físicos são interconectados com informações digitais e o portal serve como base para essas informações.

### Estrutura do Museu Virtual da FEB

A partir da missão de criar um espaço na internet para apresentar informações sobre a Força Expedicionária Brasileira – FEB, estruturou-se uma sala técnica nas dependências do CIDARQ da Universidade Federal de Goiás – UFG com aparato tecnológico visando

a realização das ações necessárias para a construção do Museu Virtual da FEB. Um dos primeiros procedimentos técnicos foi o de identificar os conteúdos e informações a respeito do assunto. De posse dessas informações iniciais realizou-se um *Card Sorting* que consiste em um tipo de geração de modelo mental a partir de cartões contendo termos. O *Card Sorting* é um método que guarda relação com o tema da usabilidade e objetiva levantar informações a respeito dos usuários, principalmente para saber como esses organizam as informações e os caminhos durante a navegação em um website. O *Card Sorting* é utilizado para avaliar a arquitetura da informação das plataformas digitais. A seguir podemos visualizar na figura 1, o resultado do primeiro *Card Sorting* do projeto.



Figura 1 – Resultado do Estudo Card Sorting para o Museu Virtual da FEB  
Fonte: Pablo Lisboa

Aliando e cruzando o resultado do *Card Sorting* e as informações em mãos, partiu-se para a criação do *website*. Contudo, o *Card Sorting* serviu como um primeiro esboço do que viria a ser o menu principal do website.

O Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi delineado na plataforma *Wordpress*, um sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS) utilizado para a criação de *sites* e *blogs* na internet, que permite flexibilidade no gerenciamento dos conteúdos. A seguir podemos visualizar o topo do website do Museu da FEB, ainda em construção (Figura 2).



Figura 2 – Página em construção Museu Virtual da FEB  
Fonte: Pesquisa do autor (2016).

O *menu* principal do Website do Museu da FEB (Figura 3) para a página do Museu Virtual compreende os seguintes campos principais: ANVFEB, II Guerra, O Brasil na II Guerra, Biblioteca Digital e Acervo Museológico. A partir dessa estrutura base, se desdobra uma sequência de subpáginas, formatando assim uma arquitetura inicial que tende a sofrer alterações ao longo da existência do portal. Para isso, serão realizadas técnicas de avaliação e usabilidade.



Figura 3- Campos principais da página do Museu Virtual da FEB  
Fonte: Pesquisa do autor (2016).

Na página ANVFEB são apresentados os antecedentes e a criação da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira na década de 1960 e a denominação das Seções Regionais da ANVFEB no Brasil. Há uma subpágina intitulada PROJETO ANVEFEBRA, em que é apresentado o projeto de autoria da Seção Regional de Brasília.

Da mesma forma, as demais páginas principais têm subpáginas correspondentes.

Na página nomeada II Guerra Mundial é apresentada a linha do tempo na Europa entre os anos de 1939 e 1945 e no Pacífico entre 1941 e 1945. A página destinada ao Brasil na II Guerra está subdividida em FEB, FAB, Marinha Mercante e Marinha de Guerra.

No detalhamento do que diz respeito à FEB são apresentadas subpáginas, a saber:

Subpágina 1: Declaração de Guerra, Formação da FEB, Preparo das tropas, Partida, Desafios;

Subpágina 2: Enfermeiras na FEB;

Subpágina 3: Religiosidade na Guerra;

Subpágina 4: A FEB em números: Efetivos, Mortos em ação, Prisioneiros capturados;

Subpágina 5: Em solo italiano: Roteiro da FEB na Itália; Cartografia das cidades; Desafios;

Subpágina 6: Vitórias da FEB.

A Biblioteca Digital é um espaço destinado à pesquisa relacionada à FEB na forma de artigos, monografias, teses e dissertações, além de indicação bibliográfica e arquivística, documentários, entrevistas orais e filmes temáticos. E, por fim, a página Museologia terá as seguintes subpáginas:

Subpágina 1: Acervo FEB;

Subpágina 2: Acervo FAB;

Subpágina 3: Acervo Marinha, que será subdividida em:

3.1 Marinha Mercante e 3.2 Marinha de Guerra;

Subpágina 4: Documentação museológica;

Subpágina 5: Conservação de acervos.



Figura 4- Conteúdo da página inicial do Museu Virtual da FEB  
Fonte: Pesquisa do autor (2016).

O acervo digital disponível no Museu Virtual da FEB é resultado do mapeamento de objetos museológicos e objetos de coleções privadas conduzido na primeira fase desta pesquisa, nos anos de 2014 e 2015. O mapeamento perpassou por diversas instituições públicas e privadas sem fins lucrativos e por acervos particulares a fim de verificar o que existe referente à FEB no Brasil. Os locais percorridos para esta finalidade foram: Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB/DF; Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB/MG – Museu da FEB; Arquivo Nacional (AN); Fundação Biblioteca Nacional (BN); Memorial aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (MMSGM); Arquivo Histórico do Exército (AHE);

Museu Nacional de Belas Artes (MNBA); Museu Histórico Nacional (MHN); Museu da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB/RJ; Museu Naval (MN); Museu do Expedicionário e Legião Paranaense do Expedicionário; Museu da FEB Belo Horizonte – ANVFEB BH; Memorial Max Wolf, no 20 BIB, em Curitiba.

Diante da amplitude do que existe sobre a FEB no Brasil, muito ainda há para ser mapeado para melhor configurar esta pesquisa. Afinal, participaram da FEB 25.374 homens e 73 enfermeiras, procedentes de várias partes do país.

Foram realizadas entrevistas orais com veteranos da FEB em Brasília, Curitiba e Belo Horizonte. Algumas entrevistas foram cedidas pelo Museu da FEB em Belo Horizonte para fins de pesquisa e acesso no Museu Virtual da FEB.



Figura 5 - Mapa em construção com a localização dos Museus da FEB no Brasil  
Fonte: Pesquisa do autor (2016).



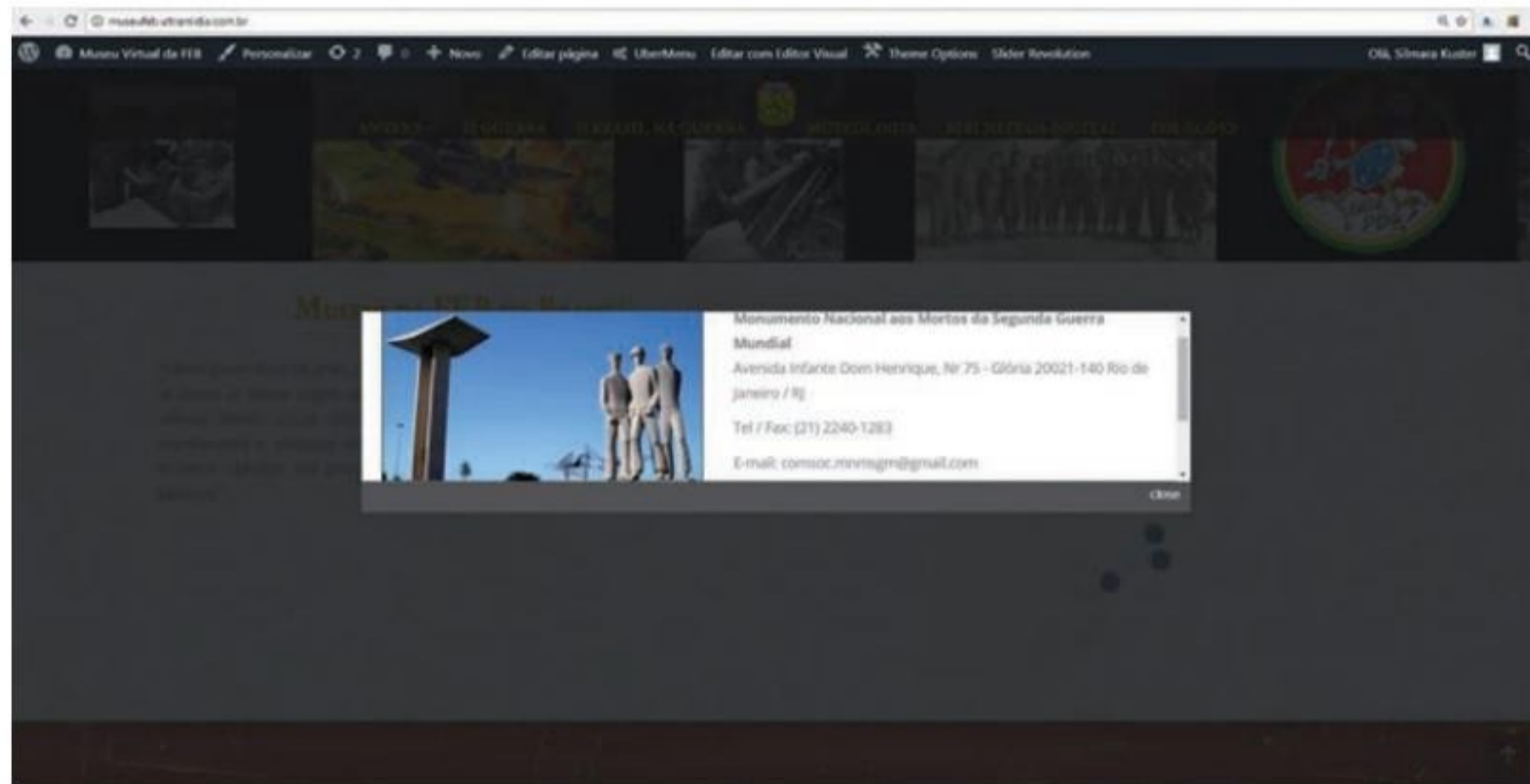


Figura 6 - Localização e imagem do Museu pesquisado  
 Fonte: Pesquisa do autor (2016).

A equipe de pesquisadores foi estruturada com sete professores bolsistas da UnB e um professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). Entre bolsistas e voluntários, doze estudantes participaram do projeto, sendo seis da UnB, quatro da UFG e dois da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMG); um pesquisador externo, oriundo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e um museólogo pesquisador do Museu do Grande Oriente do Brasil.

O *site* está hospedado em um endereço provisório da empresa *Ultramídia Sites e Hospedagem*<sup>3</sup>, que o está desenvolvendo e, posteriormente, será hospedado em endereço definitivo.

3. Ultramídia Sites & Hospedagem: [www.ultramidia.com.br](http://www.ultramidia.com.br)

### Considerações finais

O Museu Virtual da FEB tem como finalidade revitalizar e ressaltar a atuação da Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações da Itália após a Declaração de Guerra, em 1942, pelo Brasil contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). É um espaço de referência e consulta para pesquisadores, colecionadores e afins sobre esta temática e está estruturado com base no arcabouço conceitual da museologia. Revitalizar a história da FEB por meio deste espaço virtual é uma das formas que encontramos para o reconhecimento e a preservação desta memória.

Homens e mulheres procedentes de várias partes do país fizeram a diferença em nome da democracia, da liberdade e da paz.

### Referências

CRUZ, M.R. **Museu Reflexões**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura. 1993.

HENRIQUES, Rosali. **Museus Virtuais e Cibermuseus: A internet e os museus**. Portugal, 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/print.php?conteudo=476>>. Acesso em: 10 out. 2016.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas**. Internet das Coisas e Teoria Ator-Rede. Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.seminariosmv.org.br/textos/Andre%20Lemos.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

LIMA, D.F.C. **O que se pode designar como museu virtual segundo os museus que assim se apresentam.** Fórum de Coordenadores de Grupo de Trabalho da Ancib. GT 9. João Pessoa (PB), X ENANCIB (GT9), 2009. Disponível online em file:///C:/Users/SILMARA/Downloads/3312-5583-2-PB%20(1).pdf. Acesso em 19 de setembro às 12h03

MOUTINHO, M. (2009). **A construção do objecto museológico.** Cadernos de Sociomuseologia/Museologia Social, 4(4). [http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernoSociomuseologia/Museologia Social/article/view/244](http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernoSociomuseologia/Museologia%20Social/article/view/244)

MUCHACHO, Rute. **O Museu Virtual: as novas tecnologias e a reinvenção do espaço museológico.** ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume I. Estética e Tecnologias da Imagem. António Fidalgo e Paulo Serra (Org.). Universidade da Beira Interior. Covilhã 2005. Disponível online [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110829-actas\\_vol\\_1.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110829-actas_vol_1.pdf). Acesso em 18 de setembro 2015. 21h14

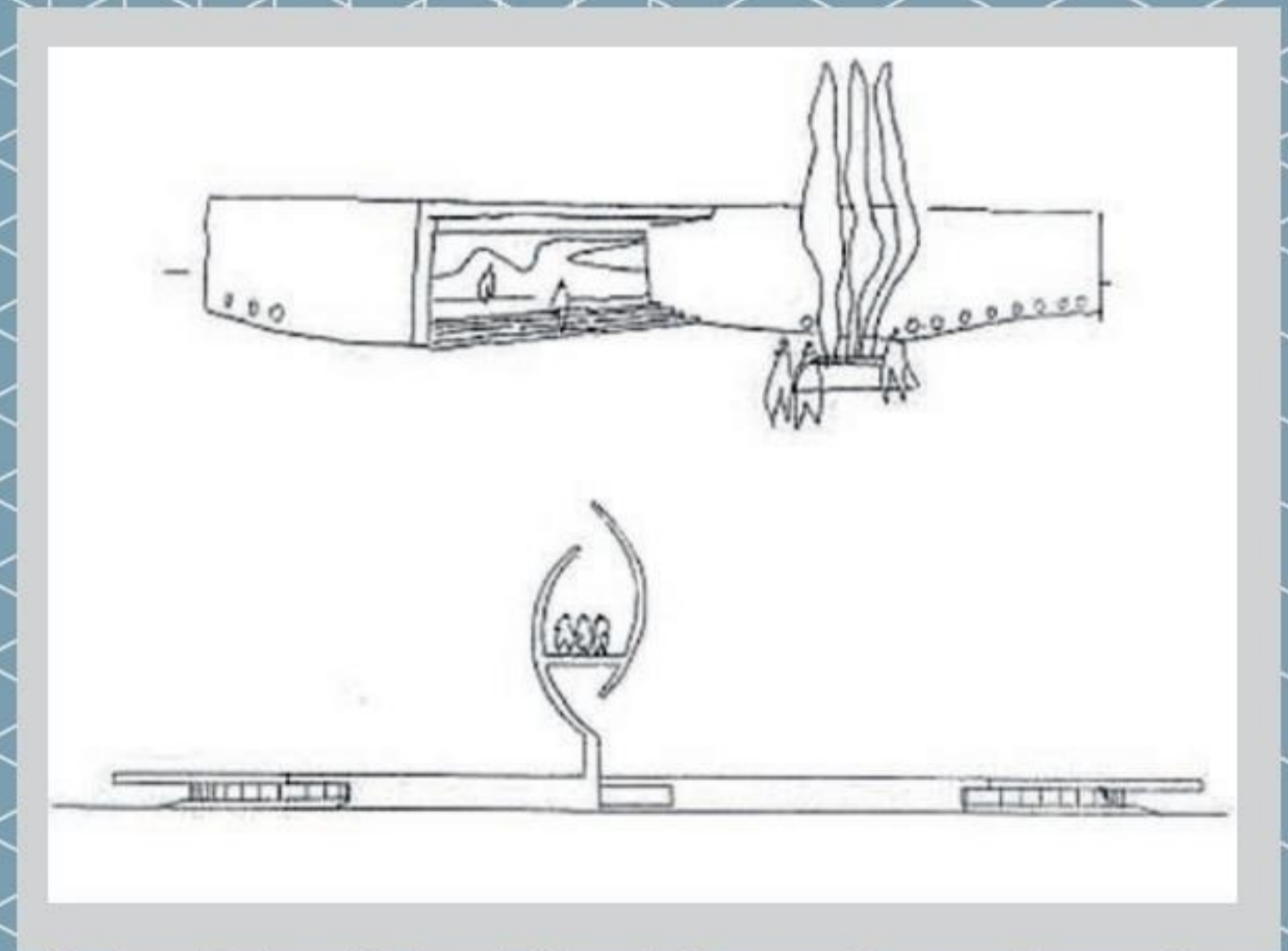
OSTROWER, F. **Criatividade e processo de criação.** Petrópolis: Vozes. 2008.

**Pablo Lisboa**

Professor Pesquisador do Curso de Museologia da UFG participante do Projeto de Concepção e implantação do Museu Virtual da FEB.

**Silmara Küster de Paula Carvalho**

Professora Pesquisadora do Curso de Museologia da UnB. Doutoranda em Museologia Social pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Coordenadora do Projeto de implantação do Museu Virtual da FEB.



# Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira: Concepção e pesquisa

Silmara Küster de Paula Carvalho

The Brazilian Expeditionary Force Virtual Museum: conception and research

Resumo/Abstract

A concepção de pesquisa para a construção do site que abrigará o Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira teve início em 2014. À época a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira - Seção Regional de Brasília (ANVFEB/SR Brasília) procurou orientações junto ao Curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB) para que este realizasse o plano museológico que seria destinado ao complexo cívico cultural a ser construído em Brasília. Na ocasião foram apresentados o Projeto ANVFEBRA e os projetos arquitetônicos de autoria de Oscar Niemeyer com desenhos para o Memorial Heróis da Pátria e o Monumento à Força Expedicionária Brasileira. Em resposta, o Curso de Museologia da UnB aceitou a proposta e a ênfase foi pesquisar a Força Expedicionária Brasileira. Foi então formada uma equipe de pesquisadores que realizou mapeamentos de acervos da FEB e entrevistas orais com veteranos de guerra, resultando em vasto substrato para novas abordagens sobre a temática. Para reunir estes resultados optou-se em configurar uma plataforma virtual norteadada pela ciência museológica, nascendo assim o Museu Virtual da FEB. Espaço ainda em construção, mas que em sua continuidade terá o status fundante necessário para conceber o plano museológico, sem descuidar da acessibilidade para a pesquisa e nortear ações necessárias para a concretização do Projeto ANVFEBRA. Esta pesquisa somente foi possível pela iniciativa do Veterano Vinícius Vênus Gomes da Silva (in memoriam) e da Arquiteta Urbanista Dra. Cristina Souto Mayor Monção Soares, coordenadora do Projeto ANVFEBRA que, em nome da ANVFEB/SR Brasília, envidaram esforços e conseguiram junto ao senador Cristovam Buarque as Emendas Parlamentares de números 20690010 e 20690002.

**Palavras-chave:** Museu Virtual. Força Expedicionária Brasileira. ANVFEB.

Research into constructing the website which will receive the Brazilian Expeditionary Force Virtual Museum was conceived in 2014. At this time, the National Brazilian Expeditionary Force Veterans Association - Regional Section of Brasília (ANVFEB/SR Brasília) sought the coordinator of the Museology Course in the Faculty of Science and Information at UnB to accomplish museological groundwork for the building of a cultural civic compound in Brasília. On that occasion, the ANVFEBRA Project and Oscar Niemeyer's architectural projects were presented with drawings of the intended Homeland Heroes Memorial and the Brazilian Expeditionary Force Monument. The coordinator of the Museology Course accepted the request and research began on the Brazilian Expeditionary Force. A team of researchers was subsequently organized to carry out FEB collection mapping and oral interviews with war veterans, resulting in a vast substratum for future approaches on this theme. A virtual platform was chosen and configured to pool these results based on museological science, thus giving birth to the Virtual FEB Museum. The site is still under construction but as such, will have the necessary status fundante to conceive its museological plan - without forfeiting research accessibility - and will orientate any necessary action towards materializing the ANVFEBRA Project. This research was only possible due to the initiative of the late Veteran Vinícius Vênus Gomes da Silva and the Architect Cristina Souto Mayor Monção Soares, ANVFEBRA project coordinator, who strived on behalf of ANVFEB/SR Brasília and achieved Parliamentary Amendments numbers 20690010 and 20690002 through Senator Cristovam Buarque.

**Keywords:** Virtual museum; Brazilian Expeditionary Forces; ANVFEB

Em 16 de julho de 1963, dezoito anos após o retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB) da II Guerra Mundial, foi fundado no Brasil o Clube dos Veteranos da Campanha da Itália (CVCI). O dia foi escolhido por se referir ao aniversário do desembarque do 1º Escalão da FEB em Nápoles, na Itália. A criação do CVCI ocorreu em dissidência aos encaminhamentos administrativos e jurídicos da então Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, criada em 1945. Conforme enfatizado por Pinheiro (1976), a criação do CVCI não teve a intenção de desmerecer a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, que, à época, além dos veteranos que atuaram na Itália, congregava também membros das Forças Armadas que agiram em defesa do litoral brasileiro. O objetivo da criação do CVCI era reunir exclusivamente os veteranos que participaram da Campanha da Itália, independentemente da Força de origem, como a FEB, o 1º Grupo de Caça da FAB, a Marinha de Guerra e a Marinha Mercante, a fim de revitalizar e valorizar a atuação destes soldados brasileiros voluntários e de carreira que estiveram em árdua missão em solo estrangeiro durante a II Guerra Mundial, no teatro de operações da Itália.

Em 03 de julho de 1969 o CVCI passou a ser designado Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (AVEFEB), e devido à FEB ser formada por brasileiros de todas as regiões do país, posteriormente, em 15 de agosto de 1972, recebeu o nome de Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB).

No início as reuniões ocorriam no Clube Militar do Rio de Janeiro, posteriormente, após esforços do Presidente do CVCI, o Veterano Ignácio Rebouças de Mello, para obter uma sede fixa, e com a interferência do Veterano Paulo Vidal Leite Ribeiro junto ao Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, foi cedido o prédio nº 35 da Rua Juan Pablo Duarte, hoje Rua das Marrecas.

O Governador Carlos Lacerda, após autorizar a entrega do citado edifício da Rua das Marrecas, 35, ao CVCI, encaminhou à Assembléia Legislativa do então Estado da Guanabara projeto de lei, acompanhado de mensagem, cedendo-o, com encargos, ao dito Clube. Desse projeto, resultou a Lei nº 1085, sancionada pelo Governador Francisco Negrão de Lima, em 22-09-66 e publicada no D.O., I Parte, de 26-09-66, do supra-aludido Estado. (PINHEIRO, 1976, p. 15)

Desde a sua criação em 1963, o CVCI, posteriormente ANVFEB, procurou reunir e dar assistência aos veteranos de guerra, àqueles que enfrentaram as mais adversas situações, àqueles que voltaram com sequelas físicas e emocionais irreversíveis, e representar aqueles desaparecidos e mortos. Conforme Pinheiro (1976, p. 20): “Nessa missão está, resolutamente, engajada a ANVFEB, não para pleitear privilégios ou medidas descabidas, e sim, para reclamar a aplicação do direito expresso, para solicitar suporte jurídico para as causas justas” (...) e “divulgar a História das Forças Brasileiras, na Campanha da Itália (...)”.

Assim a ANVFEB em sua continuidade, e representada por veteranos, apoiados por descendentes, pesquisadores, colecionadores e outros interessados, trará luz às novas gerações com a preservação da memória cultural da FEB, e o seu exemplo inspirará a Paz para que esta não seja somente mais um capítulo da guerra, mas efetivamente o caminho almejado por cidadãos do mundo. Através da memória cultural da Força Expedicionária Brasileira as associações vivificarão a história reverenciando os 25.374 homens e mulheres que lutaram por isso.



Figura 1 – Membros da 1ª Diretoria e do 1º Conselho Fiscal do CVCI.

Da esquerda para a direita:

1º plano: Caracas Linhares - Conselho Fiscal; Ferreira Marques – Diretor de Cultura; Rebouças de Mello – Presidente do CVCI; João Vaz – Vice-Presidente do CVCI; Heitor Sulzer – Diretor Tesoureiro.

2º plano: Arnizaut de Mattos – Diretor de Relações Públicas; Luiz Moura – Conselho Fiscal; Geraldo Granato – diretor de Patrimônio.

Fonte - PINHEIRO, 1976, p. 18. Revista O Febiano.



Figura 2 – ANVFEB na Rua das Marrecas nº35, Rio de Janeiro/ RJ.

Fonte - PINHEIRO, 1976, p. 13. Revista O Febiano.

A sede nacional da ANVFEB está localizada no Rio de Janeiro e congrega as Seções Regionais, a saber: Região Norte – Belém-PA; Região Nordeste – Campina Grande-PB, João Pessoa-PB, Olinda-PE, Natal-RN, Aracaju-SE, Maceió-AL, Salvador-BA, São Luiz-MA; Região Sul - Caxias do Sul-RS, Pelotas-RS, Novo Hamburgo-RS, Porto Alegre-RS, Rio Grande-RS, Santo Ângelo-RS, São Gabriel-RS, Blumenau-SC, Brusque-SC, Itajaí-SC, Florianópolis-SC, Jaraguá do Sul-SC, Rio do Sul-SC, Guarapuava-PR, Ponta Grossa-PR; Região Sudeste – São Paulo-SP, Campinas-SP, São Vicente-SP, Caçapava-SP, Jundiaí-SP, Ribeirão Preto-SP, São Bernardo do Campo-SP, Vila Velha-ES, Belo Horizonte-MG, Divinópolis-MG, Juiz de Fora-MG, São João Del Rei-MG, Uberaba-MG, Barra de Macaé-RJ, Petrópolis-RJ, Resende-RJ, e Seção Regional do Centro-Oeste – Brasília-DF, Cuiabá-MT e Campo Grande-MS.

### Projeto ANVEFEBRA

Nos idos da década de 1950 já havia uma discussão sobre a possibilidade de se construir na futura capital do país o túmulo do Soldado Desconhecido, cujo objetivo seria expressar o reconhecimento da Nação a todos os combatentes brasileiros mortos no cumprimento do dever, desde a Batalha dos Guararapes, ocorrida em 1648, até o advento da II Guerra Mundial.

Desde 1978, quando o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer foi elaborado para o Monumento à Força Expedicionária Brasileira por meio da NOVACAP, sucedem-se tentativas mais concretas de realizar esse intuito. Em 1995 a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira em Brasília (ANVFEB/Seção Regional de Brasília) foi solicitada a contribuir nesse sentido e tem buscado os caminhos para a concretização de tal obra, reunindo



as iniciativas anteriores num só conjunto, denominado Projeto ANVEFEBRA.

Em 10 de fevereiro de 2014, a ANVFEB/Seção Regional de Brasília encaminhou ofício para o curso de Museologia da Universidade de Brasília com o objetivo de solicitar orientações acerca do Projeto Museológico para dois centros de exposição cívico-cultural. O primeiro refere-se ao Memorial Heróis da Pátria (Figura 3 a Figura 8), com vistas a revivificar a memória histórica desde o descobrimento do Brasil até os nossos dias, com destaque da epopeia de Guararapes, da Guerra do Paraguai e campanha do Brasil na II Guerra Mundial no contexto da história do Brasil.

A figura 4 apresenta detalhe da planta, assim especificado as características do prédio que abrigará o Memorial Heróis da Pátria.

O segundo projeto diz respeito ao estudo e constituição do Monumento à Força Expedicionária Brasileira (Figura 9 e Figura 10). Este monumento teria como conteúdo a descrição textual e imagética dos jovens brasileiros que, saindo de várias regiões do país, foram enfrentar vitoriosamente o poderoso exército germânico, na Itália, em luta pela liberdade dos povos e pela democracia.

Em resposta, e diante dos temas apresentados para o referido conjunto cívico-cultural, a Coordenadora à época do Curso de Museologia e coordenadora desta pesquisa de implantação do Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira, observou

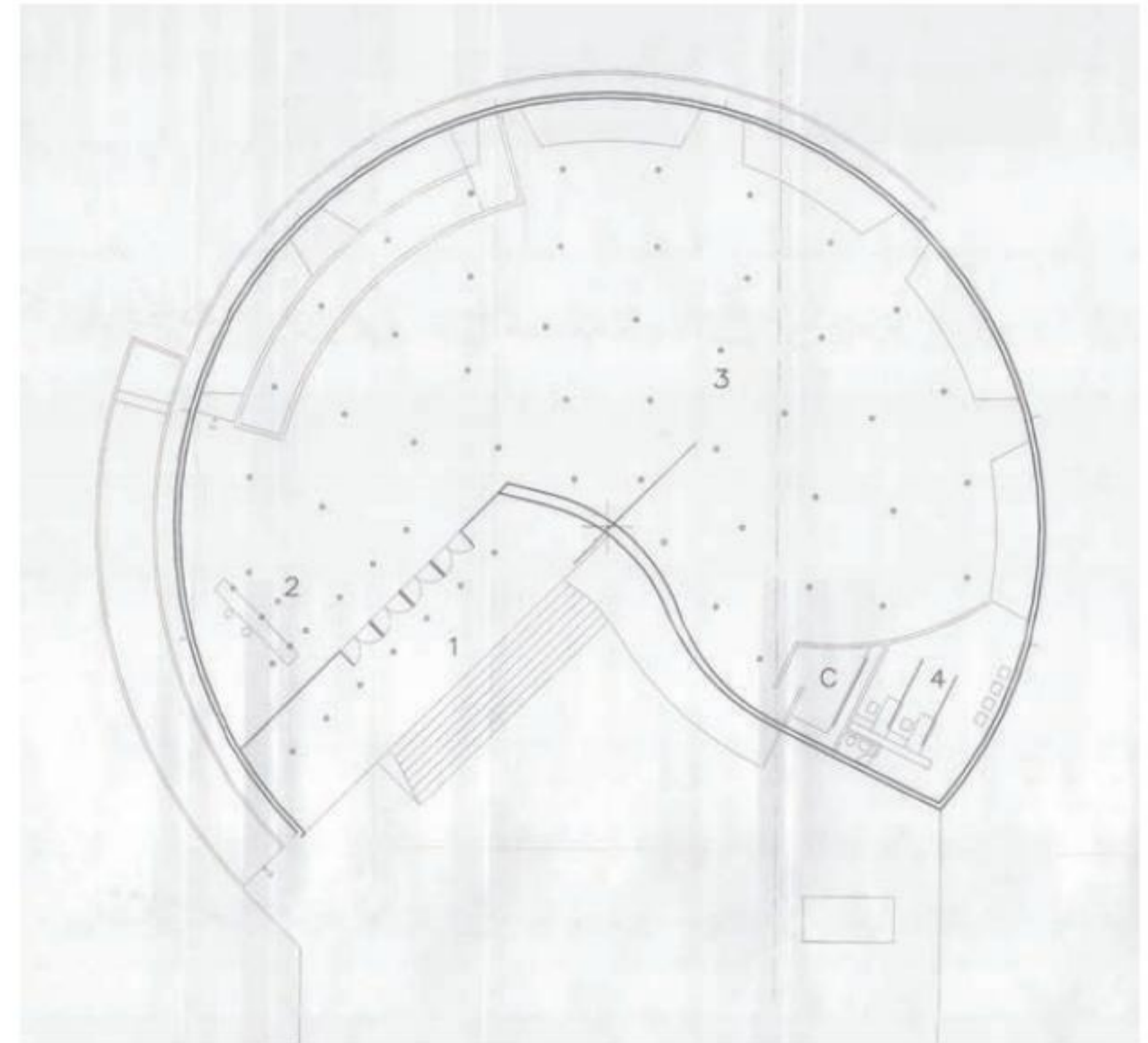


Figura 3 – Detalhe da planta baixa térreo do Memorial Heróis da Pátria de autoria de Oscar Niemayer.

Fonte - ANVFEB Seção Regional Brasília

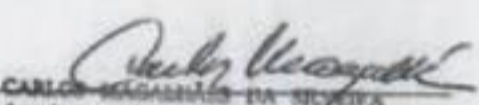


Figura 4 – Especificações das Características Arquitetônicas Inseridas no Projeto.

Fonte - ANVFEB Seção Regional Brasília

Figura 5 – Indicação do Endereço, Proprietário e Autor do Projeto.

Fonte - ANVFEB Seção Regional Brasília

SETOR		EIXO MONUMENTAL	
ENDEREÇO		EMO - ÁREA DO MEMORIAL HERÓIS DA PÁTRIA	
PROPRIETÁRIO		ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VETERANOS DA FEB	
AUTOR DO PROJETO		OSCAR NIEMEYER	
RESP. TÉCNICO		RT	
PROPRIETÁRIO		 CARLOS MAGALHÃES DA SILVA Arquiteto - CREA 3.212 D - 4 <sup>o</sup> REG. CREA Arq. Urb. Oscar Niemeyer S/C Ltda.	
AUTOR DO PROJETO		RT DLFO CREA DLFO	
MEMORIAL HERÓIS DA PÁTRIA		AA	MHP
PROJETO DE ARQUITETURA		08	
PLANTA BAIXA PAVIMENTO TERREJO, N 1,40		REVISÃO	
ILUMINAÇÃO		DATA 13/12/01	
ARQUITETO OSCAR NIEMEYER		ESCALA 1:100	

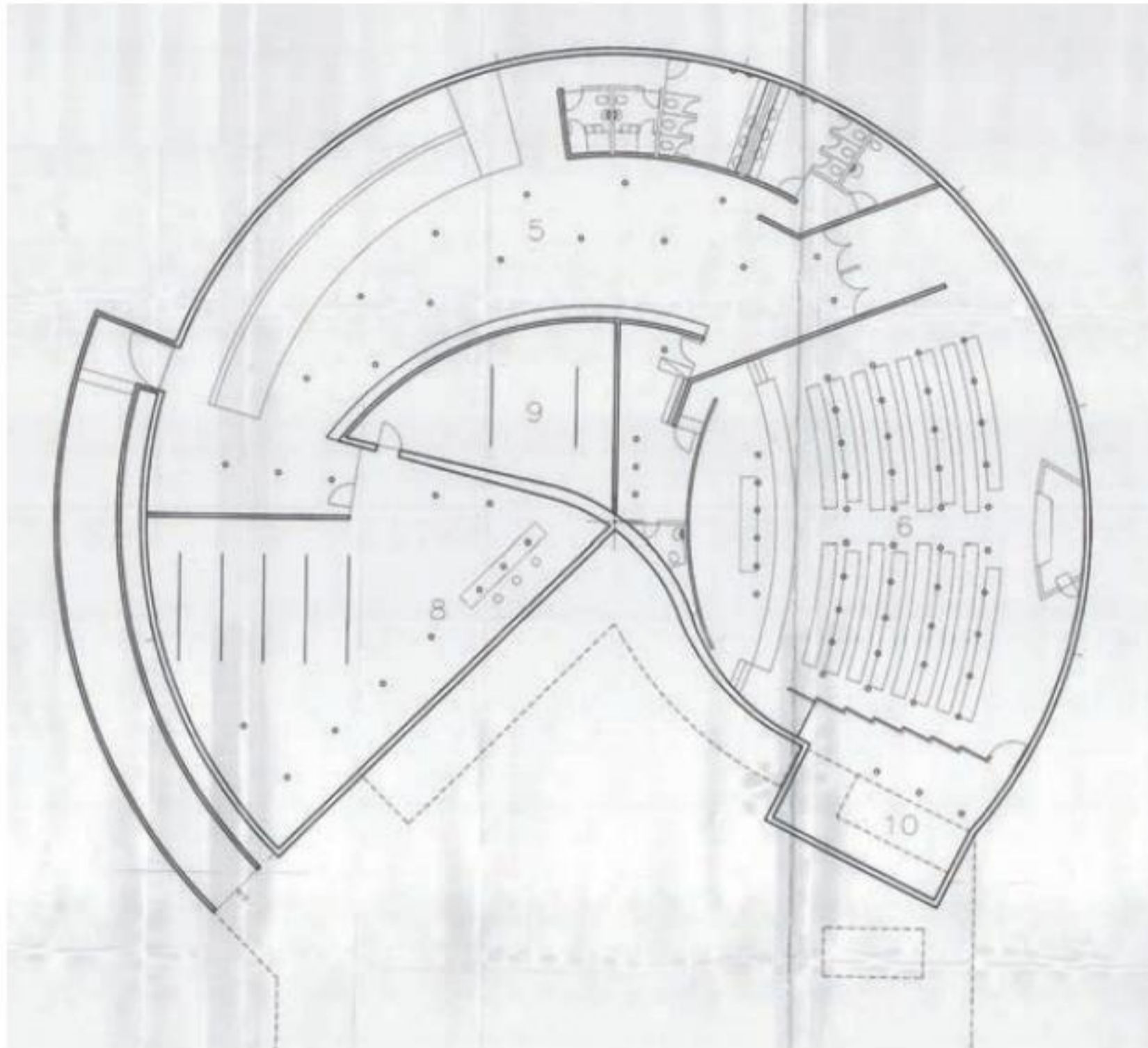


Figura 6 – Detalhe da planta baixa - subsolo do Memorial Heróis da Pátria de autoria de Oscar Niemayer

Fonte - ANVFEB Seção Regional Brasília



Figura 7 – Características do subsolo do prédio.

Fonte - ANVFEB Seção Regional Brasília

SETOR	EIXO MONUMENTAL		
ENDEREÇO	EMO – ÁREA DO MEMORIAL HERÓIS DA PÁTRIA		
PROPRIETÁRIO	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VETERANDOS DA FEB		
AUTOR DO PROJETO	OSCAR NIEMEYER		
RESP. TÉCNICO			
<p>PROPRIETÁRIO</p> <p>AUTOR DO PROJETO <i>Carlos Magalhães da Silveira</i></p> <p>CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA Arquiteto - CREA 3.212 D - 4º Região CREA Arq. Urb. Oscar Niemeyer S/C Ltda.</p>			
RT			
DLFO	CREA		
	DLFO		
MEMORIAL HERÓIS DA PÁTRIA		AA	MHP
PROJETO DE ARQUITETURA		09	
PLANTA BAIXA SUBSOLO, N -2,20		REVISÃO	
ILUMINAÇÃO		DATA	
ARQUITETO OSCAR NIEMEYER	ESCALA	1:100	DATA 13/12/01

Figura 8 – Indicação do Endereço, Proprietário e Autor do Projeto  
 Fonte - ANVFEB Seção Regional Brasília

a premência em pesquisar o arcabouço museológico e cultural disponível relativo à história da Força Expedicionária Brasileira, e primordialmente realizar entrevistas com veteranos de guerra ainda em condições de saúde para contribuir com o testemunho vivo de suas memórias vividas no front. Além disso, várias indagações foram surgindo motivando ainda mais a pesquisa, tais como: quem eram os brasileiros a participar da

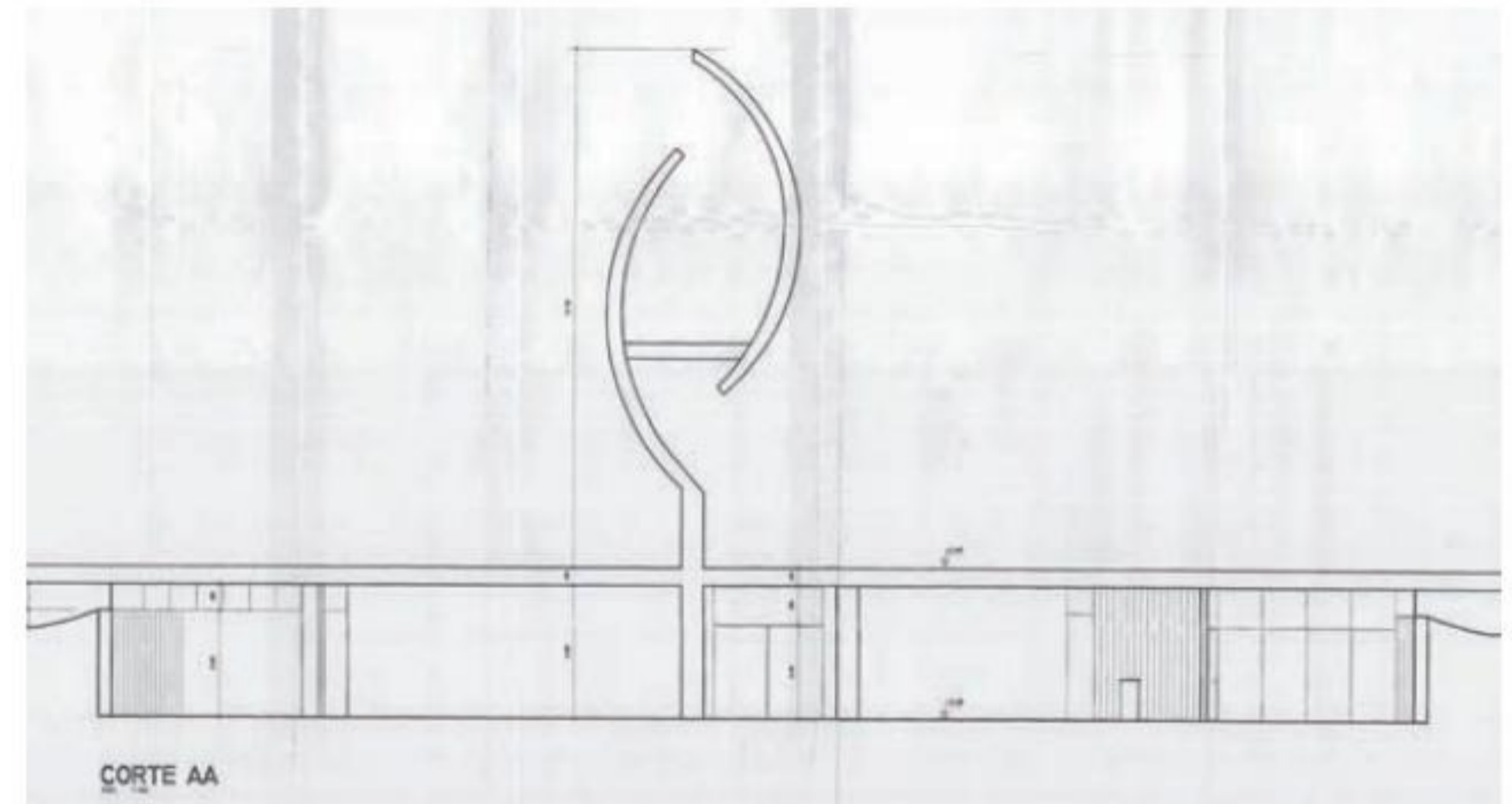
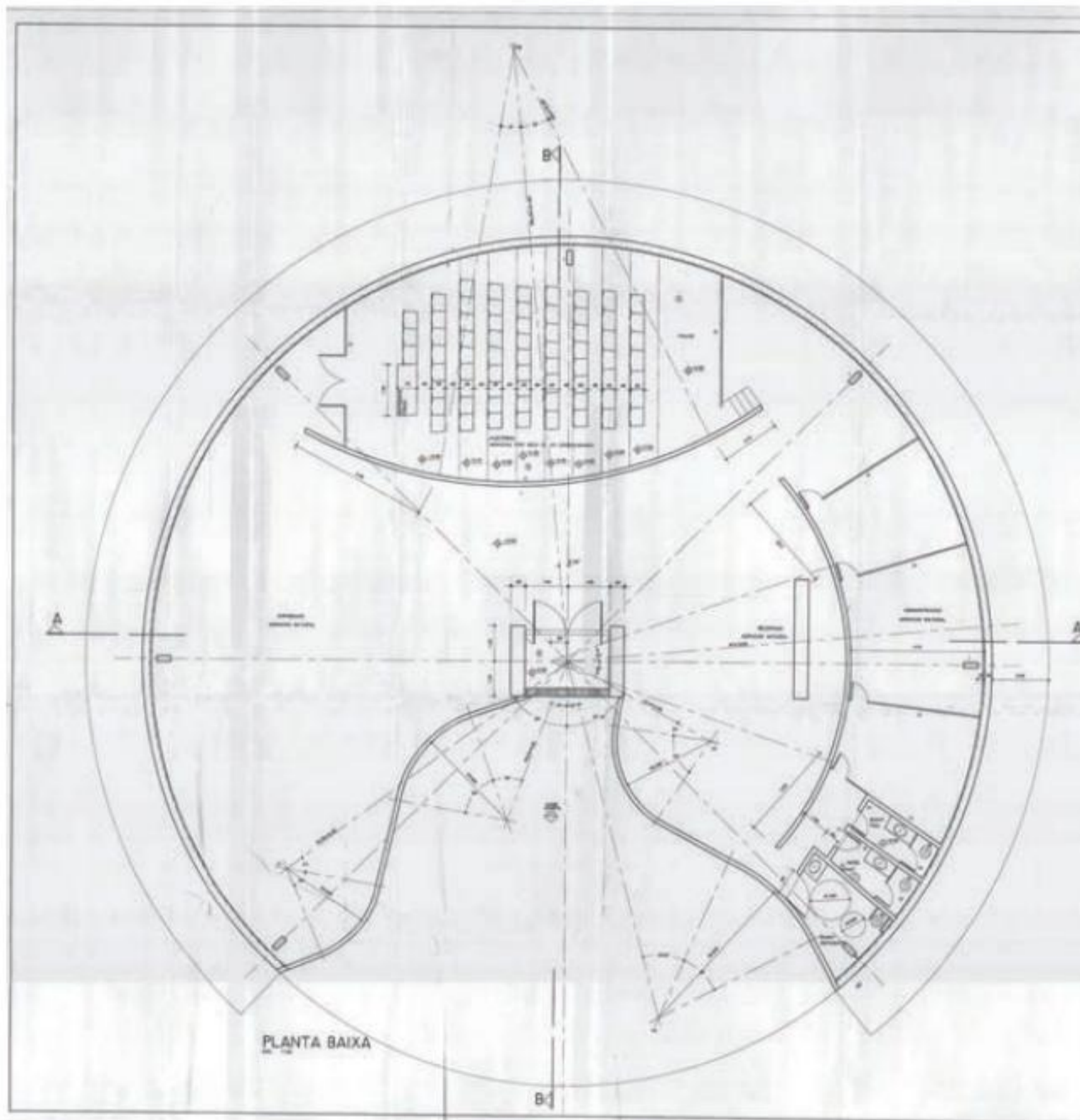


Figura 9 – Monumento à Força Expedicionária Brasileira de autoria de Oscar Niemeyer  
Fonte - ANVFEB Seção Regional Brasília

Figura 10 – Cortes  
ANVFEB Seção Regional Brasília

II Guerra, oriundos de um país cuja formação é por excelência a miscigenação? Quais os desafios e preconceitos enfrentados à época por mulheres brasileiras, vinculadas ao Quadro de Enfermeiras que prestaram Serviço de Saúde aos soldados brasileiros junto aos hospitais do V Exército norte-americano e qual a contribuição para a emancipação da mulher? Por que após 71 anos do término da participação do Brasil na II Guerra Mundial ainda há desconhecimento por parte dos brasileiros?

No decorrer da pesquisa, observamos também a necessidade de fazer um mapeamento dos acervos e museus da FEB no Brasil, para subsidiar a Seção Regional de Brasília aos encaminhamentos necessários à consolidação física do museu. Surgiu então a ideia da criação do Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira, um espaço virtual com vistas a fomentar a campanha e a estrutura museológica do futuro museu. Segundo Henriques (2004), os museus virtuais utilizam a internet para apresentar de maneira integrada e interdisciplinar, informações a respeito de determinado tema, proporcionando interatividade entre usuários e conteúdos.

Cabe destacar que há terreno definido no Eixo Monumental, em Brasília, conforme a Lei nº 1.495, de 30 de junho de 1997, que reserva área e prevê a participação orçamentária do Governo do Distrito Federal para o Monumento à Força Expedicionária Brasileira. Além disso, há o Decreto nº 20.134, de 31 de março de 1999, que aprova a criação do lote e o projeto arquitetônico do Monumento à FEB e o projeto arquitetônico elaborado em 1978 por Oscar Niemeyer, doado ao Projeto ANVEFEBRA em 1995.

Os recursos para viabilizar a presente pesquisa se devem à iniciativa do Presidente da ANVFEB/SR-Brasília, Veterano Vinícius Vênus Gomes da Silva (in memoriam) e da Arquiteta Urbanista Dra. Cristina Souto Mayor Monção Soares, coordenadora do Projeto ANVEFEBRA, que à época envidaram esforços e obtiveram junto ao Senador da República Cristovam Buarque emenda parlamentar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a realização da referida pesquisa. Sendo assim, mediante Ofício GSCB nº 02-017/2014,

datado de 28 de fevereiro de 2014, o Reitor da Universidade de Brasília foi informado das emendas individuais, aprovadas na Lei Orçamentária Anual LOA para aquele exercício, dentre elas a de número 20690010. Em março de 2015, após reunião no Gabinete do Senador Cristovam Buarque, a solicitação de renovação dessa emenda foi concedida para continuidade da pesquisa e no mês de agosto de 2015 a UnB informou sobre a liberação da Emenda Parlamentar Impositiva nº 20690002, no valor de R\$ 77.092,00.

### Algumas Considerações

Certamente há muito a ser investigado e surgirão muitas indagações. Mas o que fica deste breve percurso de pesquisa sobre a Força Expedicionária Brasileira?

Transcorrer do hoje para o ontem na voz dos veteranos foi uma grande lição. Diante dos testemunhos vivos percebemos a síntese da vida, e para os veteranos de guerra a dimensão do percebido e do experienciado não é somente um instante no tempo, mas a sua permanência, redimensionada e preservada no tempo.

Visitar e revisitar os Museus da ANVFEB e da FEB, observando a sua lógica expográfica e de conservação na perspectiva do bem cultural em si foi um dos objetivos desta pesquisa.

Para além deste reconhecimento, ao percorrer seus espaços também fluiu a emoção ao deparar com as marcas deixadas pela guerra... Naquelas gotículas de sangue em um uniforme... Ou naquele pequeno orifício de algum projétil inimigo em um capacete... Sim, ainda é possível sentir a dor se revelar no silêncio de cada objeto que, impregnado de significados, repousa em sua vitrine à espera do visitante.

Ao observar nas fotografias a expectativa daqueles rostos na partida para a Itália, os desafios do percurso na travessia do Atlântico, a chegada em terras estrangeiras,

o acampamento, o frio intenso, a perda de companheiros, a fome saciada de crianças, mulheres e velhos tangidos pela guerra, a coragem no enfrentamento do desconhecido, a saudade de casa, o esquecimento... Indagamos: Quem eram aqueles homens e mulheres, brasileiros que, convocados ou não, lutaram em nome da democracia, da paz e da liberdade? Quais eram os seus sonhos de mocidade? Que sequelas ficaram? E os que não voltaram ao seio de suas famílias?

Quantas lembranças vivificadas naquela lágrima... Na voz daquele veterano... Reveladas em um breve momento no tempo, há mais de 70 anos do final da II Guerra Mundial. A roda da vida continua, é processo e cabe às gerações atuais e futuras preservar esta memória.

Os artigos que seguem foram realizados no âmbito deste projeto de implantação do Museu Virtual da FEB. Os temas foram sugeridos por pesquisadores envolvidos e de acordo com o interesse de cada um sobre a temática.

Os conteúdos dos artigos serão adaptados aos temas e subtemas sugeridos no site do Museu Virtual. Cabe lembrar que o escopo da pesquisa é a Força Expedicionária Brasileira e todo o aporte de conhecimento que venha a ser pesquisado é de suma importância para complementar a cartografia da memória da FEB.

Destaca-se que esta pesquisa está em fase embrionária diante de tantas frentes ainda a serem exploradas sobre a FEB. Os artigos foram escritos entre 2014 e 2015, após a realização do mapeamento dos acervos e visitas técnicas realizadas em ANVFEB e Museus da FEB.

A todos os homens e mulheres da FEB que participaram do Teatro de Operações da Itália e às novas gerações dedicamos esta pesquisa.



Espero que, juntos, possamos construir um país menos desigual, sem corrupção, sem violência, onde cada cidadão possa sentir orgulho de sua terra e sentir-se honrado por ser brasileiro. Dos brasileiros, sobretudo dos jovens, espero o patriotismo. O patriota não trai, não rouba seu país, defende e luta por um Brasil melhor. Setembro de 2015. Homenagem à FEB em Brasília (Figura 11).

Cabo João Moreira (in memoriam)

### Referência

HENRIQUES, Rosali. **Museus Virtuais e Cibermuseus: A internet e os museus**. Portugal, 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/print.php?conteudo=476>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PINHEIRO, J. Juarez B. Pinheiro. **O Febiano**. Associação Nacional dos Veteranos da FEB. Número Especial. 1976.

Silmara Küster de Paula Carvalho  
Professora Pesquisadora do Curso de Museologia da UnB. Doutoranda em Museologia Social pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Coordenadora do Projeto de implantação do Museu Virtual da FEB.



Figura 11 - Homenagem à FEB na Câmara dos Deputados em 2015.

Cabo Moreira em reverência à Bandeira Nacional



# Proposta de criação do Repositório Temático da Força Expedicionária Brasileira

Neide Aparecida Gomes

The proposal for the creation of the Brazilian Expeditionary Force Thematic Repository

## Resumo/Abstract

O artigo apresenta a proposta de um projeto piloto para a construção do Repositório Temático da Força Expedicionária Brasileira que compõe a Biblioteca Digital da FEB. Apresenta o software DSpace utilizado para publicações de texto completo e acesso aberto à informação e uma estrutura inicial com tipologia de documentos a serem publicados, a licença para publicação que os autores usarão e o módulo de estatística que permite conhecer o aumento da visibilidade e download das publicações. Na primeira etapa, os documentos a serem publicados serão teses, dissertações, livros e capítulos de livros, trabalhos apresentados em eventos científicos, monografias de conclusão de cursos, documentos esses com os temas FEB, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os Ex-Combatentes, a atuação da mulher brasileira na segunda guerra.

**Palavras-chave:** Repositório Temático. FEB. Biblioteca Digital. DSpace

The present article presents the proposal of a pilot project for the construction of the Brazilian Expeditionary Force Thematic Repository which comprises the FEB Digital Library. It presents DSpace software used for the publications of complete text and open access to information and an initial structure involving the typology of documents for publishing, the publishing license the authors will use and the statistics module enabling one to enjoy enhanced visibility and download publications.

In the initial stage, the documents for publishing will be theses, dissertations, books and book chapters, studies, papers presented in scientific events, course conclusion monographs all with FEB themes, Brazil's participation in the Second World War, Former-combatants and the involvement of Brazilian women in the second war.

**Keywords:** Thematic repository. FEB. Digital library. DSpace

Você me conhece?

Tenho 70 anos e muito para contar, quem reconhece minha importância na história do Brasil?

Há aqueles entusiastas, os apaixonados por mim que não deixam minha história cair no esquecimento.

Sou a Força Expedicionária Brasileira! A FEB!

Você conhece a FEB? Sabe o que já foi pesquisado, escrito e publicado sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial?

Como criar oportunidades para um maior número de pessoas acessarem a História da FEB, a história dos veteranos?

Qual o impacto, na vida de cada um, ao participar da Segunda Guerra Mundial e como se reintegraram a sociedade?

Os Pracinhas são considerados heróis do Brasil?

Quantos e como voltaram?

Questões como essas serviram como diretrizes para definir a estratégia para

potencializar a divulgação do que já foi publicado sobre a FEB. Isso oportunizará o acesso a esta parte da história do Brasil. A incursão no estudo sobre a FEB se desmembra a outros aspectos, tanto histórico quanto social. Buscar publicações e reuni-las em um só local facilitará a pesquisa e o acesso a essas informações.

Partindo da experiência na Universidade de Brasília com a criação da Biblioteca Digital e do Repositório Institucional, optou-se por criar o Repositório Temático na Biblioteca Digital da FEB.

Mas... Por que uma biblioteca digital para a FEB? Antes de responder a essa questão vamos compreender o que é uma biblioteca digital e como esse recurso pode ajudar a responder grande parte das questões sobre a FEB.

### Biblioteca Digital

As bibliotecas digitais permitem criar, organizar, preservar e compartilhar uma diversidade de documentos digitais, originalmente digitais ou não. Segundo Cunha (1999) “são consideradas uma das aplicações-chave para a internet e as tecnologias web”.

As bibliotecas digitais, além de garantirem o acesso imediato aos documentos por meio da rede web, ainda possibilitam o acesso permanente, agilidade na troca de informação entre os pares, maior preservação dos materiais publicados e de forma exponencial aumentam a visibilidade e o impacto de pesquisas realizadas.

Há várias definições de Biblioteca digital, para exemplificar trazemos a definição da *Digital Library Federation (DLF)*:

As bibliotecas digitais são organizações que proporcionam os recursos, inclusive o pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer o acesso intelectual, interpretar, distribuir,

preservar a integridade e assegurar a persistência temporal das coleções de trabalhos digitais, de maneira que estejam prontamente e economicamente disponíveis para o uso de uma comunidade definida ou um conjunto de comunidades. (*apud* CUNHA, 2008).

De acordo com Cunha (1999), nessa definição a biblioteca digital é entendida como um organismo dinâmico e crescente, facilitadora do acesso ao conhecimento e a aprendizagem. Apesar das funcionalidades serem semelhantes nos diferentes tipos de biblioteca digital, cada coleção é única, isso se deve ao objetivo da biblioteca, a comunidade de usuários, a origem e formato dos documentos, portanto, cada biblioteca pode definir suas características. As bibliotecas digitais trazem um grande impacto social de acordo com as coleções que disseminam, a cultura e realização de grupos específicos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para pesquisadores quanto às instituições ou sociedades.

Sendo assim, a proposta é criar um Repositório Digital Temático que integre a Biblioteca Digital do Projeto de Museu Virtual da FEB.

Por que um repositório digital?

Os repositórios digitais (RDs) são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática, visibilizam os resultados das pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de uma instituição.

Os RDs podem ser institucionais e temáticos. Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Já os repositórios temáticos reúnem a produção científica e publicações de uma determinada área, sem limites institucionais.

Para exemplificar, seguem telas (Figuras 1 e 2) do repositório institucional da Universidade de Brasília – RIUnB e o módulo de estatística de downloads e consultas por país.



[Meu espaço](#) | [Editar perfil](#) | [Mapa do site](#) | [Fale conosco](#)

*Reunindo as fontes da comunicação científica*

[Página inicial](#) | [Comunidades e Coleções](#) | [Data de publicação](#) | [Autor](#) | [Orientador](#) | [Título](#) | [Assunto](#) | [Tipo de documento](#) | [Ajuda](#)

RIUnB >

Pesquisa rápida

[Pesquisa avançada](#)

[português](#) | [English](#) | [español](#) | [français](#)

### Repositório Institucional da UnB

O Repositório Institucional da UnB – RIUnB – é um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca Central para a gestão e disseminação da produção científica da Universidade de Brasília. Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente, e por estarem amplamente acessíveis proporcionam maior visibilidade e impacto da produção científica da instituição. Sua missão é armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção científica da Universidade de Brasília em formato digital. Pretende reunir, em um único local, o conjunto das publicações da UnB.

Para disponibilizar sua produção científica no Repositório, os professores, pesquisadores e alunos de mestrado e doutorado da UnB deverão entrar em contato com o Serviço de Gerenciamento da Informação Digital (GID), na Biblioteca Central, através do e-mail: [repositorio@bce.unb.br](mailto:repositorio@bce.unb.br), ou pelo telefone: (61)3107-2687/2688.

[Atualizações por e-mail](#) - Cadastre-se e receba avisos sobre novos documentos.

### Comunidades no Repositório

Selecione a comunidade para visualizar as coleções.

01. EDU - Editora Universidade de Brasília [17]

### Teses e Dissertações:

Encontram-se disponíveis em nosso acervo digital as teses e dissertações defendidas na UnB a partir de 2006.

### Documentos:

[Política de Informação do RIUnB](#)

[Licenças Creative Commons](#)

[Biblioteca Digital de Monografias \(BDM\)](#)

### Downloads por país

Origem	Downloads	Perc. (%)
Germany	264	36,31
Brazil	202	27,79
United States	138	18,98
Russian Federation	68	9,35
China	13	1,79
France	9	1,24
? N/A	8	1,10
United Kingdom	4	0,55
Portugal	4	0,55
Japan	3	0,41
India	3	0,41
Chile	2	0,28
Europe	2	0,28
UnB	2	0,28
Ukraine	1	0,14
Belgium	1	0,14
Switzerland	1	0,14
Canada	1	0,14
Argentina	1	0,14
<b>Total</b>	<b>727</b>	<b>100,00</b>

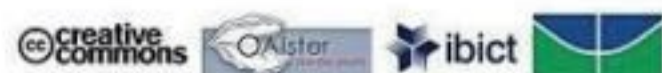
### Consultas por país

Origem	Consultas	Perc. (%)
Brazil	159	45,30
United States	116	33,05
Germany	14	3,99
Netherlands	13	3,70
? N/A	9	2,56
China	9	2,56
Korea, Republic of	6	1,71
Portugal	5	1,42
France	5	1,42
Russian Federation	5	1,42
Chile	2	0,57
UnB	1	0,28
United Kingdom	1	0,28
Switzerland	1	0,28
Sweden	1	0,28
Canada	1	0,28
Europe	1	0,28
Mozambique	1	0,28
Satellite Provider	1	0,28
<b>Total</b>	<b>351</b>	<b>100,00</b>

Figura 1 – Tela principal do Repositório Institucional UnB – RI-UnB

Figura 2 – Tela do módulo de estatística do Repositório Institucional da UnB

Fonte - [www.repositorio.unb.br](http://www.repositorio.unb.br)



Os repositórios adotam a iniciativa dos Arquivos Abertos - *Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting - OAI-PMH*, e utilizam tecnologia aberta, podendo ser acessados por diversos provedores de serviços disponíveis em nível nacional e internacional. (BLATMANN; WEBER, 2008).

Os repositórios trabalham com a filosofia do Acesso Aberto entendida como o acesso livre e público na internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, *download*, cópia, impressão, distribuição, busca ou o *link* com o conteúdo completo de artigos, bem como a indexação ou o uso para qualquer outro propósito legal. No acesso aberto não deve haver barreiras financeiras, legais, técnicas e outras que não aquelas necessárias para a conexão à Internet. O autor tem controle sobre seu trabalho e determina como pode ser utilizado através de licenças de publicações definidas previamente.

No repositório da FEB serão usadas as licenças *Creative Commons*.

*Creative Commons* (CC) é uma entidade, sem fins lucrativos, criada para permitir maior flexibilidade na utilização de obras protegidas por direitos autorais. O objetivo é fazer com que um autor/criador possa permitir o uso mais amplo de seus materiais por terceiros, sem que estes infrinjam as leis de proteção à propriedade intelectual.

As Licenças *Creative Commons* aplicam-se a qualquer objeto suscetível de licenciamento incluindo qualquer criação intelectual do domínio literário, científico e artístico.

São elementos das licenças *Creative Commons*:

- **Atribuição:** Todas as licenças CC exigem que aqueles que fazem uso do trabalho devem dar atribuição ao autor;
- **Não a obras derivadas:** O autor permite que outros copiem, distribuam, executem e utilizem o trabalho. Caso queiram fazer modificações no trabalho, deverá primeiro obter autorização do autor;



- Não-comercial: O autor permite que outros copiem, distribuam, executem, modifiquem (exceto quando escolheu “Não a obras derivadas”) e utilizem o trabalho para qualquer outra finalidade que não para fins comerciais. Se alguém quiser utilizar o trabalho para fins comerciais, deverá primeiro obter sua autorização;
- Compartilhado com a mesma licença: O autor permite que outros copiem, distribuam, executem, utilizem e modifiquem o seu trabalho, entretanto, caso queiram modificar o trabalho, deverão compartilhá-lo utilizando a mesma licença escolhida por você.

Esses quatro elementos permitem ter até seis tipos de licença CC.

A Lei de Direito Autoral se caracteriza por dois tipos de direitos: os direitos morais e os direitos patrimoniais. Os direitos morais equivalem ao elemento ATRIBUIÇÃO das licenças CC que se repete nos seis tipos, porque os direitos morais não são transferidos nem expiram. Os direitos patrimoniais designados direitos de exploração ou direitos econômicos podem ser transferidos e têm uma validade temporal de 70 anos após a morte do autor. Findo este prazo, o trabalho passa a estar em domínio público. As licenças CC podem ser utilizadas pelos detentores dos direitos autorais em repositórios digitais, de forma complementar, para definir termos mais precisos relativos à distribuição e uso público dos seus trabalhos.

### Repositório Temático da FEB

O Repositório Temático da FEB pretende armazenar, preservar e disseminar a produção com a temática da FEB, em meio digital, garantindo assim facilidade de acesso e aumento da visibilidade do tema sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, suas consequências e implicações na vida política e na sociedade militar e civil.

## Estrutura do Repositório da FEB

Para construção do Repositório da FEB será usado o software *DSpace*. Esse software é um projeto cooperativo de desenvolvimento liderado pelas bibliotecas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e pelos laboratórios da corporação *HewlettPackard* (HP), conduzido sob as diretrizes da *DSpace Federation*. Na página do *Dspace*, o projeto é descrito como:

Um sistema de repositório digital inovador que captura, armazena, indexa, preserva e redistribui materiais de pesquisa em formato digital produzida por comunidades acadêmicas dentro do contexto de organizações de pesquisa e de universidades. (<http://www.dspace.org>).

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) disponibiliza para *download* gratuito uma versão em português do *DSpace*.

O *DSpace* é um software livre e gratuito, o que não acarreta custos para a instituição. Sua arquitetura é simples e eficiente, sendo direcionado para o acesso aberto e permitindo a publicação de todos os formatos, sem restrições.

O Repositório da FEB está estruturado em comunidades e coleções. As comunidades foram criadas a partir da tipologia dos documentos e as coleções comportam cada documento publicado na sua respectiva comunidade.

O projeto está dividido em fases, sendo que nessa primeira fase os documentos a serem publicados serão: Artigos publicados em periódicos, Teses, Dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC, monografias), Livros e Capítulos de livros, Trabalhos publicados em eventos (seminários, congressos, encontros, entre outros), conforme tela capturada da versão piloto da construção do Repositório da FEB. (Figura 3)



Figura 3 – Tela com as comunidades do Repositório da FEB  
Fonte- Proposta projeto piloto do repositório da FEB

O Repositório, como um organismo dinâmico, precisa ser avaliado quanto ao uso e visibilidade, sendo possível a inclusão de outras comunidades ou modificação das já existentes, de acordo com o entendimento dos gestores do site e repositório.

O Repositório permite que a pesquisa/busca possa ser realizada por autor, assunto, data, comunidade e por tipologia de documento. Sendo possível ainda pesquisar em todo o repositório pela tela principal. (Figura 4)

A Figura 5 apresenta o título do trabalho pesquisado e em qual comunidade o mesmo foi publicado, com a opção para ver o item completo.



Figura 4 – Tela quadro de pesquisa no repositório.

Figura 5 – Tela com resultado de pesquisa

Fonte- Proposta projeto piloto do repositório da FEB

Em seguida (Figura 6), são apresentados os metadados do item publicado, que são os dados para identificação do mesmo, como título, autor, data de publicação, coleção onde está publicado e a opção para ver o texto completo.

Utilize este link para identificar ou citar este item: <http://164.41.201.40/handle/2016/13>

Título:	A reintegração social dos ex-combatentes brasileiros: as condições de vida dos veteranos
Autor(es):	Prandi, Danilo de Mauro Oliveira, Dennison de, orientador
Assunto:	Força Expedicionária Brasileira - Reintegração Social Segunda Guerra Mundial
Data de publicação:	2013
Informações adicionais:	Monografia apresenta como requisito para a conclusão do curso de História da Universidade Federal do Paraná.
URI:	<a href="http://164.41.201.40/handle/2016/13">http://164.41.201.40/handle/2016/13</a>
Aparece na Coleção:	Monografias de Graduação

Arquivos neste item:

Arquivo	Descrição	Tamanho	Formato	
Monografia_FEB_danilo_mauro_grandi.pdf		968,25 kB	Adobe PDF	<a href="#">ver/abrir</a>

Mostrar item em formato completo    [Visualizar estatísticas](#)

Figura 6 - Tela com metadados do item publicado  
Fonte- Proposta projeto piloto do repositório da FEB

O DSpace também disponibiliza estatísticas de visitas e download de cada item publicado. Os dados são apresentados por mês, ano e cidades onde foi realizado o acesso ao repositório.

As estatísticas permitem dimensionar a visibilidade proporcionada pelo repositório aos documentos publicados e em quais estados e cidades há uma maior ou menor procura por esse tipo de documentação. (Figura 7)



Figura 7 – Tela com estatísticas de visualização do item publicado  
 Fonte- Proposta projeto piloto do repositório da FEB

### Administração do repositório

O planejamento para instalação e administração do repositório é fundamental para sua continuidade e qualidade. Visto que o compromisso e participação das pessoas envolvidas também é essencial, uma boa estratégia é criar um comitê gestor do repositório com pessoas das associações, colecionadores, professores e outros envolvidos na disseminação do tema FEB. Esse comitê definirá como será feita a pesquisa para definir o que publicar, fará o contato com os autores para autorização de publicação e ainda fará avaliações periódicas para verificar, por meio das estatísticas, o impacto que o repositório da FEB apresenta na disseminação das publicações com esse tema.

### Considerações finais

Voltamos aqui a pergunta inicial: Por que construir uma Biblioteca Digital para a FEB? Consideramos que divulgar as publicações que tratam de temas relacionados a

FEB, participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos é uma forma de homenagear esses heróis brasileiros e que merecem o nosso reconhecimento. Utilizar uma ferramenta poderosa como a internet, por meio do Repositório Temático, para divulgar o que já foi pesquisado, permite que possamos tentar minimizar uma dívida que o país tem com todas as pessoas que participaram da história do país. Permite ainda que outras pesquisas sejam desenvolvidas com o tema.

### Referências

BLATTMANN, Ursula; WEBER, Claudiane. **DSpace como repositório digital na organização**. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.13, n.2, p.467-485, jul./dez., 2008.

CUNHA, Murilo. **Biblioteca digital: novo paradigma da informação**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/10161518-Biblioteca-digital-novo-paradigma-da-informacao.html>>. Acesso em: set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 13, n. 1, p. 2-17, jan./abr. 2008. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n1/v13n1a02.pdf> >. Acesso em set. 2016.

MARCONDES, C. H. et al. (org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Disponível em: <[livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1013/1/Bibliotecas%20Digitais.pdf](http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1013/1/Bibliotecas%20Digitais.pdf)> Acesso em: set. 2016.

SCHWARTZ, C. Digital libraries: an overview. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 26, p. 385-393, nov. 2000.

Neide Aparecida Gomes

Bibliotecária, Mestre em Ciência da Informação, Especialista em Conservação e Restauração de documentação gráfica.





# A FEB pelos seus objetos: para uma leitura da cultura material

The FEB objects: for an Understanding of the Material Culture

Resumo/Abstract

**Andréa Fernandes Considera**

Este artigo, em formato de estudo de caso, tem por objetivo compartilhar a metodologia adotada na construção de uma base de dados adequada à implantação do Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira. Aborda as peculiaridades da tipologia museal escolhida e suas implicações na elaboração do inventário/catalogação, considerando que o acervo se encontra dispersos por todo o país. Trata ainda das metodologias de catalogação à luz da atual normatização brasileira.

**Palavras-chave:** Museu. Museu Virtual. Força Expedicionária Brasileira.

This article, in a case study format, aims to share the methodology adopted in the construction of a database suitable for the implementation of the Virtual Museum of the Brazilian Expeditionary Force. It addresses the peculiarities of the chosen museum typology and its implications in the elaboration of the cataloging, considering that the collection is dispersed throughout the country. It also deals with cataloging methodologies in light of current Brazilian standards.

**Keywords:** Brazilian Expeditionary Force, cataloging, museum.

Uma guerra distante, narrada em seus horrores pelos meios de comunicação da época, se aproximava do litoral brasileiro com o afundamento de alguns de nossos navios por submarinos alemães. Questões políticas e militares à parte, o que vimos a partir deste momento foi uma grande mobilização no país para o envio de tropas ao teatro de operações militares em terras italianas sob o comando e orientação doutrinária das forças armadas norte-americanas.

Aproximadamente vinte e cinco mil brasileiros, em sua maioria jovens civis que apenas haviam prestado o serviço militar obrigatório, foram recrutados, equipados e desembarcaram no cenário de uma das guerras mais complexas do mundo contemporâneo. Estiveram lá por quase um ano e os que conseguiram voltar trouxeram na bagagem mais do que lembranças de uma viagem aos horrores da guerra: trouxeram uma percepção única do conflito armado, ou seja, a guerra vista pelos brasileiros.

Para estes heróis, vítimas do destino do recrutamento da Força Expedicionária Brasileira, nada mais seria como antes depois do retorno ao Brasil. Os diários pessoais de guerra se transformaram em livros, em sua maioria, amadoramente publicados; ganharam espaço reservado nos desfiles militares, como lhes foi reservada uma participação diferenciada (e muito inferior) na reintegração social pós-guerra; narraram e recontaram suas histórias para historiadores curiosos, infinitas vezes; e guardaram fragmentos materiais daquela estranha experiência quando retornaram para suas casas. Enfim, tornaram-se pessoas

diferentes, marcadas pela guerra, exóticas no meio da população brasileira que ao mesmo tempo reverenciava-os e apartava-os do convívio social.

Muitas memórias eram inenarráveis e ficaram ocultas no silêncio dos pracinhas (como ficaram conhecidos os brasileiros que participaram da Segunda Guerra Mundial) e na presença de objetos incompreensíveis, trazidos nos bolsos e bagagens.

Com o tempo, os objetos trazidos pelos pracinhas foram encontrando caminhos diferentes: uns foram guardados com respeito para serem deixados à futuras gerações (que nem sempre se interessaram tanto por estes); outros se misturaram com os objetos do cotidiano se transformando em artigos de decorações ou brinquedos de criança (que menino na década de 1950 não gostaria de brincar com o capacete de verdade do pai?); há ainda os objetos que precisaram ser vendidos num mercado de colecionadores para que o pracinha e sua família não morressem de fome, ou ainda os que os descendentes, sem saber o que fazer com aquele monte de coisas velhas deixadas como herança, venderam ou doaram para desconhecidos; parte destes objetos chegou aos museus, disputou espaços de memórias e uns foram preservados, abandonados ou roubados dependendo da sorte de cada um.

Independente do percurso de cada objeto, não podemos negar a carga informacional que cada um guarda em segredo. Uma das indagações que nos levou à esta pesquisa, foi entender o que motivou cada pracinha a guardar consigo em condições tão difíceis de sobrevivência, certos objetos, muitas vezes grandes, pesados e incômodos em longas caminhadas, colocando em risco sua própria vida, apenas para tê-los como lembrança daquela guerra. Que memórias tão importantes foram guardadas por aqueles objetos?

Chegamos ao projeto em que se baseia este artigo, setenta anos depois da Segunda Guerra Mundial, quando as luzes dos últimos pracinhas já estão se apagando rapidamente e nem sempre o legado destes encontra respaldo nas futuras gerações. Curiosamente vem surgindo nos últimos anos um interesse maior pelo tema, seja por



Figura 1 - Cruz de Combate de 1ª e 2ª Classes.  
Acervo - Museu da FEB, Belo Horizonte

coleccionadores, pessoas curiosas e sensíveis ao tema ou pesquisadores acadêmicos que aos poucos tentam reconstruir este complexo labirinto de histórias não contadas.

Existe hoje um legado da cultura material da Força Expedicionária Brasileira (FEB) dispersa por todo o país e no limite de nosso alcance e ousadia. Pretendemos construir uma espécie de Museu Virtual que reúna numa mesma base de dados o maior número possível destes fragmentos de memória, objetos da cultura material. Na prática, se trata de um inventário temático sobre a FEB nos acervos e coleções brasileiros.

Neste artigo pretendemos então apresentar e refletir sobre a metodologia que adotamos nos últimos anos para a criação deste inventário - a partir das peculiaridades do tema - e esperamos com isso contribuir, enquanto metodologia, para projetos semelhantes que trabalhem com cultura material.

Logo no início do projeto nos deparamos com a situação em que se encontravam os objetos oriundos da FEB. Muitos destes ainda estão em posse dos pracinhas ou suas famílias, guardados nas suas próprias casa, nas partes de mais difícil acesso dos armários, em sótãos, porões, sendo acessados esporadicamente, e por mais que tratados com apreço e respeito, se encontram em situações de conservação nem sempre adequadas.

A especificidade destes acervos é a de guardarem suas referências extrínsecas, pois as famílias sabem a quem pertenceu e ainda recontam as histórias aprendidas sobre cada objeto. Isso não impede, no entanto, que encontremos informações equivocadas, distorcidas pelo passar do tempo, ou mesmo objetos que certamente não foram contemporâneos daquele período. Muitas vezes, principalmente nos casos em que se trata de militares que seguiram a carreira após a participação na FEB, encontramos distintivos, uniformes e outros objetos que foram adquiridos pelo combatente décadas após a participação na Segunda Guerra Mundial. Nestes casos, resta-nos o desafio de identificar os limites a serem adotados para caracterizar um objeto como “acervo pertinente à FEB” ou não.

Um segundo grupo são os objetos que de alguma forma chegaram até os museus. Engana-se quem acredita que estes estariam mais conservados em seus aspectos físicos e informacionais. Boa parte dos museus específicos sobre a FEB foram organizados nas décadas de 1970 e 80 por associações de veteranos e ex-combatentes, com muito zelo, respeito e dedicação de seus membros, mas nem sempre usando os métodos de organização da informação inerente à museologia. Pouquíssimos são os documentos que comprovam a origem destes objetos e ao longo dos anos, as diversas curadorias das exposições e acervos foram reagrupando-os, sendo muitas vezes impossível descobrir a quem pertenceu um ou outro objeto, o que demanda hoje uma aprofundada busca por vestígios de informação.

Importante observar ainda o custo de manutenção destes museus e as dificuldades que os mesmos têm passado nas últimas décadas para alcançar as condições mínimas de preservação, exposição e segurança de seus acervos.

Com o intuito de enriquecer o conteúdo destes museus, objetos ainda mais descontextualizados são usados para compor vitrines e dioramas. Isso sem falar das excelentes réplicas que vem sendo feitas nos dias atuais e que muitas vezes ocupam, com objetivo didático, porém muitas vezes desavisado, importantes lacunas nos museus.

O terceiro grupo de objetos são os que estão em posse dos colecionadores particulares. São objetos com trajetórias diversas, muitos vindos íntegros das mãos dos próprios praticantes, outros já tendo percorrido uma vasta lista de proprietários, perdendo informações originais e ganhando por vezes novas informações de caráter no mínimo, duvidoso.

Nas mãos dos colecionadores, estes objetos se tornam bens preciosos e em geral há uma preocupação maior com as questões de conservação, mas nem sempre as soluções encontradas são as de melhor respaldo técnico se comparadas com as diretrizes adotadas pelo campo museológico. Por outro lado, no que se refere a pesquisa do objeto, em geral

os colecionadores possuem informações apuradas sobre os materiais, fabricantes e origem de cada um, sendo hábeis reconhecedores de falsificações.

Um outro aspecto é o objetivo do colecionador com relação ao acervo. Em geral eles estão mais preocupados com o objeto em si do que com o contexto biográfico do mesmo, ou seja, exceto quando se trata de um personagem importante, não há necessariamente relevância em identificar exatamente a quem pertenceu e em que circunstância aquele objeto se tornou representativo da cultura material da FEB. Na maioria das vezes o objeto já chega às mãos do colecionador sem estas informações.

Em geral são estas as três principais situações nas quais temos encontrado objetos representativos da cultura material da FEB. Uma vez identificada esta realidade diagnosticamos a urgente necessidade de atuarmos nos pontos mais críticos de cada grupo, se quiséssemos preservar estes acervos às futuras gerações. Estamos conscientes de que muitos objetos que inventariamos hoje, não mais existirão em futuro próximo, mas destes pretendemos guardar pelo menos sua memória.

Cabe ainda ressaltar, que para além dos objetos, o que pretendemos reconstruir são as memórias presentes em cada um deles e neste sentido, nos interessa muito mais as narrativas que envolvem cada objeto do que a sua classificação dentro de uma coleção enciclopédica da cultura material da FEB. Com este princípio, valorizamos os objetos em seus contextos pós-guerra, ou seja, como os objetos foram reunidos, guardados e relacionados entre si pelos pracinhas e seus familiares e que discursos foram construídos por estes ao expor o acervo aos familiares, amigos e pesquisadores.

O mesmo buscamos nos museus com relação aos sentidos dados pelos objetos em sua distribuição e organização pelas vitrines da exposição ou guardados nos armários. Quando os museus ainda guardam informações sobre a origem de conjuntos de objetos, podemos interpretá-los pelos dois caminhos.

De uma forma ou outra, este princípio de buscar a contextualização dos objetos e a metodologia adotada de inventário nos leva a catalogar um grande número de objetos “repetidos” em seu aspecto material, porém únicos em seus contextos extrínsecos, mesmo que ainda não suficientemente conhecidos.

Uma vez elaborado este diagnóstico, optamos por realizar um inventário mais detalhado que não só servirá para a construção do Museu Virtual da FEB, como também oferecerá aos pracinhas e seus familiares, aos museus e aos colecionadores, instrumentos de documentação e preservação informacional destes objetos. Deste modo, a metodologia estabelecida adotou um duplo caminho na museologia: se por lado objetiva a elaboração de um inventário temático sobre a Força Expedicionária Brasileira, em sua prática, desenvolve um vasto trabalho de catalogação deste acervo, ou seja, ousaríamos falar numa metodologia de “inventário catalográfico”.

Ao definirmos esta metodologia, além de construirmos um instrumento único e de fácil manuseio, ainda que precário em recursos tecnológicos, permitiremos a adoção de um mesmo padrão informacional e conseqüentemente maior agilidade na troca de informações entre os diversos atores envolvidos na conservação dos acervos da FEB.

Com relação aos acervos guardados por pracinhas e seus familiares, não temos a pretensão de que estes continuem a desenvolver uma base de dados, mesmo porque as coleções raramente sofrerão acréscimos<sup>1</sup>, mas ao juntar à coleção uma documentação museologicamente organizada, estaremos contribuindo para que, independente do que aconteça com esta coleção no futuro, as informações extrínsecas sobre os objetos estejam resguardadas.

Na definição da metodologia a ser adotada, a primeira questão que nos debruçamos foi a definição dos campos que deveriam compor nossa base de dados. Para isso, além de alguma prática com acervos militares, contamos com algumas referências bibliográficas e normativas sobre o tema.

1. Temos nos deparado com alguns casos em que, depois de elaborarmos a catalogação dos objetos a nós apresentados, surge outro familiar que também guardava objetos do mesmo pracinha.

2. FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos. Manual de Catalogação: Pintura, Escultura, Desenho Gravura. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes, 1995.

3. SANTOS, Fausto Henrique dos. Metodologia Aplicada em Museus. São Paulo, Editora Mackenzie, 2000.

4. CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: SECRETARIA de Estado da Cultura. Caderno de Diretrizes Museológicas. Belo Horizonte: Superintendência de Museus, 2006. págs. 33-92.

5. ACAM Portinari, Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. Documentação e conservação de acervos museológicos. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

6. CIDOC/ICOM, Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus. Declaração de Princípios de Documentação de Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 2014.

Em ordem cronológica, podemos citar o trabalho de Helena Ferrez<sup>2</sup> no Museu Nacional de Belas Artes na década de 1990, quando propôs a catalogação de acervos de arte numa plataforma informatizada e voltada especificamente para o campo da museologia. Usamos este trabalho como referência para pensar a estrutura da nossa base de dados, ainda que se tratando de um acervo de outra tipologia.

Um outro trabalho que trouxe definições importantes para a adoção de alguns campos foi o livro de Fausto Santos<sup>3</sup> no qual o autor estabelece o significado de termos específicos como reprodução, miniatura, procedência, dentre outros, no âmbito da museologia, facilitando a definição de um vocabulário padronizado a ser adotado pela base de dados.

Outra contribuição fundamental foi o artigo de Maria Cândido<sup>4</sup> publicado em 2006 no Caderno de Diretrizes Museológicas como orientação aos museus estaduais de Minas Gerais nas questões relativas à documentação. A importância deste trabalho se deu na medida em que considera a diversidade museal de um universo amplo, porém delimitado, ou seja, a tentativa de adoção de uma catalogação única para museus diferentes. Este era exatamente o caso que nos era apresentado pelos museus, acervos particulares e coleções relacionadas a cultura material da FEB.

Considerando uma literatura mais recente, tomamos por referência a publicação da Associação Cultural dos Amigos do Museu Casa de Portinari (ACAM-Portinari)<sup>5</sup> de 2010 que aprofunda questões referentes ao uso de novas tecnologias em base de dados e propõe diretrizes que vêm sendo adotadas por eles na elaboração de instrumentos de catalogação em diversos museus paulistas.

Em 2014 foram traduzidos para o português dois textos de referência do Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus (CIDOC-ICOM)<sup>6</sup>: a “Declaração de Princípios de Documentação em Museus” e as “Diretrizes Internacionais sobre Objetos de Museus”. Ambos documentos incorporaram à literatura museológica brasileira os aspectos teóricos que vinham sendo colocados em prática em



diversos museus do país, dando respaldo, inclusive técnico, para a elaboração de bases de dados.

O segundo documento citado, em especial, propõe uma série de campos de catalogação que individualizam dados facilitando a sistematização dos mesmos. Um exemplo claro pode ser observado com relação às dimensões do objeto que ao invés de serem lançadas num único campo no formato “altura x largura x profundidade”, passam a ocupar campos distintos, sendo um para a altura do objeto, outro para a largura e um terceiro para profundidade. Em alguns casos adotamos na elaboração de nossa base de dados este detalhamento maior proposto.

Por fim devemos destacar a Resolução Normativa IBRAM nº 2, de 29 de agosto de 2014<sup>7</sup> que estabelece os elementos básicos de informação sobre os acervos museológicos que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados. Esta resolução define uma série de campos obrigatórios de informação sobre os acervos musealizados que devem ser fornecidos pelos museus ao IBRAM em cumprimento à mesma. Seguir esta normativa, logo de início, na concepção da base de dados, além de ser necessário, nos permitiria a migração dos dados para qualquer plataforma no futuro.

Iniciamos então um trabalho de comparação das diferentes propostas de campos de informação apresentadas em cada uma das referências bibliográficas acima citada, dando preferência aos vocábulos utilizados pela Resolução Normativa IBRAM nº 2/2014, nos campos de informação obrigatória, com o objetivo de já deixar esta catalogação preparada para ser enviada ao IBRAM no momento oportuno, principalmente pelos acervos pertencentes aos museus. Outro trabalho foi o de agrupar da forma mais adequada possível as tipologias de informação.

Desta forma, geramos uma série de campos agrupados em oito grandes grupos: Informações gerais, Informações técnicas, Aquisição, Conservação, Histórico, Imagens, Descrição e Outras informações. São os seguintes campos:

7. RESOLUÇÃO Normativa IBRAM nº 2, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

GRUPO	CAMPO	GRUPO	CAMPO
Informações gerais	1. Museu/Coleção que detém a guarda do objeto	Aquisição	19. Modo de aquisição
	2. Localização do objeto no museu/coleção		20. Data de aquisição
	3. Situação (localizado / não localizado / excluído)		21. Documento de aquisição
	4. Identificação do objeto	Conservação	22. Procedência
	5. Nome do objeto		23. Outros números
	6. Título		24. Estado de conservação (ótimo / bom / regular / péssimo)
	7. Autor		25. Avaliação do estado de conservação
	8. Local de produção		26. Histórico do objeto
	9. Data de produção	Histórico	27. Contexto histórico
	10. Número de Registro do objeto na respectiva coleção		28. Referências bibliográficas
	11. Imagem de referência	Imagens	29. Imagens
	30. Fotografia / data da fotografia		
Informações técnicas	12. Assinatura	Descrição	31. Descrição técnica
	13. Marca		32. Observações
	14. Fabricante	Outras informações	33. Condições de reprodução
	15. Inscrições		34. Mídias relacionadas
	16. Material e técnica		35. Elaborador / data
	17. Dimensões		
	18. Partes do objeto		

Tabela 1: Campos adotados na elaboração da catalogação dos acervos e coleções referentes à FEB

O modelo inicial foi testado em diferentes tipologias de acervos e coleções relacionados à FEB e após os necessários ajustes, chegamos a esta estrutura. O passo seguinte foi definir um software ou sistema que nos permitisse gerenciar todo o volume de informação de forma ágil e simples de ser operado.

Neste sentido, adotamos o software Access do pacote Microsoft Office que nos possibilita gerar um arquivo que pode ser facilmente transportado e compartilhado pelos professores e alunos envolvidos no projeto. Este programa possui ainda interface amigável e encontra-se disponível nos computadores dos laboratórios da Universidade de Brasília, tornando-o acessível.

Outro fator que contribuiu para escolha deste software foi a facilidade oferecida pelo mesmo na migração de dados para outros sistemas no futuro, uma vez que entendemos o Access como uma solução provisória. O grande limitador de seu uso é o tamanho do arquivo gerado, principalmente quando são inseridos grandes volumes de imagens como no caso deste inventário.

No momento as imagens estão sendo inseridas em baixa resolução e há um arquivo paralelo para as demais imagens, mas esta solução não é a ideal na medida que pretendemos disponibilizar o acervo aos pesquisadores.

O programa Access é um banco de dados que permite a criação de arquivos que por sua vez contém uma ou mais tabelas que armazenam os dados. Para atender às necessidades e especificidades dos acervos em questão, criamos três tabelas: a base de dados propriamente dita, com os campos mencionados anteriormente; uma tabela com o cadastro de cada veterano, ex-combatente, familiar, museu ou colecionador; um vocabulário controlado para preenchimento do campo “nome do objeto” (cabe ressaltar que, em atendimento à Resolução Normativa IBRAM nº 2/2014, foi utilizado o Thesaurus para Acervos Museológicos<sup>8</sup> como base para a construção do vocabulário controlado).

O software adotado permite ainda gerar diversos instrumentos de pesquisa, filtros de consulta, formulários para entrada de dados e relatórios previamente formatados, funcionando como um banco de dados.

Desta forma, criamos um formulário para entrada de dados (figura 2) com oito abas selecionáveis, correspondendo cada uma delas a um grupo de campos. Ao acessar cada aba é possível preencher todos os campos relacionados àquele grupo de informações, sem precisar mover o formulário para cima ou para baixo na tela do computador.

Uma vez realizada a entrada dos dados, foi possível a emissão de relatórios a partir da seleção de campos e/ou da filtragem das informações inseridas no preenchimento dos mesmos<sup>9</sup>. No momento estamos trabalhando com a emissão de dois tipos de relatórios:

8. FERREZ, Helena D.; BIANCHINI, Maria Helena. Thesaurus para Acervos Museológicos. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1987.

9. Oportunamente, por exemplo, será possível emitir um relatório contendo apenas os campos pertinentes ao Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, para encaminhamento ao IBRAM.

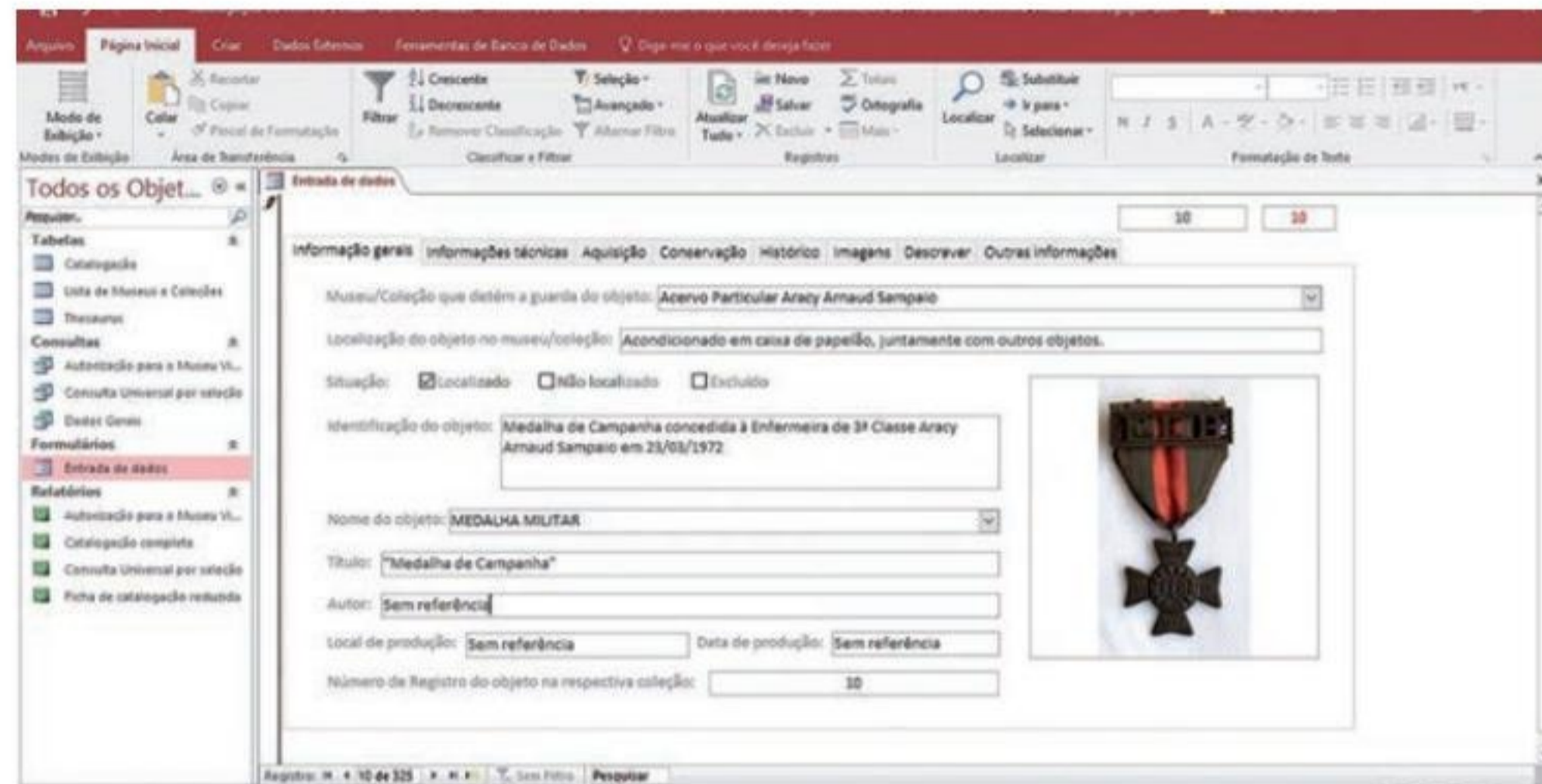


Figura 2 - *Template* do formulário criado para entrada de dados sobre os objetos.

Figura 3: Ficha de catalogação completa

um mais completo, que apresenta todos os campos de catalogação e outro reduzido, apenas com as informações que a princípio estarão disponíveis para o visitante via WEB quando da implantação da plataforma do Museu Virtual da FEB.

O primeiro relatório foi pensado inicialmente para ser impresso e entregue aos pracinhas e seus familiares, em geral pouco familiarizados com o acesso à computadores e bancos de dados. Tornou-se importante também para alguns museus com igual dificuldade (figura 3).

Já o segundo relatório, com poucas e selecionadas informações, foi desenvolvido a partir de definições de níveis de acessibilidade, visando garantir a segurança dos acervos e de seus proprietários (figura 4). Cabe ressaltar ainda que muitos objetos não estarão disponíveis na plataforma do Museu Virtual de FEB sem que antes o visitante se identifique e se submeta às regras de pesquisa previstas.

Ainda por medida de segurança das informações, inclusive para que estas não sejam perdidas por meio de uso inadvertido da base de dados, os alunos envolvidos no projeto sempre trabalham com cópias de partes da base original e não no arquivo principal. Seria desnecessário dizer que diversas cópias de segurança são frequentemente realizadas.

### Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira

Número de Registro	10
Denominação	MEDALHA MILITAR
Título	"Medalha de Campanha"
Autor	Sem referência
Material e técnica	Metal e fita de gorgurão
Dimensões	7,0 x 3,8 x 0,3 cm
Local de produção	Sem referência
Data de produção	Sem referência
Museu/Coleção que detém a guarda do objeto	Acervo Particular Aracy Arnaud Sampaio
Identificação do objeto	Medalha de Campanha concedida à Enfermeira de 3ª Classe Aracy Arnaud Sampaio em 23/03/1972
Histórico do objeto	Pertenceu à Aracy Arnaud Sampaio (informação oral fornecida por Maria do Socorro, filha de Aracy Arnaud Sampaio, em 21/09/2015) De acordo com o Diploma da Medalha, esta foi concedida a Enfermeira de 3ª Classe Aracy Arnaud Sampaio em 12 de outubro de 1945 "por ter participado de operações de guerra, na Itália".



Figura 4: Ficha de catalogação reduzida

Uma vez elaborada, testada e definida a base de dados e a forma de entrada e gestão das informações, iniciamos a parte prática do trabalho: a catalogação dos objetos. O que parecia até então a atividade mais simples, quase técnica, trouxe desafios surpreendentes e enriquecedores.

Começamos pelos objetos mais comuns: uniformes, distintivos, cantis e outros acessórios, todos fabricados no Brasil ou nos Estados Unidos, previstos no uso de um soldado e seguindo padrões estabelecidos em normas e regulamentos da época, ou seja, até certo ponto, padronizados. Estes objetos foram recebidos e usados pelos pracinhas no teatro de operações onde atuou a FEB, não havendo dúvida da pertinência de sua catalogação.

Junto a estes objetos encontramos lembranças da viagem à Itália. Cartões postais de lugares visitados, ingressos de cinema e espetáculos teatrais, óperas, concertos, souvenirs de toda espécie que nos fazem até duvidar que aqueles soldados haviam ido realmente a uma guerra, mas os relatos das horas vagas, dos dias de dispensa, contextualizam aqueles objetos de cunho turístico.

Depois vieram as medalhas, em sua maioria recebidas após o término da guerra. Seriam estas medalhas “acervos da FEB” uma vez que não estiveram presentes no teatro de operações da Itália? Mas entendemos que a existências destas medalhas está fortemente associada a própria FEB.

Junto com todos estes objetos começamos a encontrar materiais de primeiros socorros, binóculos, óculos, armas e outros artefatos úteis numa situação de guerra, mas de procedência alemã e italiana, certamente tomados de alguma forma dos inimigos e mantidos com os brasileiros por serem importantes numa situação de combate.

Começamos a nos deparar ainda com uma variedade de objetos menos úteis em situações de combate, como medalhas, distintivos, pedaços de uniformes, capacetes furados por projéteis, fivelas de cinto, dentre outros, que em sua maioria apresentavam símbolos e inscrições nazistas e fascistas. Objetos que certamente não estavam previstos

na bagagem de um soldado brasileiro, mas que funcionavam como uma espécie de souvenir dos horrores da guerra. Estes artefatos são carregados de memórias da FEB, tão vivas quanto traumáticas, nem sempre contadas em toda sua verdade, mas que estão ali, guardadas ao longo das décadas, impedindo o esquecimento e dividindo espaço com as plaquetas de identificação pessoal e cartões postais.

Como sabemos, o retorno da Força Expedicionária Brasileira, após a euforia original, criou no Brasil um problema social até então desconhecido, que levou tanto os veteranos quanto os ex-combatentes, a se organizarem em prol dos seus direitos. Reuniões, encontros, jantares se sucederam, sempre acompanhados de placas de homenagem, medalhas comemorativas e pequenas lembranças com os símbolos da FEB distribuídas aos participantes. Estas lembranças materializadas foram incorporadas aos objetos pessoais dos pracinhas ao longo dos anos.

Encontramos ainda alguns objetos que orbitam em torno da FEB, como a imagem de São Sebastião da qual a mãe do soldado Sebastião não se separou até que o filho retornasse vivo da guerra ou o símbolo da FEB da cobra fumando um cigarro (ao invés do cachimbo) pintado com carinho por outra mãe para decorar a festa preparada para o retorno do filho. Objetos que nunca foram à guerra mas que estão impregnados dela.

Dos campos de batalha ainda hoje são retirados fragmentos da guerra como pedaços de armamentos, projéteis, capacetes, uniformes, sapatos tanto dos pracinhas como dos inimigos. Fragmentos abandonados de ambos os lados que, num trabalho quase arqueológico, vão sendo resgatados e encontram abrigo principalmente nas coleções particulares e museus.

Neste contexto, qual seria o limite da definição de um objeto pertencente à cultura material da FEB? Existiriam objetos mais representativos do que outros para compor o inventário? Como hierarquizar valores de memória? Como incluir todos estes objetos sem perder o foco no tema que é a Força Expedicionária Brasileira?

A solução encontrada foi dar abrigo a todos estes objetos da cultura material no inventário que subsidiará o Museu Virtual da FEB, classificando-os por tipologias. Assim poderemos escrever através destes fragmentos de memória, não só a história da atuação da Força Expedicionária Brasileira no teatro de operações da Itália, como também a história de vida de toda uma geração (vinte e cinco mil homens e mulheres) que viveu para além dos horrores da guerra, contando e escrevendo parte da história do povo brasileiro.

A lição que aprendemos na elaboração da estrutura deste inventário é que os objetos não são apenas artefatos classificáveis por suas características físicas, data de produção ou função para a qual foram criados. Os objetos são os usos que fazemos deles e principalmente os sentidos que atribuímos a eles, independentemente de sua forma ou função original.

Inventariar a cultura material da Força Expedicionária Brasileira tem trazido desafios e surpresas que vamos debatendo na medida em que as questões nos vão sendo apresentadas. Pretendemos com este artigo ter colaborado com futuras pesquisas que venha aprofundar o conhecimento sobre a FEB.



## Referências

ACAM Portinari, Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. **Documentação e conservação de acervos museológicos**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: SECRETARIA de Estado da Cultura. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Superintendência de Museus, 2006. págs. 33-92.

CIDOC/ICOM, Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus. **Declaração de Princípios de Documentação de Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus**. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 2014.

FERREZ, Helena D. BIANCHINI, Maria Helena. **Thesaurus para Acervos Museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1987.

FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos. **Manual de Catalogação: Pintura, Escultura, Desenho Gravura**. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes, 1995.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. **Resolução Normativa nº 2**. 29 ago. 2014. Disponível em: <[http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/ResolucaoNormativa2\\_INBCM.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/ResolucaoNormativa2_INBCM.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada em Museus**. São Paulo, Editora Mackenzie, 2000.

**Andréa Fernandes Considera**

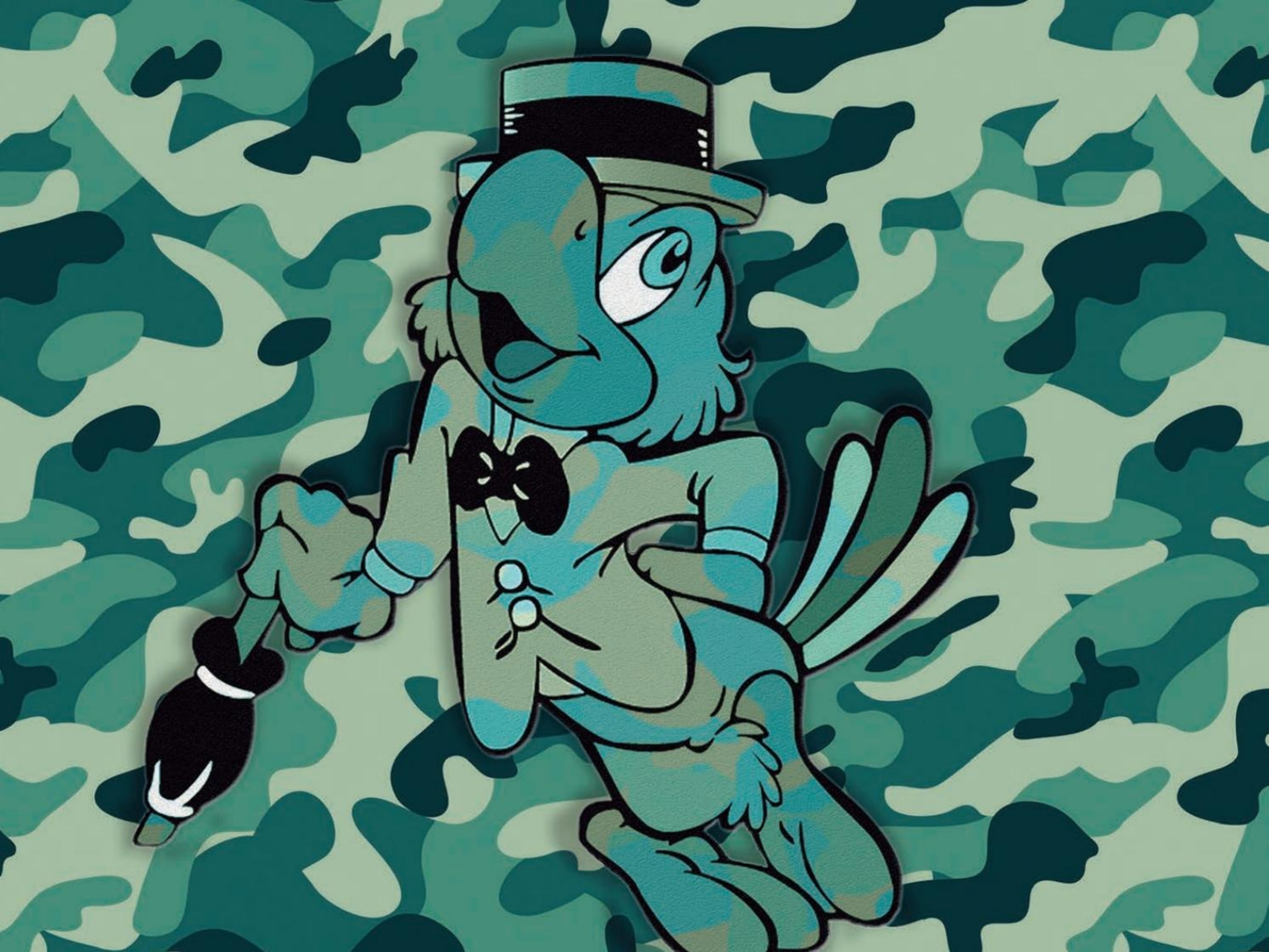
A autora é museóloga e doutora em história, e atualmente professora adjunta do Curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.





DOSSIÊ - FORÇA  
EXPEDICIONÁRIA  
BRASILEIRA - FEB

*Imagem - 2º Sargento do Grupo de Artilharia 105 mm do  
1º Escalão da FEB lendo sua recém-recebida carta do Brasil (19/09/1944).  
Foto: Robert G. Edward 19 sept 1944 EFB - 5/MM-44-3598  
fifth army, villa caprote área, Italy. Fonte: Coleção J. C. F. Zary*



# Zé Carioca contra os Tedescos

Ze Carioca fighting the Tedescos

Julio Cezar Fidalgo Zary

Resumo

A declaração de guerra do Brasil contra os países do Eixo, em 1942, não deu início à preparação de uma tropa do Exército para ser empregada além-mar. Diversos problemas tiveram que ser superados para que se tivesse uma tropa divisionária, teoricamente apta a combater. Entre os problemas encontravam-se a mobilização de pessoal, a aquisição de armamentos, a adaptação de uniformes e a modernização da instrução, uma vez que a Missão Militar Francesa não tinha conseguido arraigar importantes aspectos doutrinários no Exército Brasileiro, mesmo após vinte anos de missão. De maneira diversa, a declaração de guerra dos Estados Unidos da América, após o ataque a Pearl Harbor, em 1941, foi o ponto-chave para a gigantesca mobilização nacional, incluindo a modernização doutrinária e organizacional do Exército norte-americano. Entre as modificações e inovações, uma das principais foi o desenvolvimento de tropas especialmente equipadas e adestradas para operar em ambiente montanhoso, mais especificamente na Itália. Tanto a Força Expedicionária Brasileira (FEB) quanto tropas americanas foram empregadas exitosamente para a conquista de uma cadeia de montanhas nos Apeninos, no contexto da Operação Encore. O tempo de preparação para a guerra foi bastante reduzido para a FEB, o que foi resolvido apenas após alguns meses em combate. O combate nas montanhas tem características bastante específicas, requerendo um preparo cuidadoso, especialmente quanto ao preparo físico e orgânico dos combatentes. A FEB provou, mesmo sem esse treino específico, que conseguiu se adaptar àquele tipo de combate, tendo sido exitosa tanto nos combates de Monte Castello, quanto nas operações posteriores, sendo as mais conhecidas a de Montese e a de Collecchio—Fornovo, enaltecendo o valor do soldado do Exército do Brasil.

**Palavras-chave:** FEB, Segunda Guerra Mundial, Exército Brasileiro.

Abstract

Brazil's declaration of war against the countries of the Axis in 1942 was not the initial milestone in preparing an army troop for deployment overseas. Several problems had to be overcome in order to exist a division strong contingent troop, theoretically ready for combat. The problems were to mobilize personnel, acquire weapons, adapt uniforms and modernize the training program. The French Military Mission in Brazil had not managed to implant important doctrinaire aspects into the Brazilian Army even after twenty years. Conversely, the declaration of war by the United States of America after the attack on Pearl Harbor in 1941 was the key factor behind mammoth national mobilization, which included the modernization of the doctrine and the organization using the North American Army standards. One of the main modifications and innovations was the development of a specially equipped and skillful troop to operate in mountainous environments, more specifically, in Italy. Both Brazilian Expeditionary Force (BEF) and American troops were successfully deployed as part of Operation Encore to occupy a mountain range in the Apennines. The preparation for war was somewhat limited time-wise for BEF and this was only figured it out after some months in combat. Mountain Combat has quite specific characteristics and requires careful preparation, especially regarding the physical and organic fitness of the soldiers. BEF proved that even without such specific training it could adapt to this type of combat, being as successful in the battle of Monte Castello as in subsequent operations, the most renowned being those of Montese and Collecchio Fornovo, which boosted the value of the Brazilian Army soldier.

**Keywords:** BEF, Second World War, Brazilian Army

## Introdução

Com o fim da I Guerra Mundial, houve a rendição das tropas alemãs e a assinatura do Tratado de Versalhes. Este, que deveria ser o epílogo da Guerra, foi, na realidade, o prólogo de uma conflagração de proporções ainda mais graves.

Desde a assinatura do *Versailles Diktat*, nome dado pelos alemães ao tratado, a Alemanha tirou proveito da má-definição de seus termos, principalmente desde a ascensão de Hitler ao poder “em 30 de janeiro de 1933” (McINNIS, 1962, p. 19), burlando tal instrumento jurídico, que foi negligenciado pela Liga das Nações até o ponto em que nova guerra foi inevitável.

Hitler, através de sua obra *Mein Kampf*<sup>1</sup>, que significa Minha Luta, materializou uma “nova política expansionista, baseada nas teorias de Ratzel” (CASTELO BRANCO<sup>2</sup>, 1960, p. 21), na qual admitia que o “povo alemão era formado por seres vivos em luta por sua própria existência”.

De acordo com sua nova política “expansionista”, várias ações militares foram realizadas desde sua assunção ao poder<sup>3</sup>, e a guerra finalmente eclodiu “ao romper do dia 1º de setembro de 1939 [...], exércitos alemães despejaram-se através da fronteira polonesa e convergiram sobre Varsóvia” (SHIRER, 1965, p. 7). Finalmente os países europeus saíram da inércia. Dois dias após este ataque, a França declarou guerra à Alemanha, e a Inglaterra mandou um *ultimatum*, ignorado por Hitler. Iniciava-se, desta maneira, a II Guerra Mundial, o maior conflito armado de todos os tempos.

1- Livro escrito por Hitler na prisão de Landsberg em 1924, o qual incluía, entre outros assuntos, a união da Alemanha com a Áustria e outros povos germânicos da Europa, e o anti-semitismo levado ao extremo.

2- Manoel Tomaz Castelo Branco – Capitão Adjunto de Comunicações do Estado-M Especial da Infantaria Divisionária da FEB.

3- Adolf Hitler fez-se Chanceler da Alemanha em 30 de janeiro de 1933, e logo após Presidente, em face da morte do Marechal Hindenburgo.

4- Base aeronaval americana localizada na ilha do Hawaii, atacada pelos japoneses sem haver uma guerra declarada. Este ataque ficou conhecido como o “Dia da infâmia para a América”.

5- Conhecido como “Dia D”, ocorrido nas praias do norte da França (entre elas Omaha e Utah) em 6 de junho de 1944.

A guerra na Europa não era uma questão nacional - brasileira, porém o ataque japonês à base de Pearl Harbor<sup>4</sup>, a 7 de dezembro de 1941, fez com que os Estados Unidos entrassem definitivamente na guerra, e, conseqüentemente, alguns outros países, entre eles o Brasil, que apesar de viver um regime totalitário à época, participaria enviando tropas e “cedendo” a utilização de bases aeronavais estratégicas para os aliados.

O Brasil rompeu, a partir de então, relações com os países do Eixo (Itália, Alemanha e Japão), tendo sido expandida a campanha submarina alemã, que inicialmente estava limitada à Inglaterra, às costas do continente americano. Vários navios mercantes brasileiros foram afundados, levando o país à Declaração do Estado de Guerra em todo o território nacional, a 31 de agosto de 1942, pelo Decreto nº 10.358, de acordo com os artigos 74, letra k, e 171 da Constituição Federal então vigente.

De acordo com Torres (2001), o engajamento direto do Brasil na guerra tinha vários aspectos importantes, e um deles era que “abria a perspectiva da participação da Força Terrestre brasileira no além-mar, o que, além dos aspectos políticos, permitia reforçar os efetivos aliados no Mediterrâneo na fase crítica da roçada de meios para a invasão da Normandia<sup>5</sup>”.

O Brasil enviaria, inicialmente, uma Força Expedicionária valor “Corpo de Exército, a três Divisões de Infantaria e elementos de Corpo” (CASTELO BRANCO, 1960, p. 124), que foi reduzida, logo após, a apenas uma Divisão de Infantaria.

O aprestamento desta tropa impunha a superação de inúmeros problemas, os quais começaram a ser resolvidos pela Portaria Ministerial 47-44, de 9 de agosto de 1943, publicada em Boletim Reservado do Exército a 13 do mesmo mês, que normatizava a estruturação da FEB, constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, e por órgãos não-divisionários.



De acordo com Vidal (2002, p.7), as Instruções para a Organização da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, pela já citada Portaria 47-44, continham “instruções aos Comandantes das 1ª, 3ª, 4ª e 9ª Regiões Militares, e às Diretorias das Armas, de Material Bélico, de Saúde, de Engenharia, de Moto-mecanização, e de Intendência, e onde foram nomeadas as Unidades que integravam aquela Grande Unidade Expedicionária”, as quais tiveram material, armamento e efetivos equivalentes aos de uma Divisão de Infantaria do Exército dos Estados Unidos.

A Infantaria Divisionária foi composta da seguinte maneira, segundo o Marechal Mascarenhas de Moraes<sup>6</sup> (1947, p. 22): “Comando e Estado-Maior da Infantaria Divisionária; 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio), da Vila Militar, Rio de Janeiro; 6º Regimento de Infantaria, de Caçapava, Estado de São Paulo; 11º Regimento de Infantaria (posteriormente designado como Regimento Tiradentes), de São João D’el Rei, Estado de Minas Gerais”.

Os Regimentos de Infantaria (RI) eram constituídos por três Batalhões, e o Regimento Sampaio (1º RI) era disposto da seguinte forma: 1º (Batalhão [Btl] Uzeda), comandado pelo Major Olívio Gondim de Uzeda; 2º (Btl Syzeno), comandado pelo Major Syzeno Sarmiento; e 3º (Btl Franklin), comandado pelo Tenente-Coronel Emilio Rodrigues Franklin, tendo sido todo o Regimento deslocado para a Itália em 22 de setembro de 1944, junto ao 2º escalão de embarque.

A participação da FEB nos combates da Itália iniciou-se com o grupo do General Zenóbio da Costa<sup>7</sup> (sem o 1º RI), em 15 de setembro de 1944, e as primeiras vitórias da FEB na Itália ocorreram nos dias 16, 18 e 26 de setembro, com a ocupação de Massarosa, a tomada de Camaione e a queda do maciço Prano, respectivamente.

Após a conquista do maciço Prano, as tropas brasileiras, já acrescidas dos 2º e 3º escalões, foram transferidas para o vale do rio Sercchio, para se aproximarem de Castelnuovo di

6- Comandante da FEB, convidado pelo Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, a comandar uma das Divisões que constituiriam o Corpo Expedicionário, através do telegrama 25/H.1, de 9 de agosto de 1943.

7 -Era composto basicamente pelo Estado-Maior da Infantaria Divisionária, 6º RI, 4ª Companhia (Cia) e 1º Pelotão (Pel) de Morteiro do 11º RI, II/1º Regimento de Obuses Auto Rebocados, 1ª/9º Btl Engenharia, 1º Pel do Esquadrão de Reconhecimento (Esqd Rec), elementos da 1ª Cia de Transmissões, 1ª Cia de Evacuação, Pelotão de Tratamento, Cia de Manutenção, Pel de Polícia Militar, Pelotão de Viaturas e elementos da 1ª Cia de Intendência.

8- Linha de defesa mais poderosa que os alemães tinham organizado. Estendia-se do mar Tirreno ao mar Adriático, apoiando-se nos obstáculos das montanhas Alpinianas.

9- Chefe da Seção de Logística da FEB durante toda a Campanha da Itália.

10 -Alguns autores consideram os ataques de 25 e 26 de novembro como ataques distintos.Por esta razão há fontes que indicam cinco ataques ao Monte Castelo, ao invés de quatro.

11- Força Tarefa 45 – Grupamento Tático da 45ª Divisão de Infantaria (DI) americana, sob comando do Brigadeiro-General Paul Rutledge, a qual ficou no flanco esquerdo da FEB, quando finalmente esta foi constituída e passada ao comando do General Mascarenhas.

12-Com 977 metros de altitude, tinha posição dominante em relação à Rodovia SS 64 “Porretana”, sendo um esporão saliente que partia da linha de crista balizada por Belvedere, Gorgolesco e Della Torraccia, pertencente à Zona de Ação da FEB.

Carfagnana, um dos fortes redutos da Linha Gótica<sup>8</sup> e importante entroncamento rodoviário, de grande interesse estratégico por ser uma das portas de acesso aBologna e, conseqüentemente, à planície do rio Pó.

A primeira fase do ataque foi bem-sucedida, com a tomada de Sommocolonia, Lama di Sotto e Monte San Quirico, chegando as tropas brasileiras a apenas quatro quilômetros de Castelnuovo di Garfagnana, porém um contra-ataque alemão infligiu a primeira derrota aos “febianos”.

Com a incorporação dos 2º e 3º destacamentos da FEB, o General Mascarenhas assumiu o comando da 1ª Divisão, ela foi retirada da área em que vinha atuando e deslocada para o vale do Reno, em “substituição da 6ª Divisão Blindada Sul Africana” (GENERAL SENNA CAMPOS<sup>9</sup>, 1975, p. 7), a qual ocupava uma larga frente, em face de um inimigo em grande atividade.

No vale do Reno, as primeiras operações da FEB ocorreram a 25 e 26 de novembro<sup>10</sup>, cuja missão era reforçar a *Task Force 45*<sup>11</sup>, com o Btl Castor, o Esqd Rec, e um Pelotão do 9º Btl de Engenharia, no ataque ao Monte Castello. O ataque foi frustrado pelo fato de ter sido executado isoladamente a uma posição de elevação que fazia parte de um conjunto de elevações de maior cota, pois Monte Belvedere, Gorgolesco e La Torraccia, vizinhas a Castelo, têm alturas variando entre 1120 e 1140 metros, enquanto este tem 987 metros.

O comandamento das demais em relação ao principal objetivo era óbvio. A conquista de Monte Castello<sup>12</sup>, e dos Montes Belvedere, Della Torraccia e Gorgolesco, que ficavam próximos ao primeiro, representava o avanço aliado para o Norte, assim como o controle de vistas e fogos sobre a Estrada SS 64, que possibilitava o avanço rumo a Bologna.

A segunda tentativa foi planejada para 29 de novembro, com o ataque realizado pelos Btl Uzeda (I/1º RI), Castor (III/6º RI), Cândido (III/11º RI), e mais a 4ª/II/6ºRI, porém

os americanos haviam sido repelidos de Monte Belvedere, posição que flanqueava o ataque brasileiro. Portanto, o ataque foi realizado sem proteção de flanco e Monte Castello foi atacado mais uma vez isoladamente.

Novo ataque foi realizado a 12 de dezembro (terceiro ataque), desta vez com os Btl Syzeno (II/1º RI), Franklin (III/1º RI) e Jacy (I/11º RI). Na reserva, o Btl Cândido. O terreno estava encharcado pela chuva e era todo encoberto por lama, a tropa estava cansada e mal alimentada, a ocupação das Posições de Ataque foi à noite (com atrasos). O Btl Syzeno não pôde progredir além da localidade de Ca' di Zolfo por imposição dos fogos de artilharia e morteiros, e ainda fogos de flanco de metralhadoras, partidos de Abetaia e Valle, localidades que eram dadas como já tendo sido conquistadas por tropas aliadas, o que não se confirmou.

Após o terceiro ataque, seguiu-se um período de estabilização da frente, conhecido como a defensiva de inverno<sup>13</sup>, que durou de 13 de dezembro de 1944 a 18 de fevereiro de 1945, período em que foram introduzidas algumas modificações nos comandos aliados, e o General Mascarenhas de Moraes aproveitou para intensificar o adestramento dos quadros e da tropa brasileira, providenciando o provimento do armamento necessário à tropa.

O plano para o reinício da ofensiva aliada, já na primavera, foi denominado Operação *Encore*<sup>14</sup>, e previa a captura de Monte Castello e a atuação entre os vales dos rios Panaro e Reno, com a conquista de Santa Maria Viliiana e a tomada de Torre di Nerone e Castelnovo. A Operação teve início no dia 19 de fevereiro de 1945.

A conquista de Monte Castello era necessária para a continuidade das operações e para tornar possível a perseguição das tropas aliadas rumo à Planície do Pó, e esta foi a missão atribuída à 1ª DIE. Corroborando estas palavras, as do General Mascarenhas de Moraes, segundo Cardoso (2001, p. 28): “[...] a conquista de Monte Castello era um imperativo da

13 -Período de aproximadamente 70 dias no qual não houve operações ofensivas, por parte dos alemães e pelos aliados, devido ao frio intenso e à neve. A temperatura chegou a atingir 18 graus abaixo de zero.

14 -Significa “ainda” em francês, tendo sido uma clara alusão às fracassadas investidas ao conjunto do qual fazia parte o Monte Castello. Foi a Ofensiva aliada destinada a penetrar no conjunto defensivo alemão, instalado entre os vales dos rios Panaro e Reno, investindo-o pelo flanco e ao longo do divisor desses dois cursos d’água, tendo em vista o prosseguimento dos aliados para o norte.

15- Denominação do Exército alemão na I Guerra Mundial até a criação da Wehrmacht, em 1921.

dignidade militar brasileira, denotando a importância da conquista deste objetivo para o cumprimento da missão atribuída à 1ª DIE, principalmente após os primeiros ataques os quais não obtiveram êxito”.

A Diretiva Geral nº 12 norteou também o problema deste estudo, pois criou um registro de operações da FEB, “[...] visando à recomposição fiel dos fatos, às circunstâncias em que os mesmos se produziram, às minúcias cabíveis em cada caso, aos ensinamentos e exemplos que possam inspirar, documentando-os com cartas e croquis que permitam reanimar a ação com máxima fidelidade”, através do qual foram feitos vários registros, mas apenas em documentos dispersos, não contendo uma fonte mais completa sobre esta ação do Batalhão Syzeno.

#### Antecedentes da Guerra

A derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial gerou o Tratado de Versalhes, o qual colocava a Alemanha com poderes mínimos de combate por um longo tempo. Porém, “as resoluções do tratado foram sendo ignoradas pela Alemanha em um ritmo crescente, desde 12 de novembro de 1918, dia seguinte ao Armistício” (SILVEIRA, 2001, p. 23).

Quando acabou a conferência, um tratado de paz foi imposto ao país perdedor, estabelecendo reparações aos vencedores, e então a Liga das Nações foi criada como tribuna dos idealistas. Porém “a Liga não contou com a indispensável colaboração dos EUA e deu provas sobejas de sua inadequação às finalidades para que tinha sido criada” (AMAN, 2005, p.30).

A República de Weimar viu-se obrigada, deste modo, a aceitar um fim para uma guerra que não iniciara, e ainda arcar com uma enorme indenização. Forças estrangeiras ocuparam o solo alemão, além de restrições econômicas, políticas e territoriais, e as forças armadas

alemãs seriam desmanteladas, pois o Tratado fixava o efetivo do exército (*Reichswehr*)<sup>15</sup> em, no máximo, 100.000 homens. Não poderia ter carros de combate e nem artilharia pesada; a Marinha de Guerra ficaria restrita a 10.000 toneladas, com apenas 15 mil tripulantes e alguns velhos navios; era proibido possuir submarinos, vedava o uso da aviação militar e excluía o Grande Estado-Maior, cérebro do velho exército alemão. Materializando as restrições do Tratado, são apresentadas as Figuras 1 e 2.

As Figuras 1 e 2 não apresentam formas fixas estabelecidas ao *Reichswehr*, mas tabelas de números máximos de Unidades que de forma nenhuma poderiam ser excedidos.

A Figura 1 demonstra o Estado-Maior de um Corpo-de-Exército (*Army Corps Headquarters Staff*), que seria em número de dois (máximo); o estabelecimento da Divisão de Infantaria (*Infantry Division*), que seria em número de sete (máximo); e o estabelecimento da Divisão de Cavalaria (*Cavalry Division*), que seria em número de três (máximo).

A Figura 2 indica o estabelecimento do número máximo de armamentos para as sete Divisões de Infantaria, as três de Cavalaria, e os dois Corpos-de-Exército - Tabela II (*Table II*), e também o quantitativo máximo autorizado de munições estocadas de diversos tipos - Tabela III (*Table III*).

Entretanto, desde a assinatura do tratado, a 28 de junho de 1919, a Alemanha tentou tirar partido do desentendimento entre os vencedores para burlar tal instrumento jurídico. Aproximando-se da Rússia, pelo Tratado de Rapallo (1922) os alemães puderam fabricar e aperfeiçoar seu armamento na URSS. O General alemão Von Seeckt encarregou-se da reorganização do "grande exército alemão" a partir de 1921, que passou a ser conhecido como Wehrmacht, juntamente com a Marinha.

Cabe destacar que, dentre as perdas, estavam: a região de Schleswig Setentrional, para a Dinamarca; o território de Memel, ocupado pela Lituânia; a Prússia Ocidental, a Silésia e a

**TREATY OF VERSAILLES**  
**TABLE No. I.**

**STATE AND ESTABLISHMENT OF ARMY CORPS HEADQUARTERS STAFFS  
AND OF INFANTRY AND CAVALRY DIVISIONS**

These tabular statements do not form a fixed establishment to be imposed on Germany, but the figures contained in them (number of units and strengths) represent maximum figures, which should not in any case be exceeded.

**I. ARMY CORPS HEADQUARTERS STAFFS.**

Unit.	Maximum No. authorized.	Maximum strengths of each unit.	
		Officers.	N. C. O.'s and Men.
Army Corps Headquarters Staff.....	2	30	150
<b>Total for Headquarters Staffs.....</b>		<b>60</b>	<b>300</b>

**II. ESTABLISHMENT OF AN INFANTRY DIVISION.**

Unit.	Maximum No. of such units in a single division.	Maximum strengths of each unit.	
		Officers.	N. C. O.'s and men.
Headquarters of an infantry division.....	1	25	70
Headquarters of divisional infantry.....	1	4	30
Headquarters of divisional artillery.....	1	4	30
Regiment of infantry.....	3	70	2,300
(Each regiment comprises 3 battalions of infantry. Each battalion comprises 3 companies of infantry and 1 machine-gun company.)			
Trench mortar company.....	3	6	150
Divisional squadron.....	1	6	150
Field artillery regiment.....	1	85	1,300
(Each regiment comprises 3 groups of artillery. Each group comprises 3 batteries.)			
Pioneer battalion.....	1	12	400
(This battalion comprises 2 companies of pioneers, 1 pontoon detachment, 1 search-light section.)			
Signal detachment.....	1	12	300
(This detachment comprises 1 telephone detachment, 1 listening section, 1 carrier pigeon section.)			
Division medical service.....	1	20	400
Parks and convoys.....		14	800
<b>Total for infantry division.....</b>		<b>410</b>	<b>10,830</b>

**III. ESTABLISHMENT OF A CAVALRY DIVISION.**

Unit.	Maximum No. of such units in a single division.	Maximum strengths of each unit.	
		Officers.	N. C. O.'s and men.
Headquarters of a cavalry division.....	1	15	50
Cavalry regiment.....	6	40	800
(Each regiment comprises 4 squadrons.)			
Horse artillery group (3 batteries).....	1	20	400
<b>Total for cavalry division.....</b>		<b>275</b>	<b>5,250</b>

Figura 1 — Estabelecimento dos Estado-Maiors dos Corpos-de-Exército, Divisões de Infantaria e Cavalaria Alemãs

TABLE No. II.  
TABULAR STATEMENT OF ARMAMENT ESTABLISHMENT FOR  
MAXIMUM OF SEVEN INFANTRY DIVISIONS, THREE CAVALRY  
DIVISIONS, AND TWO ARMY CORPS HEADQUARTERS STAFFS.

Material.	Infantry division. (1)	For 7 infantry divisions. (2)	Cavalry division. (3)	For 3 cavalry divisions. (4)	Two army corps headquarters staffs (5)	Total of columns 2, 4, and 5. (6)
Rifles.....	12,000	84,000	.....	.....	This establishment must be drawn from the increased armaments of the divisional infantry.	84,000
Carbines.....	.....	.....	6,000	18,000		18,000
Heavy machine guns.....	108	756	12	36		792
Light machine guns.....	162	1,134	.....	.....		1,134
Medium trench mortars.....	9	63	.....	.....		63
Light trench mortars.....	27	189	.....	.....		189
7.7-cm. guns.....	24	168	12	36		204
10.5-cm. howitzers.....	12	84	.....	.....		84

TABLE No. III.  
MAXIMUM STOCKS AUTHORIZED.

Material.	Maximum number of Arms authorized.	Establishment, per unit.	Maximum totals.
Rifles.....	84,000	40,800,000	40,800,000
Carbines.....	18,000	400	7,200,000
Heavy machine guns.....	792	8,000	15,408,000
Light machine guns.....	1,134	400	453,600
Medium trench mortars.....	63	400	25,200
Light trench mortars.....	189	800	151,200
Field artillery:			
7.7-cm. guns.....	204	1,000	204,000
10.5-cm. howitzers.....	84	800	67,200

Figura 2 — Indicação do estabelecimento do número máximo de Armamento de sete Divisões de Infantaria, três de Cavalaria, e de dois Corpos-De-Exército

Posnânia, cedidas à Polônia; a Alsácia e a Lorena, devolvidas à França, juntamente com a produção carbonífera da região do Sarre; Elpen e Malmedy, entregues à Bélgica. Foi ainda vedado à Alemanha unir-se com a Áustria, ter o controle dos rios navegáveis, a posse das colônias e deveria pagar uma indenização de 136 bilhões de marcos (moeda alemã à época), em 1921.

Em 1929, a Grande Depressão Econômica causou desastrosos efeitos nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, e foi fatal para a Alemanha. Em 1930, havia mais de três milhões de desempregados, os pagamentos das indenizações não podiam ser cumpridos e os aliados responderam com a ocupação do Vale do Saar.

Em meio à confusão econômica e política, o governo de Weimar tentou sobreviver, e as eleições de 1932 indicaram um grande fortalecimento dos nacionais-socialistas (nazistas) no Reichstag (Parlamento alemão), o que levaria o Presidente Hindenburgo a “permitir que o partido dos Camisas Cinzentas, liderados por um obscuro ex-cabo do exército alemão chamado Adolf Hitler, formasse um novo governo, em 1933” (JOHNSON, 2001, p. 24).

Quando Hindenburgo morreu, em 1934, Hitler finalmente assumiu a presidência por força de um plebiscito, tendo realmente começado a revolução nazista. Eliminando seus adversários políticos, inclusive companheiros de partido, Hitler emergiu como o chefe supremo e incontestado do movimento nazista.

Após recuperar a Alemanha social e economicamente, em 1936 o nazismo já era um respeitável movimento de massa. Consolidado no governo, Hitler passou a pensar na política externa e, liderando o III Reich, aumentou o "espaço vital" da Alemanha, multiplicando seus "golpes de audácia" no campo político e militar. Utilizou os Jogos Olímpicos de Berlim (1936) para fazer “propaganda” de seu regime, porém, um atleta chamado Jesse Owens<sup>16</sup> atrapalhou momentaneamente seus planos.

Para Silveira (2001, p. 24), os objetivos diplomáticos de Hitler já haviam sido explicados no livro *Mein Kampf*, e incluíam a “união com a Áustria e outros povos germânicos da Europa (*Anschluss*), e uma área de expansão que incluía a Rússia e a Ucrânia, mas esperava evitar um confronto com a Inglaterra e os EUA, pois suas aspirações não incluíam um vasto império além-mar, inicialmente”.

O III Reich começou então a pôr em prática a política do espaço geográfico vital. Algumas medidas foram adotadas, com o intuito de preparar a Alemanha para a guerra. Eis algumas delas: o restabelecimento do serviço militar obrigatório, em 1935; a participação indireta da Alemanha na Guerra Civil Espanhola em 1936, que acabou servindo como laboratório, onde o *Wehrmacht e a Luftwaffe*<sup>17</sup> testaram suas armas e táticas; a declaração de nulidade do Tratado de Versalhes em 1937 e, por fim, a anexação da Áustria, em 12 de março de 1938, e dos Sudetos, a 30 de setembro.

### 2.1. A deflagração da guerra

Com a invasão da Tchecoslováquia, a 17 de março de 1939, França e Inglaterra finalmente intervieram para impedir que Hitler se apossasse do Corredor de Dantzig e da Polônia, mas tal advertência não deteve a Alemanha que, pelo contrário, firmou um tratado com a Itália (*Pacto de Aço*).

Foi ainda assinado um tratado de não-agressão com a Rússia, de modo a “[...] impedir a guerra em duas frentes, evitando, desta maneira, o motivo que levou à derrota a Alemanha na I Guerra Mundial”.

18 - Benito Mussolini, líder fascista que comandou as Forças Armadas italianas durante a II Guerra Mundial, mesmo com a Itália tendo um rei, Vitorio Emanuele III.

Firmando o Pacto de Aço, na madrugada de 7 de abril de 1939, Mussolini<sup>18</sup> invadiu a Albânia, que serviria de base às futuras ações do Eixo nos Balcãs. Em 23 de agosto de 1939, Hitler deu o próximo passo de forma surpreendente, quando o ministro alemão das relações exteriores Ribbentrop assinou em Moscou o Pacto Germano-Russo (Pacto Ribbentrop-Molotov), que “[...] incluía a restituição à Rússia dos Estados Bálticos e repartição da Polônia” (SHIRER, 1967, p. 362-363), visando a afastar a possibilidade de guerra em duas frentes, como ocorrera em 1914. Esse pacto também serviria para “troca de bens de consumo e de matéria-prima, assim como os portos de Windau e Libau, situados na Estônia, fossem considerados áreas de interesse comercial dentro do acordo” (SILVEIRA, 2001, p. 29).

No dia 1º de setembro de 1939, o exército alemão lançou, através das fronteiras da Polônia, um ataque que liquidou com a paz. No dia 3, a Grã-Bretanha enviou um *ultimatum* a Hitler, declarando o estado de guerra entre os dois países se o governo alemão não ordenasse a suspensão da ação agressiva contra a Polônia. Como não foi atendido, em resposta Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha. “No dia 17 de setembro, as forças russas atravessaram a fronteira oriental e repartiram a Polônia com os alemães. Estava iniciada, desta forma, a Segunda Guerra Mundial” (AMAN, 2005, p. 33).

Para Silveira (2001, p. 30), terminava assim o “[...] prólogo do grande drama que se desenrolaria por quase seis anos, e que envolveria toda a humanidade”. O Brasil, distante do conflito, promulgou o Decreto nº 4.621, a 4 de setembro de 1939, mandando observar completa neutralidade durante a guerra entre a Alemanha e a Polônia, ficando em vigor, em todo o território nacional, as Regras Gerais de Neutralidade constantes da Circular do Ministério das Relações Exteriores, aprovada pelo Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939.



Enfim, em setembro de 1940, o Japão entrou na guerra através da assinatura do Pacto Tripartite com a Alemanha e a Itália, constituindo o Eixo Roma-Berlim-Tóquio. A partir de então, somente os EUA poderiam entrar a marcha expansionista japonesa no Pacífico.

O Japão, então, após um ano de sua entrada na guerra, colocou os EUA na guerra, pois realizou um golpe para acabar de uma só vez com a frota do Pacífico, estacionada em Pearl Harbor, num momento em que a paz existia ainda entre os dois países, e uma hora após a entrega da resposta do Governo Japonês à nota americana de 26 de novembro, na qual era esperada a paz entre eles.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, após o ataque aéreo, a 7 de dezembro de 1941, a guerra deixou de ser um fenômeno europeu para ser uma guerra mundial. No dia seguinte, o Presidente brasileiro Getúlio Vargas convocou uma reunião do Ministério. “O pensamento era único em prol da ajuda aos americanos. Jefferson Caffery, então Embaixador americano no Brasil, declarou que todos os Ministros foram solidários, e, em especial, o Ministro da Guerra, General Dutra” (CAMARGO; GÓES, 1981, p. 682).

Porém, antes de enviar tropas, dentro do governo brasileiro “[...] havia sérias dúvidas quanto à aproximação com os americanos. Enquanto Aranha fazia parte da ala favorável, o Ministro da Justiça, Francisco Campos, [...] era contra, preferindo cultivar laços com a Alemanha”. Os militares gostavam do armamento alemão e estavam descontentes com o bloqueio britânico no Atlântico, o qual impedia o envio das encomendas de armamentos feitas junto aos alemães.

Antes do ataque japonês aos americanos, a Grã-Bretanha lutava sozinha contra os nazistas na Europa, e o envio de tropas aliadas somente ocorreu após a escalada crescente das ações de Hitler. Com a agressão à Polônia, as Américas, representadas pelos seus chanceleres, reuniram-se no Panamá, com o propósito de “se manterem neutras diante



Figura 3 - Linha de defesa alemã (gótica)  
fonte: <<http://members.aol.com/missregt/Maps/ArmyMap1.jpg>>, adaptado pelo autor

dos graves acontecimentos na Europa, desejosos de que o conflito fosse restrito às potências europeias” (SILVEIRA, 2001, p. 30).

No ano seguinte, os alemães voltaram-se contra a França, Holanda e Inglaterra. Então uma assembléia foi reunida em Havana, em julho de 1940, decidindo, como medida preventiva, que todo atentado de Estado não-americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência de um Estado americano, seria considerado como ato de agressão contra os Estados que firmavam essa declaração. O Brasil solidarizou-se com a declaração conjunta, assumindo, assim, responsabilidades que o destino não tardou a cobrar.

Corroborando com as assertivas supracitadas, de 14 a 24 de janeiro de 1943 os chefes aliados reuniram-se em Casablanca e decidiram invadir a Europa pela Sicília (Itália), para fornecer melhores condições para a invasão da França, em 1944. Desta forma, o ataque à Itália foi realizado com “forças anglo-americanas (VIII Exército Britânico e V Exército Norte-americano, sendo que este último enquadrava a Força Expedicionária Brasileira (FEB), a partir de 1944)”, (AMAN, 2005, p. 34).

A ofensiva aliada na Itália teve também insucessos, como na Operação Shingle (assalto anfíbio a Anzio), e a tentativa de tomada de Monte Cassino, motivados em parte pelas características orográficas da região, as quais permitiram aos alemães montarem sucessivas linhas de defesa (Linha Gustav, Linha Adolf Hitler, Linha Caesar e Linha Gótica, conforme Figura 3), das quais o conjunto topotático que engloba Monte Castello faz parte.

### A decisão de Hitler sobre a defesa da Itália (1943-1944)

Após a deposição de Mussolini pelos próprios italianos conhecidos como *partigiani*<sup>19</sup>, uma força alemã, comandada por Otto Skorzeni, resgatou-o, levando-o para o norte da Itália, onde foi criada a República de Saló, e o resto da Itália ficou em poder do Marechal Pietro Badoglio, que era contra o regime fascista.

De acordo com Mavrogordato (2004, p. 289), a decisão de Hitler de “não entregar o Sul da Itália, depois da invasão do território continental pelos anglo-americanos, em setembro de 1943, provocou algumas das batalhas mais sangrentas da segunda guerra, sendo elas: Rio Rápido, Monte Cassino e Anzio”. Essas batalhas decorreram da decisão de retirar suas forças para o norte dos Apeninos, defendendo somente o norte da Itália.

Hitler retirou as forças para o norte depois que o governo do Marechal Pietro Badoglio decidiu pela defecção em relação ao Eixo, e quando os aliados já haviam estabelecido um baluarte em Nápoles, ao sul da Itália.

Não constituiu surpresa para Hitler e para o *Oberkommando der Wehrmacht*<sup>20</sup> (OKW) o armistício entre a Itália e os aliados, anunciado no dia 8 de setembro de 1943, na véspera do desembarque em Salerno. Desde maio daquele ano, os alemães desconfiavam das intenções italianas, e já tinham sido elaborados os planos para enfrentar tal acontecimento.

O pré-requisito básico de um plano defensivo estratégico é a existência de uma poderosa reserva, porém esta já não existia mais, pois as perdas alemãs em Stalingrado, durante o inverno de 1942-1943, e na Tunísia, na primavera de 1943, foram muito grandes. Só teria sido possível organizar uma reserva se fosse reduzida a extensão da frente. Para isso,

19- Os partigiani “São os guerreiros libertários italianos que lutam nas montanhas dos Apeninos contra os nazistas. Fazendo incursões súbitas contra postos nazistas, cortando de vez em quando suas linhas de comunicações [...]” (BRAGA, 1996, p. 37).

20 -Alto-Comando do Exército Alemão.

teriam de ser realizados movimentos retrógrados, o que Hitler se negava a fazer. Um Teatro de Operações (TO) só poderia ter sido reforçado à custa de outro, mas Hitler se negava a perder qualquer parte de um território já conquistado.

Diante da perspectiva de perder seu aliado mais forte, Hitler examinou diversas alternativas estratégicas. A Alemanha poderia passar à defensiva na Itália e na Grécia (esta basicamente por tropas italianas). A Alemanha poderia também entregar toda a Itália aos aliados, evitando, assim, o engajamento de mais tropas em um lugar que só poderia ser considerado um TO secundário. Ou ainda, a Alemanha poderia “defender a Itália em uma linha geográfica que evitasse a perda do Vale do Pó, com seus ricos recursos agrícolas e industriais” (MAVROGORDATO, 2004, p. 293). Em última instância esta foi a política adotada, sendo a mais famosa das linhas defensivas a Gótica, calcada nos Montes Apeninos.

#### Torpedeamento de belonaves da Marinha mercante brasileira

O estado de beligerância entre diversos países acabaria por trazer conseqüências até mesmo para aqueles que se mantinham neutros. Segundo Castelo Branco (1960, p. 53), com a entrada dos Estados Unidos na guerra, uma das conseqüências foi que “os alemães decidiram estender a campanha submarina, que então incidia sobre as Ilhas Britânicas, às costas do continente americano, a fim de bloquear as relações comerciais dos Estados Unidos com o exterior”, atingindo diretamente o Brasil.

Para isso, os submarinos receberam ordens para se posicionarem paralelos aos principais eixos de comunicações marítimas, que ligavam os Estados Unidos aos seus aliados, de forma a atacarem todo navio que deles saísse ou a eles tivesse destino, e entre eles estavam o U-590, U-510, U-466, U-653, e U-662, identificados ao atuarem no norte

do Brasil durante a *blitz* nazista. Foi exatamente no momento em que essa campanha atingiu o seu ápice, com um milhão de toneladas de navios torpedeados e afundados mensalmente, que o Brasil entrou na guerra.

Algumas decisões foram então tomadas pelo Governo brasileiro, tais como: a cessão de bases e outras facilidades aos norte-americanos, bem como artilhar, camuflar e escurecer os navios mercantes nacionais, antes de declarado o estado de beligerância. Mesmo com estas medidas, os torpedeamentos sucederam-se numa grande seqüência, causando inúmeros danos materiais e humanos ao país.

A primeira vítima dessa campanha foi o navio brasileiro Cabedelo, desaparecido a 14 de fevereiro de 1942, quando se dirigia da Filadélfia (EUA) para o porto de Cabedelo (Brasil), carregando carvão-de-pedra. A causa do desaparecimento ficou incógnita, porém, ninguém, conscientemente, poderia admitir outra hipótese, que não a do torpedeamento. Seguiram-se ainda o Buarque e o Olinda.

Em represália a estes ataques, algumas medidas foram tomadas visando cobrir os prejuízos materiais. Entre elas, destacava-se o “Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, dispondo sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil” (CASTELO BRANCO, 1960, p. 55).

No Art.1º deste Decreto, lia-se:

Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas jurídicas ou físicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultam, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

E no Art. 3º, lia-se: "O produto dos bens em depósito servirá de garantia ao pagamento de indenizações pelos atos de agressão a que se refere o Art. 1º, caso o Governo responsável não as satisfaça cabalmente".

Porém, apesar destas atitudes tomadas, os alemães prosseguiram na campanha. A série dos novos torpedeamentos foi se sucedendo, quase asfixiando completamente as comunicações marítimas. O inimigo obedecia a uma estratégia bem definida.

Tais acontecimentos repercutiram por todo o mundo, tendo o Brasil "recebido manifestações de solidariedade de vários países amigos, inclusive da Polônia, China, Grécia, Noruega e Iugoslávia" (CASTELO BRANCO, 1960, p. 59).

Do Presidente dos Estados Unidos, foi recebida a seguinte mensagem:

Esse ato desprezível e bárbaro, em completo desrespeito a toda conduta: civilizada e cavalheiresca, é completamente inútil em sua desesperada tentativa para coagir e intimidar o povo livre do Brasil, neste momento de grave ameaça ao respeito, integridade e destino dessa grande nação.

Compreendendo a extensão dos delitos que acabavam de ser praticados, realçados pelas manifestações populares, resolveu, afinal, o Governo brasileiro aceitar o desafio. Pela Nota Ministerial de 21 de agosto de 1942 dirigiu-se aos dois agressores — Alemanha e Itália — nos seguintes termos:

Senhor Ministro: A orientação pacifista da política internacional do Brasil manteve-o, até agora, afastado do conflito em que se debatem quase todas as nações, inclusive deste hemisfério [...] Não há como negar que a Alemanha (Itália) praticou contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer em defesa de nossa dignidade, da nossa soberania e da nossa segurança e da América.

No dia seguinte, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) transmitia a seguinte Nota à nação: "O Sr. Presidente da República reuniu hoje o Ministério, tendo comparecido todos os Ministros. Diante da comprovação dos atos de guerra contra a nossa soberania foi reconhecida a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras — Alemanha e Itália — [...]".

Desta forma, mediante o Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942, foi declarado o estado de guerra em todo o território nacional, de acordo com os artigos 74, letra k, e 171, da Constituição Federal. Assinaram-no: Getúlio Vargas, Presidente da República, e os ministros Alexandre Marcondes Filho (Interior e Justiça), A. de Souza Costa (Fazenda), Eurico Gaspar Dutra (Guerra), Henrique A. Guilhem (Marinha), João de Mendonça Lima (Viação e Obras Públicas), Oswaldo Aranha (Relações Exteriores), Gustavo Capanema (Educação e Saúde) e J. P. Salgado Filho (Aeronáutica).

Seguiram-se os Decretos n.º 10.451<sup>21</sup>, de 16 de setembro de 1942, de mobilização geral em todo o território nacional, e nº 4.812, de 8 do mês seguinte, dispondo sobre a requisição de bens imóveis e móveis necessários às forças armadas e à defesa passiva da população.

Estava, assim, aberto o caminho para a luta, na qual cobrir-se-ia de glórias a Força Expedicionária Brasileira. A partir de então, os alemães torpedearam mais 13 navios nacionais, totalizando 31 embarcações afundadas durante a guerra.

Deve ser evidenciado, também, apesar de não fazer parte deste estudo, que depois de encerrado o conflito na Europa restavam ainda os compromissos no Pacífico, onde os Estados Unidos combatiam as forças japonesas desde 7 de dezembro de 1941.

Já em meados de 1942 o arquipélago nipônico estava completamente bloqueado, e a partir das batalhas navais do Mar de Coral e das Ilhas de Midway, travadas, respectivamente, em maio e junho desse ano, havia sido decidida, praticamente, a sorte dessa guerra. Entretanto, ela poderia ter sido mais longa, não fosse o emprego de duas bombas atômicas,

21- Transcrição do Parágrafo único: a partir da data deste Decreto todos os brasileiros, natos e naturalizados, são obrigados, exceto os legalmente isentos, ao exercício do poder cívico da defesa nacional.

uma a 6 de agosto de 1945, sobre Hiroshima, e outra a 9 do mesmo mês, sobre Nagasaki, que obrigaram o Imperador do Japão a assinar, a 15 de agosto do mesmo ano, os termos da rendição incondicional, estabelecidos pelos Aliados.

De acordo com Castelo Branco, “O Brasil poderia ainda ter participado desta batalha final em condições talvez mais difíceis, dadas as características e a distância que o separava daquele TO, não fosse o seu súbito e desconcertante desfecho” (1960, p. 63).

De qualquer maneira, entretanto, o Brasil cumpriu a palavra, declarando guerra àquele país, revelando que estava disposto a arcar integralmente com as responsabilidades que lhe cabiam, dentro da estratégia geral estabelecida pelos Aliados. Esta suprema resolução constou do Decreto nº 18.811, de 6 de junho de 1945:

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Art. 74, letra m, da Constituição:

- Considerando que os compromissos interamericanos de assistência e defesa mútua que se acham em pleno vigor, ampliados na recente Conferência das Nações no México;
- Considerando que, derrotadas as nações agressoras no continente Europeu, o poderio total dos nossos aliados, os Estados Unidos da América, se transfere agora para o Teatro de Operações no Oceano Pacífico;
- Considerando que os objetivos de paz das Nações Unidas reclamam a participação de todos os Estados deste Continente na luta final pela liberdade dos povos oprimidos;
- Considerando encerrada a nossa participação bélica na Europa com a rendição incondicional dos nossos inimigos;
- Considerando que, desde 28 de janeiro de 1942, foram rompidas relações diplomáticas com o Império do Japão, em consequência da agressão aos Estados Unidos da América.



Decreta:

Art. 1º - É declarada a existência do estado de guerra entre Brasil e o Japão.

Art. 2º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Citam-se, novamente, as palavras de Castelo Branco (1960, p. 64), como conclusão a esta possibilidade de emprego das forças brasileiras no Pacífico, o que não ocorreu:

Se outras conseqüências não advieram desta sua ousadia, foi por que o destino não quis, pois novo e perigoso caminho se abria ao sacrifício dos seus filhos. Estaria assim saldado o último compromisso para com os aliados, o qual não foi necessário pelo uso das bombas atômicas e conseqüente rendição do Japão.

### A mobilização nacional

Na época da declaração do estado de guerra, de acordo com Castelo Branco (1960, p. 77), o “Exército dispunha, apenas, de um efetivo na ordem de 60.000 homens, distribuídos pelas inúmeras unidades espalhadas pelo território nacional. Os grupamentos mais densos encontravam-se nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul”.

Sua organização, instrução e doutrina de emprego estavam de acordo com os regulamentos franceses, introduzidos nas Escolas de Formação, Especialização, Aperfeiçoamento de Oficiais e de Estado-Maior, pela Missão Militar Francesa, que aqui esteve a partir do término da I Grande Guerra. Os armamentos e equipamentos, na sua grande maioria de procedência estrangeira, eram antiquados e em número insuficiente para atender às novas exigências.

O Exército norte-americano encontrava-se em semelhantes condições quanto à carência de meios, a despeito da riqueza nacional. Possuía cerca de 130.000 homens no serviço ativo, repartidos por 3 DI completas, 6 outras parcialmente organizadas, 2 DC com os seus efetivos pela metade, nenhuma Divisão de Exército, embora houvesse unidades de carro de combate, e 1.175 aviões de combate, pertencentes à Aviação, naquele momento integrada ao Exército.

Os arsenais e as fábricas, no Brasil, limitavam-se a produzir apenas alguns explosivos e munições, e a montar alguns navios pequenos para a Marinha de Guerra, determinados tipos de aviões de treinamento e de transporte, e alguns materiais para o Exército, tornando-se, assim, imperativo apelar para o parque industrial dos Estados Unidos, único país que naquele momento poderia atender às necessidades.

Assim, através da Lei de Empréstimos e Arrendamentos (*Lend Lease*), com a qual aquele governo procurou ajudar todos os povos que desejassem participar da cruzada contra os países do Eixo, conseguiu-se adquirir grande parte dos equipamentos e das munições correspondentes para a defesa do litoral e do tráfego marítimo.

O Exército recebeu os seguintes meios, de acordo com Castelo Branco (1960, p. 79):

- Parte de uma Divisão Blindada e de uma Divisão Motorizada; Elementos de dois Regimentos de Artilharia Antiaérea; Quatro Batalhões Anticarro;
- Cerca de 150 peças de Artilharia de Costa, variando de 152 a 305 mm de calibre;
- Equipamentos de construção de estradas;
- 50% de uma Divisão de Infantaria.

22- Designação em inglês para o armamento conhecido no Exército Brasileiro como Lança Rojão.

Não menos delicada apresentou-se a mobilização do pessoal, não que faltasse gente, mas devido à escassez das reservas na Marinha e na Aeronáutica e à precariedade das existentes no Exército, exigindo de cada um deles soluções próprias.

No Exército, a mobilização apresentou peculiaridades. Para preenchimento dos claros de oficiais, decorrentes da súbita elevação dos efetivos que, rapidamente, atingiram o total de 180.000 homens, aproximadamente, o recurso foi promover oficiais aos postos seguintes, complementando os claros abertos nos escalões inferiores com a formação de novos profissionais na Escola Militar do Realengo, mais tarde transferida para Resende, com o nome de Academia Militar das Agulhas Negras, e nos Centros e Núcleos de Formação de Oficiais da Reserva, instalados em várias cidades do país.

Fechou-se, ainda, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, freqüentada, anualmente, por numerosas turmas de oficiais das armas e serviços. A formação dos graduados passou a ser feita pelas unidades, cabendo a dos especialistas, quer oficiais, quer praças, aos Centros de Instrução Especializada, criados em todas as Regiões Militares, distinguindo-se o da 1ª RM pela amplitude dos seus recursos.

Paralelamente ao problema da mobilização surgiu o da instrução, extremamente grave pelas novas características que apresentava, solucionado de maneira semelhante pelas três Forças. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica não só enviaram aos Estados Unidos grupos de oficiais e praças com o fim de se adaptarem aos novos materiais e aos seus processos de emprego, como se beneficiaram das equipes de treinamento que de lá vieram, compostas de veteranos da guerra, com o idêntico propósito de difundir os mesmos conhecimentos.

Na infantaria havia ainda o problema das modificações introduzidas nos equipamentos, pois o armamento era desconhecido dos brasileiros, tais como o “fuzil Garand, o morteiro 60mm, a *bazooka*<sup>22</sup>, a metralhadora leve ponto trinta, o canhão anticarro 57 mm e o obus

105 mm” (MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 1947, p. 26). Estes foram os armamentos adotados para poder haver uma Divisão do tipo “americana” que foram adotados pela FEB, e que os brasileiros tiveram pouco tempo para aprender a manusear e ficar em condições de empregar em combate.

### A entrada do Brasil na Guerra

Feita a mobilização brasileira para o esforço de guerra, de modo a cooperar mais efetivamente com as forças aliadas nas operações do TO da Europa, durante um almoço com as Forças Armadas, realizado no dia 31 de dezembro de 1942, Getúlio Vargas afirmou que o Brasil não se limitaria ao fornecimento de materiais estratégicos para os países aliados e que não deveríamos cingir-nos à simples expedição de contingentes simbólicos.

A determinação do Ministro da Guerra ao Chefe do Estado-Maior do Exército, através da Nota nº 37-6, de 30 de janeiro de 1943, atribuía cogitar as medidas preparatórias para o concurso extracontinental das forças terrestres brasileiras, que poderiam ter de três a quatro Divisões de Infantaria, ao lado de seus aliados, sendo calcadas nas seguintes bases:

1. Força Expedicionária (ordem de batalha)

G.U. – 4 DI [...];

2. Designação das unidades que irão constituir a tropa das Grandes Unidades Expedicionárias (Força Expedicionária). [...].

No encontro que teve com o presidente Vargas em Natal (RN), em fevereiro de 1943, o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt mencionou a possibilidade de o Brasil enviar tropas aos Açores e à Ilha da Madeira. Vargas lembrou que o envio dependia

do recebimento de equipamento bélico para o Exército, a Marinha e a Força Aérea, prometido pelos Estados Unidos da América.

Em 5 de março de 1943, o presidente Vargas aprovou o memorando de Dutra sobre o Corpo Expedicionário para colaborar nas operações de guerra, ressaltando, contudo, que o envio de tropas dependia do recebimento do material necessário ao aparelhamento tanto da Força Expedicionária como da tropa que deveria guarnecer o território brasileiro.

Uma Divisão de Infantaria Expedicionária, que devia ser comandada por um General-de-Divisão, teve a seguinte composição: um Quartel-General, constituído de Estado-Maior Geral, Estado-Maior Especial<sup>23</sup>; uma Infantaria Divisionária, comandada por um General-de-Brigada, e composta de três Regimentos de Infantaria; uma Artilharia Divisionária, comandada por um General-de-Brigada, e composta de quatro Grupos de Artilharia (três de calibre 105 e um de calibre 155); uma Esquadrilha de Aviação, destinada à ligação e à observação; um Batalhão de Engenharia; um Batalhão de Saúde, um Esquadrão de Reconhecimento, e uma Companhia de Transmissões (comunicações).

Como a constituição da força brasileira designada para ir para a Itália não passou de uma Divisão, citam-se as palavras de Abreu (2004): o “nome dado à Divisão de Infantaria, constituída em 9 de agosto de 1943, e enviada à Itália em 1944, sob o comando do General-de-Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, para lutar contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), foi Força Expedicionária Brasileira”. A designação FEB passou a englobar então as forças brasileiras de terra, mar e ar, que lutaram na Segunda Guerra Mundial.

A organização das Unidades tipo expedicionárias foi apresentada em 52 Boletins do Exército, ostensivos e sigilosos, os quais apresentavam dados sobre a FEB. Destaca-se, porém, a série de boletins especiais que faziam uma apresentação pormenorizada das Unidades. “Estes ficaram conhecidos como os célebres Boletins 18” (SANTOS, 1958, p. 16).

23- Criado a 15 de maio de 1944. Integraram-no cinco Oficiais brasileiros e dois Tenentes-coronéis do Exército americano, todos sob a supervisão do General Hayes Kroner. A principal de suas missões era o preparo, em segredo, do embarque da 1ª DIE para a Itália.

Para Torres (2001, p.5), o engajamento do Brasil na guerra tinha vários aspectos relevantes:

- importava num posicionamento externo que não se ajustava à nossa política interna, pois vivíamos sob a ditadura Vargas que, desde novembro de 1937, fechara o Congresso e outorgara uma Constituição autoritária;
- atendia ao interesse americano de poder contar com nossas bases aéreas e nossa cooperação aeronaval para suas operações no Atlântico Sul e na África;
- garantia, ao esforço de guerra aliado, as matérias-primas estratégicas do solo brasileiro e forçava o truste siderúrgico americano a concordar com a implantação da usina de Volta Redonda;
- abria a perspectiva da participação da Força Terrestre brasileira no além-mar, o que, além dos aspectos políticos, permitiria reforçar os efetivos aliados no Mediterrâneo na fase crítica da roçada de meios para a invasão pela Normandia. (Grifo nosso).

## 2.6. O embarque da FEB rumo à Itália

O embarque do 1º Escalão para a Itália ocorreu na noite de 30 de junho para 1º de julho de 1944, no navio norte-americano *General Mann*, sob o comando do General Euclides Zenóbio da Costa, num total de 5.075 homens. Junto com o 1º Escalão embarcaram o General Mascarenhas de Moraes e alguns oficiais de seu Estado-Maior.

O 2º Escalão embarcou em 22 de setembro, também no navio *General Mann*, sob o comando do General Oswaldo Cordeiro de Farias, com 5.075 homens, chegando a Nápoles em 6 de outubro. Era composto pelo Estado-Maior e Bateria de Comando da Artilharia Divisionária (AD)/1ª DIE, 1º RI (grifo nosso), I/2º ROAuR, elementos do Dst Cmdo e Sv e da 2ª Cia do 9º BE, grosso do 1º Esqd Rec [...]. O Batalhão Syzeno viajou com este Escalão.

O 3º Escalão embarcou no mesmo dia do 2º, porém, no navio *General Meighs*, sob o comando do General Olímpio Falconière da Cunha, com 5.239 homens. O maior efetivo era o do 11º Regimento de Infantaria.

O 4º Escalão deixou o Brasil em 23 de novembro no navio *General Meighs*, sob o comando do Coronel Mário Travassos, com um efetivo de 4.691 homens. O 5º Escalão partiu em 8 de fevereiro de 1945 no navio *General Meighs*, sob o comando do Tenente-Coronel Ibá Jobim Meireles, com um efetivo de 5.082 homens. Os médicos e as enfermeiras foram transportados por via aérea.

#### A chegada na Itália e o início das operações

Para Dall Piero (2001, p.7), a 1ª DIE tinha condições, teoricamente, de realizar operações contra qualquer força inimiga, “em ações de médio porte e tempo limitado, devendo ser reforçada com outras armas para ações de grande importância. Podia atacar qualquer objetivo terrestre numa frente de 3.000 metros por RI, e defender um setor que variava de 2.500 a 5.000 metros, também por RI”.

A mobilidade da Primeira Divisão Expedicionária da FEB era assegurada por 1410 veículos, que permitiam o traslado de uma terça parte dos seus efetivos de cada vez. As operações através de cursos de água ficavam garantidas com a utilização de 47 botes de assalto. Os 736 aparelhos telefônicos e 42 telegráficos asseguravam as transmissões e ligações, apoiados por 10 aviões de observação dos Grupos de Artilharia (10 *Piper Cub*4 H de 65 HP).

Apesar desse preparo, o material ainda não estava distribuído, e de acordo com Torres (2001, p. 8), “com a chegada do 1º escalão da FEB à Itália, nossos aliados americanos

24- Willis Dale Crittenberger, Major-General comandante do IV Corpo de Exército, ao qual a FEB ficou subordinada na Itália.

verificaram que a mesma era um instrumento de combate ainda por fazer”, não tendo ainda a FEB condições de ser empregada, tendo sido espalhada então por escolas e centros de instrução na própria Itália. Mas a crise de efetivos dos aliados levou ao emprego fracionado e prematuro da tropa junto ao V Exército, e surgiram os primeiros reveses.

De acordo com Abreu (2004, p. 10), “a partir de 5 de agosto de 1944, quando chegou à região de Tarquínia, na Itália, o 1º escalão da FEB passou a integrar o V Exército norte-americano”, sob o comando do General Mark Clark. O V Exército norte-americano, juntamente com o VIII Exército Britânico, integrava o XV Grupo de Exércitos Aliados, sob o comando geral do General *Sir* Harold Alexander.

O V Exército, nesse momento, estava constituído por dois Corpo de Exército (CEX), o II e o IV, este último sob o comando do General Crittenberger<sup>24</sup>, e acabava de ser desfalcado de sete divisões, sendo quatro francesas e três americanas, desviadas para os desembarques efetuados pelos Aliados na França Meridional. Em face desta redução de efetivos, o General Mark Clark resolveu verificar as possibilidades de um “emprego imediato do contingente brasileiro, ainda em fase de treinamento” (MASCARENHAS DE MORAES, 1947, p. 71).

O II CEX operava ao norte de Florença, na tentativa de desalojar os alemães de Bologna antes do Natal de 1944. O IV CEX tinha a missão de abrir brechas na chamada Linha Gótica, em poder dos alemães. Esta linha partia da região costeira do mar Tirreno, apoiava-se na região montanhosa dos Apeninos e terminava nas áreas de Pesaro e Rimini, já na faixa litorânea do Adriático. A faixa compreendida pela Linha Gótica abrangia montanhas escarpadas que proporcionavam excelentes vistas sobre as tropas aliadas. As forças regulares alemãs eram estimadas em 28 divisões (26 alemãs e duas italianas), integrantes do Grupo de Exército C, sob o comando do Marechal Albert Kesselring.



Nessa fase da guerra, o objetivo dos aliados na Itália era manter o exército alemão sob permanente pressão através de ofensivas de fixação, a fim de impedir que o comando nazi-fascista transferisse para a França algumas divisões de alto valor combativo.

Crittenberger (1952, p.19) afirmou que

[...] quando, em setembro de 1944, Kesselring começou a se retirar da margem norte do rio Arno para os Apeninos, onde o terreno se apresentava mais favorável à defesa, os planos do 15º Grupo de Exércitos, destinados a quebrar a resistência inimiga na linha Gótica e conquistar o vale do Pó, tomaram rapidamente forma definitiva, e tanto o 8º Exército do Adriático (Britânico), como o 5º Exército (Americano), a oeste, receberam tarefas distintas a executar.

Ao V Exército, para o qual estão voltadas as atenções neste trabalho, foi dada a missão de romper caminho através da Linha Gótica e das sucessivas linhas de barreiras estabelecidas nos Apeninos, por meio de um ataque frontal<sup>25</sup>, até que atingisse as planícies do Pó.

O IV Corpo, à esquerda da zona de ação<sup>26</sup> do V Exército, cobriu o flanco, mantendo contato, à direita, com a tropa empenhada no ataque principal, e defendeu o restante da frente do Exército e todas as vias de acesso às costas do mar Tirreno. Tratava-se, pois, de impedir qualquer penetração inimiga para o sul e, ao mesmo tempo, prosseguir, como pudesse, em contato com o inimigo em retirada.

Por fim, na primeira semana de novembro, o avanço das forças empenhadas no esforço principal, lutando contra os alemães e as ásperas condições atmosféricas, tornou-se tão difícil que o estribilho “Natal em Bologna” teve de ser abandonado.

Na noite de 4 de novembro, o IV Corpo foi dispensado da defesa da zona que se estendia da costa até o meridiano 250 Leste. A partir de então dedicou-se à tarefa de “manter o

25-Ataque de uma tropa com a mesma intensidade em toda a frente do inimigo, com a finalidade de destruir ou capturar uma força inimiga muito mais fraca ou de fixar o inimigo em suas posições.

26-Zona de ação é uma área limitada pela linha de partida (baliza o início do ataque), pelo objetivo final, e por limites laterais.

27 - Fundamentos estabelecidos para este Destacamento baixados pela Diretiva Geral nº 6, de 11 de novembro de 1944, assumindo o comando o General Euclides Zenóbio da Costa a partir das 18 horas do dia 11 de setembro, ficando diretamente subordinado ao comando do IV CEx, salvo aspecto disciplinar, sendo absorvido pela 1ª DI quando os 2º e 3º Escalões de Embarque chegassem à Itália.

inimigo em permanente estado de inquietação, ao longo das 54 milhas de frente pelas quais era responsável” (CRITTENBERGER, 1952, p. 21).

A participação da FEB nos combates iniciou-se com o grupamento do General Zenóbio da Costa<sup>27</sup>, em 15 de setembro de 1944, substituindo uma força norte-americana que estava sendo desligada do IV CEx, ao norte de Pisa, e, em seguida, atuando ofensivamente na direção geral norte. Esta tropa ficou conhecida como Destacamento FEB ou 6º *Combat Team*, o qual “entrou em ação no vale do rio Sercchio, próximo ao litoral do Tirreno”, conforme o General Senna Campos (1975, p. 5). “As primeiras vitórias da FEB na Itália ocorreram nos dias 16, 18 e 26 de setembro, com a ocupação de Massarosa, a tomada de Camaiore e a conquista do maciço Prano, respectivamente” (ABREU, 2004, p. 8).

Após a conquista do maciço Prano, as tropas brasileiras, já acrescidas dos 2º e 3º escalões, foram transferidas para o vale do rio Sercchio, para se aproximarem de Castelnuovo di Garfagnana, um dos fortes redutos da Linha Gótica e importante entroncamento rodoviário, de grande interesse estratégico por ser uma das portas de acesso à planície do rio Pó.

A primeira fase do ataque foi bem sucedida, com a tomada de Sommocolonia, Lama di Sotto e Monte San Quirico, chegando as tropas brasileiras a apenas quatro quilômetros de Castelnuovo di Garfagnana.

Entretanto, como afirmou o General Mascarenhas de Moraes, conforme Abreu (2004, p. 9): “a tropa brasileira, subestimando o poder de reação do inimigo, descuroou do remuniamento e das medidas de segurança, não tendo condições para resistir ao contra-ataque desferido pelas tropas alemãs durante a noite de 31 de outubro”. Este foi o primeiro revés das tropas brasileiras, que tiveram de recuar para posições anteriores.

Essa derrota encerrou a campanha do grupamento do General Zenóbio, pois, com a

incorporação dos 2º e 3º destacamentos da FEB, o General Mascarenhas assumiu o comando da 1ª Divisão, no início de novembro de 1944, o General Zenóbio da Costa assumiu a Infantaria Divisionária, e o General Cordeiro de Farias, a Artilharia Divisionária.

Em conferência do Alto Comando Aliado, realizada em 30 de outubro de 1944, em Passo della Futa<sup>28</sup>, foi decidido que a 1ª Divisão brasileira deveria operar no vale do rio Reno, 120 quilômetros ao nordeste do vale do Sercchio, em substituição a um “destacamento da 1ª Divisão Blindada norte-americana, conhecido sob a designação de CCB<sup>29</sup> (*Combat Command B*), na defesa da Linha Bombiana-Brainetta-Volpara-Torre di Nerone-Fornaci-Querceto” (ABREU, 2004, p. 8), tendo recaído sobre o IV Corpo de Exército o encargo de realizar operações ofensivas preliminares para a ofensiva geral sobre Bologna.

Nessa reunião, o General Mark Clark expôs as diretrizes que recebera do Marechal Alexander, no sentido de prosseguir atacando a fim de apossar-se de Bologna, mantendo o inimigo sob pressão e obrigando-o a retirar efetivos das frentes francesa e russa para pô-los na frente italiana.

No vale do Reno, a Divisão brasileira ficou interposta, a leste, pela 6ª Divisão Blindada sul-africana, e a oeste, pela *Task Force 45*, grupamento tático norte-americano, constituindo o IV CEx, sob o comando do General Crittenberger. Após a reunião de Passo della Futa, e diante das novas diretivas emanadas do XV Grupo de Exércitos Aliados, o General Zenóbio e o General Cordeiro de Farias iniciaram o adestramento das tropas recém-chegadas à Itália.

28-Situado a 40 km ao sul de Bologna, por ele passa a estrada SS 65 (Florença-Bologna), paralela à SS 64.

29- Era um Grupamento Tático da 1ª Divisão Blindada, então sob o comando do Coronel Lawrence Dewey. Sua situação era muito delicada, face ao inimigo, razão porque o Comandante do IV Corpo tudo envidou para salvá-lo de um desastre iminente.

30 - Cargo criado pelo Boletim Interno da 1ª DIE de 20 de janeiro de 1944. Era responsável por resolver os problemas de suprimento do pessoal brasileiro, tais como: hospitalização, correios, transportes de pessoal por via aérea, etc.

## A assunção do comando pelo General Mascarenhas e os primeiros ataques ao Monte Castello

Ao assumir o comando da 1ª DIE no setor do Reno, o General Mascarenhas de Moraes instalou seu quartel-general avançado na localidade de Porretta Terme, e o quartel-general recuado primeiramente em San Rossore e, mais tarde, na cidade de Pistoia. O quartel-general avançado era dirigido pelo Tenente-Coronel Lima Brayner, compreendendo o comando da 1ª DIE, a chefia e as seções do estado-maior e os serviços de comunicações e de engenharia.

Em Porretta Terme ficaram as Seções: de Operações (3ª), sob a chefia do Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castelo Branco, e de Informações (2ª), sob a chefia do Tenente-Coronel Amauri Krueel. As seções de Pessoal (1ª) e Suprimento (4ª) foram transferidas para Pavana, devido aos constantes ataques da artilharia inimiga.

Em 20 de outubro de 1944, o General Mascarenhas designou o General Olímpio Falconière da Cunha como Inspetor-Geral<sup>30</sup> do 1º Escalão. Mais tarde, em 25 de março de 1945, as funções do General Falconière foram incluídas dentro de um novo departamento denominado Órgãos Não-Divisionários.

Com a ideia dos Aliados de chegar a Bologna antes do Natal, foi dada missão para parte de uma tropa brasileira compor uma força-tarefa com os americanos para atacar Monte Castello, entre os rios Panaro e Reno. De acordo com Giorgis (2002, p.3), “a 25 e 26 de novembro ocorreu o primeiro ataque a Monte Castello, com a *Task Force* 45, reforçada pelo Btl Castor”. O ataque foi frustrado pelo fato de ter sido feito isoladamente sobre uma posição em elevação que fazia parte de um conjunto de elevações de maior cota, pois os Montes Belvedere, Gorgolesco e La Torraccia, vizinhas ao Castelo, têm alturas variando entre 1120 e 1140 metros, enquanto este tem 987 metros. O comandamento das demais em relação ao principal objetivo da *Task Force* era óbvio.

A 26 de novembro foram alterados os limites de Zona de Ação (ZAç) das tropas aliadas, passando Monte Castello a ficar integralmente dentro da Zona de Ação (ZAç) da 1ª DIE. Nesta altura dos acontecimentos, o comando brasileiro reivindicou para a FEB a manobra de ataque a Castelo, passando a ser executada somente com os meios da 1ª DIE. Mas, antes da conquista, dois ataques ainda foram realizados, de acordo com o exposto a seguir.

A segunda tentativa foi planejada para 29 de novembro. Ao Batalhão Syzeno (II/1º RI) coube a ZAç principal do 1º RI, tendo o Batalhão ocupado no dia 20 as alturas de Affrico-Volpara, e no dia 21 o Batalhão Franklin (III/1º RI) ocupava Torre di Nerone-Turziano. O Batalhão Uzeda (I/1º RI) foi inicialmente mantido em reserva, na região de Lústrola, mas dia 28, véspera do ataque, foi também acionado, tendo que marchar<sup>31</sup> à noite, sob chuva e terreno lamacento, para ocupar posição duas horas antes do ataque. Após a preparação da artilharia, o ataque foi realizado com os Batalhões Uzeda, Castor (III/6º), Cândido (III/11º) e mais a 4ª Cia/II/6ºRI.

Na véspera, os americanos haviam sido repelidos de Monte Belvedere, posição que flanqueava o ataque brasileiro. Portanto, o ataque foi realizado sem proteção de flanco e, além disto não ter repousado, havia carência de suprimentos, o terreno estava lamacento, e dele não houve reconhecimento<sup>32</sup>, e tudo isso contribuiu para que não se obtivesse êxito.

Novo ataque foi realizado em 12 de dezembro (terceiro ataque), desta vez com os Batalhões Syzeno, Franklin e Jacy (I/11º). Na reserva, o Batalhão Cândido. Neste ataque não houve preparação de Art (para não prejudicar a “surpresa”), o terreno estava a tropa estava cansada e mal alimentada, a ocupação das Posições de Ataque<sup>33</sup> foi à noite (com atrasos) e houve falta de coordenação entre os elementos do Escalão de Ataque (Syzeno e Franklin).

O Batalhão Syzeno recebeu ordem de atacar às 6 horas e trinta minutos, e o Batalhão Franklin às 6 horas. O inimigo pôde assim dirigir seus fogos a um, e depois ao outro

31 - Movimento terrestre realizado por uma força, sob determinadas condições, técnicas ou administrativas, utilizando seus próprios meios ou outros, sob seu controle” (BRASIL, 2002, p. 3-1).

32 - Operação conduzida em campanha através do emprego de meios terrestres e aéreos, objetivando a obtenção de dados sobre o inimigo e a área de operações” (BRASIL, 2002, p. 2-30).

33- Última posição coberta e abrigada da tropa antes que seja transposta a Linha de Partida, a qual baliza o início do ataque.

Batalhão. O IIº/1ºRI ainda partiu com atraso porque alguns elementos tiveram dificuldades em chegar a tempo à Posição de Ataque. Além de a Artilharia alemã estar ajustada, os fogos de morteiros apresentaram barragens difíceis de serem transpostas. O Batalhão Syzeno não pôde progredir além da localidade de Ca' di Zolfo, por imposição dos fogos de Art e Mrt, e ainda fogos de flanco demetralhadoras, partidos de Abetaia e Valle, localidades que eram dadas como já estando em mãos de tropas amigas, o que não se confirmou. Às 12 horas estava terminado o combate, com o retraimento do Escalão de Ataque. “A tentativa frustrada foi consequência de uma série de erros de planejamento, e não propriamente de execução do ataque” (GIORGIS, 2002).

Os ataques frustrados a Monte Castello, em novembro e dezembro de 1944, foram momentos de agonia para o comando da FEB, que foi pressionado pelos americanos a explicar tais resultados. O General Mascarenhas comprometeu-se a fazê-lo por escrito. Entre outras coisas, declarou que nenhuma Divisão americana, em qualquer Teatro de Operações, entrara em linha sem haver cumprido um extenso e completo ciclo de preparação de mais de 15 meses, que incluía: um ano de instrução nos Estados Unidos, três meses de instrução no TO, e um mês de ambientação na linha de frente.

A preparação da FEB tinha sido incompleta: no Brasil, por culpa própria, e na Itália, por culpa do comando aliado. Ironicamente, a resposta brasileira foi entregue na manhã de um dia em que uma divisão americana de 15.000 homens havia ficado reduzida à metade, em outra parte da frente na Itália.

### A Defensiva de Inverno e a estabilização da frente

Após os três primeiros ataques ao Monte Castello, seguiu-se uma estabilização na frente da 1ª DIE, que ficou conhecida como a Defensiva de Inverno, que durou de 13 de dezembro de 1944 a 18 de fevereiro de 1945, período no qual foram introduzidas algumas modificações nos comandos aliados: o Marechal Alexander assumiu o comando do Teatro de Operações do Mediterrâneo, o General Clark passou a comandar o XV Grupo de Exércitos Aliados, e o Tenente-General Lucian King Truscot Junior assumiu o comando do V Exército norte-americano.

O General Mascarenhas de Moraes aproveitou a fase de estabilização para intensificar o adestramento dos quadros através da Diretiva Geral nº 8, determinando a “intensificação do treinamento das patrulhas e a manutenção, no tempo e no espaço, da ligação da infantaria com a artilharia” (MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 1947, p. 64). Um outro ponto focado foi o treinamento da conduta da tropa no objetivo conquistado, o qual deveria sempre prever o contra-ataque inimigo.

O General determinou também, para a devida restauração psicológica, a organização de planos de descanso, férias e divertimento para os soldados brasileiros dos Batalhões em reserva, mesmo quando articulados na Zona de Combate. Esta restauração era um complemento à Diretiva que tratava dos ensinamentos dos ataques ao Monte Castello (Diretiva de 25 de dezembro de 1944).

O plano para o reinício da ofensiva aliada no âmbito do IV Corpo de Exército, denominado Operação *Encore* (FIGURA 4), previa a captura de Monte Castello e a atuação no vale do Marano, com a conquista de Santa Maria Viliana e a tomada

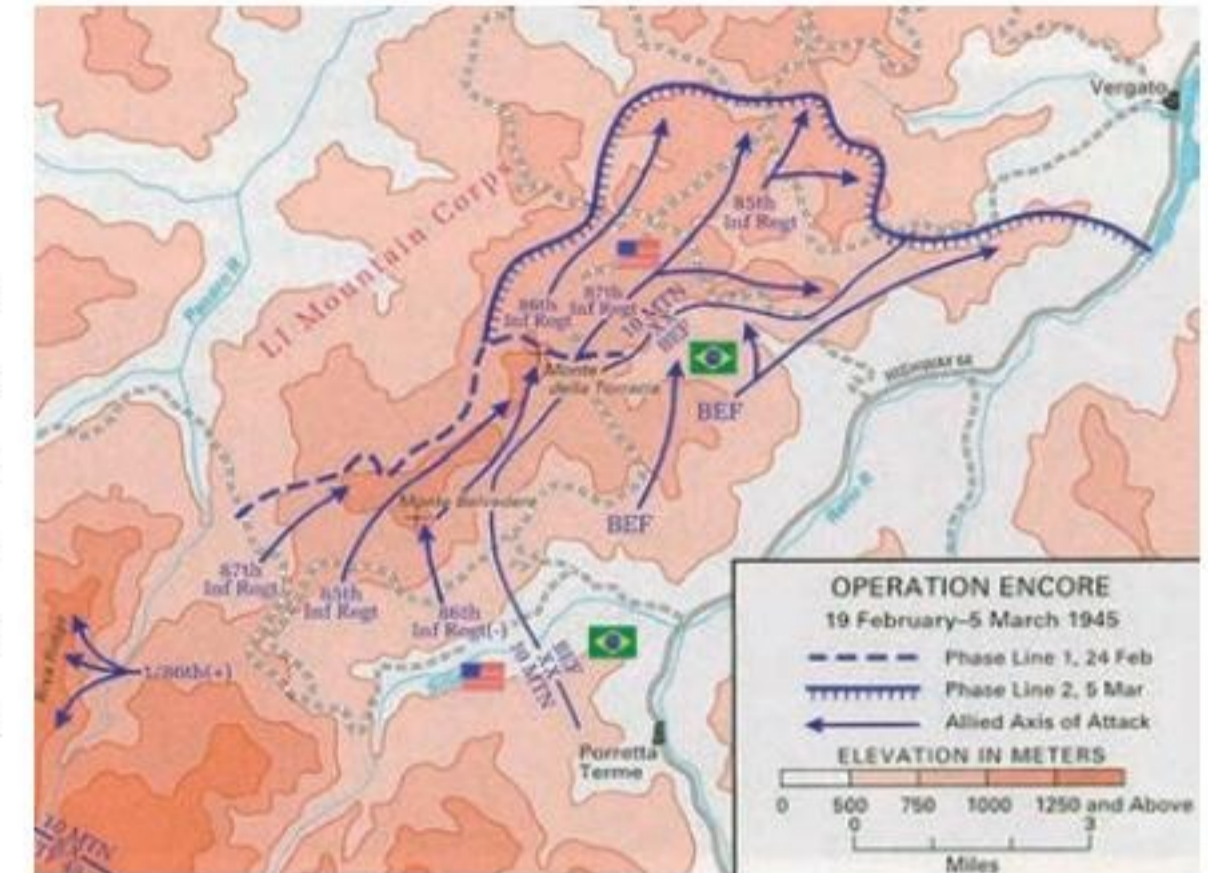


Figura 4 - Operação Encore (19 fev – 5 mar 1945)  
 Fonte: <<http://www.army.mil/cmh-pg/brochures/nap/map5.JPG>>, adaptado pelo autor

de Torre di Nerone e Castelnuovo. A Operação *Encore* teve início no dia 19 de fevereiro de 1945. Participaram da conquista do conjunto topotático que engloba Monte Castello a 10ª Divisão de Montanha norte-americana, a Artilharia brasileira, o 1º Regimento de Infantaria brasileiro (Regimento Sampaio), comandado pelo Coronel Caiado de Castro, e a Força Aérea Brasileira.

#### Operação *Encore* — Planos e Ordens do 4º CEx

O IV CEx empregou duas Divisões para a consecução da Operação *Encore*, ao invés de um simples Grupamento, como vinha sendo feito. Uma delas foi a própria 1ª DIE, e a outra, a 10ª Divisão de Infantaria de Montanha, grande unidade norte-americana chegada ao TO em 27 de dezembro de 1944, com procedência dos Estados Unidos e treinamento no Alasca. Compunha-se dos 85º, 86º e 87º RIMth, além das unidades de apoio, e estava devidamente equipada para combater nas montanhas.

Segundo o General Crittenberger (1952, p. 23), “o IV Corpo fez uma ótima aquisição em janeiro, quando o 1º Grupamento Tático da 10ª Divisão de Montanha foi retirado da área de estacionamento e começou a familiarizar-se com as situações de combate, no setor Cutigliano”.

Após alguns dias de repouso, a 10ª DMth foi progressivamente ocupar o setor a NW de Pistoia, em substituição a alguns elementos da *Task Force 45*, que aí se encontravam, e já em 28 de janeiro estava toda ela em linha, donde, mais tarde, retirar-se-ia para ocupar posições entre Gabba e Vidiciatico.

O ataque teve uma concepção diferente dos anteriores, pois comportou a conquista de objetivos sucessivos, balizados pelas diferentes saliências ao longo do divisor Reno-Panaro,



iniciando pela posse do conjunto formado pelos montes Belvedere, Gorgolesco, Castelo e della Torraccia, e findando com a das alturas dos montes Pigna e Fero.

Em 16 de fevereiro realizou-se nova reunião a fim de tratar de pormenores relacionados com a primeira parte do Plano. Inúmeras autoridades dela participaram. Além do General Crittenberger, estavam presentes os Generais Mascarenhas de Moraes, Hays e William, respectivamente, comandantes da 1ª DIE, 10ª DIMth e ACEX/4, e muitos outros oficiais, inclusive o Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe da 3ª Seção do EM da Divisão brasileira.

Foi decidido que enquanto a 10ª DIMth atacaria ao longo do divisor Reno-Panaro, a 1ª DIE limparia, progressivamente, o espaço compreendido entre aquele divisor e as suas então atuais posições, o que vale dizer, que deveria cerrar, a par e passo, sobre o flanco S da 10ª DIMth.

Para que a 10ª DIMth, entretanto, pudesse atacar segundo aquela direção, deveria, preliminarmente, conquistar as alturas de Monte Serrasiccia-Monte Cappel Buso-Pizzo di Campiano, de surpresa, com a finalidade de assegurar a cobertura do seu flanco W, bem como boa base de partida, que lhe permitisse desdobrar-se frente aos objetivos. A manobra era ousada e original, obrigando os alemães a se baterem a cavaleiro de uma nova direção caprichosamente paralela à frente da 1ª DIE.

Encerrada a sessão, o EM do 4º CEx prosseguiu nos trabalhos, em íntima ligação com as duas Divisões, expedindo, no dia seguinte, a Ordem Geral de Operações (OGO) nº 79, regulando a primeira parte do Plano, cujo extrato está transcrito adiante:

O 4º C Ex lançará um ataque para capturar os M. Belvedere, M. della Torraccia e M. Castelo, de modo a melhorar as posições a W da estrada nº 64.

Missões:

-10ª DIMth

Antes das 23 horas do dia 19, ocupar, na frente da 1ª DIE (FEB), as posições a W do novo limite entre as duas Divisões;

Capturar e ocupar a crista Pizzo di Campiano – M. Monticello, na noite de 18 para 19 de fevereiro;

Atacar e capturar as elevações M. Belvedere - M. Gorgolesco - Capela di Ronchidos - Mazzancana - Cota 1 036 - M. della Torraccia;

Hora do ataque: 23 horas do dia 19 de fevereiro;

Estar preparada para, mediante ordem do CEx, efetuar a substituição, por elementos da 1ª DIE, de todas as tropas da 10ª DIMth no setor M. della Torraccia - M. Belvedere - Vidiciatico - Pizzo di Campiano;

Estar preparada para continuar o ataque de acordo com o Plano Encore, por ordem do CEx.

- 1ª DIE

Em ligação com o ataque da 10ª DIMth, atacar M. Castelo;

Atacar M. Castelo transpondo a linha de partida depois que a 10ª DIMth tenha capturado Mazzancana, e que tropas brasileiras tenham substituído a tropa da 10ª DIMth em Mazzancana;

Ação diversionária somente pelo fogo será feita de posições entre Fálfare e Livorné contra objetivos ao N da linha Livorné - 1 027, até que a 10ª DIMth alcance a linha 1 053 – Mazzancana;

Estar preparada para, mediante ordem do CEx, guarnecer a região M. della Torraccia - M. Belvedere - Pizzo di Campiano, substituindo elementos da 10ª DIMth nesses pontos;

Estar preparada para continuar o ataque de acordo com o Plano Encore, por ordem do CEx.

Além dessa missão ofensiva, cabia, ainda, defender o restante do setor, cujo flanco direito se estendia até às margens do rio Reno. O ataque seria apoiado por uma Companhia e um Pelotão do 751º BCC, artilharia - cerca de 150 canhões de vários calibres, e algumas unidades das Forças Aéreas.

### A situação da 1ª DIE

Durante a Defensiva de Inverno, a frente ficou estagnada, não havendo por ambos os lados nenhuma ação ofensiva de vulto, como já foi abordado. Procurou-se intensificar as instruções no âmbito da FEB, tendo em vista que eram constatadas várias ações prejudiciais à eficiência das tropas brasileiras em combate, e também realizar patrulhas de reconhecimento e emboscadas, de forma a não se perder o contato com o inimigo.

Uma dessas instruções estava inclusa na Diretiva Particular nº 21 (Anexo B), a qual tinha a finalidade de tornar a tropa brasileira apta a se locomover em terreno nevado, através de um curso com skis, sapatos de neve e outros equipamentos especiais.

Essas instruções foram ministradas levando-se em conta o emprego tático dos elementos participantes (Art. VII do FM 100-5, p. 266-267), para as quais foram designados elementos selecionados das várias unidades de infantaria em linha.

Houve também, por parte da DIE, durante este período, a preocupação de impedir que elementos inimigos, lançados por paraquedas, atuassem dentro do setor defendido pela Divisão. Conforme essa preocupação, o S-3<sup>34</sup> do Regimento Sampaio expediu o Plano de Defesa contra Pára-quedistas, em 25 de janeiro de 1945, tendo em vista bloquear, inicialmente, e, em seguida, aprisionar ou destruir qualquer elemento inimigo que tivesse logrado aterrar.

34- Oficial de Operações: "principal assessor do Comandante na área das operações e emprego do Batalhão. Tem responsabilidade no planejamento, na coordenação e na sincronização das operações de combate da Unidade e dos elementos em apoio e em reforço. Coordena a expedição de ordens e planejamentos operacionais [...]" (BRASIL, 2002, p. 2-5).

35- Grupo de Combate. Menor fração de combate da infantaria. Era composto por 12 homens.

36- A Missão do Batalhão na ofensiva é cerrar sobre o inimigo para destruí-lo ou capturá-lo, empregando o fogo, o movimento e o combate aproximado" (BRASIL, 2002, p. 4-1)

Para isto, a zona de ação do Regimento foi dividida em 9 subzonas, conforme o Plano de Defesa (Anexo C), e em cada uma delas devia haver pelo menos um posto fixo de vigilância do ar (sentinelas duplas), destinado a dar o alarme por meio de apitos e também via telefone. Após o alarme, seria acionado o elemento de força, composto por um GC2<sup>35</sup> de prontidão, disposto a dar o primeiro combate aos elementos inimigos que aterrassem. Os demais elementos da Divisão começariam a atirar nos paraquedistas que ainda estivessem no ar, utilizando, principalmente, armas antiaéreas.

Em 26 de janeiro, através da Nota de Instrução nº 1 (Anexo D), a 1ª DIE baixou diretrizes para que fossem realizadas instruções sobre ofensiva<sup>36</sup>, defensiva e segurança, tendo em vista a repetição constatada de “ações prejudiciais à eficiência das tropas brasileiras no combate”.

Essas ações decorriam da não aplicação dos princípios doutrinários ou por deficiência de instrução, na maioria dos casos, ou por lamentável negligência. Porém, para o Comando da FEB não era de bom grado a ideia de que os projéteis inimigos fossem o rigoroso ensinamento, como fora, por exemplo, a ação de uma patrulha que avançava “embolada” ao norte de Piano de la Rocca, e que foi alvejada por uma arma automática que em uma só rajada fizera oito baixas.

Tantos outros foram os erros descritos nessa Nota de Instrução, a qual não cita nomes e nem Unidades, que era notória a falta de preparação e de cuidado com aspectos tão importantes quanto esses citados. Estes, junto a outros procedimentos, serviram para, além de evitar mais baixas por despreparo, manter a moral da tropa elevada e aumentar o nível do preparo operacional e intelectual, durante este período de inverno, findo o qual iniciou-se a grande ofensiva da primavera.

37-Oficial de Pessoal: "principal assessor do Comandante nos assuntos da logística de pessoal, sendo responsável pelo planejamento, coordenação e sincronização de todas as atividades logísticas e administrativas referentes ao pessoal" (BRASIL, 2002, p. 2-3).

Antes da execução da ofensiva da primavera do IV Corpo de Exército, o General Mascarenhas de Moraes ordenou que o G-1<sup>37</sup> percorresse toda a Divisão, a fim de constatar a real situação dos homens, o que originou um relatório, conforme o General Paes de Menezes (1992, p. 14):

Do chefe da 1ª Seção

Ao Sr. Chefe do Estado-Maior

Anexo 23

Relatório

I – Em cumprimento às vossas diretivas, participo-vos que nos dias quinze e dezesseis tomei contato com o Comando 1º RI, Comando dos três Batalhões, e nestes, com uma das Companhias de Fuzileiros de cada, a fim de constatar a situação real dos efetivos, a disposição de Ânimo para o previsto emprego do Regimento a partir do dia "D".

II – O 1º RI tem todas as suas unidades em boas condições de efetivo em praças, faltando insignificante número de especialistas, não existentes no Depósito de Pessoal; em oficiais, cinco subalternos que deverão chegar à frente, encaminhados por aquele órgão, antes do citado dia "D".

III – Sem exceção, em todo o regimento, Oficiais e Praças estão com firme determinação de cumprir com galhardia a missão que lhes conferirá o Comando da Divisão. Sabem que muitos terão que ficar no caminho, mas têm certeza de atingir e manter os objetivos designados. Este excelente estado de ânimo de modo mais acentuado observei no Batalhão Franklin, onde na 8ª Companhia todos os subalternos Cmts de Pelotão e todas as praças desejam ser, cada um, o primeiro a atingir a linha fixada pelo Chefe.

IV – Com o estado sanitário bom, com o aspecto físico perfeito, com a predisposição de combater para vencer, posso assegurar-vos que o 1º RI está em ótimas condições de eficiência para o desempenho de qualquer missão neste Teatro.

38- A realização de um ataque coordenado exige tempo suficiente para permitir o planejamento completo e minucioso da operação, a execução de reconhecimentos detalhados, a transmissão de ordens e outras providências necessárias ao seu desencadeamento" (BRASIL, 2002, p. 4-15).

V – Adianto-vos também que é essa a situação de todos os demais Regimentos e todas as Unidades de outras Armas.

(a) JOÃO DA COSTA BRAGA JUNIOR

Ten Cel Chefe da 1ª Seção

Este relatório foi feito tendo como base as Previsões sobre a conduta a manter naquele Subsetor da 1ª DIE, em 31 de janeiro de 1945. O estágio em que a guerra se encontrava fazia com que os Chefes devessem pensar em três hipóteses, acerca dos acontecimentos:

- 1- Ter de iniciar um movimento para frente, seja por retraimento voluntário do inimigo, seja para romper com suas resistências;
- 2- Ter de efetuar uma retirada, sob pressão do inimigo, que em desespero de causa, queira obter sucessos, embora mais para efeitos psicológicos internos;
- 3- Terminada a guerra, de um momento para outro, com as suas conseqüências naturais, como: grande número de prisioneiros e material.

Das três hipóteses apontadas, a que ocorreu foi a primeira, e, neste caso, os RI deveriam estar em condições de moverem-se para frente, ao primeiro sinal, através de um ataque coordenado<sup>38</sup> pelo Escalão Superior, e, para isto, deveriam estar com suas tropas com moral elevado, tendo por finalidade a conquista das elevações que se encontravam à frente da Divisão.

Após ter sido verificada a situação da tropa e as instruções estarem sendo ministradas, conforme os Quadros de Trabalhos Semanais, finalmente os brasileiros estavam prontos para fazer o ataque, e veio então a ordem de atacar as elevações que dominavam a rodovia SS 64 (FIGURA 5), as quais impediam o prosseguimento do V Exército para o norte.

Foi expedida então a Ordem Geral de Operações nº 8, de 18 de fevereiro de 1945 (Anexo F), pelo Regimento Sampaio, na qual foram confirmadas as ordens verbais

referentes à substituição realizada antes do ataque de 21 de fevereiro.

A missão do Regimento, até então, era ligar-se intimamente a W com a 45<sup>th</sup> Task Force, exercendo ativa vigilância na linha: ravina Sul de Mazzancana – C. di Corazza – 744 – C. Vitteline, e mantendo fortemente as regiões de Gaggio Montano e Guanella, de forma a impedir toda a progressão inimiga seguindo o vale do arroio Libberaccio.

Para cumprir essa missão, o 1<sup>o</sup> RI manteve o seguinte dispositivo: Quartirão W: I Btl, Quartirão L: III Btl, tendo como limite entre os Quartirões o arroio Libberaccio (inclusive. para o I Btl.), e mantendo como Reserva<sup>39</sup> o II Btl, na região de Crociale.

A substituição ocorreu da seguinte forma, conforme OGO n<sup>o</sup> 8:

(Noite de 17/18):

- a) O I Btl. substituiu os elementos do I/11<sup>o</sup> RI dentro dos limites de seu Quartirão, assumindo o comando do mesmo.
- b) O III Btl. substituiu, com uma Cia Fzo e um Pel Mtr., os elementos da Segunda Cia do 11<sup>o</sup> RI entre Le Roncolle e Cse. Guanella (incl.). Esses elementos permaneceram sob o comando do I/11<sup>o</sup> RI.

(Noite de 18/19):

- a) Conclusão da substituição, pelo III Btl, dos elementos do I/11<sup>o</sup> RI dentro dos limites do Quartirão daquele.
- b) Deslocamento do II Btl para a região de Crociale.



Figura 5 Localização da Rodovia SS 64 (Porretana)  
FONTE: o Autor

39- Parte da força mantida sob o controle do comandante, que se constitui no seu principal meio de intervenção no combate, proporcionando flexibilidade e segurança à manobra. “Deve estar localizada de modo a facilitar seu emprego na zona de ação do ataque principal, e proporcionar segurança à manobra do Batalhão” (BRASIL, 2002, p. 4-27).

c) Movimentos realizados a partir das dezenove horas, tendo sido terminados às seis horas e trinta minutos do dia seguinte.

Cumprida a ordem da substituição, as peças de manobra da 1ª DIE estavam prontas para cumprir a próxima missão na nova fase de operações: a ofensiva da primavera e, conseqüentemente, a conquista de Monte Castello.

Desta forma, foi levantada a situação em que se encontravam toda a 1ª DIE e o 1º RI, referente aos seguintes aspectos: instrução, dispositivo e moral da tropa, que estavam bem melhores em relação aos primeiros ataques realizados ao final de 1944. Assim, cumpre-se o primeiro dos objetivos específicos estabelecidos para este estudo, descrevendo a situação geral de como se encontrava a frente de combate ao final do inverno europeu.

## 2.12 A missão

Para que fique entendida a missão atribuída ao Batalhão Syzeno, estão enunciadas, também, as missões da 1ª DIE e do 1º RI, que são os dois Escalões enquadrantes desta unidade, corroborando as palavras da EsAO (2004, p. 17), que descreve como uma “técnica que auxilia [...] na compreensão de como a missão da unidade se encaixa no conceito da operação do escalão superior [...]”

Desta forma, a missão da 1ª DIE (dois escalões acima) era, de acordo com o § III da OGO nº 20 (Anexo G), de 18 de fevereiro de 1945:

em ligação estreita com a 10ª Div Mth, que conquistará M. Belvedere – M. Della Torraccia, capturar M. Castelo e a região Roncovecchio – La Serra – Seneveglio, realizando também uma ação diversionária pelo fogo, ao norte da linha Livorno – 1027, até que a 10ª Div Mth atinja a cota 1053. (Grifo nosso).



Essa missão consistia basicamente em atacar, para conquistar e manter, o Monte Castello, e a região de Roncovecchio-La Serra-Seneveglio. Também devia fazer uma ação diversionária, de forma a iludir o inimigo quanto ao ataque principal, na região do corredor da localidade de Abetaia. Tudo com a finalidade de permitir ao IV CEx a conquista das elevações que pelo norte dominam a rodovia SS 64, abrindo o prosseguimento para o norte da Itália, conforme Figura 6.

Já ao 1º RI (um escalão acima) coube a seguinte missão, de acordo com o § III da OGO nº 9 (Anexo H):

em ligação permanente com a 10ª Div Mth a W, e com o II/11º RI a E, na Direção geral Gaggio Montano – 977 (Monte Castello) – La Serra, deverá, mediante ordem superior:

- ultrapassando elementos da 10ª Div Mth, na região de Mazzancana, conquistar a região de 875 – Fornace (O1);
- progredindo pela crista sul de Mallandrone e, em combinação, pelo Eixo Le Roncole – 877, apoderar-se da linha Mallandrone (localidade – Cavrulo – Valle (O2));
- progredindo pelo norte do Marano, atingir a linha Roncovecchio – Seneveglio (O3);
- manter a todo o custo os objetivos conquistados. (Grifo nosso).

Para o 1º RI, a missão era conquistar e manter a região de 875-Fornace, e também a localidade de Mallandrone-Cavrulo-Vale do Mallandrone, atingindo a linha Roncovecchio-Seneveglio, a qual balizava o prosseguimento das ações. Tudo com a finalidade de permitir à 1ª DIE a conquista e manutenção do Monte Castello e da região Roncovecchio–La Serra–Seneveglio.

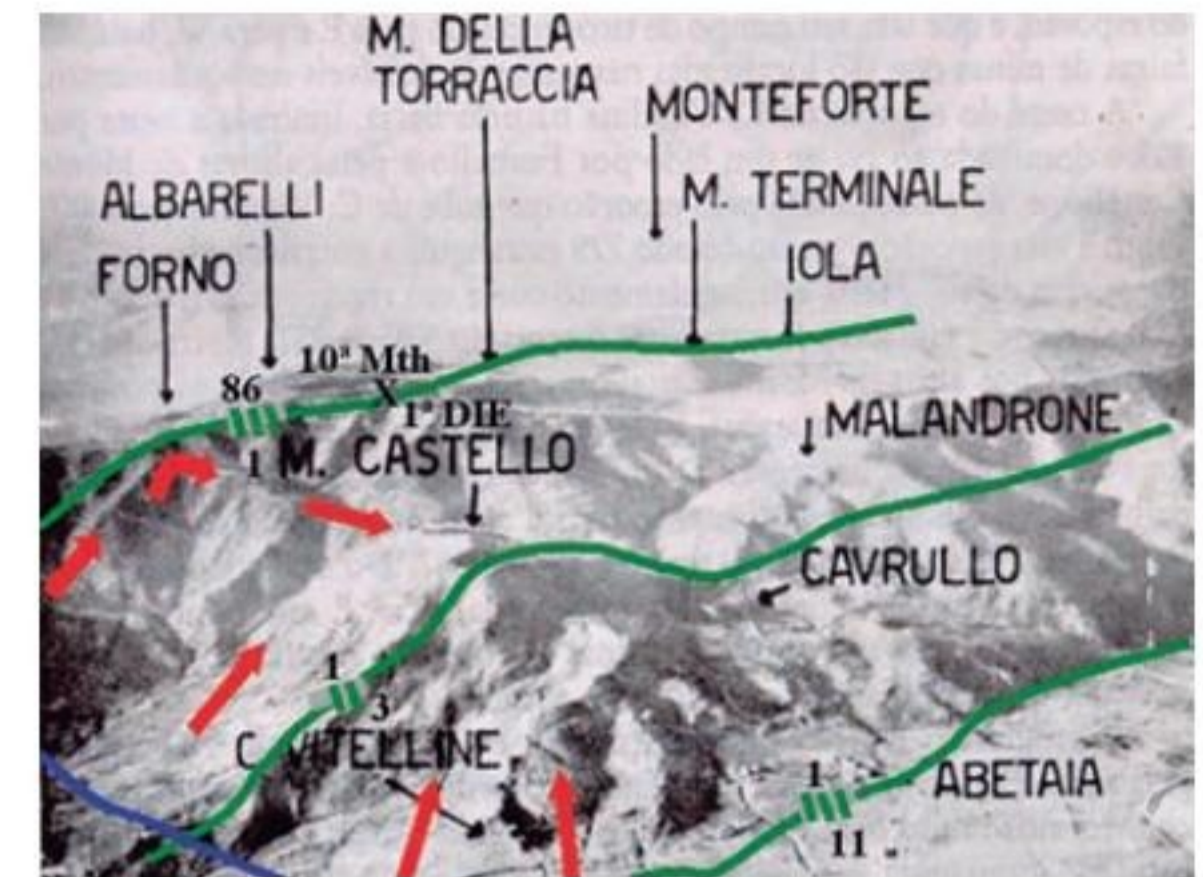


Figura 6- Esquema de manobra da 1ª DIE e MTH para o 4º ataque a Castelo.Gorgolesco e Della Torraccia. Fonte: Palestra ministrada para a EsAO pelo Coronel R/1 Sérgio, em fevereiro de 2005.

Durante esta operação, o Regimento Sampaio ficou interposto pelas seguintes tropas, também conforme OGO nº 8:

- 1) A W pela 10ª Div Mth, que progredirá pela crista de Belvedere – M. della Torraccia, que conquistará sucessivamente: cota 1053 – Mazzancana; cota 1036 e Morro della Torraccia.
- 2) A E pelo II/11 RI, na região de Falfare, de onde realizará ação diversionária contra as posições alemãs do corredor de Abetaia, particularmente as de M. Caselline e La Serra, cessando a inquietação após ter sido atingido O1.

Por fim, o II Batalhão (escalão deste estudo) teve por missão, de acordo com a Ordem Geral de Operações nº 6, de 19 de fevereiro de 1945 (Anexo I), do II Btl:

inicialmente, em reserva do RI, região de Crociale – C. Fauro – M. di Gaggio, ocupará, mediante ordem superior, a linha de contato atual com 1 Cia em La Grilla, 1 em Cá di Berto, e 1 no Km 14, em condições de:

- intervir na conquista de O1 em benefício do I Btl;
- reforçar ou ultrapassar o III Btl, na conquista de O2;
- conquistar O3, que deverá manter a todo custo;
- seus morteiros devem estar em condições de apoiar:
  - o I Btl, na conquista de O1;
  - o III Btl, na conquista de O2. (Grifo nosso).

O Batalhão Syzeno ficou com a missão inicial de compor a reserva do Regimento, mantendo suas companhias localizadas conforme extrato supra, de forma a poder intervir na conquista de 875-Fornace (O1), reforçar ou ultrapassar na conquista de localidade de

Mallandrone-Cavrulo-Vale do Mallandrone (O2), e conquistar a linha Roncovecchio-Seneveglio, a qual permitia o prosseguimento da conquista de todo o conjunto topotático que domina a rodovia SS 64. Tudo com a finalidade de permitir ao 1º RI a conquista e manutenção de 875-Fornace, a localidade de Mallandrone-Cavrulo-Vale do Mallandrone, e a linha Roncovecchio-Seneveglio.

Desta forma, foram descritas as missões dos dois escalões enquadrantes, e do próprio Batalhão Syzeno, objeto deste estudo, respondendo ao primeiro dos objetivos específicos propostos neste estudo.

### O inimigo

A análise dos fatores da ordem de batalha do inimigo constitui um outro objetivo específico deste estudo. Desta forma, pelos estudos do inimigo, feitos pelo G-2<sup>40</sup>, e calcos do dispositivo do inimigo, existentes no acervo histórico do Regimento Sampaio, pôde-se fazer uma avaliação para a montagem de um banco de dados sobre o inimigo existente na zona de ação da 1ª DIE, localizada entre os rios Panaro e Reno.

A organização das defesas inimigas da região de Monte Castello, de acordo com a Cópia do Estudo sobre o inimigo feito pelo G-2 (Anexo J), de 8 de dezembro de 1944, realizado para o ataque de 12 de dezembro, fazia parte de uma Área de Defesa que provavelmente se prolongava para o norte e englobava também Mallandrone, Bella Vista e La Serra.

O Monte Della Torraccia parecia não englobar a mesma Área de Defesa, de acordo com o mesmo estudo, pois o inimigo possuía poucos locais de tiro<sup>41</sup> que estavam direcionados para direção leste, ou seja, Castelo. Entretanto, se Castelo fosse tomado, tudo indicava que o inimigo defenderia tenazmente Della Torraccia, procurando restabelecer sua posição comprometida.

40 - Oficial de Inteligência do Estado-Maior da 1ª DIE, Tenente-Coronel Amaury Krueh. Função conhecida atualmente como E-2. O E-2/S-2 é o "principal assessor do Comandante quanto ao Sistema Inteligência, sendo responsável pelo planejamento, coordenação e sincronização das atividades afetas ao sistema" (BRASIL, 2002, p. 2-3).

8 Posições de tiro.

41 - Posições de tiro.

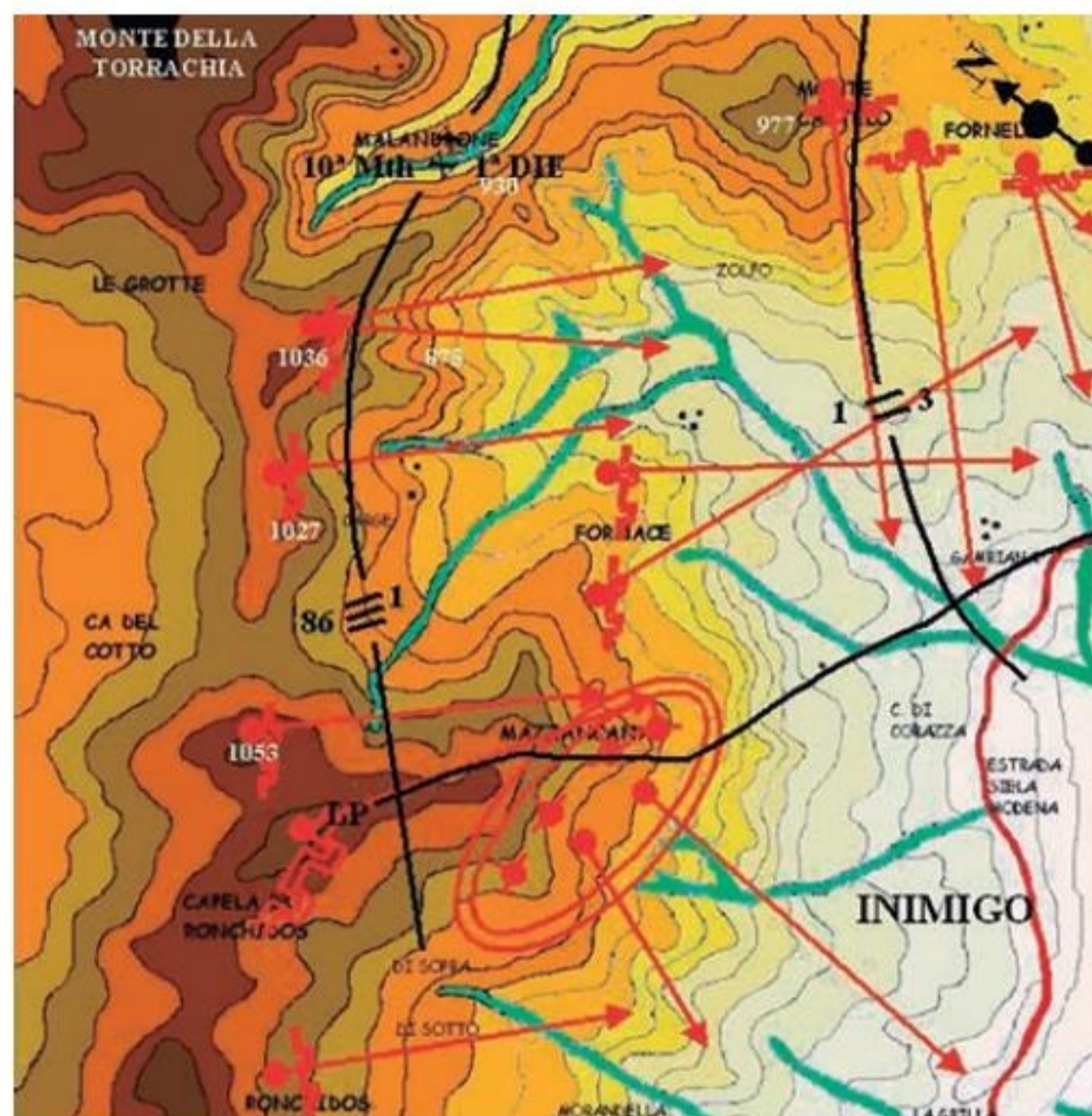


Figura 7 - Posições Inimigas no Setor de Monte Castello.  
 Fonte: Palestra ministrada para a EsAO pelo Coronel R/1 Sérgio, em fevereiro de 2005.

O inimigo presente nesta zona de ação já era conhecido da 1ª DIE: a 232ª Divisão de Infantaria. Monte Castello era ocupado por elementos do 1044º Regimento de Infantaria. O G-2 da Divisão levantou que, em Monte Castello, havia o valor aproximado de duas Companhias, provavelmente a 1ª e a 2ª Companhias. Havia reforços: canhões autopropulsados antitanque, e carros de combate, em pequeno número, que foram assinalados na área desde os primeiros ataques.

Alguns locais de tiro haviam sido recentemente preparados na encosta sul da cota 977 (Castelo), e também posições de entrincheiramento no topo e logo ao norte da elevação, de acordo com levantamento fotográfico feito no dia 5 de dezembro, conforme documento do G-2.

Ao longo da crista entre norte de Monte Castello e sul do Monte Della Torraccia havia diversas posições defensivas assinaladas, ainda posições de tiro para metralhadoras e possivelmente de morteiros, sendo que estas foram construídas após o último ataque realizado, tendo em vista os alemães perceberem a intenção dos aliados em conquistar aquelas elevações.

Para a defesa da região de C. Vitteline havia casas preparadas, possuindo locais de tiro preparados, posições de metralhadoras e posições de trincheiras com locais de tiro. A crista que ligava Vitteline ao ponto cotado de 977 possuía poucos locais de tiro, porém havia uma possível posição de morteiros. Para se ter uma ideia das posições inimigas no terreno, elas foram colocadas na Figura 7.

Não foi possível saber exatamente qual era a tropa inimiga que ocupava a região de Bellavista e Monte della Casellina, que parecia estar fora do

subsetor do 1044° RI. Suspeitava-se que lá estavam elementos do 4° Batalhão de Montanha alemão. Essa era a tropa inimiga em contato.

Quanto às reservas, estavam assinalados: I/1.045° RI em Somelano (cerca de 10km ao N), o I/1.043° RI em Santa Lúcia (cerca de 20km NE); e o 232° Batalhão de Fuzileiros, um pouco mais afastado (cerca de 25 km a W). Esses três Batalhões poderiam atuar em prazo relativamente curto, na frente da Divisão, reforçando as posições inimigas ou, mais provavelmente, em contra-ataque, para retomar possíveis posições perdidas pela tropa em contato.

Nessa frente, o inimigo não tinha cessado de trabalhar na organização do terreno durante o inverno e, conforme esclareceu o G-2, tinham melhorado os locais de tiro, dotando muitos deles de proteção vertical. Tinham ainda executado novas organizações, não apenas ao longo da frente, como também na profundidade da posição defensiva. A melhoria das posições inimigas veio confirmar as observações (patrulhas e observação aérea) durante a defensiva de inverno.

Nesse período, o inimigo defendeu uma posição de resistência cujo limite anterior englobava as cristas dos Montes Belvedere e Castelo, as encostas a sudeste das elevações Bella Vista, La Serra, Merlano, Varia di Sotto, Pietra Colora, Monte Della Croce e Castelnuovo, conforme Ordem Geral de Operações nº 15 da 1ª DIE, datada de 30 de dezembro de 1944.

Grande parte dessa posição defensiva estava coberta por uma linha de postos avançados (P.A.), com missão de resistência inicial. A essa época, não estavam empenhados os I e II Batalhões do 1043° RI, o que dava ao inimigo a possibilidade de executar ações ofensivas locais.

A atividade da infantaria alemã, durante esse período, foi muito leve; a da artilharia e morteiros foi variável, algumas vezes intensificando seus bombardeios; nos últimos dias, entretanto, tinha desenvolvido uma atividade abaixo de leve, sendo insignificante o número de tiros dados diariamente, tanto sobre as tropas em contato quanto sobre as retaguardas. O G-2 julgou provável que o inimigo suspeitasse do ataque e estava economizando munições, procurando aumentar seus depósitos, para fazer face ao ataque aliado.

Os alemães também estavam empregando, em grande número, agentes secretos, conforme Nota de Serviço do S-2 e S-3 do 1º RI, datada de 6 de janeiro de 1945. Todas as semanas infiltravam-se na retaguarda da DIE cerca de dois a três agentes, pois a região preferida pelos alemães para a entrada desses elementos era a do Vale do Marano, conforme declaração de espiões confessos.

Um dos métodos mais utilizados era introduzir elementos durante a evacuação de uma localidade, quando os habitantes eram transpostos para o lado aliado. Nessa Nota de Serviço era recomendado aos Batalhões do 1º RI a maior atenção possível sobre este assunto, afim de que nenhum espião mais escapasse.

Por fim, o conhecimento da defesa inimiga, sua disposição, suas organizações, inclusive numerosas posições de tiro a casamatas, as minas, as armadilhas, a vigilância e a situação topotática leva-nos a avaliar as possibilidades de oferecer grande resistência naquelas posições, e deter, com seu fogo, as tropas que tentassem conquistá-las.

Ainda, é necessário falar sobre a notória disponibilidade do poder de fogo da metralhadora alemã, em relação ao das armas dos brasileiros e dos americanos, pois o grupo de combate americano típico tinha 12 homens, um dos quais carregava uma arma híbrida, o BAR (semelhante ao Fuzil Automático Pesado), que era um misto de fuzil pesado e metralhadora leve. Dispunha de um carregador para apenas 20 tiros, e sua cadência de

tiro máxima era de 600 tiros por minuto. Os outros soldados tinham fuzis, geralmente o excelente Garand M-1, mas, às vezes (como muitos brasileiros), o mais antigo Springfield. Para os americanos, o fogo combinado dos fuzis apoiados pelo BAR era a chave do combate de infantaria.

Já os alemães tinham grupos de combate menores, de nove homens, mas o seu ponto focal era o operador da MG 34 ou MG 42 (Lurdinhas<sup>42</sup>). O resto carregava ou submetralhadoras (como o chefe do grupo) ou fuzis. Isso dava às unidades alemãs um tamanho incontestavelmente maior de poder de fogo.

Em 1944, os 193 homens da companhia média de fuzileiros americanos eram apoiados por duas metralhadoras, além de nove BAR. Em dramático contraste, uma companhia alemã de 142 homens tinha 15 metralhadoras, mais 28 submetralhadoras, todas distribuídas integralmente dentro de cada grupo de combate. (GUTTMAN, 1992 apud BONALUME NETO, 1995, P. 85)

As MGs alemãs causaram tamanho impacto nos americanos que de início eles tentaram copiá-las, porém não deu certo, e, em 1957, eles introduziram um modelo próprio de metralhadora de emprego múltiplo, a M-60, que foi largamente empregada na guerra do Vietnã.

Um outro fator de comparação é o poder de fogo dos morteiros. Conforme Nota do Serviço de Contra Morteiros (Anexo M), o número aproximado de morteiros 81 mm de um Batalhão de Fuzileiros pertencente a uma Divisão de Infantaria alemã era de 36 peças, contra apenas aproximadamente 12 na organização americana. Ora, com tamanha diferença no poder de fogo entre as unidades alemãs e brasileiras (americanas), aliada a posições de comando, não é de se estranhar que os primeiros ataques ao Castelo tenham sido facilmente rechaçados, sendo conquistado apenas quando duas Divisões inteiras partiram para o ataque, com apoio da artilharia e da aviação.

42 - As "lurdinhas" estavam presentes em boa parte do sucesso alemão, pois "revolucionaram o combate de infantaria na Segunda Guerra, tornando-se os protótipos das metralhadoras modernas de emprego múltiplo. A sua existência em grande número nas Forças Armadas alemãs deve-se, ironicamente, aos Aliados de 1914-1918" (BONALUME NETO, 1995, p. 85).

Essa conquista, que culminou com a conquista do monte Della Spe pelos montanheses, e de Castelnuovo pelos brasileiros, constituiu um sucesso não somente pelo terreno conquistado, mas, principalmente, porque deslocou rapidamente para frente brasileira três das melhores Divisões inimigas disponíveis, inclusive uma das duas únicas que constituíam uma reserva móvel. “Tornou-se claro que Von Vietinghoff, que havia substituído Kesselring no comando do Grupo de Exércitos C, entrara em dúvida quanto à sua capacidade de defender o terreno entre os rios Reno e Panaro” (GENERAL CRITTENBERGER, 1952, p. 24).

As informações relativas ao inimigo eram consideradas tão importantes que foi expedida uma Nota de Serviço do Estado-Maior da 1ª DIE, datada de 10 de janeiro de 1945 (Anexo N), referente às informações que o S-2 deveria prestar, e que estavam atreladas à rigidez de fórmulas, o que dificultava selecionar os assuntos atinentes e denotava a demora do envio para o escalão superior.

De acordo com este documento, “o S-2 deve informar todos os acontecimentos e atividades relativos ao inimigo e os efeitos da ação da tropa amiga sobre o adversário”. O documento foi expedido tendo em vista que as informações que eram de interesse da 2ª e 3ª Seções tinham um aspecto de associação, e que o S-2 e o S-3 deviam trabalhar justapostos, a fim de constituir única solução admissível no Estado-Maior, sem haver perda de tempo.

### O terreno

O terreno constitui-se em mais um dos objetivos específicos, tendo como resultado de sua análise os efeitos dele e das condições meteorológicas sobre as operações militares, levantando caminhos para o objetivo (vias de acesso), áreas que restringem o movimento, condições de trafegabilidade, pontes, etc.



Desta forma, o Morro do Castelo pode ser representado esquematicamente como uma crista em forma de ferradura, com a extremidade norte ligando-se à elevação 977, e com a extremidade sul ao norte de C. Vitteline, conforme documento do G-2 “Estudo sobre o inimigo”.

De C.Vitteline havia uma trilha que seguia para o norte, que se bifurcava nas proximidades do ponto 887. Após a bifurcação, um dos caminhos seguia para uma depressão, a oeste, e o outro seguia para 977.

As cristas canalizavam o ataque para Castelo e eram estreitas e sem valor topotático para a infantaria, o que não tornava fácil manter as posições conquistadas durante o ataque, e enquanto a elevação 977 não fosse conquistada e mantida, o inimigo teria facilidade em deter as tropas pelo fogo ou repeli-las com contra-ataques partidos de lá.

Conforme o estudo, “a elevação 977 parece ser a chave que abra as portas para a conquista e manutenção inicial do M. CASTELO”. As estradas e caminhos existentes permitiam reforçar as posições de Castelo utilizando contra-ataques com reservas partindo das contraencostas de Monte Belvedere e Monte Della Torraccia.

A linha de partida era balizada por Gambiana e 745, além da linha de contato atual, salvo em 745. Aí não haveria problema. Todo o terreno era bem conhecido e as patrulhas não tinham encontrado o inimigo em posição nessa linha. Por lá, só tinham chegado pequenas patrulhas alemãs. E a ocupação dessa Linha de Partida (LP) processar-se-ia enquanto o Batalhão Uzeda estivesse ultrapassando tropas americanas e progredindo sobre o seu primeiro objetivo (Fornace – 875);

Uma zona de ação limitada a W por uma linha que, inicialmente, liberava pequena área a W do rio Liberaccio, até 718 e 750, que ficaram na faixa de terreno do Batalhão; daí em

diante, o limite entre o Batalhão Franklin e o Batalhão Uzeda foi uma linha imaginária que, seguindo para NE, deixava as pedreiras da encosta W de Castelo na zona de ação do Batalhão Franklin, ultrapassando a crista, dando os dois pontos alemães de costa acima de 975 metros (um menos amplo, onde está o ponto culminante – 977 – e o outro, maior, que é ligeiramente mais baixo, do lado oeste) ao Batalhão Franklin, e daí, vencendo a crista iria ter à ravina a sudeste da ponte de Mallandrone. Do lado leste, Cse. Guanella estava na zona de ação do Batalhão Franklin; mas estavam excluídos La Ca', as casas SW de Abetaia, a localidade de Abetaia e o bico da estrada para Bombiana, bico esse onde se encontrava um pequeno oratório (ponto cotado 774), estes sendo da zona de ação do Batalhão do 11º RI.

A análise dessa zona de ação obriga a cuidados especiais. A leste não haveria problemas. O Batalhão Ramagem não tinha a missão de avançar simultaneamente com o Batalhão Franklin. Seus movimentos seriam consequência deste último, a ligação era estreita, até mesmo pela vista. Mas do lado W era necessária atenção constante, pois as direções dos dois Batalhões (I e III) convergiam sobre Monte Castello, e os movimentos do I Batalhão seriam de W para L, e os do III Batalhão seriam de SW para NE, em faixa relativamente larga.

Em final de manobra, praticamente, o avanço do Batalhão Uzeda não seria visto pelo Batalhão Franklin, que estaria progredindo ao sul da crista. Foi necessário muito cuidado para evitar que os tiros do III Batalhão, não encristando, se projetassem sobre o Batalhão Uzeda. E porque as tropas do III Batalhão, progredindo pelo compartimento de Fornello, na direção dos altos de Monte Castello, no mamelão de W, principalmente, ao desembocarem do outro lado da crista certamente iriam encontrar elementos do Batalhão Uzeda (ou vice-versa).

Isso, em fim de combate, seria perigosíssimo, pela natural confusão desses momentos, conseqüentemente, os fogos e os movimentos do III Batalhão deveriam ser orientados

para NE e, mesmo assim, a progressão seria muito cuidadosa, para que o encontro se revestisse de segurança.

### Os meios

Neste subitem, foram analisados os fatores que auxiliaram na compreensão do sucesso da força atacante, destacando os meios em reforço empregados para dar uma maior profundidade ao combate.

Estes meios levantados são os orgânicos do Batalhão Syzeno (peças de manobra), e também os de apoio. Conforme OGO nº 6, do II Batalhão, § V, o dispositivo adotado pelas peças de manobra do II Btl seria o seguinte, para a realização do ataque de 21 de fevereiro:

- 6ª Cia (esquerda)
  - deverá atacar e conquistar 958 e La Serra e posteriormente Roncovecchio e 788, onde deverá organizar-se face à 832 e manter a todo o custo o objetivo conquistado.
  - direção de ataque: 907-788.
  - azimute: a determinar.
  - limite esquerdo: o do Btl.
  - limite direito: La Serra (incl); confluência do arroio a SE de 788 (incl).
- 4ª Cia (direita)
  - deverá atacar e conquistar espigão leste de 884 e cota 687 e posteriormente garupa no norte de Seneveglio e quatro casas de 661, onde deverá organizar-se face à Oratº delle Sassane, e manter a todo o custo o objetivo conquistado.

43 - São os fogos desencadeados por armas, para auxiliar ou proteger uma unidade em combate. Era composto por fogos orgânicos (obus 105 mm, morteiro 60 e 81 mm e canhão anticarro 57 mm), e de artilharia (obuses 105 e 155 mm).

- direção de ataque: Morro della Caselina e três casas de Oratório.
- azimute: a determinar.
- limite direito: o do Btl.
- limite esquerdo: La Serra (escl); confluência do arroio (E).
- 5ª Cia (em reserva)
- na região da ravina sul de 977 (Morro do Castelo), deslocar-se-á mediante ordem na esteira da 6ª Cia, em condições de secundar o esforço da 6ª Cia e ultrapassá-la, se necessário.

De acordo com a mesma OGO nº 6, § VII, o apoio de fogo<sup>43</sup> foi o seguinte:

1) Artilharia:

- dois Grupos, acrescidos com as Cias de Obuzes do 11 RI e 1º RI, farão apoio direto ao nosso Btl no ataque de O3, com a totalidade de seus meios.

2) Infantaria:

- nosso Btl contará, além da base de fogos organizada pela C.PP.II em Morro do Castelo, mais ainda com a base de fogos do III/1º RI e com tiros de morteiro do I/1º RI e com um pelotão de metralhadoras .50 na região de Livorno e Casa M. de Bombiana.

-A C.C.A.C. a W de Valle, apoiará nosso Btl, atirando, principalmente, nas resistências que se revelem em La Serra.

A artilharia, de acordo com a OGO nº 9, § VIII, além de dar o I e o II Grupos em apoio direto ao II Btl para conquista de O3, tinha o III Grupo (menos uma Bateria) e o IV Grupo em ação de conjunto, atuando em prol de todo o Regimento.

Do dia 20 para 21 de fevereiro, conforme Boletim de Informações nº 109 (Anexo O), de 21 de fevereiro de 1945, foram cumpridas as missões descritas abaixo:

Foram cumpridas 223 missões, a saber, manutenção de neutralização 4, contra-bateria 20, contra-morteiro 75, contra-metralhadora 12, contra-pontos fortes 60, contra-tropa 17, reguladores 19, inquietações 14.

[...]

Foram consumidos 4138 tiros.

44- Posto de Comando: "local onde se instala o comando da unidade para planejar e conduzir as operações. Nele são reunidos os meios necessários ao exercício do comando, incluindo a coordenação e controle dos elementos de combate e apoio" (BRASIL, 2002, p. 2-11).

Já conforme Boletim de Informações nº 111 (Anexo P), de 23 de fevereiro de 1945, do EM da 1ª DIE, item 4, § 2º, foram cumpridas as seguintes missões de artilharia durante o ataque de 21 de fevereiro:

Foram cumpridas 55 missões, a saber: regulações 14, inquietações 13, c/bia. 16, c/mrt. 5, c/pontos fortes 3, c/ PC e PO 1, c/tanks 1, c/viaturas 2.

[...]

Foram consumidos 1658 tiros.

Desta maneira ficou caracterizado o apoio de artilharia prestado à conquista do Monte Castello ao Regimento Sampaio, desde o dia anterior ao ataque até a conquista do objetivo.

Já o Posto de Comando<sup>44</sup> do II Btl, Conforme OGO nº 6, § IX, ocupou, sucessivamente, Crociale – Ca' di Toschi – 803 – Morro Casellina. As ligações entre as Companhias e o Batalhão foram feitas via telefone e mensageiro antes do ataque. Após o ataque, além daqueles meios, o rádio.

O remuniamento, conforme § X, foi feito inicialmente em Crociale e, posteriormente, em Belaria e o Posto de Socorro, conforme § XI, foi localizado inicialmente em Crociale e posteriormente em Ca' di Toschi.

De acordo com a OGO nº 9, § III, nº 2, o 1º RI "será acompanhado por uma Cia do 9º BE, com missão de reforçar os elementos de limpeza do escalão de ataque e limpar a

retaguarda desse escalão”. A Companhia designada para cumprir esta missão de acompanhamento foi a 1ª/9º BE, conforme OGO nº 20, da 1ª DIE.

Esta Companhia de Engenharia acompanhou o ataque do 1º RI com a missão de:

- a) limpar o caminho entre Gaggio Montano e Capella di Rochidos e a estrada asfaltada entre Gaggio Montano e La Ca;
- b) limpar uma faixa de terreno na direção de Ca di Toschi – C. Vitelline – 887 – Monte della Caselina – M. Seneveglio;
- c) limpar uma faixa na direção La Casona - Le Roncole – 803 – 977 – Malandrone – La Serra.

Conforme Boletim de Informações nº 111, item 4, § 3º, foram cumpridas as seguintes missões pela engenharia durante o ataque de 21:

Detecção de estrada entre L550167 e L 554182; limpa de minas.

Detecção de estrada entre L573173 e L 573189; limpa de minas.

Detecção de estrada entre L579183 e L 579189; limpa de minas.

Detectada a estrada CÁ DI CHEI-LE RONCOLE-LA CÁ-ABETAIA.

Construída Bailey-bridge, TS, classe 24, em 130' [...]

Construída Bailey-bridge, TS, classe 30, em 120' [...]

Retiradas 15 minas M1-A1 em L 5785.1860

Retiradas 9 minas teller-mines nº 3 em L 5785.1885

Retiradas 19 minas M1-A1 em L 5760.1827

Retirada da casa em L 579183, BOOBY-TRAP com igneter tração e um flare-light.

Retiradas 9 minas teller-mines nº 2 em L 578189  
(Est. BOMBIANA- ABETAIA).

Retirados 2 booby-trap de uma casa em L 585184.

[...]

Reparação de estrada de L 588147 para L 586183

Reparação de estrada de L 583173 para L 579176

Reparação de estrada de L 588163 para L 584172

Conservação total de 4 milhas de estradas.

45- forma de estacionamento de tropa utilizada a fim de evitar os meios de detecção do inimigo e atribuir maior rapidez na ocupação e desocupação da área.

## 2.16. O encadeamento das ações

Por fim, como último objetivo específico, foi analisada a sequência das ações do Batalhão Syzeno, desde seu deslocamento para a região de destino. De acordo com a Ordem de Movimentado II/1º RI, de 18 de fevereiro de 1945 (Anexo Q), e o Relatório de Combate do Regimento Sampaio (Anexo R), o II Batalhão deslocou-se de Porretta para a região de Gaggio Montano, onde acantonou para as ulteriores operações.

O deslocamento foi feito a partir das 21 horas, com a seguinte ordem na coluna de marcha: 6ª Cia, 5ª Cia, 4ª Cia, C.C.II e C.P.P.II. A marcha foi realizada com escurecimento total das luzes por meio de 18 caminhões, finda a qual foram ocupadas as seguintes posições de acantonamento<sup>45</sup>: Lastra Rossa – C.P.P.II, Crocialle – C.C.II, Corelalle – 4ª Cia, Morro di Gaggio – 5ª Cia, C. Fauro – 6ª Cia, e Crocialle – PC do Btl.

Ocupadas as posições, o II Batalhão recebeu a missão inicial de ficar em reserva no ataque do 1º RI, e a ideia da manobra, para a conquista de O3, de acordo com a OGO nº 6, do II Btl, era “tomar pé rapidamente em 958 de modo a facilitar o movimento da direita, e daí fazer um esforço conjunto sobre o objetivo final”.

Para tal, por ocasião da conquista de O1, a 5ª Cia deveria ficar em condições de se deslocar para a região de La Grilla, mediante ordem, onde passaria à disposição do I/1º RI, para cooperar na conquista do objetivo daquele Batalhão.

Por ocasião da conquista de O2, o II Batalhão, menos a 5ª Cia, deveria ficar em condições de se deslocar, mediante ordem, a fim de reforçar ou ultrapassar o III Batalhão na conquista de O3. A 6ª Cia deveria deslocar-se para a região de Ca’ di Berto, onde deveria ocupar as posições deixadas pela 8ª Cia. A 4ª Cia deveria deslocar-se para a região do km 14, onde deveria ocupar as posições deixadas pela 7ª Cia.

Para o ataque a O3, a base de partida foi a linha de contato do III/1º RI em Morro do Castelo. A ocupação da base de partida foi feita mediante ordem superior, não havendo preparação de artilharia, entretanto foram feitos bombardeios de inquietação, tendo em vista desorganizar o sistema de defesa.

O ataque de O3 deveria ser simultâneo com o da 10ª Div Mth às posições de Cimon della Piella. Caso o inimigo se apresentasse muito enfraquecido ou desorganizado, ou no caso de abandonar as posições, o ritmo do ataque poderia ser acelerado e menos dependente da 10ª Div Mth, tudo mediante informação superior.

De acordo com a OGO nº 20, da 1ª DIE, as condições de execução do ataque seriam, conforme § VII, inciso 1º, no dia D e na hora H. Este dia e hora foram finalmente divulgados



conforme documento Top Secret da 3ª seção do E.M. da 1ª DIE (Anexo S), de 19 de fevereiro de 1945:

I – O dia 19 (dezenove) de fevereiro passa a ser o dia D [...]

II – O dispositivo de ataque do 1º RI deve estar realizado às 0500 (cinco) horas do dia 20 (vinte) de fevereiro. [...].

As ações que sucederam foram escritas na Parte de Combate do II Btl, de 3 de março de 1945, referente ao ataque ao Monte Castello (Anexo T).

De acordo com a Ordem de Operações nº 8, do Cmt do Regimento Sampaio, o Batalhão deslocou-se de Porretta para a região de Crociale, onde acantonou. O movimento foi iniciado na noite do dia 18, estando terminado às 6 horas do dia 19. As Subunidades ficaram assim localizadas:

4ª Cia	-	Crociale
5ª Cia	-	C. Fauro
6ª Cia	-	Mº de Gaggio
C.P.P.II	-	Lastra Rosa
C.C.II e P.C.	-	Crociale.

Durante a permanência do Batalhão naquela região, ele foi várias vezes atacado por bombardeio de artilharia e morteiros, tendo sido o PC atingido por 3 granadas, matando 1 sargento e 1 soldado e ferindo outros 2 soldados. Neste dia, caíram na zona de reunião do Batalhão cerca de 200 granadas de artilharia e morteiro, principalmente nas imediações do Posto de Comando (PC).

No dia 20, às 15 horas e 40 minutos, a 5ª Cia deslocou-se para a região de La Grilla, zona de reunião escolhida para o ataque, onde acantonou. O Pel de Mrt da C.P.P.II entrou em posição na região de Premarola e S. de Guanela, a fim de apoiar o ataque do Regimento ao Morro do Castelo e posteriormente a La Serra e 958.

Na madrugada de 20 para 21 de fevereiro, o Batalhão, menos a 5ª Cia, deslocou-se para a área de reunião escolhida para o ataque:

4ª Cia para C. Guanela;

6ª Cia para Ca di Berto;

C.P.P.II (Pel de Mtrs) para 3 casas L. de Guanela;

P.C. e C.C.II para 717 (Casameli).

A missão do Batalhão, pela Ordem de Operações nº 9, foi:

- a) – intervir na conquista de 01 em benefício do I Btl
- b) – reforçar e ultrapassar o III Btl na conquista de 02
- c) – conquistar 03 que deverá manter a todo custo.

Às 9 horas e 40 minutos o Cmt do RI comunicou que a partir daquela hora a 5ª Cia passaria à disposição do I Batalhão, a fim de auxiliá-lo na conquista de 01.

Às 15 horas o Cmt do RI determinou que o Batalhão deveria:

- a)– Ultrapassar a 7ª Cia e prosseguir o ataque na direção de 887, forçando a progressão pela direita do dispositivo.

b)– Atacar na direção de C. Viteline – 887, devendo ocupar 02 na parte correspondente a Cavrulo.

Em consequência, o Comando do Batalhão decidiu:

a)– Lançar a 4ª Cia na direção de 887, tendo como base de partida C. Guanela – 3 casas a L, de modo a conquistar 887 – prosseguir para Cavrulo, mediante ordem.

b)– Deslocar a 6ª Cia de Cá di Berto para Casa Guanela e posteriormente lançá-la na esteira da 4ª Cia em condições de, ocupado 887, atacar 977.

Esta operação pode ser visualizada na Figura 8, com as posições iniciais das três companhias e seus deslocamentos. Ainda, encontra-se localizado o Pel Mrt da Companhia de Petrechos Pesados.

Para esta operação a Artilharia atirou em La Serra e Morro della Casellina, e os Morteiros em Valle e km 16, com vigilância para Abetaia.

Às 15 horas e 40 minutos, o Batalhão teve notícia de que as mulateiras de Casa Guanella–Viteline e C. Guanella–La Ca’ estavam minadas pelo III/1º RI, o que se ignorava até então, não havendo quem conhecesse as zonas de passagem.

Às 16 horas, o Oficial de Minas do RI, Tenente Serpa, confirmou aquela notícia, sendo então solicitado ao III Btl a presença do Cmt do Pel de Remuniciamento, para, em companhia do Cmt da 4ª Cia, localizarem no terreno a zona perigosa.

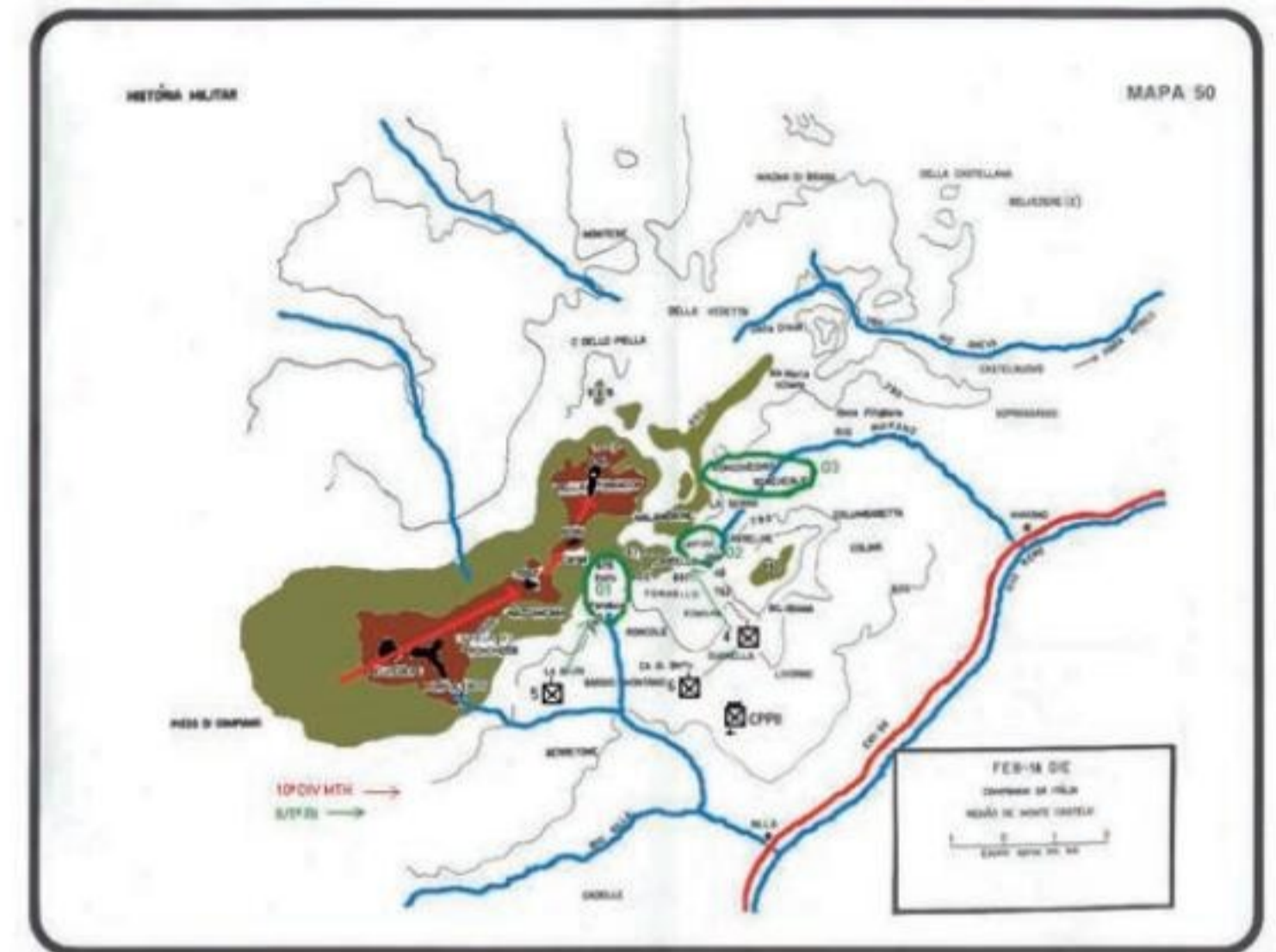


Figura 8 - Esquema de manobra do II/1º RI  
Fonte: Aman (2005), adaptado pelo autor.

Esta operação retardou a partida do Batalhão, que desde as 16 horas estava pronto para partir, e acarretou a mudança da 4ª Cia, que já se achava articulada, para W de C. Guanella.

Às 17 horas a 4ª Cia partiu para o ataque, debaixo da proteção da Artilharia e Morteiros da C.P.P.II, tendo ultrapassado densa barragem de morteiros e artilharia, na região à frente de Casa Guanella (N) e galgado rapidamente as vertentes N de C. Viteline, aonde chegou às 17 horas e 10 minutos. Prosseguiu no movimento em direção a 887, começando seus Pel de 1º escalão a receber fogo de armas automáticas daquele ponto.

Às 17 horas e 30 minutos o Pelotão Goulart foi detido, prosseguindo o Pelotão Urias e o Pelotão Reserva em direção a 887. Às 17 horas e 45 minutos o Pelotão Urias foi detido, procurando o Comandante da Companhia manobrar com o seu 3º Pelotão. Às 17 horas e 45 minutos chegou a comunicação de que a 5ª Cia, que tomara parte no ataque juntamente com o I Btl, atingira 977 às 17 horas e 30 minutos com seus 2 Pelotões da testa e já se achava iniciando organização frente a N e NE. Informação esta que está no Boletim de Informações nº 110 (Anexo U), de 22 de fevereiro de 1945, que no item 4, § 2º, alínea d, diz que “O 1º RI conquistou às 17:40 horas o MORRO DO CASTELO. [...]”.

Às 18 horas, o Pelotão Goulart conseguiu desaferrar e chegar na altura do Pelotão Urias, detidos por duas casamatas em ligação à esquerda com a 7ª Cia, na altura de 887. Nesta ocasião o III Batalhão comunicou que atingira Castelo, deixando para retaguarda núcleos de resistências que seriam reduzidos posteriormente.

Às 20 horas e 20 minutos, este Comando procurou ligação pessoal com o Comandante do III/1º RI visando reajustar os dispositivos dos dois Batalhões e realizar as operações de limpeza, tendo ficado acorde que:

- a)– Seria iniciada a limpeza do Castelo com a 9ª Cia, que se achava como reserva do III Btl;

- b)– A 4ª Cia continuaria a fixar as resistências de frente até que fossem elas abordadas pela retaguarda, após novo entendimento;
- c)– A 4ª Cia manteria a ligação com a 7ª Cia na região atingida;
- d)– Ficaria o II Btl responsável pela garantia do flanco direito do Regimento, mantendo 887 (face a NE), C. Guanella e 3 casas a L; fazendo a ligação com o II/11º RI (Btl Ramagem) que ocupará Abetaia; exercendo vigilância sobre o corredor Abetaia – Valle.

Feitos os entendimentos telefônicos com o Major Ramagem (III/11º RI), reajustou-se o dispositivo do Batalhão às 21 horas, que ficou sendo o seguinte:

- |             |   |   |
|-------------|---|---|
| 4ª Cia      | - | em 887, face a N e NE   |
| 6ª Cia<br>L | - | na região de Casa Guanella e 3 casas a L                                  |
| C.P.P.I     | - | na região Guanella, 3 casas a L, 747                                      |
| 5ª Cia      | - | em 977 do Mº de Castelo, frente a N e NE,<br>ainda à disposição do I Btl. |

Pouco depois o Pelotão Reserva da 4ª Cia, que se achava escalonado para SE, guardando o flanco direito da Subunidade, foi deslocado para a esquerda (W), substituindo o Pelotão da 7ª Cia; este se deslocou para cumprir outra missão.

Nesta disposição (Figura 9) o Batalhão passou a noite, conforme Boletim de Informações nº 56 (Anexo V), de 22 de fevereiro de 1945, do S-3 do Batalhão, que informava também que a eficiência física e moral estavam boas.

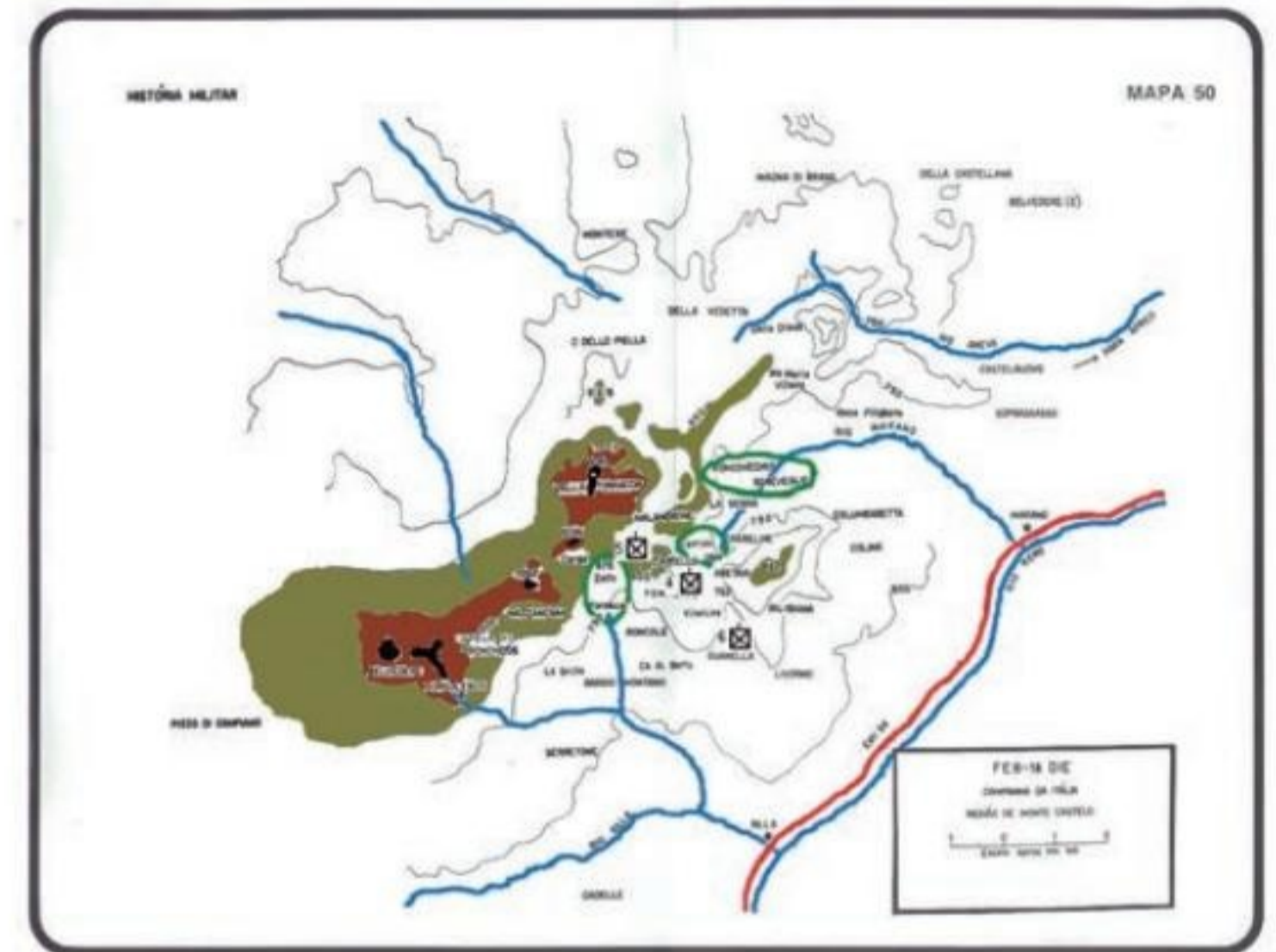


Figura 9: Situação Final do II/11º RI Após o ataque.  
Fonte: AMAN (2005), adaptado pelo autor.

Também o Boletim de Informações nº 110, item 4, § 2º, alínea d, diz que o Regimento ocupou os seguintes pontos:

- I Batalhão, em posição desde a cota 930, face ao norte;
- II Batalhão, em posição entre CAVRULLO e VALLE, face a M. DELLA CASELINA;
- III Batalhão no MORRO DO CASTELO, como reserva.

Após ter sido conquistado o Monte Castello, foi dada a ordem que a posição defensiva no objetivo devia ser defendida a todo custo, lançando postos avançados entre esta posição e o O3, preferentemente em La Serra e 958, conforme Ordem Verbal, dada pelo G-3, às 16 horas do dia 22 de fevereiro de 1945.

### Conclusão

A Força Expedicionária Brasileira teve que percorrer um sinuoso caminho para estar apta a combater ao lado dos aliados na Segunda Grande Guerra. Desde os treinamentos na Vila Militar, passando pela travessia do Atlântico infestado por submarinos, até o combate na neve e nas montanhas, os pracinhas demonstraram o valor do soldado brasileiro.

Assim, fechou-se o círculo sobre as informações acerca da conquista do Monte Castello pelo Regimento Sampaio, pois estão descritas as ações dos três Batalhões. A ação de flanco, do I Batalhão, descrita pelo Major Uzeda (1952), então Comandante daquela unidade; a ação frontal do III Batalhão, descrita pelo General Paes de Menezes (1992), então S-3 do Batalhão, e a ação do Batalhão Reserva, descrita neste estudo.

Conclui-se que a FEB foi peça fundamental para que os aliados pudessem chegar a Bologna e assegurar a conquista do vale do Pó, em 1945, garantindo aos aliados na Europa uma menor quantidade de tropas para a defesa da própria Alemanha, induzindo a vitória final contra Hitler e Mussolini.

Espera-se que, desta forma, tenham sido atingidos os objetivos propostos no início deste trabalho, descrevendo não só as ações do Batalhão “Lenda Branca”, mas toda a situação que revestiu este acontecimento que mereceu entrar para a História como um dos momentos de glória da Força Expedicionária Brasileira e do Exército Brasileiro.

#### Referências

- ABREU, A. A. **Força Expedicionária Brasileira (FEB)**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/7792\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7792_1.asp)>. Acesso em: 1º jun. 2004.
- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **História da Doutrina Militar (Da Antiguidade a 2ª Guerra Mundial)**. Rio de Janeiro: AMAN, 1978.
- \_\_\_\_\_. **SEÇÃO DE ENSINO “A” – AMAN**. Resende: AMAN, 2005. 1 compact disc (ca. 679 Mb).
- BEST, J. W. **Como investigar en Educación**. 2. ed. Madrid: Morota, 1972.
- BONALUME NETO, R. **A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.
- BRAGA, R. **Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- BRASIL. Exército. Estado-Maior. **C 7-20: Batalhões de Infantaria**. Brasília, DF, 2002.
- CAMARGO, A; GÓES, W. **Meio século de combate – Diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981. p. 642-644.
- CARDOSO, W. L. In: **História oral do Exército na segunda guerra mundial**. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. 304 p.
- CASTELO BRANCO, M. T. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

- CRITTENBERGER, W. D. **Campanha ao Noroeste da Itália**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1952.
- DALL PIERO, F. **A Primeira Divisão Expedicionária**. Portal Militar. Artigos e Opiniões. Disponível em: <[http://www.militar.com.br/historia/militarterrestre/2002/dalpiero/primeira div.htm](http://www.militar.com.br/historia/militarterrestre/2002/dalpiero/primeira%20div.htm)> Acesso em: 1º jun. 2004.
- DALL PIERO, F. **O Brasil em ação na Itália**. Portal Militar. Artigos e Opiniões. Disponível em: <<http://www.militar.com.br/historia/militarterrestre/2002/dalpiero/brasilnaitalia.htm>>. Acesso em: 1º jun. 2004.
- ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS. **NGA de Trabalho em Estado-Maior (Experimental)**. Rio de Janeiro: Curso de Infantaria - EsAO, 2004.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. **Tomada de Monte Castello**. Portal da Educação. Artigos. Disponível em: <[http://www.ensino.eb.br/artigo\\_monte\\_castelo.htm](http://www.ensino.eb.br/artigo_monte_castelo.htm)>. Acesso em: 1º jun. 2004.
- FLEGNER, A. J.; DIAS, J. C. **Pesquisa & Metodologia**. Manual Completo de Pesquisa e Redação. Rio de Janeiro: Escola de Educação Física do Exército, 1995.
- GIORGIS, L. E. C. **O Batalhão Syzeno e Monte Castello**. Portal Militar. Artigos e Opiniões. Disponível em: <<http://www.militar.com.br/historia/militarterrestre/2002/celcaminhagiorgis/syzeno.htm>>. Acesso em: 1º jun. 2004.
- GUTTMAN, J. Germany's lightweight MG 34 and MG 42 revolutionized the machine gun and its use on the battlefield. **World War II Magazine**. Setembro de 1992,
- JOHNSON, N. K. Hitler's Campaign to Win Brazil. In: **A FEB por um Soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed.; Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura – Exped Ltda., 2001.
- MASCARENHAS DE MORAES, J. B. **A F.E.B. pelo seu Comandante**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1947.
- MATTOS, C. M. In: **História oral do Exército na segunda guerra mundial**. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.304 p.
- MAVROGORDATO, R. S. In: **As Grandes Decisões Estratégicas: II Guerra Mundial/** elaborado pela Diretoria de História Militar do Departamento do Exército dos EUA; tradução de Álvaro Galvão. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.
- Mc INNIS, E. **História da II Guerra Mundial**. 3. ed. 6 volumes. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.
- PAES, W. M. **Lenda Azul: a atuação do 3º Batalhão do Regimento Sampaio na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991-1992.
- READER'S DIGEST. **Segunda Guerra Mundial. Ultra-secreto**. Rio de Janeiro: Editora Ypiranga, 1965.
- SANTOS, F. R. **Fontes para a História da F.E.B**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- SENNACAMPOS, A. J. **A Conquista de Monte Castello, pela FEB**. Conferência proferida no Auditório do Clube Militar em 20 de fevereiro de 1975. Rio de Janeiro: Clube Militar-Departamento Cultural, 1975.
- SHIRER, W. L. Hitler avança. In: **Segunda Guerra Mundial – Ultra Secreto**. Rio de Janeiro: Editora Ypiranga, 1965.



- \_\_\_\_\_. **Ascensão e Queda do III Reich**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SILVEIRA, J. X. **A FEB por um Soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed.; Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura – Exped Ltda., 2001.
- SORIANO NETO, M. **A importância da História Militar**. Portal Militar. Artigos e Opiniões. Disponível em: <<http://www.militar.com.br/historia/militarterrestre/2001/celsoriano/imphistoriamilitar.htm>>. Acesso em: 1º jun. 2004.
- THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de Pesquisa em atividade física**. São Paulo: Artmed Editora, 2002.
- TORRES, R. N. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Portal Militar. Artigos e Opiniões. Disponível em: <<http://www.militar.com.br/historia/militarterrestre/2001/gennegraotorres/obrasileasegundaguerra.htm>>. Acesso em: 1º jun. 2004.
- UNITED STATES. US Army. War Department. **FM 100-5: Operations**. Washington: United States Government Printing Office, 1944.
- UZEDA, O. G. **Crônicas de Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.
- VIDAL, G. S. A Criação da FEB. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 41. Rio de Janeiro: ESG - Divisão de Documentação, 2002.

Julio Cezar Fidalgo Zary

Oficial de Infantaria QEMA  
Mestre em Operações Militares

### Zé Carioca contra os Tedescos

O termo zé carioca, atualmente, define apenas um singelo personagem pouco conhecido dos Studios Disney, o qual representa a malandragem do cidadão nascido no longínquo Rio de Janeiro, na visão dos americanos. No entanto, há pouca informação acerca do contexto da criação dele, quando os Estados Unidos queriam angariar a simpatia dos maiores países da América Latina, a partir do ataque japonês à base aeronaval de Pearl Harbor e a consequente declaração de guerra por parte dos americanos, em dezembro de 1941. Tal fato dizimou a neutralidade declarada por parte de todos os países americanos, com a exceção do Canadá, desde 1939, durante a invasão alemã à Polônia.

Quanto ao Brasil, os americanos tinham especial interesse em utilizar as Bases aéreas no Nordeste do País, especialmente a de Parnamirim, em Natal. Inclusive, o saliente nordestino ficou conhecido, à época, como o trampolim da vitória, por ser a menor distância da América para a África, a qual ainda estava parcialmente sob controle do Eixo, especialmente do Afrika Korps alemão, do General Rommel. Aquelas bases facilitariam o apoio americano aos ingleses, por via aérea, possibilitado a virada da maré em favor dos aliados, naquele Teatro de Operações.

Desta forma, o personagem de desenho supracitado foi criado em 1942, um ano antes da visita do Presidente Roosevelt à Getúlio Vargas, à qual selou a participação brasileira ao lado dos aliados. A primeira aparição do papagaio Zé Carioca foi no filme *Alô, amigos* (*Saludos Amigos*), lançado nos EUA em 1943.

No ano seguinte, Zé Carioca apareceu novamente em outra produção destinada à América Latina: “Os três cavaleiros” (*The three Caballeros/ los tres caballeros*). A parte brasileira, intitulada “Você já foi à Bahia?”, mostrou Zé Carioca na companhia do americano Pato Donald e do galo Panchito (personagem criado para o México), numa seqüência que mistura desenho com atores reais (destaque para a participação da cantora Aurora Miranda, irmã de Carmen Miranda).

Por outro lado, provavelmente pela cor esverdeada dos uniformes de verão criados para a FEB, e no contexto de criação do personagem pela Disney, os soldados denominaram os trajes de guerra também como Zé carioca. Assim, duplamente, o termo Zé carioca pode representar a participação brasileira na guerra, seja nas vestimentas militares, mesmo que informalmente, seja na guerra cultural lançada pelos EUA, na luta contra o nazifascismo, a qual o Brasil aceitou participar.

Em contrapartida, o termo *tedesco* (*tedeschi*, em italiano) designa como os italianos chamavam, pejorativamente, os soldados alemães, durante a Segunda Guerra. Segundo o Houaiss, o termo tem origem meio obscura, sendo provavelmente ligado ao latim medieval 'teutiscus', do germânico 'thiudisk'.

No idioma luso, o cidadão nascido na Alemanha é comumente conhecido pelos termos "alemão" e "germânico", mas há ainda o adjetivo "teutônico" para designá-los e, durante a guerra, por causa dos italianos, outro termo foi adicionado ao vocabulário brasileiro: *tedesco*, sendo muito utilizado pelos expedicionários. Inclusive, há livro com essa denominação: *Nas Barbas do Tedesco* (1955), da enfermeira febiana Elza Cansação Medeiros.

O surgimento de palavras novas no vocabulário da tropa não foi exclusividade dos brasileiros. Por exemplo, pode ser citado como os americanos chamavam os soldados alemães: "krauts". A palavra "Kraut" tem origem alemã, e foi utilizada para depreciar os soldados do Reich desde 1918, tendo continuado durante a Segunda Guerra Mundial. Seu significado até então designava apenas uma tradicional comida do Centro-Leste Europeu, o chucrute.

Assim, a expressão "zé carioca contra os tedescos" pode ser um resumo da participação brasileira na guerra, com a utilização de termos bem peculiares aos expedicionários, e que hoje em dia há de se ver apenas em livros de guerra e em gibis. No entanto, acredita-se que seja de grande valor simbólico para todos aqueles 25.000 brasileiros que atravessaram o Atlântico para salvar o mundo das ideias tirânicas que assolavam a Europa desde 1939 e que, pela inexorável marcha do tempo, restam bem pouco entre nós.



# As mil palavras que traduzem uma imagem: apontamento para a leitura dos símbolos históricos da Força Expedicionária Brasileira

## Resumo/Abstract

The power of the Images: Notes for the  
Reading of the Brazilian Expeditionary  
Force Historical Symbols

Raniel da Conceição Fernandes

Neste trabalho são apresentados os emblemas históricos da Força Expedicionária Brasileira e do 1º Grupo de Aviação de Caça. Uma vez que os símbolos são construções históricas, buscou-se investigar, a partir de relatos e revisão bibliográfica, o contexto e a significação por trás desses emblemas. Frutos da criatividade do brasileiro, estes símbolos devem ser compreendidos e ter suas histórias transmitidas para a posteridade.

**Palavras-chave:** Emblemas; FEB; “Senta a Pua”; “A Cobra Fumou”.

The study at hand presents historical emblems of FEB and of the 1st Group of fighter Aviation. As the symbols are historical constructions, reports and bibliographical survey were the basis of seeking to investigate the context and significance behind them. Fruits of Brazilian creativity, these symbols should be understood and their history passed down the generations for posterity.

**Keywords:** Emblems; FEB; “Senta a Pua”; “A Cobra Fumou”.



Figura 1 - Distintivo do Brasil utilizado nos uniformes da FEB. Fonte: Coleção: Gustavo Lima - Museu Virtual da FEB disponível online em <http://museuvirtualfeb.blogspot.com.br/2013/03/peças-do-soldado-nelson-bernardes-o.html>

## Apresentação

Confúcio foi o autor da célebre frase: “Uma imagem vale mais que mil palavras”. E ele estava certo. Carregada de sentidos, significados, histórias e sentimentos uma imagem pode ser lida e re-lida de tantas formas e a partir de vários contextos que mesmo com mil palavras é quase impossível transmitir seu sentido original - primeiro.

Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar elementos que auxiliem a compreensão dos emblemas utilizados pelas Forças brasileiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial.

Não se trata de análise semiológica. Apenas da apresentação de indícios para a compreensão dos símbolos, sua história e significados, baseados em relatos dos próprios “pracinhas” e em revisão bibliográfica de trabalhos relacionados ao tema em questão. Assim, serão apresentados o contexto, as informações relacionadas à construção dos emblemas e a compreensão dos sentidos simbólicos dos emblemas.

## Símbolos na guerra

No decorrer da história, os guerreiros e exércitos sempre utilizaram símbolos, insígnias e distintivos que tinham como função básica distingui-los dos oponentes. Fixados em escudos, indumentárias, armas, capacetes, estandartes, esses emblemas foram construídos baseados em histórias, famílias – no caso dos brasões, por exemplo – contextos e, portanto, repletos de simbolismos e ricos fatos que enalteciam e apresentavam determinado povo, região ou país.

No caso da Segunda Guerra Mundial, não foi diferente. Diversos exércitos de diferentes nações detinham uma infinidade de símbolos, insígnias e emblemas. Estes eram utilizados em capacetes, nos uniformes - localizados no braço esquerdo ou direito - e indicavam a unidade de serviço, a divisão, corpo do exército ou exército (SILVEIRA, 2001, p.123). As Forças brasileiras que participaram da campanha na Itália também utilizaram essas distinções.

### A FEB e os símbolos nas 3 Forças brasileiras

Depois do torpedeamento de diversos navios mercantes nacionais, o Brasil reconheceu, em 22 de agosto de 1942, o estado de beligerância contra a Alemanha nazista e a Itália fascista. A “cobra começa a fumar”.

Mais de um ano depois do ocorrido foi criada, em 23 de setembro de 1943, a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Esta embarcou para a Itália em 2 de julho de 1944 (FERNANDES, 2009, p.33). O uniforme levava apenas um distintivo em forma de escudo, apelidado de “coração brasileiro”, com a palavra BRASIL bordada em branco (Figura 1). Silveira (2001, p.123) afirma que, depois do desembarque, os soldados brasileiros ao verem que o exército americano possuía emblemas específicos em seus uniformes sentiram-se compelidos a criar o deles.

Além do símbolo da FEB, foi criado um símbolo específico da Força Aérea, representada pelo 1º Esquadrão de Aviação de Caça. A Marinha do Brasil também participou da guerra, não possuindo, contudo, um símbolo específico, sendo usado seu símbolo tradicional (Figura 2). Desse modo, faremos a apresentação dos símbolos da FEB e do Esquadrão Aéreo.



Figura 2 - Emblema da Marinha do Brasil. Disponível em: <http://www.adesg.net.br/noticias/conheca-o-significado-do-distintivo-da-marinha-do-brasil>

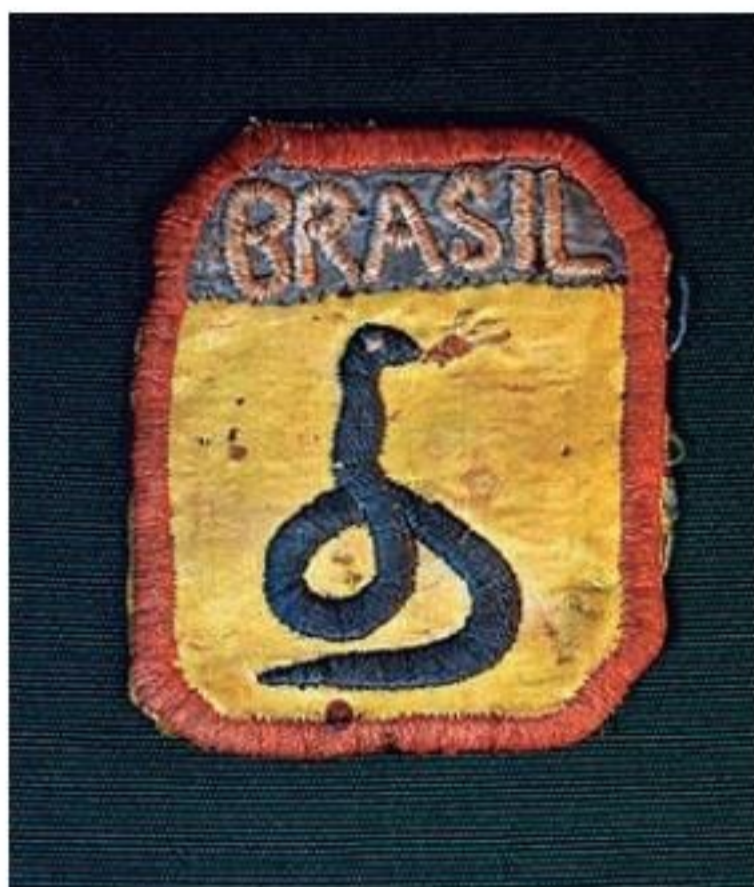


Figura 3 - Emblema da FEB. Fonte: Coleção: Gustavo Lima - Museu Virtual da FEB. Disponível online em <http://museuvirtualfeb.blogspot.com.br/2013/03/pecas-do-soldado-nelson-bernardes-o.html>

### “A cobra fumou”

Sobre a origem do emblema da FEB há vários relatos, encontrados em diversos livros, entrevistas e reportagens sobre o tema. Em um deles conta-se que à época da formação da FEB a imprensa em geral, e até o próprio Presidente Getúlio Vargas, afirmavam que seria mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil participar da guerra. Isso porque o governo de Vargas não deixava claro se apoiaria o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) ou as Forças Aliadas (EUA, Reino Unido, URSS). Outros relatos afirmam que, na realidade, quem fez tal afirmativa a respeito da participação do Brasil foi o próprio Hitler.

Contudo, o relato mais claro está descrito no livro de Joaquim da Silveira (2001, p.123):

No início da década de 40, em uma esquina no centro do Rio, havia uma casa lotérica denominada “Esquina da Sorte”, que fazia farta propaganda nos jornais e nos rádios. Uma delas [...] dizia: “É mais fácil um burro voar do que a Esquina da Sorte falhar”. A veiculação desse anúncio coincidia com a organização da FEB e a expectativa criada em torno do embarque para a frente. A quinta-coluna, os simpatizantes do Eixo, para ridicularizar a tropa, fizeram circular uma paródia do anúncio, que dizia: “É mais fácil uma cobra fumar, que a FEB embarcar”.

Desse modo, percebe-se que o símbolo fora criado como uma forma de ironizar e agir com humor frente a todas as declarações negativas que circulavam na época, revelando traços da criatividade dos brasileiros. Ora, pois como pode uma cobra fumar?

O desenho do emblema da FEB, como visto nas Figuras 3 e 4, é composto de uma cobra ao centro em verde, sobre fundo amarelo encimado pela palavra BRASIL em branco sobre fundo azul, tendo assim representado as cores da bandeira brasileira, tudo cercado por faixa em vermelho, representadas a guerra. Silveira (2001, p. 124) afirma que inicialmente o *patch* tinha um formato retangular e a cobra tinha duas voltas na calda.



Posteriormente foi firmado o formato octogonal, com a cobra tendo apenas uma volta, passando uma imagem mais agressiva do símbolo.

Assim, tal símbolo, com essa história pitoresca, agradou ao comando americano, que aprovou seu uso. O símbolo passou a figurar do lado esquerdo do uniforme, ficando do lado direito o símbolo do V Exército (Figura 5), do qual a FEB fazia parte.

Tais *patches* ou emblemas eram geralmente bordados artesanalmente e costurados nos uniformes, existindo relatos de alguns feitos até por bordadeiras italianas para os “pracinhas”. Segundo Guimarães e Venturini (2012, p. 5) esses emblemas eram comprados pelos soldados, ou trocados com as mulheres italianas que os bordavam por cigarros, comida, roupas, sabão e outros produtos escassos durante a guerra.

Outro fato interessante é a releitura do símbolo feita por Walt Disney. Um dos principais personagens da cultura pop do século XX desenhou a cobra fumando (Figura 6) a pedido do jornal “O Globo”. Tal trabalho foi publicado no “O Globo Expedicionário”, uma edição semanal do jornal voltada especialmente para os soldados “febianos”, em 22 de fevereiro de 1945. A seguir, parte do texto descritivo publicado abaixo da ilustração:

[...] homenagem a todos os combatentes da FEB, interpretou especialmente para eles, na concepção magistral que a gravura reproduz, a já hoje histórica legenda com que os soldados do Brasil chegaram à frente italiana: "A cobra está fumando". Nesta última criação do artista de fama universal, temos uma Cobra realmente belicosa, em atitude correspondente ao sentido da frase. O seu cachimbo não é o cachimbo da paz, dado a fumar ao estrangeiro na taba de Arakem. A cobra fuma de raiva, o bote armado, despejando contra o nazista toda a carga de peçonha dos seus dois Colts, que disparam simultaneamente. E, na expressão decidida de mais essa personagem do elenco de Walt Disney, o mesmo sabor do grito de guerra do "pracinha": "A cobra está fumando!" O humor intraduzível dessa epigrama que vem do mais profundo da alma do povo e ganha foros de lema para o combate. Um grito de guerra sem jactância, a modéstia irônica dos nossos bravos rapazes camuflando o seu próprio denodo. Com o dito espirituoso eles disfarçam o sentido heróico dos feitos que as crônicas registram e as ordens do dia do comando superior consagram em repetidos louvores.



Figura 4 - Emblema da FEB em versão moderna. Fonte: <http://segundaguerra.net/a-cobra-fumou-a-cobra-vai-fumar-a-cobra-esta-fumando/>

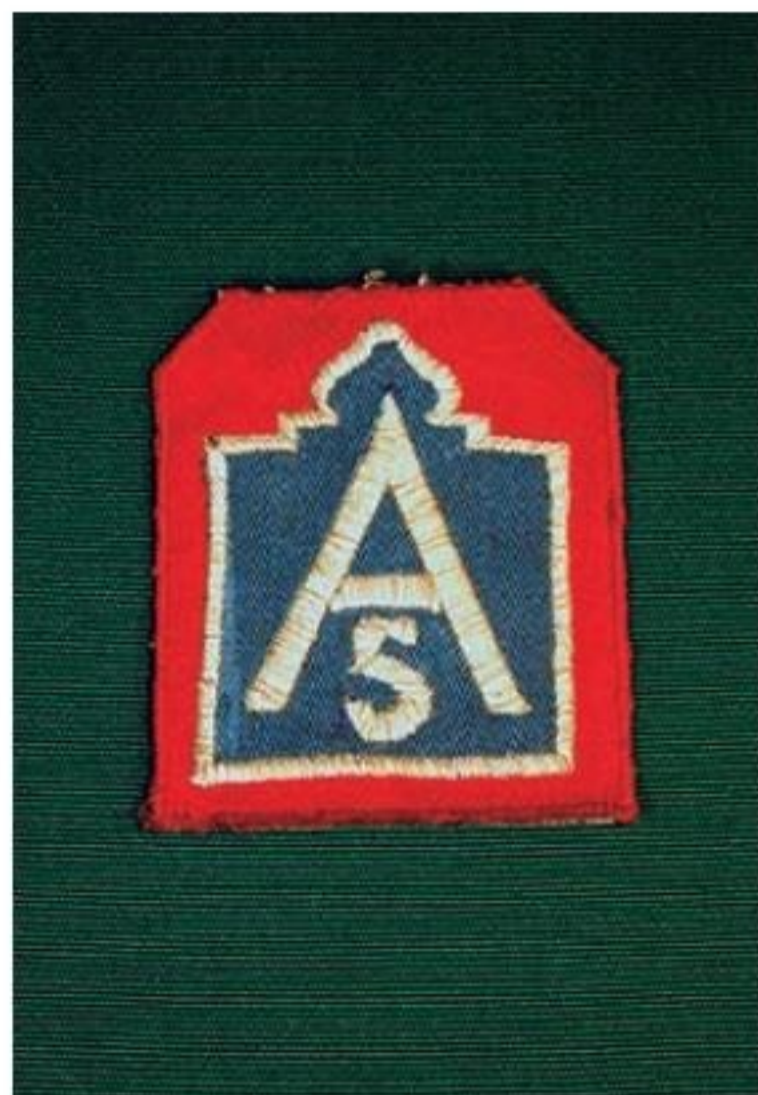


Figura 5 - Distintivo do V Exército dos EUA. Fonte: Coleção: Gustavo Lima - Museu Virtual da FEB disponível online em <http://museuvirtualfeb.blogspot.com.br/2013/03/pecas-do-soldado-nelson-bernardes-o.html>

Trata-se de fato, como visto, de uma homenagem aos pracinhas brasileiros que estiveram no campo de batalha. E isso demonstra, de certo modo, a evidência e a relevância da participação do Brasil na Guerra.

“Senta a pua”

O esquadrão brasileiro, o 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), era comandado pelo Major Nero Moura, com 49 pilotos e mais de 400 homens de apoio. Lima (1980, p.39) afirma que o Esquadrão foi batizado durante a etapa de treinamento de “Senta a pua”, expressão original do nordeste brasileiro. Esta era utilizada pelos militares da FAB, na base aérea de Salvador, para apressar os pilotos e fazê-los dirigir mais depressa. Desta base 3 pilotos foram voluntários para a formação do Esquadrão: Leon Roussouileres Lara de Araújo, João Edson Rebello e Rui Moreira Lima, os quais levaram consigo o grito nordestino. Assim, nos campos de treinamento a expressão corria no dia a dia, incorporando-se ao vocabulário das ações táticas, de modo que se constituiu no grito de guerra do grupo.

Após isso, faltava apenas o símbolo oficial para representar o Grupo. Foi então que, no deslocamento dos Estados Unidos da América para a Itália, a bordo do UST Colombie, os pilotos criaram o emblema. Idealizado pelo Capitão Fortunato de Oliveira, então já ilustrador de revistas militares, o avestruz foi escolhido como base para o símbolo.

Ora, de onde veio o avestruz? Lima (1980, p. 39) indica que ele fazia parte das anedotas do traslado dado que a alimentação era muito diferente da brasileira. Alimentos como feijão com açúcar, leite em pó e café ralo passaram a fazer parte das refeições, levando os pilotos a se intitularem de avestruzes, uma vez que esse animal possui uma alimentação

variada, ou seja, tudo come. Destarte, estas histórias e elementos se aglutinaram no símbolo do grupo.

Fortunato, em depoimento no documentário “Senta a Pua” (1999), descreve assim a criação do emblema:

[...] não sei quem teve a ideia[...] só sei que precisávamos bolar nosso símbolo [...] e a coisa que mais caracteriza a gente aqui é o fato de nós sermos avestruzes ainda, comendo esses negócios [...] Boa ideia, quem é que é mais parecido aqui com um avestruz, outro disse: é o Lima Mendes. Aí pede para o Lima Mendes pousar um pouquinho e daí fiz a caricatura dele e depois adaptei a cara do avestruz com essas cores [...] e o Senta Pua, que quem trouxe isso foi o Rui. (Rui Moreira Lima).

Ele relata ainda a explicação das cores e desenhos, a nuvem como o piso do avião, o vermelho como o céu de guerra, escudo brasileiro do Cruzeiro do Sul, e, ainda, que inicialmente o emblema tinha apenas o avestruz atirando e depois de entrar em combate com as forças nazistas inseriu um Flak estourando. Além disso, como era pintado na carenagem do motor das aeronaves, os Thunderbolt P-47 (Figura 9), o emblema contava com algumas variações.

A respeito da significação de cada elemento, Lima (1980, p. 40) apresenta a seguinte estruturação:

- 1 – A faixa dupla verde-amarelo que circunda o avestruz simboliza o Brasil.
- 2 – O avestruz retrata a velocidade e a manobrabilidade do avião de caça (na época o P-47), como também o estômago dos veteranos do 1º Grupo de Caça.
- 3 – O boné representa o piloto da FAB.
- 4 – A armadura, a robustez do Thunderbolt e a proteção ao piloto.
- 5 – O fundo azul e as estrelas, o céu do Brasil com o Cruzeiro do Sul em destaque.



Figura 6 - “Bolacha do Senta a Pua.



Figura 7 - A cobra fumando - Walt Disney, 1945



Figura 8 – Pedro Lima Mendes, modelo utilizado por Fortunato de Oliveira para a caricatura do avestruz utilizada no emblema do Senta Pua. Fonte: Documentário Senta a Pua.



Figura 9 - ASP AV. Roberto Tormim Costa e se vê, ao lado, o emblema no avião.

6 – A pistola insinua a potência de fogo do P-47 (8 metralhadoras .50, 2 bombas de 500 libras, 1 bomba de “napalm” ou gasolina gelatinosa e 6 foguetes 105mm).

7 – A nuvem cúmulo, o espaço aéreo.

8 – A bolota de fumaça negra e os estilhaços, a artilharia antiaérea inimiga.

9 – O fundo vermelho eterniza o sangue derramado pelos pilotos mortos e feridos em combate.

10 – A exclamação “Senta a Pua!” é o grito de guerra dos homens que fazem parte do 1º Grupo de Caça... os de ontem e os jovens de hoje.

Portanto, tem-se assim mais uma descrição bastante rica e pitoresca de um símbolo relevante da história da aviação brasileira, que ainda hoje figura nos aviões F-5 da Força Aérea Brasileira.

### Últimas considerações

Como visto, os emblemas da FEB e do 1º Grupo de Aviação de Caça são símbolos históricos e ricos em significados e possibilidades inventivas. Representam a criatividade e o bom humor brasileiro; a transformação de uma crítica em um símbolo de força; de dificuldades com a cultura de guerra e com os alimentos em símbolo da adaptação.

Desse modo, eles são, acima de tudo, um patrimônio a ser preservado. Sua compreensão, aqui apresentada em poucas – mais mil – palavras, deve ser disseminada pelas gerações atuais e futuras.

Assim como a busca pelo entendimento da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, cada detalhe, como o representado pelos símbolos, deve ser estudado e transmitido aos amantes da história e, mormente, à toda nação.

## Referências

FERNANDES, Fernando Lourenço. **A estrada para Forno: a FEB-Força Expedicionária Brasileira, outros exércitos & outras guerras na Itália, 1944-1945.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

GUIMARÃES, Eunice Pereira; VENTURINI, Maria Cleci. Efeitos de sentidos do monumento, “a cobra vai fumar”, símbolo da FEB. In: **Anais** do X Encontro do CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2012.

LIMA, Rui Moreira. **Senta a pua!** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MARINHO, Roberto (direção). **O Globo Expedicionário.** Ano II – nº 25. Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=177415&pesq=walt+disney>> . Acesso em: 04 out. 2016.

SENTA a pua. Direção: Erik de Castro. Rio Filme, 1999. 112 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QAI7-R410kc>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 2001.

## Raniel da Conceição Fernandes

Graduado em Museologia pela Universidade de Brasília Unb (2013). Tem experiência na área de Museologia, com ênfase em conservação e pesquisa de acervos e planejamento de exposições.



Foto de soldados em Staffoli, provavelmente do Depósito de Pessoal da FEB (recompletamentos). Alguns negros podem ser vistos na foto. Foto sem data.

# A presença negra na FEB: notas de pesquisa

Afrodescendants in the FEB: Research Notes

Deborah Silva Santos

## Resumo/Abstract

Este artigo apresenta alguns apontamentos sobre a presença de indivíduos negros na campanha da Força Expedicionária Brasileira, buscando problematizar a conjuntura histórica do reconhecimento do Exército Brasileiro como racialmente integrado e a importância de tal fato para as lutas contra o racismo no Brasil e no mundo.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra Mundial; Força Expedicionária Brasileira. Negros; Racismo; Democracia racial. Integração racial.

This article points out some items concerning the black individual's presence in the Brazilian Expeditionary Force (FEB) campaign seeking to problematize the historical conjuncture of the recognition of the Brazilian Army as racially integrated, and the importance of this fact in the struggles against racism in Brazil and worldwide.

**Keywords:** Second World War; The Brazilian Expeditionary Force; Negros; racism; racial democracy; racial integration



Foto mostra a miscigenação, o tenente Diniz à direita, que era o Oficial branco, junto com um soldado negro, ao centro, na beira do Lago de Como, na Itália. Na esquerda um outro Oficial. Foto sem data.

## Introdução

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) contou com um contingente de 25 mil homens e 67 mulheres de várias regiões do Brasil. Eram soldados descendentes de alemães, italianos, espanhóis, asiáticos e africanos. Identificado como o único exército racialmente integrado, os “[...] expedicionários brasileiros apresentaram ao mundo a possibilidade de extinguir com eficácia a segregação no meio militar” e quiçá em todos os setores da sociedade. (MAXIMINIANO, 2010, p.342).

O contingente negro (pretos e pardos) na FEB foi calculado em 30%, sem precisão. "Não se tem estatística porque uma lei de 1937 proibia documentos oficiais de mencionarem raças, mas o provável é que o número de negros e mulatos estivesse em torno de 30%" A presença das tropas brasileiras integradas racialmente chamou a atenção de todos no Teatro das Operações, pois o comum era brancos, negros e asiáticos segregados. Assim, consideramos que este feito influenciou os debates sobre as relações raciais no mundo, pois, se de um lado o conflito bélico buscava a aniquilação de uma política baseada no racismo, a imagem do Exército brasileira apresentava a possibilidade de criação de um mundo racialmente integrado, sem racismo.



Diferentemente de outros países que participaram da Segunda Guerra Mundial e plasaram na memória nacional o “trauma” do conflito, o Brasil se caracteriza por silêncio e esquecimento, quebrados apenas pela memória preservada nos monumentos e museus mantidos por veteranos e/ou ex-combatentes e familiares, colecionadores e pesquisadores independentes do conflito e da FEB. Essa questão se repete na historiografia brasileira, a qual carece de estudos que reflitam o papel dos expedicionários brasileiros em toda a sua dimensão, dos que foram para o Teatro de Operações na Europa, aos que ficaram no Brasil e ou foram utilizados na defesa do litoral brasileiro ou se tornaram “soldados da borracha”<sup>1</sup> e foram transportados para a Amazônia com o objetivo de extrair borracha para os Estados Unidos da América cumprindo o acordo do governo brasileiro.

Algumas parcelas da população brasileira se envolveram em beligerante não invadido, com o litoral convertido em um importante teatro de operações, a Polícia Civil caçava espões nas cidades portuárias, enquanto mais de trinta mil nordestinos foram para a Amazônia trabalhar na extração de látex. A maior parte pereceu, por falta de apoio logístico ou vitimada por doenças tropicais. (MAXIMINIANO, 2010, p. 14).

Não vamos nos deter, neste trabalho, nas razões que levaram a historiografia, e especialmente a historiografia militar, ao silêncio e ao esquecimento em relação à participação na guerra. Muito menos nas consequências do envolvimento de civis no conflito, ou em como se desenvolveu o conflito armado, na formação e desmantelamento da FEB, ou nas questões dos “soldados da borracha” e dos “soldados das costas”, mesmo tendo a certeza de que homens negros tiveram demandas e estão incluídos nestas questões. Nosso objetivo foi bem específico, abordar a questão racial negra durante a campanha da FEB (1943 a 1945), buscando problematizar a conjuntura histórica de reconhecimento do Exército brasileiro como racialmente integrado e a importância de tal fato nos debates contra o racismo no Brasil e no mundo.

1- Vide ARAUJO & NEVES, 2015. Calculado em um exército de mais de 55 mil homens, os Soldados da Borracha eram na quase totalidade nordestinos que depois de alistados, receberam um kit básico de trabalho na mata e o treinamento para a extração da borracha. A maioria deles morreu de doenças como malária ou outras atrocidades da selva. O reconhecimento do trabalho destes soldados como combatentes de guerra só se deu no ano de 1988, quando tiveram direito a uma pensão vitalícia no valor de dois salários mínimos.

8- A ideia de raça é conceito histórico e socialmente construído e não um fato biológico. No Brasil há duas concepções que marcam os estudos raciais. De um lado, a que surgiu nos anos 30 do século passado, que exibe e enaltece as maravilhas da miscigenação brasileira, deixando de lado o racismo e as desigualdades raciais. De outro, a corrente dos anos 50 do século passado, que enfoca o problema no racismo e na desigualdade racial incluindo como produto a miscigenação (TELLES, 2003).

9-Encontram-se debates sobre a temática das relações raciais nos seguintes termos: racismo; discriminação racial; relações étnico-raciais; antirracismo; situação da população negra; desigualdades étnico-raciais; promoção da igualdade racial; políticas de ações afirmativas; democracia racial.

Tal problematização se fez a partir de uma revisão bibliográfica e da análise de fotografias, jornais e objetos que apresentaram pistas recorrentes da presença negra na FEB, reforçando o caráter de racialmente integrado, diferentemente dos exércitos de outros países. É importante acrescentar que foi determinante para a realização desta pesquisa analisar como as teorias raciais estavam influenciando os países que participavam da Guerra. Muito em voga, nos primeiros anos do Século XX, as teorias raciais classificavam hierarquicamente os indivíduos e as sociedades, questionando os graus de humanidade e de desenvolvimento dos indivíduos não brancos ou não europeus. O que definiu o Ocidente como parâmetro na visão evolucionista do mundo, conceito que agregava a filosofia, a religião e a política e que possibilitou criar ideais políticos de eliminação das raças inferiores, de eugenia, de embranquecimento e determinar a impossibilidade de cidadania, de civilidade e de desenvolvimento a localidades com alto índice de miscigenação.

O Brasil tornou-se grande adepto das teorias raciais, buscando, de um lado, ser reconhecido como um país civilizado, em plena introdução ao modo capitalista de produção, com o trabalho livre e a busca da cidadania. De outro, romper as visões pessimistas que instituíram à parcela negra e miscigenada da população um local de seres apartados do processo econômico e político, condenados a serem eternamente atrasados.

Vale ressaltar que o artigo refletirá sobre a participação dos homens negros na campanha devido a não identificação, até o momento, de mulheres negras exercendo a enfermagem na FEB. Outra dificuldade refere-se à presente pesquisa não ter identificado nenhuma delas como negra, o que não significa que alguma não o fosse, apenas que não foi esse o enfoque da pesquisa.

Aproveitamos para agradecer à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Seção de Brasília e ao Museu da FEB/BH, que possibilitaram as pesquisas em fotografias, documentos e bibliografia buscando as imagens e pistas dos expedicionários em tela.

## Contexto racial

A ideia de raça é conceitual e não um fato biológico[...]. Mesmo que não mais signifique diferenças genéticas, a ideia de raça continua a representar diferenças de comportamento, atitudes e inteligência. Guiada por uma ideologia de hierarquia racial e de dominação, os humanos impõem categorias raciais e tratam os outros conforme essas categorias. (TELLES, 2003, p.131).

Quando a Segunda Guerra Mundial eclodiu, no ano de 1939, o mundo ainda sofria a influência das correntes de pensamento baseadas em raças, que classificava os indivíduos a partir da “ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (SCHWARCZ, 1993, p. 118).

Opondo-se, portanto, à visão humanista, os teóricos das raças partiam de três proposições básicas: a primeira tese afirmava a realidade das raças estabelecendo que existiria entre esses agrupamentos humanos a mesma distância encontrada entre o asno e o cavalo; a segunda instituía uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças corresponderia a uma divisão entre culturas; um terceiro aspecto apontava para a predominância do grupo “racio-cultural” ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se enquanto uma doutrina da psicologia coletiva, hostil à ideia do arbítrio do indivíduo. (SCHWARCZ, 1993, p. 118).

As teorias raciais, base do “racismo científico”, apresentavam-se como o “evolucionismo social”<sup>2</sup>, o “darwinismo social”<sup>3</sup>, a “craniologia”<sup>4</sup> e a “frenologia”<sup>5</sup>, que justificaram a conquista colonial, “pela missão civilizadora realizada pelos europeus, dominando povos

2- Evolucionismo social – pertence às teorias antropológicas e econômicas de desenvolvimento social, segundo as quais acredita-se que as sociedades têm início num estado primitivo e gradualmente tornam-se mais civilizadas com o passar do tempo (HEILBORN, 2010).

3- Darwinismo social – acredita na premissa da existência de sociedades superiores às outras e que, nessa condição, as que se sobressaem física e intelectualmente devem e acabam por se tornar as governantes, enquanto as outras – menos aptas – deixariam de existir porque não eram capazes de acompanhar a linha evolutiva da sociedade; entrariam em extinção acompanhando o princípio de seleção natural da Teoria da Evolução (HEILBORN, 2010).

4- Craniologia ou craniometria – pertence às teorias antropológicas de classificação dos seres humanos que se baseiam nas diferenças fisiológicas. Esta se baseia no tamanho do crânio

5- Frenologia – pertence às teorias antropológicas de classificação dos seres humanos baseada nas diferenças fisiológicas. Esta estuda as características da cabeça e da fisionomia (HEILBORN, 2010).

6-De acordo com a Lei da Cidadania do Reich, somente pessoas de “sangue ou ascendência alemã” podiam ser cidadãos da Alemanha. Tal lei definia quem era ou não era alemão e quem era ou não era judeu, de acordo com o nazismo. Os nazistas rejeitavam a visão tradicional dos judeus como sendo membros de uma comunidade religiosa ou cultural. Ao invés disso, eles afirmavam que os judeus eram uma raça definida pelo nascimento e pelo sangue.

7- A Lei de Proteção do Sangue Alemão e da Honra Alemã proibia o matrimônio entre judeus e não-judeus, e também criminalizava as relações sexuais entre aquelas pessoas. Tais relações eram rotuladas como “poluidoras da raça” (Rassenschande).

inferiores e levando-os ao progresso”, e ainda vigoravam nos anos 1930/1940, pois não foi uma ideologia de gabinete, elas se popularizaram ao serem divulgadas em jornais e livros de grandes tiragens (HEILBORN, 2010, p. 47).

Povo e raça aparecem assim como termos intercambiáveis, não sendo incomum a referência a distintos povos europeus como raça: a raça alemã, italiana ou francesa, por exemplo, e a referência a povos estrangeiros como “raças estrangeiras”. Raça e etnia (ethos= povo) são nesse contexto termos sinônimos. Assim raça na Europa das nações assumiu uma vastidão de significados, sobretudo aqueles associados a elementos culturais especialmente língua e a religião. (HEILBORN, 2010, p. 37).

Esse entendimento de raça e etnia como sinônimos foi incorporado por vários países europeus, mas a Alemanha é o exemplo mais trágico de utilização do mito da raça “ariana” superior e da raça “semita” inferior.

Ao iniciar a guerra, a Alemanha era governada pelo Partido Nacionalista-Socialista de extrema direita, cuja ideologia pregava a exaltação da superioridade racial germânica, o antissemitismo, a recuperação dos territórios perdidos após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a ocupação dos territórios dos povos considerados inferiores ou não arianos. Sua política racial estava em vigor desde 1935, as Leis de Nuremberg se dividiam em: (a) a Lei de Cidadania do Reich<sup>6</sup>, e (b) a Lei de Proteção do Sangue Alemão e da Honra Alemã<sup>7</sup>. Estas leis incorporavam as teorias raciais bases da ideologia nazista e constituíram a estrutura legal para a perseguição sistemática e o extermínio de seis milhões de judeus (raça judia) e cinco milhões de pessoas de outros grupos-alvo (raças não arianas): negros, poloneses, eslavos, ciganos, pessoas com deficiências físicas e mentais, homossexuais, Testemunhas de Jeová, comunistas e socialistas (Holocausto).

Todos os países imperialistas europeus, como Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Espanha, Portugal, utilizavam-se das teorias raciais para desumanizar os povos africanos e, em nome do progresso civilizatório, instituir o medo e a subserviência. Quando a guerra

estourou as colônias de toda a África subsaariana e do norte do continente forneceram, forçadamente, soldados que tiveram de lutar contra as tropas alemãs e italianas no norte de África e na Europa, e mais tarde também combateram os japoneses na Ásia e no Pacífico. A grande maioria dos africanos que lutaram no conflito foi forçada ao serviço militar, e há informações de que as tropas coloniais lutavam separadas dos exércitos militares e que eram maltratadas (faltavam-lhes comida, saúde e roupas), usadas como "carne para canhão" e mal compensadas quando voltavam da guerra.

Os Estados Unidos da América também foram influenciados pelas teorias raciais vigentes no período, no tratamento da sua parcela populacional de origem africana. O país desde 1865 havia adotado as "Leis Jim Crow", leis dos estados do Sul que institucionalizaram a segregação racial. Essas medidas definiram que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (entre eles, trens e ônibus) tivessem instalações diferentes para brancos e negros. Combatidas pelo Movimento dos Direitos Civis, principalmente após a guerra, essas leis só foram abolidas em 1965.

O Exército americano cumpria estas leis, portanto tinha divisões militares racialmente separadas. A única unidade composta por negros que lutou na Segunda Guerra Mundial foi a 92ª Divisão de Infantaria, denominada "Buffalo Division", uma unidade formada por negros comandada por oficiais brancos oriundos do sul do país, isto é, "estavam mais bem acostumados a lidar com negros". No Teatro de Operações na Itália, a FEB foi designada a servir ao lado desta Divisão.

No Brasil, as relações raciais sempre foram consideradas um tema complexo e polêmico, mas estruturante na História do país. A questão se caracteriza por diferentes percepções de abordagens e orientações teóricas da categoria raça<sup>8</sup>; por possuir diferenciadas nomenclaturas<sup>9</sup>; pela interdisciplinaridade<sup>10</sup>; e, por fim e não menos importante, pela adoção de ações de promoção da igualdade racial.

8- A ideia de raça é conceito histórico e socialmente construído e não um fato biológico. No Brasil há duas concepções que marcam os estudos raciais. De um lado, a que surgiu nos anos 30 do século passado, que exibe e enaltece as maravilhas da miscigenação brasileira, deixando de lado o racismo e as desigualdades raciais. De outro, a corrente dos anos 50 do século passado, que enfoca o problema no racismo e na desigualdade racial incluindo como produto a miscigenação (TELLES, 2003).

9 - Encontram-se debates sobre a temática das relações raciais nos seguintes termos: racismo; discriminação racial; relações étnico-raciais; antirracismo; situação da população negra; desigualdades étnico-raciais; promoção da igualdade racial; políticas de ações afirmativas; democracia racial.

10 - Para nos determos apenas nos últimos 100 anos, período de estudo da temática das relações raciais, temos uma literatura que inclui trabalhos de historiadores, cientistas sociais, cientistas políticos, antropólogos, etnólogos, juristas, economistas, psicólogos, médicos, educadores e outros profissionais refletindo sobre a variedade de questões que englobam a população negra.



Voluntário da FEB José Berberino dos Santos, o popular "Bascúia". Integrou o Pelotão Especial comandado pelo sargento Max Wolf Filho - Acervo Museu do Expedicionário )

As teorias raciais, que aqui chegaram no final do século XIX, coincidiram com os debates sobre o fim do trabalho escravo negro e o fim da monarquia. Com a "ideia de que o único modelo de civilização era aquele experimentado pelo Ocidente" (SCHWARCZ, 1993, p. 116) tornou-se difícil discutir os rumos da nação, principalmente porque a presença da população negra no país dividia opiniões entre os pessimistas e otimistas. Os primeiros acreditavam que "a mistura de raças" entre negros, brancos e indígenas levaria à degeneração crescente das raças, tornando impossível ao país alcançar o grau de civilidade. Os otimistas viam exatamente na miscigenação a possibilidade de regeneração racial, no embranquecimento paulatino da população o desaparecimento dos negros e indígenas e, conseqüentemente, o alcance da civilidade almejada.

O rompimento com este discurso racial, no caso brasileiro, se dá no ano de 1933, com o lançamento do livro *Casa-Grande e Senzala*<sup>11</sup>, do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, que, ao analisar as relações entre negros, brancos e indígenas na História do Brasil, conclui que elas foram harmônicas, cooperativas e de trocas, o que permitiu que o país tivesse uma população miscigenada nos corpos, mentes, práticas culturais, na comida e nos saberes e fazeres. Ideia que, para além de apresentar um país sem tensões e conflitos raciais, possibilitou a construção do mito da democracia racial.

Desta forma, quando a guerra eclodiu em 1939, se por um lado tínhamos uma realidade aparentemente favorável à integração racial no plano ideológico, por outro, instâncias sociais seguiam caminho inverso e continuavam reiterando as teorias raciais, principalmente as referentes ao mercado de trabalho. Era um período ditatorial, sem garantias constitucionais, sem partidos políticos, com o poder concentrado nas mãos do Presidente da República.

A organização do Exército Brasileiro também se alterou passando na prática o Ministro da Guerra a exercer as funções de direção e o Estado-Maior do Exército tornou-se apenas

11-Freyre, 2006

um órgão consultivo. Com o General Eurico Gaspar Dutra no Ministério verificou-se o endurecimento nas regras de ingresso nas carreiras militares, como a restrição ao ingresso de negros, judeus e muçulmanos, com o objetivo de se construir uma elite institucional.

Ao que tudo indica a passagem do ano de 1937 para o ano de 1938 representa bem o momento de radicalização na seleção dos futuros oficiais do Exército Brasileiro. Contextualizado pela instalação de um governo autoritário (Estado Novo), o Ministro da Guerra, General Dutra, mostra com os documentos produzidos e com suas decisões ministeriais a sua feição autoritária e discriminatória, principalmente contra judeus e negros, considerados por ele portadores de estigmas ideológicos e raciais. Essa postura discriminatória pode ser considerada por nós a real base para uma postura autoritária dentro da Instituição articulada a política de força existente em um grupo armado. (RODRIGUES, 2009, p. 21).

É neste cenário militar que a FEB foi criada como instituição de integração racial.

### Negros na FEB

No início do conflito, o Brasil assumiu uma posição de neutralidade, visto ser disputado por ambos os lados por sua posição geográfica e seu imenso litoral. Essa neutralidade foi rompida no ano de 1942, quando submarinos alemães, numa série de bombardeios, afundaram vários navios brasileiros no Oceano Atlântico. O Presidente Getúlio Vargas negociou um acordo com o Presidente Americano Franklin Roosevelt e o Brasil entrou na guerra ao lado dos Aliados (Estados Unidos da América, Reino Unido, França, União Soviética, China entre outros).

A proposta de participação foi criar uma força militar, específica, para participar do conflito, e que significaria o reaparelhamento bélico das Forças Armadas Brasileiras que, ultrapassada, ainda mantinha arsenais da Primeira Guerra. O Brasil enviou para a Itália (ocupada pelas forças nazistas), em julho de 1944, 25 mil militares da Força Expedicionária



Foto de um sargento negro à direita, junto a outros febianos e a enfermeira Olimpia de Araujo Camerino, ao centro. Foto tirada na Itália, mas sem data.

Brasileira, 42 pilotos e 400 homens de apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) e 67 mulheres do Corpo de Enfermeiras para o Serviço de Saúde do Exército ligado à FEB.

As dificuldades foram muitas na organização deste efetivo.

A calamitosa situação do período de organização da FEB foi agravada com as inúmeras idas e vindas de convocados e militares da ativa ocorridas nos regimentos selecionados. Além disso, não bastava que o indivíduo atingisse a categoria “Especial”, condição mínima exigida para a incorporação da FEB na fase primordial da seleção medida: além do aumento do padrão da saúde, fazia-se necessário encontrar um grande número de convocados instruídos aptos a desempenhar tarefas técnicas. Era uma difícil imposição para um país que nos anos 1940 estava dando seus primeiros passos em direção à industrialização e cujos níveis de escolaridade eram baixos, em especial nas áreas onde parte considerável dos fuzileiros de infantaria foi recrutada. (MAXIMINIANO, 2010, p. 54).

Recrutados em todas as regiões do país, a FEB caracterizou-se por ter um percentual de 80,7% do efetivo proveniente das regiões Sul e Sudeste. Eram homens de boa saúde, com estatura e massa corporal acima dos padrões do Exército, na maioria residiam nas áreas urbanas, eram qualificados e bem instruídos. Do total de recrutados, 30% eram negros (somatória de pretos e pardos).

Mesmo escolhidos entre os melhores, a FEB se caracterizou por incluir os indivíduos mais pobres e menos instruídos que viam no alistamento a possibilidade de entrada no Exército, uma garantia mínima de emprego, alimentação e abrigo. Se em tempo de paz as classes mais altas e escolarizadas da sociedade faziam uso de todos os expedientes que possuíam para escapar do recrutamento, em tempos de guerra esses recursos foram usados à exaustão, e surpreendentemente não apenas entre os civis: dentro das instituições militares foi comum praças e oficiais regulares usarem “padrinhos” poderosos para escaparem da guerra ou serem deslocados para outras missões que não fosse a divisão expedicionária. (PINTO; FERRAZ, 2010, p. 7.)

Por conta dessas peculiaridades que excluíram uma parcela da população da convocação



e posteriormente do conflito, a tropa expedicionária brasileira foi formada por soldados pobres, negros e brancos. Com isso, a simples existência de soldados negros e brancos em um mesmo batalhão, lutando lado a lado foi suficiente para o Exército brasileiro ser considerado um exército racialmente integrado.

A irrestrita camaradagem entre brasileiros de diversas etnias atraiu a atenção dos correspondentes dos jornais dos Estados Unidos ligados aos movimentos dos direitos civis. Assim que o 1º Escalão da FEB desembarcou em Nápoles, o jornalista e cartunista Ollie Harrington (1912-1995) surpreendeu-se ao testemunhar brasileiros de peles “negra, branca e vermelha” convivendo harmonicamente. (MAXIMINIANO, 2010, p. 343).

A integração racial brasileira chamou a atenção dos militares e principalmente dos correspondentes de guerra ligados ao movimento dos direitos civis norte-americanos, que divulgaram o fato e incentivaram a luta pelo fim das leis segregacionistas. No caminho oposto, o Exército norte-americano era o mais segregado, negros e brancos não lutavam juntos. A 92ª Divisão de Infantaria era um regimento inteiramente composto por negros e o 442º *Regimental Combat Team* era um regimento formado por descendentes de japoneses.

A 92ª Divisão ficou muito conhecida pelos expedicionários brasileiros, pois estava estacionada ao lado da FEB no Teatro de Operações da Itália, e também pela segregação racial que presenciaram: a Divisão era formada por negros, mas com os cargos de oficial superiores preenchidos totalmente por brancos.

A FEB apresentava uma composição com negros e brancos, mas isso não significa dizer que a integração racial estava garantida, por exemplo não há registro de cargo de oficial superiores preenchidos por negros e no período o Exército Brasileiro tinha uma política de ingresso discriminatória. E há também confirmação de recorrência de ordens para se excluírem os soldados que não fossem brancos dos desfiles e



Foto do soldado Francisco de Paula, prestes a carregar o obuseiro 105mm com uma granada onde está escrito: “A Cobra está Fumando”  
Capa da Revista Cruzeiro do Sul



Enfermeiras da FEB.

demonstrações públicas ou, no caso de isso não ser possível, colocá-los no interior das fileiras, onde seriam menos vistos. Havia ainda total exclusão dos negros na formação de guardas de honra, em particular aquelas que se destinassem à recepção de autoridades estrangeiras. Enfim, apesar da integração, a FEB padecia do mesmo tipo de racismo que era típico da sociedade brasileira naquela época.

Para os negros brasileiros, americanos e africanos, a Segunda Guerra Mundial foi uma luta contra a implantação de uma política racista dos países do Eixo e o início da luta contra o racismo nos seus países. Luta contra o mito da democracia racial no Brasil; luta pelos direitos civis nos Estados Unidos; e luta pelo fim do Colonialismo nos países africanos.

### Sem concluir

No início da década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) patrocinou um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. A origem deste projeto estava associada à agenda antirracista formulada pela Unesco no final dos anos 1940 sob o impacto do racismo e da Segunda Guerra Mundial. O Brasil – considerado uma espécie de "laboratório" – desfrutava àquela época de uma imagem positiva em termos de relações inter-raciais, se comparado com os Estados Unidos e com a África do Sul. Esta pesquisa posteriormente muda o rumo dos debates sobre as relações raciais no Brasil.

A data de início desta pesquisa nos leva a pensar que deve ser uma das primeiras ações da Unesco na tentativa de adotar ações antirracistas. O seu objetivo era pesquisar o país que apresentava ser uma democracia racial, ter todas as suas instâncias sociais, inclusive o Exército racialmente integrado, onde as relações sociais se dão para além da importância da raça/cor. O resultado da pesquisa indicou ser a democracia racial brasileira um mito, e, portanto a diferença era que o racismo e a desigualdade racial eram reproduzidos de modo pacífico, mas não era menos perverso na manutenção do abismo social entre negros e brancos

A década de 1950 assistiu também modificações nas relações raciais nos Estados Unidos. A primeira registrada foi em 1948, quando normas militares promoveram a desagregação racial nas forças armadas. Paralelamente, o movimento de luta pelos direitos civis tomou o país provavelmente insuflado pelas reportagens dos correspondentes de guerra que registraram todos os movimentos do Exército racialmente integrado brasileiro.

Se por um lado a participação da FEB colaborou na vitória dos Aliados; influenciou nas lutas pelos direitos humanos e civis ao redor do mundo, para os cidadãos-soldados brasileiros o retorno à pátria não foi o esperado. Depois de lutarem contra um regime racista e opressor, encontraram o Estado e o Exército brasileiro dando-lhes as costas sem se interessar em saber o que aconteceu a eles e nem o que seria feito deles depois da guerra. Lutaram contra o racismo e a opressão e vieram sofrê-los na volta ao lar. Seus direitos não foram cumpridos, foram esquecidos como veteranos de guerra e passaram a lutar pela cidadania.



A FEB parte para a Itália e soldados se despedem de suas famílias, em foto de abril de 1944

## Referências

ARAUJO, Ariadne & NEVES, Marcos Vinícius. **Os Soldados da Borracha: Os heróis esquecidos**. São Paulo, Escrituras, 2015

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

FERRAZ, Francisco Cesar. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo, Global Editora, 2006

HEILBORN, Maria Luiza (org). **Gestão de políticas públicas em gênero e raça – módulo III**. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM/PR, 2010.

LOPES, Nei. **O racismo, explicado aos meus filhos**. São Paulo: Agir, 2007.

MAXIMINIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial, 1939 – 1945**. São Paulo: Grua, 2010.

PINTO, Julia; FERRAZ, Francisco Cesar Alves. **A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e a reintegração social dos veteranos de guerra da Força Expedicionária Brasileira: notas de pesquisa**. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12699353/a-participacao-brasileira-na-segunda-guerra-mundial-e-a>>. Acesso em: 09 set. 2016.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Racismo e antissemitismo na seleção dos oficiais do exército brasileiro durante o Estado Novo. **Revista UNIABEU**. Belford Roxo/RJ ,V, n. 3, p. 7-83, jan-jun. 2009.

SCHWARCZ, Lilia Katia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SERRRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. **Memória D'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

TELLES, Edward. **Repensando as Relações de Raça no Brasil**. Teoria & Pesquisa , UFSCaR, Números 42 e 43, p131 a 149, Jan/jul/2003.

Deborah Silva Santos

Historiadora, mestre em História Social pela PUC/SP, doutoranda em Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia - ULHT/Lisboa - Portugal. Professora da UnB.



ENVELOPE 19 DIA



ANA NERI

# A Guerra como Invenção da Liberdade - Participação das mulheres na Força Expedicionária Brasileira<sup>1</sup>

Resumo/Abstract

The War as an Invention of Freedom.  
Participation of women in the  
Brazilian Expeditionary Force

**Marijara Souza Queiroz**

1. Este artigo é resultado da coleta inicial de dados sobre as mulheres da Força Expedicionária Brasileira - FEB (1944-1945) iniciada em 2014 no âmbito do Projeto de Implantação do Museu Virtual da FEB, conduzido por professores pesquisadores do curso de Museologia da Universidade de Brasília, cujo objetivo foi mapear coleções resultantes ou representativas da participação do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1941-1945) presente em museus e espaços de memória voltados à temática.

Este artigo apresenta considerações sobre as circunstâncias que levaram 73 mulheres a se voluntariarem para o Quadro de Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira – FEB (1944-1945), durante a Segunda Guerra Mundial. Tem como questão central a discriminação de gênero, sobretudo no que se refere às possibilidades desiguais de inserção da mulher no mercado de trabalho e na vida social. Apresenta o caso da enfermeira Carlota Mello, que viu na Guerra a possibilidade de inventar sua liberdade, de modo a romper com paradigmas determinantes para a condição social da mulher como o casamento e o trabalho doméstico.

**Palavras-chave:** Museus FEB . Enfermeiras. Gênero. Trabalho. Mulheres .

This article presents considerations about the circumstances that led 73 women to volunteer for the Brazilian Expeditionary Force (FEB) (1944-1945) during the Second World War. Its central issue is gender discrimination, especially with regard to the unequal possibilities of women's insertion in the job market and in social life. It presents the case of the nurse Carlota Mello who saw in the War the possibility of inventing her freedom, in order to break with paradigms

**Keywords:** FEB Museums. Nurses. Gender. Work. Women.

2. As 73 enfermeiras da FEB: Acácia Cruz, Alice Neves, Altamira Pereira Valadares, Amarina Franco Moura, Antonieta Ferreira, Antonina de Hollanda Martins, Aracy Arnaud Sampaio, Bertha de Moraes Carlota Mello, Carmem Bebiano, Dirce Ribeiro da Costa Leite, Edith Fanha, Elita Marinho, Elza Cansanção Medeiros, Elza Ferreira Vianna, Elza Miranda da Silva, Fausta Nice Carvalhal, Gema Imaculata Ottolograno, Graziela Affonso de Carvalho, Guilhermina Rodrigues Gomes, Haideé Rodrigues Costa, Helena Ramos, Heloisa Cecília Vilar, Hilda Ribeiro, Ignácia de Mello Braga, Ilza Meira Alkmin, Isaura Barbosa Lima, Izabel Novaes Feitosa, Jacy Chaves, Jacyra de Souza Goes, Jandira Bessa de Meireles, Jandira Faria de Almeida, Joana Simões de Araújo, Judith Arêas, Juracy França Chavier, Jurgleide Doris de Castro, Lenalda Lima Campos, Lilia Pereira da Silva, Lindaura Galvão, Lúcia Osório, Lygia Fonseca, Maria Aparecida França, Maria Belém Landi, Maria Celeste Fernandes, Maria Conceição Suarez, Maria de Lurdes Mercês, Maria Diva Campos, Maria do Carmo Corrêa e Castro, Maria Hilda de Mello, Maria José Aguiar, Maria José Vassimon de Freitas, Maria Luiza Vilela Henry, Mathilde Alencar Guimarães, Nair Paulo de Melo, Neuza de Mello Gonçalves, Nícia de Moraes Sampaio, Nilza Cândida da Rocha, Novembrina Augusta Cavallero, Ocimara Moura ribeiro, Olga Mendes, Olímpia de Araújo Camerino, Ondina Miranda de Souza, Orminda Célia Barroso, Regina Cordeiro Bordallo, Roselys Belém Texeira, Sara de Castro, Semiramis de Queiroz Montenegro, Silvia de Souza Barros, Sylvia Pereira Marques, Virginia Leite, Virginia Maria de Niemeyer Portocarrero, Wanda Sofia Magewsky, Zilda Nogueira Rodrigues.

## A Força Expedicionária Brasileira e o Quadro de Enfermeiras

A Força expedicionária Brasileira (FEB), foi criada em 23 de novembro de 1943 com o objetivo de enviar tropas militares brasileiras à Itália durante a Segunda Guerra Mundial para combater junto às Forças Aliadas. A FEB esteve efetivamente no *front* entre 2 de julho de 1944 – data que marca a partida do 1º escalão do Rio de Janeiro – a 22 de fevereiro de 1945 – data da chegada do 5º Escalão ao Porto de Nápoles no Rio de Janeiro, que marca o início do retorno dos expedicionários. Formada por 25.374 pessoas, dentre as quais 73<sup>2</sup> mulheres, e subordinada ao V Exército Norte Americano, a FEB foi destacada para “substituir as tropas norte americanas em pontos avançados da Linha Gótica<sup>3</sup>”, segundo Sirio Sebastião Fröhlich (2011).

Na missão, a FEB quebra a continuidade da Linha Gótica com uma vitória sobre as tropas alemãs de alto custo “representado por mais de duas centenas de vidas brasileiras”. A missão febianana narrada pelo mesmo autor é desenvolvida em quatro fases de avanço no *front* italiano até ultrapassar a cidade de Turim e realizar a junção com as tropas francesas e norte americanas em 1 de maio de 1945. Após 239 dias, saldo de 451 mortes, 1.577 feridos, 1.145 acidentados e 58 desaparecidos, a FEB encerra suas ações na Itália em 3 de junho de 1945, quando as tropas se retiraram para aguardar o regresso ao Brasil no sul da Itália. (FRÖHLICH, 2011: 10-11).



Ir à guerra...

A convocação e o voluntariado foram as formas de recrutamento dos combatentes que passaram por exames de aptidão física e psicológica antes de seguirem para o treinamento. No caso das mulheres, atenderam ao chamado de voluntariado devido à reformulação do exército brasileiro que aderiu à doutrina norte americana de guerra em detrimento à rigidez esquemática francesa que o Brasil mantinha como referência até então. De acordo com o novo modelo, surgia desde esquadrões de conhecimento mecanizado, esquadrilhas aéreas de observação e frações de guerra química, às companhias de comunicações e batalhões de saúde.

Segundo Judith Bellafaire (2002:31), o corpo de enfermeiras do exército norte americano foi formado por mais de 59.000 mulheres que trabalharam “mais próximas do que nunca da linha de frente” reduzindo significativamente o índice de mortalidade dos soldados. A autora observou que menos de 4% dos soldados que receberam atendimento médico morreram posteriormente. Dessa forma, a criação do Quadro de Enfermeiras do Exército Brasileiro através do Decreto 6.097, de 15 de dezembro de 1943, deveu-se, em primeira instância, pela necessidade de adaptação ao novo modelo.

De acordo com o livro de memórias da enfermeira da FEB Olímpia de Araújo Carmerino (1983), o curso de formação e adaptação contou com aulas de práticas hospitalares, no Hospital Central do Exército, além de educação física, natação e instrução militar, na Escola de Educação Física e no Colégio Militar do Rio de Janeiro. O curso foi ministrado em módulos intensivos com duração de seis semanas até a realização de testes e provas de habilitação das enfermeiras, que foram lotadas na Terceira Classe com vencimentos de Segundo Sargento.

3. Segundo Sírio Sebastião Fröhlick Linha Gótica é a “frente que se estendia por cerca de 280km, do Mar Tirreno ao Adriático, nas proximidades de Bolonha, onde, às dificuldades naturais do terreno acidentado, foram acrescentadas casamatas de concreto e um complexo sistemático de túneis”.

Sem patentes, o grupo de brasileiras sofreu isolamento por não poder conviver com o ciclo de oficiais, sobretudo as enfermeiras norte americanas que eram oficiais com patentes de Segundo Tenente a Coronel. Por isso, e por não haver outra alternativa, as enfermeiras foram promovidas ao posto de Segundo Tenente de modo a resolver a questão hierárquica. Entretanto, seus vencimentos permaneceriam equiparados aos de Segundo Sargento durante toda a Campanha.

Para fins de comparação, Bellafaire observou que nos Estados Unidos o Governo já havia oferecido educação gratuita a todas as estudantes de enfermagem desde 1943 visando a formação do quadro de enfermeiras norte americanas, o que foi mantido até 1948 de modo a impulsionar a profissão de enfermagem ao tempo que a profissionalização de mulheres que eram predominantes no curso. Ademais, a dificuldade de mão de obra masculina durante a Guerra gerou inúmeras oportunidades sociais e econômicas para as norte americanas, o que redefiniu o mercado de trabalho a partir da maior participação das mulheres no pós guerra.

#### A (não) participação de enfermeiras negras

As oportunidades de inserção não se deram de forma igualitária, haja visto que das 50.000 enfermeiras norte americanas, apenas 479 eram negras, número equivalente às cotas que visavam garantir a segregação racial do exército americano. Para a maioria norte americana, a ida de enfermeiras negras era tão inadmissível quanto a ideia do contato de enfermeiras brancas com soldados negros do front. (BELLAFIRE, 2002: 31-32).

O dilema branco evidencia que a mulher negra teve mais dificuldades de inserção e ascensão social a partir das possibilidades que a Guerra criaria, do que a mulher branca. No caso da FEB, as negras não tiveram muito estímulo para o voluntariado? Pois apenas uma, Nair Paulo de Melo. No caso do Brasil como no caso dos Estados

Unidos, menos de 1% do total de mulheres que foram à Guerra eram negras, o que nos faz questionar a suposta democracia racial no Brasil que, ao contrário dos EUA, não vivia uma segregação declarada.

Na insistência de buscar informações sobre a segregação não legislada ou naturalizada do Brasil recorremos a Nara Cavalcante Serpa (2010: 9) que apontou as dificuldades de inserção da trabalhadora com menos recursos, justificada, na maioria das vezes, pela falta de acesso à educação e instrução, uma vez que “o ingresso no mercado profissional era maior entre as mulheres provenientes das classes mais altas, o que se justifica pelo maior índice de escolaridade destas”. Neste caso, a maioria branca, o que coloca o acesso à educação e formação na condição de privilégio.

Serpa considera que essa assimetria no mercado de trabalho, associado ao modo como as mulheres estão inseridas nele, sobretudo considerando as condições de “classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, idade, religião e outros aspectos de identidade e nacionalidade tem tornado cada vez mais visível a difícil realidade das trabalhadoras”. Estas, tem suas “habilidades limitadas pelos aprendizados” marcados pela discriminação do gênero, de modo a conformar “guetos femininos”. Sugere portanto que a visão de gênero e raça levem em conta “o trabalho doméstico não remunerado” e o acesso igualitário “a recursos como crédito, terra, educação e serviços adequados de saúde”. (SERPA, 2010: 13).

No interim, a partir da análise do romance *Parque Industrial* de Patrícia Galvão (Pagu) de 1933, Margareth Rago (2015) destaca o trecho da fala de uma personagem: “os pais já deixam as filhas serem professoras”, dizia uma das “burguesas emancipadas”. (GALVÃO. *apud.* RAGO, 2015: 586-590). Considera-se neste caso, um recorte de classe, com impactos diretos na questão racial, que desequilibra as possibilidades de emancipação das mulheres.

No caso mais específico da profissão de enfermagem, encontramos na exposição do Museu Nacional de Enfermagem Ana Nery (MuNEAM)<sup>4</sup> um gráfico que quantifica os

4. Visitas técnicas realizadas nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2016 sob acompanhamento da museóloga responsável, Edméia Reis.



"A indumentária do Cuidar" exposição no Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery, Salvador - BA

profissionais que atuam na área, bem como seus perfis, considerando as variantes de gênero e raça, desde a regulamentação da profissão até 2013. De acordo com esse levantamento, apenas em 1946 tem-se o primeiro homem a estudar enfermagem, Renan Souza Lima. A enfermagem, como profissão do cuidar, é legado das mulheres, sobretudo por pregar o afeto como etapa essencial aos cuidados. O mesmo Museu remete a profissão do cuidar – a enfermagem – às amas de leite, que, para além de alimentadoras, eram cuidadoras, sobretudo em momentos de doenças do protegido e por extensão da família.

#### O mito do amor maternal e a sexualidade

O cuidar foi citado como método de tratamento eficaz em campos de batalhas em Camerino a partir dos cuidados com higiene e a profilaxia anti-infecciosa. O MuNEAN destaca orientações básicas sobre os hábitos de higiene corporal, a limpeza e organização do espaço para atendimento aos feridos e, principalmente o acompanhamento afetivo durante a recuperação como etapas essenciais à redução do índice de mortalidade no campo de batalha.

De acordo, a enfermeira da FEB Carlota Mello (2012) “na Guerra o tratamento médico era muito simples” e narra os cuidados com um jovem ferido:

Um dia chega lá um brasileiro, novo, capixaba, ninguém podia mexer. Chegou na maca e na transferência para a cama o rapaz gritava, chorava... E todo mundo achava que ele sentia uma dor horrível. Eu cheguei para ver o rapaz e vi que a dor que ele sentia

era porque ele tinha muito pelo no corpo e ele foi acidentado com noventa e tantos estilhaços de granada, então ele ficou ferido no corpo todo e o sangue agarrou no pelo e o pelo secou e aí ele não podia se mexer. Eu falei: “uai, esse homem precisa tomar um banho”, chamei o enfermeiro, mandei ele preparar uma solução de água com o remédio e nós dois ficamos a manhã toda [lavando-o]. Quando nós [o] liberamos ele melhorou num instante.

Mello também destaca o atendimento “psicológico” dedicado aos pacientes que necessitavam sobretudo dos cuidados emocionais para recuperação e inserção à “nova vida” a partir das sequelas deixadas pela Guerra. Segundo Selene Herculano (2002), “o gerenciamento das emoções na esfera profissional da saúde e seu manuseio por enfermeiras” como temática é desenvolvida a partir da avaliação do efeito anti-inflamatório do “toque terapêutico como modelo experimental”.

Sobre o ensejo de voluntariar-se, a mensagem de Camerino de 1944<sup>5</sup>, anuncia não apenas a partida do Corpo de Enfermeiras da FEB para a Itália, como reivindica uma raiz histórica que marca a bravura da mulher brasileira em batalhas e conflitos armados – desde Ana Nery, Maria Quitéria, Anita Garibaldi, Bárbara Eliodora e Rosa da Fonseca. Camerino dirige sua fala a “todas as mulheres brasileiras, as mães, as esposas, as filhas, as noivas”, e ao que parece, especialmente às mulheres que tenham demonstrado resistência ou incompreensão, o que foi considerado “egoísmo” e falta de patriotismo.

Vejamos um trecho:

Aqui estamos envergando a farda de enfermeiras expedicionárias para ir além, muito além dos mares, afrontando os perigos da guerra, partilhar a glória de também lutar pelo Brasil. – Não é a aventura [grifo nosso] que nos seduz. – Não é o esnobismo que nos anima. – Não é a vaidade que nos entusiasma: mais profunda é a voz da nossa consciência e mais serena e perfeita é a convicção do nosso dever. (CAMERINO, 1983: 29-30)

A narrativa na íntegra caracteriza-se como justificativa, especialmente dedicada às mães, as esposas, as filhas, as noivas que agonizavam por serem apartadas de seus homens

5. Mensagem publicada pela mesma, mais tarde autora no livro de memórias “A Mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial”, publicado pela Editora Capeni, 1983, então intitulada Capitão-Enfermeira Olímpia de Araújo Camerino.

6. Segundo Margareth Rago, nas fábricas de têxteis 72,74% dos trabalhadores eram mulheres e crianças.

7. Ana Justina Ferreira (1814-1880), conhecida como Ana Nery, era filha de Luiza Maria das Virgens e Jorge Ferreira de Jesus. Nasceu em Cachoeira, Bahia, em 13 de dezembro de 1814, tendo como irmãos Manuel Jerônimo Ferreira, Jorge Joaquim Maurício Ferreira (ambos Tenentes Coronéis), Ludigero Rodrigues Ferreira (médico) e Antônio Benício Ferreira (corretor). Era membro da aristocracia local e aos 23 anos casou-se com outro membro do mesmo grupo social, o Capitão de Fragata Isidoro Antônio Nery Rodrigues de Lisboa e tiveram como filhos: Justiniano de Castro Rebello (1839-1868), Isidoro Antônio Nery (1841-1898) e Pedro Antônio Nery (1842-1904), os dois primeiros, médicos, e o terceiro da Academia Militar do Rio de Janeiro. (Informações concedidas pelo Museu Nacional de Enfermagem Ana Nery – MuNEAN, Salvador, Bahia, a partir dos subsídios textuais da exposição de longa duração).

ou de suas obrigações de boas mulheres nos cuidados diários de que necessitavam os homens, o que incluía o ato sexual. Esse entendimento genérico e sexista da sociedade patriarcal, não concebeu a participação da mulher naquela Campanha, senão pela via mais fácil, de acordo com as concepções sociais da época: as mulheres servem em primeira instância para saciar os desejos sexuais dos homens em combate.

A inserção da mulher no mercado de trabalho no início do século XX, quando o proletariado brasileiro contava com grande número de mulheres e crianças<sup>6</sup>, foi observada por Rago a partir de jornais e periódico que denunciavam “as investidas sexuais de contramestres e patrões sobre as trabalhadoras” das fábricas. Destaca, entretanto, que dispomos de pouca documentação escrita pelas próprias trabalhadoras, pois as próprias denúncias e ocorrências eram redigidas pelos patrões ou militares, homens na grande maioria. Isso significa, segunda a mesma autora, “que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com a própria percepção de sua condição social, sexual e individual”. (RAGO, 2015: 579-584).

Apesar das fontes literárias não confirmarem os boatos que circularam sobre a ida das enfermeiras da FEB à Guerra, durante as visitas aos museus e espaços de memória, conversas e entrevistas, uma narrativa foi recorrente: ao desfilarem pelas ruas do Rio de Janeiro para se apresentarem como voluntárias da pátria, as enfermeiras ouviram xingamentos e insinuações de que seriam “a comida dos soldados”. Percebe-se, neste caso, um receio da sociedade em relação ao destemor do grupo feminino da FEB, que, inclusive, dispensou a convocação compulsória.

De outro modo, a mensagem de Camerino evoca a coragem, a determinação e o patriotismo de suas antecessoras, a exemplo da primeira enfermeira brasileira que atuou em guerra, Ana Nery<sup>7</sup>, na Guerra do Paraguai (1864-1870), conforme o trecho inicial: “ergue a mulher brasileira a voz de sua revolta e de seu patriotismo, na afirmação solene de marchar ao lado [dos] soldados de Caxias, tal como Ana Nery nas batalhas do

passado”. (CAMERINO, 1983: 29). Percebe-se neste caso um esforço em redirecionar os motivos de tamanho destemor daquelas mulheres por meio da devoção e amor à pátria.

Sobre Ana Nery, vale ressaltar que sua ida dependeu do consentimento direto do presidente da Província da Bahia, Manuel Pinto Souza Dantas. Este, foi publicado no Diário Oficial em 13 de agosto de 1865, apenas cinco dias após o pedido feito por carta escrita a próprio punho pela então senhora de 51 anos, viúva desde os 29 anos e mãe de três filhos, dois deles convocados e o terceiro oferecido “para também seguir a sorte dos seus irmãos”, conforme documentação do MuNEAN.<sup>8</sup>

Dessa forma, juntar-se aos filhos bem como a outros membros da família, como os irmãos, foi a principal motivação de Ana Nery, o que fica evidente na carta ao presidente que vale transcrever trechos:

[...] como brasileira não podendo ser indiferente ao sofrimento dos meus compatriotas, e como mãe não podendo resistir à separação dos objetos que me são caros, e por uma tão longa distância, desejaria acompanhá-los por toda parte, mesmo no teatro da guerra se isso fosse permitido, mas opondo-se a esse meu desejo, minha posição e meu sexo não impedem todavia *êstes dous* [**grifo nosso**] motivos a quem eu ofereça meus serviços em qualquer dos Hospitais do Rio Grande do Sul, onde se farão precisos, com o que satisfarei ao mesmo tempo os impulsos de mãe e os deveres de humanidade para com aqueles que ora sacrificam suas vidas pela honra e brios nacionais e integridade do império. Digne-se V. Exa. De acolher benigno este meu espontâneo oferecimento ditado tão somente pela **voz do coração**.

Herculano recua na história para compreender a origem da associação das emoções ao sexo feminino e de como isso tem sido usado no estabelecimento de micro poderes a partir da crença de que a razão e a força são atributos do sexo masculinos. Nesse sentido, observa que uma das preocupações de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) era a construção da ideia da virtuosidade cujas características se associavam à temperança e ao controle das paixões. A falta de domínio sobre as emoções estava associada aos seres feminino, inferiores. Já Espinosa, segundo a mesma autora, rompe com esse paradigma

8. Extraído da Carta de Ana Nery ao Presidente da Província da Bahia, Manuel Pinto Souza Dantas, em 8 de agosto de 1865. (Transcrição da carta concedida pelo MuNEAN. O documento original encontra-se no Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Histórica, Papeis da Presidência da Província da Bahia). O MuNEAN tem em seu acervo o busto de Ana Nery, patrona da enfermagem no Brasil, além de indumentária utilizada por enfermeiras na Segunda Guerra Mundial, documentos textuais, iconográficos e em suportes digitais relacionados à história da enfermagem.

9. Carlota Mello é 2ª Tenente Enfermeira Carlota Melo, Voluntária Socorrista da Cruz Vermelha e CEERE – 4ª Região embarcou do 14º Grupo da FEB em 19/10/1944 (destino a Nápole, Itália) e retornou ao Brasil no 6º Grupo em 15/6/1945. In.: <http://www.portalfeb.com.br/2a-tenente-enfermeira-carlota-mello/>.

10. Entrevista concedida por Carlota Mello para elaboração do documentário Heróis – Histórias do Front, em 05/08/2012. Entrevistador: Marcos Renault. Direção e imagens coletadas: Guto Aeraphe. Realização: Cinemarketing Filmes.

11. A entrevista com Carlota Mello que subsidiou este artigo foi realizada em 15/11/2014, na residência da entrevistada, em Belo Horizonte, MG, pelas Professoras do curso de museologia da Universidade de Brasília, Silmara Küster de Paula Carvalho e Marijara Souza Queiroz.

ao naturalizar Deus e os afetos humanos. Numa análise mais contemporânea baseada em Agnes Heller, a autora considera que,

Toda sociedade regula a intensidade da expressão dos sentimentos através dos costumes e ritos sociais e toda época tem sentimentos dominantes. Agir, pensar e sentir são um processo unificado, diz a filósofa, pois não existe pensamento sem sentimento, nem sentimento sem conceituação, nem ação sem ambos.

A disseminação da crença no amor e sensibilidade feminina, segundo a mesma autora, sustenta uma ideologia que subordina a mulher na sociedade ao retê-la no recesso do lar – local do amor privativo – retirando-a da competição na esfera do trabalho. Daí surge também a mística feminina baseada no “casamento feliz e róseos bêbes”, imaginário criado pela mídia estadunidense no Pós Guerra, de modo a fazer com que as mulheres devolvessem seus postos de trabalho conquistados durante a Guerra e voltassem alegremente para casa. Não foi o que aconteceu com a maioria nem com Carlota Mello que, como Ana Nery, optou por ser guiada pela “voz do coração”.

### ... Pela invenção da Liberdade

No percurso dessa pesquisa identificamos duas enfermeiras da FEB vivas: Virginia Portocarrero, em Niterói, RJ e Carlota Melo<sup>9</sup>, em Belo Horizonte, MG. A primeira, com Alzheimer, não pode nos conceder entrevista. A segunda, nascida em Salinas, MG, no dia 12 de outubro de 1914, conta com 102 anos de uma longa história de guerra pelo que consideramos tratar a invenção de sua liberdade. Mello concedeu duas entrevistas sobre as quais nos debruçamos para esta análise: a primeira em 5 de agosto de 2012<sup>10</sup>; e, a segunda, em 15 de novembro de 2014<sup>11</sup>, em sua casa, em Belo Horizonte, MG.



Durante quase seis horas de entrevista, Mello fez observações gerais sobre a Guerra, falou sobre a prostituição das “mocinhas” italianas que por fome vendiam o corpo a qualquer preço aos soldados e à mendicância das irmãs de caridade que pediam para doar às crianças desabrigadas. Contudo, deu ênfase às possibilidades de melhoria de vida que a Guerra lhe proporcionaria, principalmente no que se refere aos anseios pessoais conciliados às conquistas profissionais. Na condição de mulher interiorana que, nos dizeres da própria entrevistada, “uma adolescente pobre, de família pobre, de cidade pobre, de região pobre”, Mello diz parecer ter nascido com “espírito de independência”. (MELLO, 2014).

Ao ser questionada sobre a decisão de ter ido à Guerra disse:

Fui crescendo e vi minhas primas casarem-se com quinze ou dezesseis anos e com vinte e cinco serem mãe de três, quatro filhos, não era o que eu queria [...]. A mulher não podia ser nada. E eu não queria ser muito, mas eu queria ser uma mulher independente, uma mulher que pudesse ajudar a minha família, ajudar o meu semelhante, ajudar minha terra, minha cidade. (MELLO, 2014)

Mello permaneceu onze meses em campo de batalha atendendo aos feridos. Seu relato é forte, firme e demonstra consciência sobre cada passo dado rumo à sua “independência”.

Narrou a saga para retirar sua primeira carteira de motorista, ainda na década de 1950 segundo ela a terceira do Estado de Minas Gerais a ser autorizada a uma mulher, ocasião na qual teve que recorrer à ajuda de colegas militares que conheceu durante a Guerra e receberam depois altas patentes do Exército. A Guerra lhe rendera esses créditos para a barganha. Destacou que as possibilidades de profissões para mulheres, à época, em cidades do interior do país eram restritas a “professora ou enfermeira”, o que a fez se questionar: “de duas uma, ou esse povo acha que eu sou santa, ou eles me consideram como mãe”. A segunda opção era a mais provável. (MELLO, 2014)



Carlota Mello. Foto Arquivo 12ª Batalhão de Infantaria. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/ecos/noticia/17291/FEB---12%C2%BA-Batalhao-de-Infantaria-homenageia-Carlota-Mello/>

Contrariando a mensagem de Camerino, Mello tem outra explicação para o voluntariado das mulheres à Guerra:

Esse bloco de moças que foram pra Guerra era [formado por outras] moças como eu, corajosas, aventureiras [grifo nosso], que procuravam ser diferentes da [maioria das] mulheres brasileiras que não podiam votar, não podiam trabalhar, não podiam... Só podiam ser professoras ou enfermeiras. (MELLO, 2012).

Compreende-se a renúncia de Camerino ao espírito aventureiro das mulheres que se voluntariaram à Guerra por meio da literatura historiográfica feminista do início do século XX que, segundo Rago, associava prostitutas às diversas profissões como “floristas, modistas, costureiras, vendedouras de charuto, figurantes de teatro”, dentre outras. As profissões assumidas fora do lar eram desempenhadas em geral por viúvas, divorciadas e solteiras que precisavam se manter.

Ao observar as Tropas Aliadas comandadas pelos Estados Unidos, Mello diz ter gostado e aprendido muito sobre organização, gestão e logísticas militar e, por isso, ao retornar ao Brasil quis ingressar no Exército. Atendendo a convite de superiores, desenvolveu trabalhos estruturais de implantação e gestão de unidades de serviços como, por exemplo, uma lavanderia de grande porte e um supermercado para abastecimento interno das tropas. (MELLO, 2014).

Para a estrutura institucional do Exército, esses são serviços básicos de abastecimento que, na nossa leitura, podem ser associados, em suas funções finalísticas, à noção dos cuidados domésticos: lavar e cozinhar. Contudo, admite-se que há uma ascensão hierárquica no que se refere à função de gerir e não mais de fazer.

Neste ambiente de trabalho, Mello diz ter convivido com muitos homens e aprendeu a se colocar nesse espaço, observando ainda que este pode ser um dos motivos pelos quais não tenha se casado. Destacou sua preferência em relacionar-se com os homens norte-

americanos, tanto no trabalho nas enfermarias como nos passeios nas horas de folga. Justifica sua preferência:

[...] se você fuma, o americano acha que se você gosta e você deve fumar. Se você não fuma, é a mesma coisa. Se ele pegar na sua mão e você aceitar, tudo bem. Se ele pegar na sua mão e você não consentir e tirar a mão, tá tudo bem, não muda nada. Então, eu gostei de mais de trabalhar nos hospitais americanos na Guerra. (MELLO, 2012).

A partir da comparação percebe-se que há uma renúncia à cultura sexista que marca as relações entre homens e mulheres no Brasil, sobretudo as que decorrem de relações de trabalho. Mais uma vez recorreremos a Rago que narra o depoimento da operária Luiza Ferreira de Medeiros sobre estupros e outras formas de abusos sexuais por parte dos “contramestres” e patrões, além de punições às mulheres como meio de negociação do sexo: a prostituição imposta. (RAGO, 2015: 584).

Mello afirmou não sentir falta da convivência masculina em seu cotidiano e esse é o principal motivo por não ter contraído casamento além de, como lembrou, não ter tido tempo. Percebe-se, que são muitos os motivos. Destacou que seu tempo fora do trabalho era dedicado à família que incluía a mãe, um irmão com deficiência visual e auditiva e uma irmã mais velha que assumiu a casa e os cuidados com a família para que ela pudesse trabalhar e garantir o sustento. Discorreu sobre os muitos namorados “sempre fora do trabalho” e fez questão de enfatizar a difícil tarefa de aproximar-se das esposas de seus colegas afim de minimizar o receio da convivência com seus maridos. (MELLO, 2014).



Desfile das enfermeiras da FEB no Rio de Janeiro. Fonte: Acervo da FEB, Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro, RJ. Foto Arquivo 12ª Batalhão de Infantaria. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/ecos/noticia/17291/FEB---12%C2%BA-Batalhao-de-Infantaria-homenageia-Carlota-Mello/>

Considera-se mais uma vez as justificativas de Camerino dedicadas às mulheres dos homens que com ela partia. Daí, delineiam-se duas hipóteses para a interpretação dos motivos de Camerino: defender a própria reputação; e, se solidarizar com as demais mulheres. Em ambos os casos resta de evidencia de que ao escolher as mulheres como suas principais interlocutoras, Camerino reconhece que sua integridade moral estava em julgamento, com base nas ideias sexistas da sociedade patriarcal. E possivelmente acertou.

Recorreremos a Rago na observação de que pelo menos até a década de sessenta a concepção que prevalecia na sociedade era de que a mulher era feita para o casamento e para a maternidade, de modo que não deveria, dentre outras recomendações, “fumar em público, ou comparecer a bares e boates desacompanhada” e que “a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino”. (RAGO, 2015: 604). Ir à Guerra, o que exigia o desvio da mulher para o trabalho militar, estava fora de questão.

Nesse sentido, questionamos Mello sobre a reação das pessoas quanto ao seu comportamento transgressor, para os padrões da época e da região, ao que ela responde: “nem passa pela minha cabeça! Pouco me importa a opinião que eles possam fazer de mim, pouco importa”. E completa que: “foi preciso muita determinação, muita coragem, mas eu consegui, eu consegui encontrar um caminho mais amplo”. (MELLO, 2014).

Testemunha viva da participação das mulheres na FEB, narra mais de um século de vida que ela mesma diz ter valido muito à pena “sonhar” e “realizar”. Foram as mesmas palavras que utilizou ao narrar a sensação de liberdade quando saltou de paraquedas pela primeira vez, anos depois do seu retorno da Guerra. E encerra a entrevista deixando o legado de sua guerra pessoal e o desejo de que outras mulheres sigam na “mesma coragem”, mas que o caminho possa ser “menos difícil, menos espinhoso”, confirmando o árduo percurso das mulheres que decidem conquistar ou inventar suas liberdades. (MELLO, 2014).

## Considerações finais

Delineamos aqui algumas das questões que marcam a formação do Quadro de Enfermeiras brasileiras junto às Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. Crenças, boatos, relatos de memórias fragmentadas e histórias contadas, registram a inserção de mulheres brasileiras no serviço militar a partir do pelotão oficial de enfermeiras da FEB. No estreitamento, consideramos os motivos que levaram as mulheres a se voluntariarem à Guerra com atenção especial para Carlota Mello.

A reação da sociedade que se pronunciou através de boatos, falatórios e xingamentos também reverberados na imprensa se manteve como tabu durante o processo de levantamento de fontes para essa pesquisa. Essas informações foram reveladas com constrangimento, especialmente quando mencionados pelas mulheres envolvidas de forma mais direta, como é o caso de Mello, que preferiu ignorar os comentários e não aprofundar na questão durante a entrevista concedida.

Da mesma forma, as descendentes que guardam a memória das veteranas de Guerra, como o caso de Maria do Socorro Sampaio de Barros, filha de Aracy Arnaud Sampaio, prefere evidenciar conquistas individuais e sociais dessas mulheres como resultado da ousadia e do destemor que as conduziram à Guerra.

Apontamos a partir daí que enfrentar o machismo sexista de forma mais aberta ainda é um tabu na nossa sociedade. A própria defesa é entendida como uma confissão de culpa, pois basta a suspeita para a condenação. Em primeira etapa, as condenações vêm em forma desmoralização da mulher, seguidas de fragilização, subjugação, subordinação, e assim sucessivamente. O não enfretamento de posturas como esta garantem a manutenção do patriarcado na medida em que estabelecem crenças, como, por exemplo, o mito da virilidade masculina associada à força, ao poder e a glória, a partir do “ter”. Sem relações com o “ser”, já que cabe ao homem a razão e o controle dos sentimentos e emoções.



Galeria de fotos das enfermeiras da FEB em exposição do Museu da Associação dos Ex-combatentes da FEB de Brasília, DF. Foto: Marijara Queiroz. 2014.

Esse homem é frio, duro, individualista e dominante o que, por consequência, alimenta a constituição do homem violento. Sobretudo, sexualmente violento.

A dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho apresentou-se como outra questão importante durante e depois da Guerra. Na impossibilidade de devolver a mulher imediatamente ao confinamento do lar nos anos que seguiram o Pós Guerra, Rego observa que a crescente incorporação do trabalho feminino no mercado “passou a ser amplamente discutido ao lado de temas relacionados a sexualidade: adultério, virgindade, casamento e prostituição”. Nesse sentido, as analogias ajudavam a reconstituir os papéis sociais: “o mundo do trabalho era representado pelo cabaré” enquanto “o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigava a ‘rainha do lar’ e o ‘reizinho da família’”. Ter filhos príncipes é parte desse arranjo nuclear que orbita o patriarca. Contrariamente, a partir da década 1960, feministas combatem as relações de poder, “social e sexualmente hierarquizados”. (RAGO, 2015: 588-597).

Contudo, o que Mello lamenta é decorrente de acontecimentos nos seus últimos quinze anos de vida, quais sejam, a dificuldade de renovação de passaporte após os oitenta e cinco anos de idade, bem como viajar sozinha. “O país não respeita seus idosos” foi o único protesto literal. Diz que gostaria de continuar viajando e lamenta não ter comemorado seu aniversário de um século de vida na Turquia pela impossibilidade imposta pelas companhias aéreas e pelo próprio Estado que não renovou seu passaporte.

#### Referências

BELLAFIRE, Judith A. O corpo de enfermeiras do exército dos EUA durante a II Guerra Mundial.

**ECEME:** Revista Military Review - Brazilian (Revista Profissional do Exército dos EUA), EUA, 4º trimestre (português), 2002.

CAMERINO, Olimpia de Araújo. **A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial.** Editora Capemi: Rio de Janeiro, 1983.

FRÖHLICH, Sirio Sebastião. **Longa Jornada com a FEB na Itália.** Brasília: EGGCF, 2011. 80 p.: Il.

HERCULANO, Selene. **Afetos, paixões e feminismo** – a sociologia das emoções. In.: <http://www.professores.uff.br/seleneherculano/index.php/textos-avulsos>. Em: 04/12/2016.

MELLO, Carlota. Entrevista. Por Silmara Küster de Paula Carvalho e Marijara Souza Queiroz. Belo Horizonte, 15/11/2014.

MELLO, Carlota. Entrevista. Por Marcos Renault e Guto Aeraphe. Belo Horizonte, 05/08/2012.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. (org.). **História das Mulheres no Brasil.** 10ª ed. 3ª Reimpressão: São Paulo: Contexto, 2015.

SERPA, Nara Cavalcante. A inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: questão de gênero. **Revista Fazendo Gênero: Diáspora, diversidade e deslocamento.** Nº 9, 2010.

MuNEAN - Museu Nacional da Enfermagem Ana Nery. Visitas Técnicas à exposição. Salvador, set/out-2016.

ANVFEB - Museu da Associação dos Ex-combatentes da FEB de Brasília - DF. Visitas Técnicas à Exposição. Brasília, ago/set-2014.

Marijara Souza Queiroz

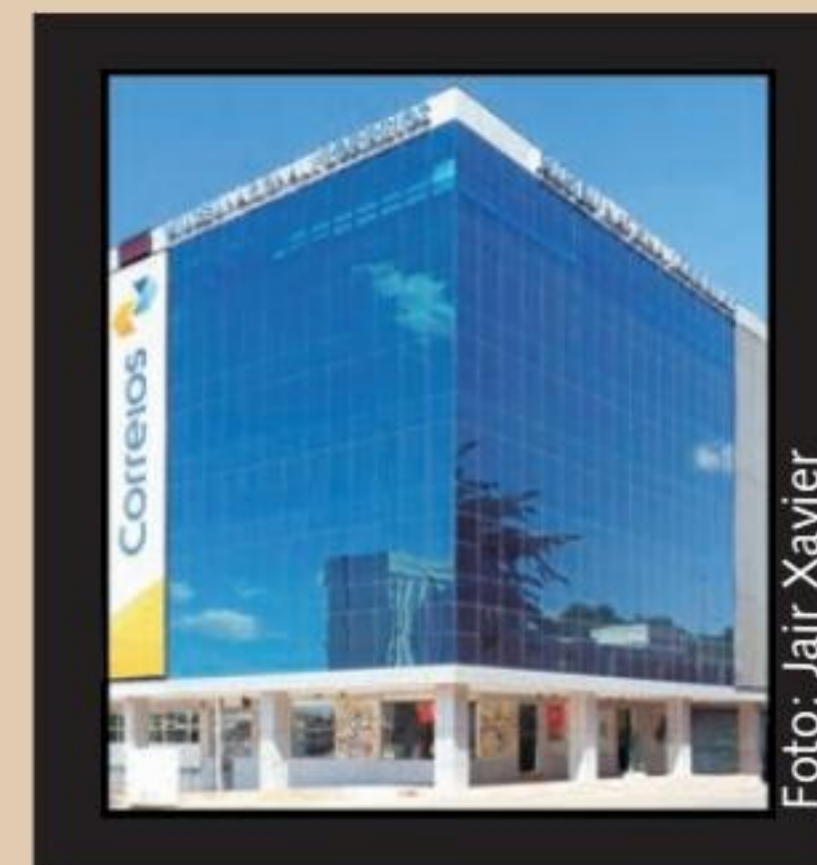
Professora Assistente do curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília nas áreas de Teoria e Práticas Museológicas. Mestre em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia.

## Colaborações

Artigos e resenhas para Revistas Postais devem ser enviados para o e-mail [revistaspostais@gmail.com](mailto:revistaspostais@gmail.com), seguindo as seguintes orientações:

- a) A Revista do Museu Correios aceita trabalhos originais inéditos, de autoria individual ou coletiva, submetidos sempre à Comissão Editorial;
- b) Trabalhos não inéditos são aceitos apenas a convite da Comissão Editorial ou em caso de edição esgotada, de tradução de original em língua diversa do português ou quando se tratar de textos que tenham sido publicados apenas em veículos editados em outros países;
- c) São aceitos artigos científicos, resenhas e entrevistas na áreas de interesse da revista;
- d) São aceitos trabalhos em português, espanhol, inglês, italiano e francês;
- e) Os trabalhos devem ser digitados em Word, em formato A4, fonte a ser utilizada é a Times New Roman, tamanho 12, com espaço 1,5;
- f) extensão máxima dos textos é 20 páginas, incluindo figuras, fotos gráficos, breve currículo do autor e bibliografia. Textos maiores poderão ser aceitos quando de relevante interesse científico, a critério da Comissão Editorial;
- g) É obrigatório resumo (e abstract), com extensão entre 5 a 10 linhas, em fonte de tamanho 10, acompanhando de pelo menos, três palavras-chave (e keywords);
- h) As citações no interior do textos devem ser digitadas entre aspas, em fonte normal, sem itálico, grifo ou sublinhado. No final da citação, devem constar, entre parênteses, o sobrenome do autor, o ano e a (s) página (s) da publicação. Exemplo: (MOURÃO, 1999, p.190);
- i) As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do parágrafo e digitadas em espaço simples, com fonte de tamanho 10, sem aspas;
- j) Todas as obras citadas devem constar ao final do texto, em fonte de corpo 10, por ordem de sobrenome do autor;
- l) As eventuais notas de rodapé, em corpo 10, devem ser usadas apenas para comentários necessários ao desenvolvimento do texto principal, não devendo ser utilizadas para citações bibliográficas;
- m) A obtenção de permissão para reprodução de ilustrações é de responsabilidade do autor. As imagens devem ser gravadas em formato: tiff, gif, jpg, jpeg, ou bmp, com no mínimo **300 dpis**;
- n) A Comissão Editorial reserva-se o direito de realizar nos textos todas as modificações formais necessárias à adaptação ao projeto gráfico da revista, sendo vedadas quaisquer outras interferências sem prévio conhecimento dos autores;
- o) Todas as traduções deverão ter a sua autoria indicada.





Herdeiro de iniciativa que vem desde o final do século XIX, o Museu Correios está em Brasília desde 1980. É dividido em sete pavimentos, sendo quatro salas de exposição, sala multifuncional, auditório e foyer, onde acontecem exposições históricas e de arte, mostras de cinema e vídeo, além de apresentações de música e artes cênicas. Localizado na zona central de Brasília, sua coleção abrange História Postal e Telegráfica.

